

Coleção
MAG

CONSTRUIR O AMANHÃ

REFLEXÕES SOBRE A ESQUERDA
(1983-2017)

TEXTOS SELECIONADOS DE MARCO AURÉLIO GARCIA
PREFÁCIO | EMIR SADER



Coleção
MAG

CONSTRUIR O AMANHÃ

REFLEXÕES SOBRE A ESQUERDA
(1983-2017)



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Fundação Perseu Abramo

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann
Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos
Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br
f: 11 5571 4299

Instituto Futuro - Marco Aurélio Garcia

Director ejecutivo: Luiz Dulci
Coordinador ejecutivo: Martín Granovsky
Rector de la Universidad Metropolitana
para la Educación y el Trabajo (UMET):
Nicolás Trotta
Secretario Ejecutivo de Consejo
Latinoamericano de Ciencias Sociales
(CLACSO): Pablo Gentili

La dirección: Sarmiento 2037,
Ciudad de Buenos Aires
Argentina

Coordenação editorial: Rogério Chaves
Assistente editorial: Raquel Maria da Costa
Revisão: Cláudia Andreotti

Projeto gráfico e editoração: Caco Bisol
Imagem da capa: Pinturinha I, estudo; guache sobre tela, Caco Bisol 2018
Foto de Marco Aurélio Garcia, presente na orelha, foi gentilmente cedida
por Orlando Brito e a revista Piauí.

Impressão: Graphium
Tiragem: 1.500 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G216c Garcia, Marco Aurélio.
Construir o amanhã : reflexões sobre a esquerda (1983-2017) / textos
selecionados de Marco Aurélio Garcia ; Bruno Gaspar, Rose Spina (org.) ; prefácio
de Emir Sader. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2019.
272 p. ; 23 cm – (Coleção MAG)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-108-6

1. Brasil - Política e governo - 1983-2017. 2. Partidos de esquerda. 3. Partido
dos Trabalhadores (Brasil). 4. Socialismo. I. Gaspar, Bruno. II. Spina, Rose. III. Título. IV. Série

CDU 329.14(81)
CDD 324.281

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Todos os esforços foram feitos para determinar a origem das fotos usadas neste volume. Nem sempre isso foi possível.
Teremos satisfação em creditar as fontes caso se manifestem.

CONSTRUIR O AMANHÃ

REFLEXÕES SOBRE A ESQUERDA
(1983-2017)

BRUNO GASPAR
ROSE SPINA
(ORG.)

TEXTOS SELECIONADOS DE MARCO AURÉLIO GARCIA
PREFÁCIO DE EMIR SADER

SÃO PAULO, 2019



SUMÁRIO

- 7 **PREFÁCIO**
- 11 **APRESENTAÇÃO**
- 17 **CRISE E OS CAMINHOS DA TRANSIÇÃO**
- 33 **OS TRABALHADORES NA HORA DA
CONSTITUINTE**
- 57 **ÉDER SADER: O FUTURO SEM ESTE HOMEM**
- 69 **A SOCIAL-DEMOCRACIA E O PT**
- 99 **AUSÊNCIA E PRESENÇA**
- 107 **REFORMA E REVOLUÇÃO/REFORMA OU
REVOLUÇÃO**
- 149 **O PT E A NOVA ORDEM**
- 175 **O MANIFESTO E A REFUNDAÇÃO DO
COMUNISMO**
- 191 **EM BUSCA DE 1968**
- 207 **AGENDA PARA O SOCIALISMO NO
SÉCULO XXI**
- 231 **BALANÇO DA ERA FHC**
- 241 **25 ANOS DEPOIS, O PT REVISITADO**
- 259 **CONSTRUIR O AMANHÃ**
- 272 **SOBRE OS ORGANIZADORES**

PREFÁCIO

EMIR SADER¹

Quando conheci Marco Aurélio, lá por volta de 1962, ele era vice-presidente de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes (UNE), na gestão que tinha Aldo Arantes como presidente, e era ligado à Juventude Comunista. Eu pertencia à Política Operária (POLOP).

Nessa condição, Marco Aurélio circulava muito pelo mundo, em particular por Praga – onde se centrava boa parte do trabalho internacional dos Partidos Comunistas e das Juventudes ligadas a esse partido –, além de muitos outros lugares. Essa condição de comunista, internacionalista, é um traço inicial e estará presente em toda a sua trajetória, mesmo ele tendo depois mudado sua identidade política e ideológica.

Voltamos a nos encontrar durante a ditadura, e nos aproximamos política e ideologicamente porque ele pertencia ao grupo que havia rompido com o Partido Comunista no Rio Grande do Sul e, junto com companheiros como Flávio Koutzii e outros, se aproximaram da POLOP para finalmente se dar a fusão entre os dois grupos, surgindo o Partido

1. Cientista político, professor doutor e coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Operário Comunista (POC). O marco ideológico de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo nos identificava naquele momento, com a crítica da linha política e das concepções dos partidos comunistas e da própria União Soviética.

Um terceiro momento de convivência se deu já no exílio, em Paris, em 1968, com a inevitável influência do trotskismo da Juventude Comunista Revolucionária (JCR), a forte projeção de Alain Krivine, Daniel Bensaïd, Henri Weber, com a formação geral de Ernest Mandel. Foi uma nova dimensão que incorporamos em nossa formação e experiência política. Um período que deixou, entre outras presenças, a de seu filho Leon que, como Lula observou, é uma homenagem a Trotsky.

Voltamos a nos encontrar no Chile de Allende, onde, junto com tantos outros brasileiros, participamos do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), quando incorporamos experiências revolucionárias latino-americanas. Até o golpe de 1973, quando fomos detidos perto do Estádio Nacional, ele dirigia seu pequeno Citroën e tentávamos chegar à sua casa. Estivemos algumas horas numa delegacia, enquanto o Estádio Chile estava repleto e o Estádio Nacional ainda não havia sido aberto para abrigar presos políticos. Quando pudemos sair, horas depois, fomos para a embaixada do Panamá, onde se refugiaram mais de cem brasileiros.

Quando reencontrei o Marco Aurélio, mais tarde, foi de novo em Paris, já próximo ao retorno dos brasileiros do exílio. Ele fazia parte, junto com Éder Sader e Marilena Chaui, de um grupo sob forte influência de Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, com suas teorias do autonomismo. Chegando ao Brasil, eles lançaram a revista *Desvios*, na qual esses autores e as teorias do autonomismo eram centrais. Ao final de cada edição eram reservadas algumas em branco para que o leitor fizesse sua autocrítica: “Anote seus desvios”.

Essas referências servem não apenas como testemunhos pessoais da convivência com Marco Aurélio, mas também para compilar a formação

ideológica e as experiências políticas com as quais ele e Éder – seu inseparável amigo e companheiro político – encararam o retorno ao Brasil e o momento que vivia o país. Da participação na fundação do PT e das condições em que se davam o final da ditadura e a transição democrática, a que se referem os textos desde volume, associados a referências ideológicas que dão continuidade e atualizam as bases teóricas a partir das quais o Marco Aurélio se inseria na prática e na realidade política brasileira.

Os textos, de alguma maneira, pela sua clareza, falam por si. Da crítica da tentativa da ditadura, já em crise terminal, de controlar e condicionar o processo de transição democrática – a que se referem os primeiros textos – às primeiras experiências do jovem partido fundado sob a liderança do Lula.

É um ponto de vista privilegiado o do Marco Aurélio, pela bagagem que ele tinha acumulado na sua prática política antes de sair do país, mais a que agregou a partir do maio francês e do clima político e ideológico de toda a década de 1970, do Chile do Allende e da Revolução dos Cravos de Portugal.

Foi com esse cabedal e com os olhos de quem tinha vivido tudo isso que Marco Aurélio retornou, passou a viver as ricas experiências daquele momento no Brasil e foi produzindo os textos deste volume, entre tantos outros posteriores. Do autonomismo à teoria da democracia para as condições da transição brasileira e da fundação de um partido que reivindicava o socialismo.

Daí as temáticas da crítica da transição liberal à democracia, da tutela militar sobre essa transição, da atualidade do socialismo nas condições concretas da América Latina e do Brasil, já sob a perspectiva da crise do modelo soviético.

Democracia e socialismo, reforma ou revolução são temas recorrentes, acertos de contas com as teorias clássicas da esquerda, que Marco assume a responsabilidade de visitar e analisar sob a ótica dos desafios

de construir uma alternativa anticapitalista e democrática no marco da realidade concreta do Brasil do final do século XX.

Dois textos particularmente emocionantes estão incluídos neste livro: um sobre Éder Sader, seu companheiro de militância mais próximo, e o outro sobre Elisabeth, sua companheira de vida. Textos emocionantes, mas não por isso menos políticos na visão de vida de duas pessoas cujas trajetórias foram tão significativas para todos e, em particular, para o próprio Marco Aurélio.

APRESENTAÇÃO

Em 2018, tivemos a grande satisfação de lançar o primeiro volume de ensaios e conferências de Marco Aurélio Garcia, intitulado *A Opção Sul-Americana*, reunindo seus principais trabalhos sobre política externa produzidos entre 2003 e 2016.

É com satisfação redobrada que estamos lançando hoje o segundo volume de escritos do nosso inesquecível companheiro e amigo, que foi sem dúvida, ao longo das últimas três décadas, uma das personalidades de referência das forças progressistas do Brasil e de toda a América Latina, tanto na esfera do pensamento quanto da ação partidária e governamental.

Construir o Amanhã – Reflexões sobre a esquerda (1983-2017) colige os seus mais importantes textos de reflexão elaborados a partir do início da década de 1980, após regressar do exílio, sobre os desafios culturais, ideológicos e políticos da esquerda brasileira na luta pela transformação do país.

Sem nunca abrir mão de uma perspectiva socialista, que para ele foi acima de tudo um imperativo ético, dada a injustiça congênita e a barbárie global do capitalismo, Marco Aurélio já voltou ao Brasil convencido da necessidade de uma profunda renovação do pensamento e

da prática das esquerdas. Considerava imprescindível a superação de matrizes autoritárias e dogmáticas ainda prevalentes em muitas das formulações de esquerda.

Participou ativamente da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), procurando contribuir, tanto no que se refere ao programa quanto às formas de organização e atuação, para que o PT fosse de fato um partido de novo tipo, radicalmente democrático, de inegociável vocação transformadora, mas isento de distorções vanguardistas e sectárias. Que fosse um grande partido das classes populares, por meio do qual os trabalhadores comuns pudessem participar diretamente da vida política, com sua própria voz, deixando de ser meros espectadores ou coadjuvantes secundários, para se tornarem autênticos protagonistas das decisões nacionais.

Só um partido assim, na sua opinião, poderia garantir que a redemocratização do país não se desse apenas “por cima”, entre as elites, mas tivesse também um verdadeiro conteúdo popular, vindo de baixo, dos setores tradicionalmente excluídos. E só um partido assim seria capaz de disputar e conquistar progressivamente o apoio da maioria da sociedade para um projeto alternativo de desenvolvimento nacional, baseado em reformas estruturais e em ousadas políticas de promoção da igualdade social.

Nas décadas seguintes, até a eleição de Lula em 2002, Marco Aurélio dedicou-se com admirável energia ao esforço teórico e prático de construção dessa alternativa, sempre na ótica de uma esquerda renovada, a um só tempo democrática e libertária.

Construir o Amanhã nos traz qualificadas e abrangentes análises críticas dos governos pós-ditadura e do período neoliberal no Brasil, iluminadas por uma rigorosa compreensão da história brasileira e da nossa peculiar inserção internacional. Ele nos traz, igualmente, lúcidas considerações sobre êxitos e impasses dos governos liderados pelo PT na busca de

um país mais livre, próspero e justo. Além disso, resgata a corajosa, e não raro original, reflexão de Marco Aurélio sobre as complexas condições da luta socialista no século XXI.

Todos esses ensaios e conferências foram de grande fecundidade em seu momento, ajudando a preparar e a tornar realidade o verdadeiro salto histórico promovido pelos governos populares. Mas o leitor verá que a pertinência dos problemas discutidos e dos valores defendidos não é menor nos dias de hoje, diante da verdadeira tragédia coletiva que está sendo provocada em nosso país pelo governo de extrema direita.

Marcio Pochmann

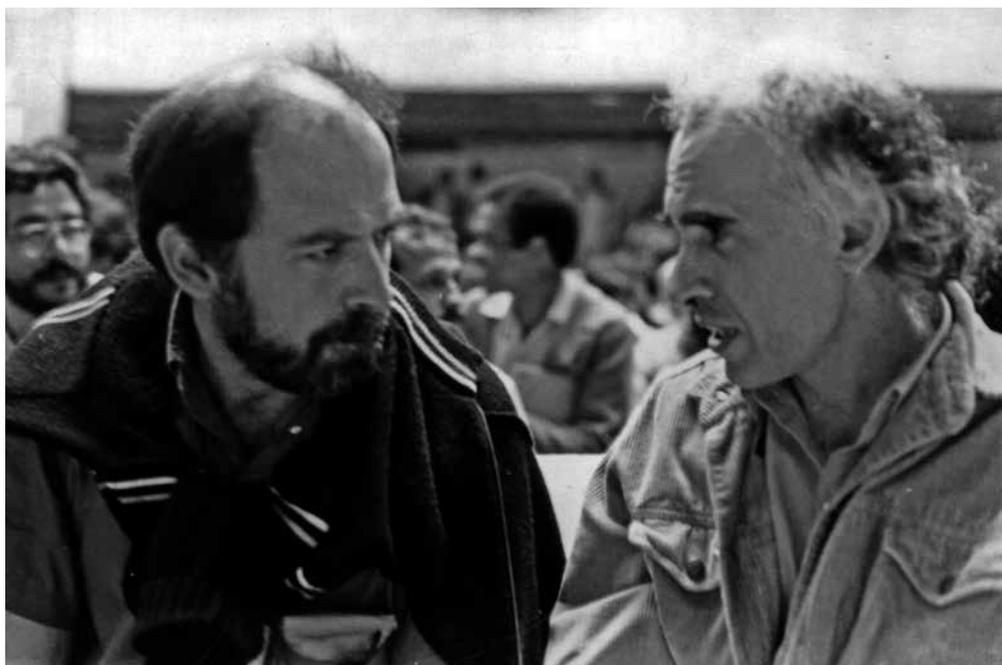
Fundação Perseu Abramo

Luiz Dulci

Instituto Futuro Marco Aurélio Garcia



1971. MARCO AURÉLIO GARCIA E
ELISABETH LOBO NO EXÍLIO
EM SANTIAGO, CHILE.
FOTO: ARQUIVO DE FAMÍLIA



1984. MARCO AURÉLIO GARCIA E ÉDER SADER
EM PRÉ-CONVENÇÃO DO PT DE SÃO PAULO,
REALIZADA NO COLÉGIO ROOSEVELT.
FOTO: LISY LEUBA SALUM

A CRISE E OS CAMINHOS DA TRANSIÇÃO¹

A cena política brasileira oferece a seus observadores um quadro paradoxal, pelo menos do fim do ano para cá. A decisão do governo de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) agravou de forma espetacular a crise econômica social, fazendo com que o país mergulhasse num oceano de incertezas. Todo esse quadro, no entanto, não foi capaz de comprometer a estabilidade do regime, nem de provocar modificações no comportamento do governo, o que é mais surpreendente ao considerar que às dificuldades econômicas somaram-se escândalos como os da Delfin, Capemi ou o “caso Baumgarten”, todos eles com um potencial desestabilizador muito grande, a ponto de serem assimilados por nossos dirigentes como frutos de uma “conspiração”.

Que país é este que, sacudido pela mais grave crise econômica de sua história, abalado por escândalos que comprometem a honrabilidade de seus governantes, em meio a um nebuloso processo de transição institucional e às vésperas de uma sucessão presidencial que a precária saúde de Figueiredo complica mais, apresenta tamanha estabilidade política, cuja única contestação foram a ação desordenada dos

1. Publicado na revista *Desvios*, n. 2, agosto de 1983.

quebra-quebras em São Paulo e, mais recentemente, as greves do ABC e dos petroleiros?

Tal estabilidade decorreria de uma legitimidade conquistada pelo governo enquanto condutor do processo de “abertura”, ou é o resultado de uma falta de vocação hegemônica dos distintos setores oposicionistas, incapazes de plasmar sua presença nas lutas políticas atuais?

O paradoxo de crise econômica e inquietação social, combinadas com marasmo político, não pode escapar a ninguém, sobretudo àqueles que nestes últimos anos buscaram acentuar a importância da presença dos trabalhadores na política.

“LENTA, GRADUAL E SEGURA”

A crise que vinha afetando a economia brasileira nestes últimos anos, combinando altas taxas de inflação com a recessão, atingiu um momento de suma gravidade em setembro de 1982. A partir de então ficou claro que a única saída que restava ao governo, dentro da lógica de sua política econômica, seria o recurso ao Fundo Monetário Internacional com os correspondentes tratamentos de choque: agravamento da recessão e, conseqüentemente, toda uma série de efeitos sociais perversos, dentre os quais os mais importantes foram o crescimento do desemprego e um novo surto de arrocho salarial.

É evidente que o governo não ir ao Fundo em setembro, nem revelar a gravidade da situação, deveu-se a razões de ordem político-eleitoral. Não é difícil imaginar que resultado o PDS colheria dia 15 de novembro se os pacotes econômicos impostos pelo FMI, como todas suas sequelas – aumento de desemprego, inflação galopante, maxidesvalorização, compressão salarial, fim dos subsídios, expurgo dos índices – tivessem sido adotadas antes das eleições.

Assim, o pleito do ano passado não produziu uma nova e decisiva relação de forças que suscitasse alterações substanciais no processo de transição. Apesar das modificações que as eleições trouxeram para o quadro político nacional – e isso não há como negar – o equilíbrio das forças em presença não foi muito afetado e, em consequência, o projeto de “abertura” do general Figueiredo saiu revigorado com o resultado das urnas.

As oposições avançaram com a conquista de vários governos, sobretudo nos estados mais importantes, afetando neles a base de sustentação política do governo central.

No plano parlamentar, deu-se a quebra da maioria governista na Câmara de Deputados, mas não no Congresso, graças à presença dos “biônicos” no Senado. A já limitada eficácia legislativa das oposições se desfez totalmente com o posterior pacto PDS-PTB. O legislativo continua a ser um mero instrumento de legitimação das decisões do Planalto.

Figueiredo pode ser assim considerado como o grande vencedor das eleições na medida em que, a despeito dos notórios progressos oposicionistas reforçou sua imagem como “avalista da democracia” e condutor da transição; manteve a maioria parlamentar e, portanto, não viu comprometida sua iniciativa legislativa; obteve a maioria do Colégio Eleitoral e, portanto, garantiu antecipadamente que a sucessão não lhe escapará das mãos.

O regime tem assegurado institucionalmente pelo menos mais oito anos de vida: os dois que restam ao atual presidente e mais seis de seu sucessor.

A pergunta que se impõe é: poderá o país aguentar mais tantos anos a estrutura autoritária e socialmente excludente que pesa sobre a sociedade brasileira há quase duas décadas? A transição continuará pautada pelo ritmo “lento, gradual e seguro” imprimido pelo conservadorismo dos atuais donos do poder?

NO PERFIL DO SUCESSOR, OS RUMOS DA “ABERTURA”

O projeto de “abertura” de Figueiredo, herdeiro da “descompressão” do general Geisel, objetivou e objetiva dar legitimidade ao regime militar instaurado na segunda metade dos anos 1960, preparando-o para enfrentar as dificuldades originárias de um período de crise econômica e social, ao que indica, prolongado.

Mesmo revogando o AI-5, concedendo a anistia, suprimindo a censura da imprensa, entre outras medidas, o regime preservou os instrumentos centrais através dos quais exerce autoritariamente o poder; uma Constituição que, entre outras aberrações, consagra a tutela do Conselho de Segurança Nacional sobre o país, as “salvaguardas”, além da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Greve; uma legislação eleitoral que permite o controle do legislativo à qual se somam sobrevivências legais que assegurarão manter a maioria no Congresso. Pesam sobre a sociedade um sem número de instrumentos legais que impossibilitam ou dificultam suas expressões autônomas, como é o caso da legislação dos partidos, impedindo muitas correntes de se organizar politicamente ou limitando a organização de outras. É o caso também da legislação trabalhista que cerceia a independência e autonomia sindicais. Os exemplos se multiplicam. A sociedade brasileira se transformou em uma gigantesca teia de estruturas autoritárias articuladas perversamente com um regime socialmente excludente, onde fenômenos como a corrupção e o favoritismo são corriqueiros e generalizados.

Os instrumentos autoritários criados nas duas últimas décadas, ou simplesmente revitalizados pelos militares, os privilégios beneficiando grupos parasitários do poder, tudo isso se constitui em uma importante força de inércia que limita consideravelmente as veleidades reformistas que possam surgir nos grupos dominantes.

O projeto hegemônico no campo das forças governamentais parece ser o de prosseguir a passos lentos a institucionalização do regime autoritário. Mesmo o ritmo lento, no entanto, encontra resistências em setores civis e militares que não acreditam ser possível manter o poder em condições de crise econômica e social aguda e prolongada sem a utilização de mecanismos de exceção. Tais grupos se alinham hoje com a candidatura de Maluf ou uma solução militar para a sucessão.

Os “aberturistas” dispõem de um leque de alternativas bastante amplo; desde fórmulas do tipo Aureliano Chaves, talvez a que melhor expresse o continuísmo de Figueiredo, até, e no limite, uma composição com Tancredo, ou a reeleição do próprio Figueiredo, ou ainda, a candidatura do general Válter Pires, no caso de um agravamento da crise econômica e política.

Talvez nada expresse melhor o conservadorismo do projeto de abertura do que o “perfil” de sucessor esboçado por Figueiredo, onde se encontram reunidos todos os atributos para o exercício solitário e autoritário do poder.

OS IMPASSES OPOSICIONISTAS

A despeito de todas as truculências do sistema eleitoral brasileiro, o pleito de 15 de novembro pode demonstrar que a maioria do país votou na oposição. A opção oposicionista não foi capaz de produzir (nem expressar), no entanto, modificações substantivas nas relações de força por várias razões.

Como foi dito, a não obtenção de uma maioria no Congresso impediu que esse fosse transformado em cenário de iniciativas significativas através das quais as oposições pudessem galvanizar importantes setores sociais, revigorando, assim, a proposta de volta a um Estado de direito, elemento central de sua estratégia política. O legislativo ficou, então,

confinado às funções de órgão de denúncias, que vem sendo explorado, diga-se de passagem, de forma bastante medíocre.

Outro elemento apresentado como decisivo para as mudanças das relações de força no país era a eleição de governadores da oposição. Mas o resultado da conquista de quase todos os estados importantes pela oposição não tem sido igualmente dos mais brilhantes. O alto grau de dependência econômico-financeira em relação à União faz com que os governos estaduais se vejam confrontados com grandes dificuldades e acabam por impor-se políticas antipopulares de austeridade. É o que se pode ver nos reajustes do funcionalismo público, em flagrante contraste com promessas feitas há bem poucos meses, ou na política geral de gastos públicos e de investimentos em particular. As dificuldades econômico-financeiras sofridas pelos governos estaduais não podem explicar totalmente, no entanto, as políticas de austeridade adotadas. Conformados em gerir a crise, governadores e tecnocratas de oposição abandonaram também a combatividade que antes, retoricamente, revelavam na denúncia e no combate à política econômica do governo, preferindo, talvez, os conciliábulos com os ministros da área econômica para obter liberações de verbas e outros pequenos favores.

O imobilismo oposicionista é particularmente visível nas questões relacionadas com a participação popular, um dos pratos de resistência da campanha eleitoral do PMDB, especialmente em São Paulo. Viram-se, assim, frustradas as “esperanças de mudança” suscitadas durante a campanha, ainda que esta frustração não se tenha necessariamente traduzido em desmobilização social. Os movimentos continuam ativos e se fazem sentir seja através de mobilizações ordenadas, seja em explosões como a dos saques de abril, este ano em São Paulo.

Os maiores impasses das oposições aparecem, porém, na forma pela qual vêm enfrentando globalmente a crise econômica e social e na

sua incapacidade de oferecer alternativas para a transição do regime. Sem condições de mobilizar os trabalhadores (ou de traduzir suas mobilizações no plano de grande política nacional) a maior parte da oposição acaba por enfrentar a questão da transição do regime no campo escolhido pelo governo, isto é, o da institucionalidade autoritária atualmente reinante.

Mais do que isso: crescem em arraiais da oposição propostas que estabelecem no “consenso” a única saída para a crise institucional, sobretudo se o governo for submergido em dificuldades políticas insuperáveis, como pode ser, por exemplo, um crescimento avassalador da candidatura Maluf.

Na medida em que a proposta da eleição direta encontra resistência no governo, vai-se impondo, em amplos setores da oposição, um crescente “realismo” expresso em fórmulas como a da aceitação das eleições indiretas com um candidato de “consenso” (Tancredo) ou a da reeleição de Figueiredo para um mandato-tampão que precederia a volta ao pleito direto para presidente (Brizola).

A observação da crise interna que atravessa o PMDB é extremamente reveladora. Exceção feita de posturas solitárias, que têm no senador Teotônio Vilela uma figura emblemática, afirma-se cada vez mais no partido a tendência patrocinada por Tancredo. Esta apresenta uma enorme vantagem sobre as demais na medida em que esboça, de forma mais ou menos clara, a via de “conciliação nacional” como meio de superação dos graves impasses do momento.

Nesse acordo nacional, de contornos ainda imprecisos, as oposições poderiam aceitar um presidente “de consenso” em troca de uma reforma constitucional (não necessariamente uma constituinte) e de alterações da política econômica em nome das quais se lhes afigurasse legítimo pedir aos trabalhadores maiores sacrifícios (e não simplesmente impô-los, como se faz agora).

Há um problema, porém: como lembra Michel Debrun,

neste país a conciliação nunca foi um arranjo ou um pacto entre setores sociais de peso mais ou menos igual, mas uma operação assimétrica em que um polo forte coopta um polo menos forte, *sobre um pano de fundo constituído por polos fracos mesmo, sufocados ou abandonados à sua própria sorte.*

A única novidade hoje, continua Debrun, é que o polo menos forte dispõe de um apoio popular considerável... (*Istoé*, 26/1/1983, p. 63 – grifos MAG).

Há uma outra novidade, no entanto: ao que tudo indica o “apoio popular” que o “polo menos forte” (isto é, o PMDB ou o PDT) dispõe é relativo, não estando reunidas de *per se* as condições para que os trabalhadores sejam por sua vez cooptados facilmente.

Tudo porque este processo de cooptação popular – frequente antes de 1964 – enfrenta nos dias de hoje dois obstáculos.

O primeiro deles é o crescente abismo que separa os interesses dos grupos dominados daqueles dos grupos dominantes, o que dificulta encontrar um denominador comum capaz de servir de base para um pacto. Como aponta ainda Debrun, “o desenvolvimento da hegemonia de um grupo sobre outros se fundamenta, se não na identidade (pelo menos) na afinidade básica dos interesses entre uns e outros”. (idem)

O segundo obstáculo está relacionado ao novo perfil dos movimentos sociais a partir de fins dos anos 1970 no Brasil, marcado por crescentes, ainda que desiguais, manifestações de autonomia, o que complica o processo de cooptação popular.

As possibilidades de um pacto social passam, em grande medida, pela derrota dessas manifestações autônomas e, mais precisamente, pelo esmagamento daquelas correntes que buscam articular as manifestações em plano nacional e construir, a partir delas, uma alternativa política global.

De forma mais precisa, pode-se dizer que o sucesso da cooptação necessária para um grande projeto de rearranjo do regime está intimamente ligado ao êxito de três operações: 1ª) o isolamento de setores mais combativos da classe operária com relação ao conjunto da classe; 2ª) o isolamento da classe operária em relação ao conjunto dos assalariados e 3ª) o isolamento do PT dentro das oposições.

A despeito dos esforços de alguns para levar a cabo articulada e simultaneamente essas operações, não se pode dizer que a parada esteja decidida e que aos trabalhadores e ao PT nada mais reste a não ser ceder à conciliação, submetendo-se aos aliados “liberais” ou simplesmente saindo de cena, ou então, como querem alguns “à esquerda”, reagindo isoladamente.

Os setores mais combativos do movimento operário, de outros movimentos sociais e do PT, em particular, devem reconhecer, no entanto, que suas formulações estão muito aquém das exigências do momento e que, se não se produzir uma pronta e nítida reação, será possível a derrota popular necessária para o êxito do projeto de conciliação.

AS LIÇÕES DE NOVEMBRO

Os resultados eleitorais colhidos pelo PT – abaixo das expectativas em São Paulo, medíocres no Rio e em Minas e catastróficos no resto do país – devem ser considerados como sintomáticos, ainda que a força do partido não possa ser medida somente em função das eleições.

Na eleição de novembro se manifestaram as enormes dificuldades em construir uma alternativa política independente dos trabalhadores, cuja base havia sido estabelecida a partir do ressurgimento do movimento operário em 1978 e que se traduziu na formação do PT. Pensar estas dificuldades e buscar soluções passou a ser fundamental na medida em que a fragilidade do partido, evidenciada nas eleições, se transformou em um fato político de indiscutível peso sobre sua existência.

Não basta, assim, simplesmente insistir no que de há muito se sabe, isto é, que as eleições, especialmente com as regras vigentes no Brasil, não são o melhor canal de expressão dos trabalhadores. Persistir neste tipo de argumento faz desembocar em uma visão autocomplacente do desempenho do partido, encobrendo os complexos problemas colocados para o PT antes e depois do pleito. Não corresponde sequer à própria intenção anunciada pelo partido no início da campanha eleitoral de fazer das eleições uma nova etapa no processo de organização da classe trabalhadora e de construção de suas alternativas políticas.

Ora, revelando força em áreas socialmente significativas (zonas sul e leste de São Paulo, ABCD e periferia de Campinas, por exemplo) nada indica que o Partido dos Trabalhadores tenha aproveitado as eleições para avanços substantivos em termos de organização popular. O mais provável, inclusive é que esta tenha sido até erodida pelas “esperanças de mudança” semeadas pelo PMDB.

Em termos de formulação da alternativa política dos trabalhadores, os progressos não são igualmente alentadores. Se é certo que se formou a tese da necessidade da presença independente dos trabalhadores na política através do PT, não é menos certo que esta presença política não foi pensada em todas suas implicações, limitando-se às formulações gerais, sem propostas alternativas concretas.

O discurso do PT acabou por oscilar entre a repetição genérica dos pontos da plataforma eleitoral e uma explicável retaliação do PMDB para contrabalançar a chantagem do “voto útil”, mas isto acabava por simplificar as coisas e aparecendo como puro sectarismo.

“Terra, Trabalho e Liberdade”, mesmo simbolizando os três eixos centrais da mobilização dos trabalhadores não expressava convincentemente a vocação hegemônica tão necessária para constituir um polo alternativo dentro das oposições. Para que isso ocorresse seria preciso

enfrentar algumas questões vitais que estiveram ausentes em nossa intervenção ou foram formuladas de maneira muito precária.

A primeira e mais decisiva era a de como traduzir a presença “de baixo para cima” dos trabalhadores na política em termos de um projeto de substituição da ditadura, que não a simples “volta ao Estado de direito” propalada pelos liberais. Com isso, seria possível, inclusive, melhor definir a questão das alianças políticas.

A segunda, e ligada à anterior, era a questão do socialismo pela qual o PT se definiu antes mesmo das eleições. O debate sobre este ponto no interior do partido, nitidamente insuficiente, projetou para fora posições contraditórias, libertárias, social-democratas ou autoritárias. Mesmo predominando a tese de que o socialismo será construído pelos trabalhadores em suas lutas, persistiu uma indefinição excessiva na qual se afirmava mais o que não se queria do que aquilo que era buscado.

A terceira, e talvez mais crucial questão, diz respeito à solução das demandas imediatas dos trabalhadores, agravadas no pós-novembro com a deterioração da situação econômica e social. O problema é complexo, pois implica tanto a formulação de pontos de programa pelos quais os trabalhadores sejam capazes de se mobilizar, quanto a definição de alternativas, políticas que permitam mostrar suas reivindicações como viáveis.

PMDB e PDT, cada um com sua linguagem própria, semearam esperanças sobre as reivindicações que seriam atendidas por um aparelho de Estado moralizado, descentralizado e revigorado por obscuros mecanismos de “participação popular”. Enquanto isso, o PT fazia dos “conselhos populares”, palavra de ordem justa, mas mal definida, uma espécie de pomada mágica que autorizou a imprecisão de muitos em pontos programáticos, sob o pretexto de que os “conselhos é que decidiriam”.

É evidente que todos esses problemas não são de fácil resolução, mas também é evidente que para poder resolvê-los é primeiro preciso admitir sua existência.

A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA

Para não ficar eternamente debruçado sobre os fracassos da campanha eleitoral, é da maior importância tentar pensar a significação atual desses problemas, especialmente agora, quando a crise penaliza tão fortemente os trabalhadores. Nesse sentido, cabe a pergunta sobre a possibilidade de retomar e, sobretudo, desenvolver a proposta original do PT de configurar uma política alternativa dos trabalhadores, capaz de ter incidência em suas lutas concretas hoje (contra o arrocho, o desemprego etc.), articulando-as em um projeto democrático radical de substituição do regime autoritário. É nesse sentido ainda que se coloca a questão da “volta às origens” do PT. É bom lembrar que sua proposta surgiu da necessidade de setores mais combativos dos movimentos sociais, em particular do movimento operário, de encontrar um canal de expressão própria, na medida em que não identificavam no MDB de então (e menos razão têm de fazê-lo com o PMDB de hoje) um instrumento capaz de lutar na defesa das condições de vida dos assalariados e por um projeto consistente de superação da ordem ditatorial. (Diga-se, entre parênteses, que o PMDB claudica inclusive ao tentar formular seu projeto de “conciliação nacional”).

A construção de uma alternativa nacional dos trabalhadores passa hoje pela articulação dos movimentos sociais que apresentam uma enorme desigualdade a tal ponto que, em muitos casos, não se pode falar em movimentos propriamente ditos. Isso só poderá ser feito na medida em que o PT deixar de ser puramente reflexo desses movimentos. O respeito da autonomia não se confunde com o culto da espontaneidade. Supõe, ao mesmo tempo, tornar compatíveis as distintas dinâmicas sociais autônomas em um movimento articulado, capaz de incidir na política nacional com perfil próprio.

Somente assim os setores mais combativos do movimento operário não se isolarão dos menos organizados, da mesma forma que a classe operária não ficará isolada do resto dos assalariados.

Isso pode ser obtido explicitando posições no movimento sindical, especialmente no que se refere ao processo de formação da CUT. Ou abrindo alternativas ao marasmo e burocratização que destruíram o movimento estudantil brasileiro, de enorme importância no passado. Ou definindo propostas para que os mais distintos setores sociais possam incidir na administração do Estado, pondo em xeque seus mecanismos autoritários e burocráticos, com o que se criam formas concretas de desestabilização da ordem burguesa. Ou patrocinando campanhas de resistência civil da população contra o arbítrio e uma política social excludente (que pode ser feito em relação às prestações do BNH ou às tarifas de serviços públicos). Os exemplos são infindáveis.

As manifestações de autonomia por parte de distintos setores da sociedade brasileira se fazem sentir de formas variadas. Os quebra-quebras de abril e as greves de julho são indícios significativos, ainda que distintos, desta irrupção não tutelada no plano da política. No marasmo da cena brasileira elas teriam de parecer como algo profundamente desestabilizador. O problema está na forma pela qual esta desestabilização é encarada e assumida pelas posições.

Deixando de lado posturas esquerdistas do tipo “greve geral deruba o general”, ganha importância dentro do movimento operário a questão de sua intervenção no plano propriamente político, através de mobilizações, greves setoriais ou mesmo de uma greve geral, como forma de protesto contra a ofensiva patronal e governamental sem precedentes sobre os trabalhadores. A incidência sobre outras parcelas da sociedade sobre posturas que venham a ser adotadas pelo movimento operário e sindical é indiscutível, sobretudo quando se observa o vazio de alternati-

vas no campo dos grandes partidos da oposição. Confinados no terreno estabelecido pelo autoritarismo, Brizola e a grande maioria do PMDB emudece diante das greves e manifestações sociais. Dominados pela sinistrose, estes oposicionistas fazem juras de “manutenção da ordem”, sugerem a “inoportunidade” dos movimentos, descobrem “infiltrações” ou, como faz um parlamentar que não esconde suas relações com o PCB, proclamam-se “oposição responsável”.

A sociedade continua a ser uma “variável” perturbadora, que não se harmoniza com estratégias e táticas saídas dos laboratórios do liberalismo ou do stalinismo.

A construção de um projeto alternativo ao do autoritarismo ou ao da conciliação se insinua assim no mesmo terreno em que se perfilou o projeto PT em 1979, isto é, o das lutas sociais, que já naquele momento estavam carregadas de significação política.

Na medida em que as lutas do movimento operário e sindical e de outros setores sociais ganham uma repercussão política nacional incontestável, assume contornos mais dramáticos o problema da definição de propostas claras e consistentes neste setor.

A despeito do peso ainda grande dos pelegos e da capacidade de manobrar do PCB no movimento sindical, não se pode ocultar que o sindicalismo mais combativo, simpático às posições do PT, é de grande importância, sobretudo em São Paulo. Esta postura tem de se definir, porém, em termos de uma política mais definida. É por esta razão que a questão sindical se transforma em questão número um para as novas direções do partido.

A política econômica do governo, mesmo submetendo a classe trabalhadora ao desemprego e ao arrocho salarial e, em consequência, colocando-a em uma posição defensiva, provoca ao mesmo tempo reações de outros setores sociais que ampliam os espaços de manobra do movimento operário.

Não há consenso entre a burguesia sobre essa política econômica, enquanto as camadas médias, duramente atingidas pela crise, tendem a mostrar simpatia pelas formas de luta do movimento sindical (uma pesquisa de opinião mostra que mais de 50% dos entrevistados demonstram simpatia pelas greves).

O perigo de isolamento da classe operária se afasta na medida em que esta, ao demonstrar sua coerência no enfrentamento da política econômica do governo – não só pela justeza de suas posições como pela eficácia de seus métodos de luta –, apareça como setor mais consequente do desbloqueamento da situação de impasses sociais e políticos hoje existentes. Uma presença consistente do movimento operário é a base para uma política de reagrupação dos setores consequentemente oposicionistas e democráticos. Assim – e não só com denúncias – se vence a conciliação.

Essa é igualmente a única forma de superar as “lições de responsabilidade” que os setores liberais e das esquerdas ortodoxas querem dar às classes trabalhadoras. Ao advertir para o perigo da desestabilização, estes oposicionistas ocultam que vivemos sob intensa instabilidade, que não foi inventada por setores “aventureiros” dos movimentos sociais ou por radicais “infiltrados” nestes.

A luta política tem por objetivo alterar o poder, que é, lembremos, uma relação de força. Esta luta se apresenta sempre e necessariamente como desestabilizadora. Os trabalhadores têm de assumir responsabilmente este caráter desestabilizador das lutas de resistência e incorporá-lo como elemento objetivo de uma estratégia a ser construída nos embates de hoje, sem os quais não haverá ofensivas amanhã.

OS TRABALHADORES NA HORA DA CONSTITUINTE¹

I

Na estratégia da Aliança Democrática, consubstanciada na candidatura Tancredo, a Constituinte aparecia como culminação de uma “transição possível” entre o autoritarismo e a democracia, que supunha não só um amplo acordo com forças políticas do *ancien régime* como também um compromisso com muitas de suas instituições. É dentro deste marco que deve ser entendida a solução do Colégio Eleitoral que, para a Frente Liberal, outros dissidentes do PDS, pepistas do PMDB e alguns aprendizes de Maquiavel desse partido, aparecia como via capaz de evitar os traumas da “ruptura democrática” subjacente às eleições diretas.

A consequência lógica deste enfoque da Constituinte é a necessidade de cercá-la de certos cuidados que permitam manter o “equilíbrio” da transição até agora obtido, isto é, buscar canalizar as demandas populares, como se fez com o clamor pelas Diretas Já, transformado em voto de confiança genérico na candidatura indireta de Tancredo. Os dirigentes da Aliança Democrática souberam habilmente explorar o

1. Revista *Desvios* n. 4, julho de 1985.

sentimento de exaustão da sociedade brasileira frente ao regime militar, o que explica amplamente o alto nível de respaldo popular que o presidente eleitor passou a ter.

A preocupação com a preservação desse ritmo da transição na etapa da Constituinte pode ser captada nas definições (ainda que incompletas) que dela fizeram Tancredo e os porta-vozes mais representativos da Aliança Democrática. As exceções não fazem mais do que comprovar a regra.

Em pelo menos três aspectos do projeto tancredista de Constituinte aparece claramente o que antes se assinalou: na questão da *forma* da constituinte, na questão dos *prazos*, que devem presidir sua convocação e subsequente atividade e, finalmente, no que diz respeito aos seus *pré-requisitos*.

A discussão, por sua natureza processual, aparece muitas vezes revestida de um certo mistério jurídico que a transforma em algo pouco acessível, quando não supérfluo, às grandes massas concernidas pelo debate. A sua importância não pode ser obscurecida, no entanto. Em realidade, nestas questões de procedimento se está jogando a sorte da Constituinte, pois delas dependerá, em grande medida, saber até que ponto prevalecerá a soberania popular ou se uma vez mais nos defrontaremos com o simulacro de um debate democrático, tal como ocorreu em 1891, em 1933-34 e em 1946.

Ao discutir a *forma* que deveria assumir a futura Assembleia Nacional Constituinte, Tancredo insistiu no fato de que, diferentemente de outros precedentes nacionais e internacionais, não havia um “vazio de poder” que justificasse uma soberania ilimitada daquele organismo. Não é outra razão que vai impeli-lo praticamente para a fórmula “Congresso com poderes constituintes”, o que não é só uma diferença de natureza semântica em relação à Assembleia Nacional Constituinte, mas uma diferença de natureza.

O Congresso com poderes constituintes, em primeiro lugar, não expressa de forma clara a vontade popular, ainda que fossem introduzidas modificações que saneassem as atuais disparidades de representação que fazem com que, por exemplo, um voto no Acre valha 14 vezes um voto em São Paulo. Ele combinaria deputados – que representam o povo – com senadores (um terço dos quais eleitos em 1982, em outro quadro político), que representam os estados. Ora, a soberania de uma Assembleia Nacional Constituinte é ilimitada e pode ir ao ponto de mudar a própria estrutura federativa do país.

A transcendência da função constitucional desaconselha totalmente que uma constituinte se confunda com o Congresso, que tem outras atribuições, havendo ainda o risco de que os constituintes, futuros congressistas, legislem em causa própria. Coerentemente com a *forma* que deverá assumir o processo institucional está a questão dos *prazos* para convocação, eleição e funcionamento da Constituinte. A confusão desta com o Congresso implica a manutenção da data de 15 de novembro de 1986 para a eleição da Constituinte. Salta à primeira vista o fato de que, eleita em 1986, a Constituinte será empossada em março de 1987 e, no ritmo previsível de seus trabalhos, só teremos nova Constituição em 1988. Não é necessário insistir no que significa permanecer por quase mais três anos sob a égide deste monstro que é a atual Constituição brasileira, sobretudo se se levar em conta os fatores de perturbação social e política que se fazem cada dia mais visíveis.

O argumento comumente esgrimido é o da necessidade de um certo tempo para que a sociedade possa discutir o projeto de Constituição e que, ademais disso, torna-se imprescindível remover o “entulho autoritário” que dificulta a própria convocação da Constituinte.

Argumentos impecáveis, mas que não encobrem a realidade mais crua do comportamento até agora seguido pelo governo. Longe de estimular o debate na sociedade, o governo se apresta a constituir uma

“comissão de sábios”, onde terá papel destacado o conservador Afonso Arinos de Mello Franco, que deverá preparar o prato feito para o debate constituinte, seguindo os precedentes de 1891, 1934 e, em certa medida, 1946, quando a Carta de 1934 serviu de projeto-base.

Com eleições nos primeiros meses de 1986 e posse em abril do mesmo ano se asseguraria um ano de prazo para o debate popular da Constituição, desde que o governo se dispusesse a apoiar iniciativas como a de abrir os meios de comunicação desde agora e institucionalizar o debate popular com a criação de Comissões Consultivas Municipais, como vem propondo o PT e outros setores da sociedade.

O pretexto do “entulho autoritário” é mais falaz. Em primeiro lugar, não há maior entulho autoritário do que a atual Constituição, cabendo, pois, substituição por uma autenticamente democrática. Não há dúvida de que muitos dispositivos dela e de outros diplomas legais podem comprometer claramente o caráter democrático do atual processo constituinte. Trata-se, então, de repertoriar estes dispositivos e criar uma vontade coletiva no atual desígnio democrático das forças que pretendem participar na nova Constituinte. O “entulho” se chama Lei de Segurança Nacional, salvaguardas constitucionais que podem entravar o funcionamento da Constituinte com estados de sítio ou de emergência, como ocorreu, não sem consequências, durante a votação da emenda Dante de Oliveira, da Lei Falcão, da lei de greve, da interdição de votos aos anal-fabetos, soldados, cabos e marinheiros e das interdições que ainda pesam contra a livre organização dos partidos.

É isso que deve ser removido.

As dificuldades até aqui assinaladas no projeto original da Aliança Democrática se manifestam de forma bastante mais dramática e pronunciada neste inesperado e indesejado período pós-Tancredo. O complexo equilíbrio de forças da Aliança ameaça desfazer-se sem a presença de seu grande articulador, o que pode precipitar o país em uma situação de

aguda instabilidade, para o que contribuiria a difícil situação econômica e social. Uma das reações previsíveis e, de resto, já constatáveis, seria recorrer a uma hipotermia política do regime, congelando ainda mais seus propósitos reformistas, sobretudo naqueles planos onde o governo possui alguma margem de manobra, como é o caso do terreno institucional. As consequências seriam imprimir um ritmo mais moderado ainda ao processo constituinte, aumentando os instrumentos de controle sobre o futuro organismo deliberativo, ou, no limite, renunciar claramente à Constituinte, substituindo-a por uma reforma constitucional a ser feita pelo Congresso atual, cujos resultados podem facilmente ser previstos.

Em ambos os casos cabe perguntar até que ponto o organismo social resistirá a esta terapia intensiva e de choque que se lhe pretende aplicar.

O Brasil de 1984-85 não é mais aquele de 1946, quando foi possível fazer uma toaleta liberal do Estado Novo, ainda que este liberalismo ficasse para o consumo das classes dominantes, enquanto que para os trabalhadores se reservasse o surrado figurino corporativo de inspiração fascista.

A transição pôde assumir até agora um caráter conservador em nome de transformações democráticas mais profundas com as quais se acena para um futuro imediato. O apoio de grande parte da sociedade a Tancredo não deve ser confundido com um cheque em branco à “Nova República”.

Há, no Brasil destes últimos anos, alguns indicadores de que é muito difícil aplicar, sem maiores consequências, as velhas receitas de conservadorismo social e político que permitiram às classes dominantes e às elites políticas sobreviverem e se reproduzirem.

Ainda que segmentadamente e, portanto, de forma desigual, as classes subalternas demonstraram indiscutível capacidade de organização e desejo de intervenção independente da política.

A maioria da população revelou um nível de politização e uma aspiração de mudança, reivindicando o exercício da soberania popular, de forma até aqui inédita e insuspeitada.

No interior do movimento popular perfilam-se alternativas políticas que, apesar de sua fragilidade, representam claros fatores de contenção aos planos das elites, quando no passado as forças às quais competiria esta função foram mais bem coadjuvantes das elites, conforme ilustra o comportamento do PC na conjuntura de 1944-47.

Diz-se que o imortal Sarney tem-se inspirado no marechal Dutra, a quem coube conduzir a transição conservadora do Estado Novo para a República liberal de 1946-64.

O imortal copiaria o marechal até na sua fixação constitucional. Enquanto o segundo, sempre que em dúvida, recorria ao “livrinho”, expressão pela qual designava a Constituição, o primeiro faz-se fotografar diante de um exemplar da Carta de 1967, com os “acréscimos” que os ministros militares fizeram em 1969, que ele informa conservar sempre ao alcance dos olhos.

Mas, além de constituir-se em farsa, a atitude do imortal revela-se um perigoso anacronismo. Não foi para consultar este “livrinho” que ele entrou à undécima hora na carona da candidatura Tancredo e teve seu nome tolerado, não sem muitos narizes tapados, por uma opinião pública disposta a sair do regime militar e por isso seduzida pelo “realismo” do projeto da Aliança.

A súbita desapareção de tancredo do cenário político nacional transformou o realismo em surrealismo, repôs os problemas que alguns supunham ingenuamente bem encaminhados, se não resolvidos, no Colégio Eleitoral, e colocou boa parte do próprio PMDB diante do desafio de repensar sua estratégia de transição truncada pelas forças do destino.

||

Falando minutos após o anúncio da morte do presidente eleito, o jurista Raymundo Faoro referiu-se a Tancredo Neves como o homem

necessário que o país encontrou em uma certa quadra de sua história para iniciar um processo de transição da ditadura implantada em 1964 para a democracia, processo este que só se realizaria com a aprovação de uma nova Carta pela Assembleia Nacional constituinte, distinta do Congresso com poderes constituintes.

A afirmação de Faoro sobre como deve ser entendida a transição política no Brasil seria até certo ponto banal, não fora a forma pela qual o processo em curso vem sendo avaliado não só pelas correntes liberais, como, sobretudo, pelos setores da esquerda, digamos, ortodoxa.

Uns e outros compartilham irresponsavelmente a tese de que o 15 de janeiro de 1985 representou o fim do regime militar e de que se trata agora apenas de realizar transformações que “ampliem” e “consolidem” a democracia, como as de remoção do “entulho autoritário”, por exemplo. A forma pela qual encaram a questão da Constituinte, confundindo-a com o Congresso, postergando sua instalação para 1987 e não criando todas as condições para seu livre e soberano funcionamento, como apontou-se antes, mostram, no entanto, o alcance limitado do projeto de reforma das instituições pregado pela Aliança Democrática.

É evidente que esta constatação não significa compartilhar “a desatinada arrogância dos dogmáticos mais empedernidos (que) têm ousado negar que o Brasil vive um momento de mudança histórica profunda”².

Significa menos, no entanto, partilhar a ilusão de que a transição tomou um rumo irreversível e que o evitar a volta do passado autoritário depende apenas da

prudência das lideranças (e da) capacidade de discernirem o mais difícil: o tempo e as modulações possíveis, o momento azado para as inovações, na falta do que toda a política se transforma em aventura e irresponsabilidade³.

2. Cf. TORRES, João Carlos Brum. “O grande salto não repetirá o passado”, in: *Senhor*, n. 215, 1º de maio de 1985, p. 8.

3. Idem, p. 9.

A transcrição de manifestações sinfônicas das multidões, como a campanha das Diretas já, para sutis exercícios camerísticos realizados por alguns políticos, ou intrincados solos, mesmo quando da autoria de um virtuose como Tancredo, é algo bem mais complexo e os riscos de desafi-nação estão sempre presentes.

Foi possível capitalizar o fervor das massas no primeiro semestre de 1984 para a solução do Colégio Eleitoral, mas a esperança que esta saída alimentou não escondeu o esmaecimento do entusiasmo popular. Nas semanas em que Tancredo agonizou e nos dias em que se seguiram à sua morte a emoção popular não escondia o temor de que seu desaparecimento eliminasse o espaço político necessário para que a transição chegasse a bom termo. E por isso multidões se mobilizaram para ocupar o cenário gritando significativamente “a luta continua, o povo está na rua”.

Os novos solistas, ainda mais agora, quando sobraram canhestros tocadores de instrumentos, têm de afinar-se de novo pelos acordes maiores que se fizerem sentir, a menos que, em sua arrogância e irresponsabilidade, esperem conter a torrente de demandas sociais nos formulários conservadores de uns, ou oportunistas, de outros.

III

As dificuldades conjunturais que enfrenta a transição democrática em nosso país, refletem, atualizando, tendências mais profundas de nosso sistema político, onde a democracia e as leis sempre ocuparam um lugar marginal⁴.

Lembre-se o peso das correntes autoritárias em nossas classes dominantes, autoritarismo tantas vezes encoberto pelo manto de um

4. São muito sugestivas a este respeito as observações de WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

estatismo que se travestia de “socializante” e que buscava confundir nacionalismo com anti-imperialismo e assim obter a legitimidade popular. Este projeto – independentemente dos espaços políticos que abriu para a intervenção das classes trabalhadoras – manteve-se substancialmente em seus marcos paternalistas, concedendo no máximo aos trabalhadores o papel de força de apoio a seus projetos nem sempre muito precisos.

A contribuição dos liberais não é mais significativa. Aí está não só o exemplo de sua conduta no poder até 1930, como a promiscuidade, não isenta de contradições, que mantiveram com os autoritários durante o Estado Novo e posteriormente.

O liberalismo, como se afirmou antes, se transformou em produto de consumo para as classes dominantes, enquanto se reservava para as classes subalternas o modelo corporativo de inspiração fascista⁵.

Entre 1946 e 1964 nossos liberais se refugiaram num juridicismo que só contribuiu para o descrédito das leis porque sempre acompanhado de tentativas golpistas de interrupção do processo democrático em curso. Como deixar de evocar a tentativa da UDN de impedir a posse de Vargas em 1950, sob o pretexto de que este não havia obtido maioria absoluta (exigência inexistente na Constituição)? Ou sua decisiva intervenção no intento de golpe militar que levou Getúlio ao suicídio? Ou na instrumentalização de Carlos Luz e Café Filho para impedir a posse de Juscelino? Ou o apoio parlamentar que o partido deu às aventuras militares de Aragarças e Jacareacanga? Ou, mais tarde, sua participação na conspiração para impedir a posse de Jango, em 1961, e, finalmente em sua derrubada, em 1964? A mão que brandia a Constituição era a mesma que batia recorrentemente nas portas dos quartéis, conclamando os militares a uma intervenção que, finalmente, viria. Depois de 1964, salvo umas pouquíssimas exceções, os liberais foram servir o autoritarismo e só

5. FAORO, Raymundo. “Os históricos desencontros: povo e constituintes”, 1985, mimeo., 27 p.

não tiveram mais destaque no regime porque esse revelava pouca preocupação com a legitimidade⁶.

IV

Diante deste quadro, do qual se dá aqui uma pálida ideia, não é de admirar o baixo crédito que noções como *democracia* e *lei* têm no seio das massas, aparecendo ambas como embustes, malignos instrumentos com que as classes dominantes buscam apenas mascarar e legitimar sua dominação.

O compreensível ceticismo *vis-à-vis* da lei, cujas consequências no debate constitucional hoje podem não ser grandes, se traduz em dois tipos de atitudes opostas, mas complementares: a passividade e omissão face à lei e às instituições arbitrárias ou o fascínio pela violência extralegal.

O trânsito de uma para outra postura pode ser observado na forma pela qual reagem as populações periféricas diante do problema da violência. Submetidas elas próprias à mais absoluta violência social, que são suas condições de existência, responsável direta pelas manifestações cada vez mais crescentes de criminalidade, setores das classes trabalhadoras revelam ao mesmo tempo um fascínio por soluções autoritárias para o problema, como é o caso da institucionalização da pena de morte, ou sua aplicação extralegal pela Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) e outros grupamentos policiais, deixando-se não raro influenciar por políticos e publicistas como Jânio, Afanásio Jazadji e Gil Gomes⁷. Na mesma lógica devem inscrever-se as manifestações de justiça direta, como os recorrentes casos de linchamento verificados nos últimos tempos.

6. A reconstituição da Chamada “República liberal” e do comportamento da UDN está em BENEVIDES, Maria Victória, *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

7. Gil Gomes e Afanásio Jazadji foram jornalistas e radialistas de programas policiais.

É importante assinalar, no entanto, ao lado desse tipo de reação à lei, desenvolveram-se comportamentos sociais, sobretudo a partir de fins dos anos 1970, que podem ser interpretados como tentativas de autoinstituição de segmentos da sociedade que se viram confrontados com o Estado autoritário e buscaram fundar as premissas de uma ordem alternativa.

A fragmentação dessas manifestações, expressando a segmentação dos movimentos sociais, não elimina a importância do fenômeno, ainda que se constitua num claro limite a ser analisado e superado.

Já não há como soslaiar o fato de que as greves operárias e as ações diretas – como saques, depredações, ocupações de terrenos ou de estradas – não podem ser assimiladas apenas a ações “espasmódicas”, presididas por um simples mecanismo de *estímulo* (fome, miséria, carência) – *resposta*⁸. A análise desses movimentos mostra a presença de dois elementos fundamentais: o fato de que têm como ponto de partida um mínimo consenso coletivo de seus atores e, em segundo lugar, a busca de conteúdos que os legitimem, encontráveis na “opção preferencial pelos pobres” de setores da Igreja Católica ou na afirmação da “dignidade do trabalhador”, tão presente nos primeiros discursos de Lula e do sindicalismo autêntico⁹.

Esses conteúdos legitimadores podem ser, e frequentemente o são, substituídos por outros. A continuidade exitosa destas iniciativas sociais acarreta um processo de autolegitimação, isto é, a ação autônoma continuada instaura uma tradição de luta, configura experiências que permitem à comunidade aprofundar sua identidade e encontrar em sua própria

8. A análise e crítica do caráter “espasmódico” de ações diretas no século XVII podem oferecer um interessante marco de reflexão para esse problema atual. Veja-se a respeito THOMPSON, E. P. “La economía moral de la multitud”, in: *Tradiccion, Revuelta y Consciencia de Clase*: Barcelona, Crítica, 1979; e RUDÉ, Georges. *La Multitud em la Historia*. México: Siglo XXI, 1971. Este tema foi tratado por SADER, Éder. “O protesto sem juízo”, *Desvios*, n. 2.

9. O papel legitimador, que certas posições da Igreja têm para as ações diretas e outras iniciativas dos movimentos sociais, está sem dúvida na raiz da ofensiva do Vaticano contra a chamada Teologia da Libertação.

história, ainda que recente, uma fonte legitimadora. É o que ocorre seguramente com o sindicalismo do ABC, explicando também sua crescente gravitação pelo Brasil afora.

Os limites e dificuldades destas ações autônomas *para dar-se leis* estão na razão direta do fracionamento e segmentação dos sujeitos sociais que as encabeçam. Confinadas nos poros da sociedade elas não têm conseguido explicitar um projeto social e político alternativo, capaz de disputar a hegemonia com uma burguesia de duvidosa conversão liberal (ou mesmo obter uma influência maior) no processo de transição.

É evidente, por outra parte, que a presença das lutas sociais desenvolvidas a partir de fins dos anos 1970 pode ser registrada na campanha das Diretas Já, que apontava no entanto para objetivos mais explicitamente institucionais. Não só porque os mesmos atores, que reivindicaram e se organizaram nas fábricas ou bairros, se encontraram nas praças no primeiro semestre de 1984, como também porque a campanha pelas diretas se desenvolveu na esteira das grandes mobilizações sociais de 1983 contra os pacotes salariais do governo Figueiredo ou contra a política do Banco Nacional da Habitação (BNH), para citar dois focos de intervenção da sociedade na política nacional.

Isso não significa, no entanto, que os dois cenários – o das lutas sociais e o das lutas institucionais – se articularam em 1984. O que se viu basicamente foi um certo paralelismo de umas em relação às outras. A não articulação das ações dos movimentos sociais com a campanha pelas diretas talvez tenha contribuído para que seu potencial diminuísse, permitindo que a decisão no cenário institucional se desse sem uma influência maior das ruas.

A questão crucial que se coloca é, pois, a de como combinar o crescimento quantitativo e qualitativo desses movimentos autônomos na base da sociedade com a luta pela construção de uma institucionalidade democrática, que não cristalice uma determinada relação de forças sociais

e políticas, mas, pelo contrário, abra um amplo espaço para a criação de novos direitos.

Mas, ao lado das dificuldades até aqui observadas, coloca-se mais uma, cujos efeitos não podem ser subestimados, especialmente pelo tipo de incidência que têm nas lutas populares: a forma pela qual a esquerda brasileira (aí incluindo a herança internacional que traz consigo) se relacionou e se relaciona com as questões institucionais.

V

O que se convencionou chamar de “esquerda tradicional” no Brasil – PCB, PCdoB, MR-8 etc. – mantém em relação à institucionalidade uma atitude ambígua, que é expressão, mas também expressa sua ambiguidade frente ao problema da democracia.

É óbvio que as dificuldades desse relacionamento devem ser em grande medida creditada à natureza do sistema político brasileiro que, em nome da lei e da democracia, manteve as esquerdas proscritas da vida institucional por mais de 50 anos.

Mas os problemas não podem ser localizados somente neste aspecto da “democracia brasileira”. A realidade é que a esquerda, adjetivando sempre a democracia como “burguesa” e, portanto, “falsa democracia”, transferia todas suas expectativas para o socialismo, no qual se daria a “verdadeira democracia”, cujos contornos eram pouco precisos, não indo além de vagas referências às formulações leninistas sobre a ditadura do proletariado, “forma superior de democracia”.

A atitude teórica e prática adotada em relação ao “socialismo realmente existente”, fosse ele na URSS, Polônia ou Albânia, onde, quando muito, eram encontradas algumas “imperfeições historicamente explicáveis”, mostrava (e mostra) a verdadeira natureza do projeto de democracia professado por esses grupos.

A democracia “formal”, “burguesa” etc. passava a ser mero instrumento, correspondendo a uma etapa a ser “dialeticamente superada” pelo advento do socialismo. A construção de uma democracia, fundamental em um país com a tradição elitista e autoritária como o Brasil, perdia sua especificidade, subsumindo-se no projeto de construção de um socialismo marcadamente economicista e estatista.

A pesada herança histórica do socialismo real não se constituiu, nem se constitui, matéria de reflexão maior para esses grupos. O episódio da dissolução da Assembleia Constituinte pelos bolchevistas em 1918 era apresentado como “imperativo da revolução”, silenciando-se sobre as observações feitas a respeito dele por uma revolucionária como Rosa Luxemburgo¹⁰. O fato da aprovação da Constituição de 1936 da URSS (“a mais democrática do mundo”, como se vangloriavam os comunistas) coincidir com uma vaga de repressão sem precedentes, feita totalmente ao arripio da lei e que levaria o presidente da Comissão Constitucional, Bukarin, ao pelotão de fuzilamento, e com ele centenas de milhares de revolucionários, ou é desconsiderado ou assumido como pequenas “violações da legalidade socialista”. Que este terror se tenha prolongado, pelo menos até 1956, mantendo-se sob formas mais brandas até hoje, pouco importa, pois ou se trata de propaganda imperialista, ou de “lamentáveis acontecimentos”, que não invalidam o caráter “globalmente positivo desses regimes”.

As tentativas de alguns dissidentes do comunismo oficial brasileiro – como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho e todos aqueles agrupados na revista *Presença* –, retomando contribuições do último Poulantzas ou de teóricos políticos italianos vinculados ao PCI, a despeito do caráter generoso, mas desigual das contribuições, mantiveram-se circunscritas não chegando a influenciar decisivamente nem mesmo as próprias organizações com as quais se vinculam ou se vincularam.

10. Cf. LUXEMBURGO, Rosa. *Oeuvres II*. Paris: Maspero, 1969.

Toda esta pesada herança tem sua incidência no momento atual. A esquizofrenia que combina um projeto socialista preso ao velho figurino da Internacional Comunista com uma suspeita manifestação democrática conjuntural que a transforma em campeã da legalidade, situada por vezes à direita dos liberais do PMDB e do PFL.

No debate constitucional, aquelas esquerdas aceitam a tese da simultaneidade Congresso/Constituinte, hipertrofiam o problema da liberdade partidária, cuja importância é óbvia, esquecendo-se de dar significação a outros aspectos do “entulho autoritário”. Opõem-se a que a lei garanta o direito das minorias nos partidos¹¹ com argumentos antiestatistas, postura que desaparece quando se trata de exigir que a lei consagre a unicidade sindical e mantenha o instrumento básico de atrelamento ao Estado: a contribuição sindical. No primeiro caso, trata-se de preservar o direito das direções de manter incontrastado seu poder nos aparelhos partidários. No segundo, esquecendo argumentos anteriores, trata-se de impedir o prosseguimento da desenfreada perda de controle sobre os sindicatos que ocorreria com uma efetiva independência e autonomia destes.

As correntes trotskistas, ou as que como elas constroem suas análises a partir de uma matriz catastrofista, trabalham com a tese geral de que há uma incompatibilidade estrutural entre a democracia (mesmo burguesa) e o capitalismo no Brasil. A democracia seria sempre o ardid de uma burguesia forçada conjunturalmente a entregar os anéis para não perder os dedos, mas que estaria disposta a retomar, tão logo fosse possível, sua forma autoritária de dominação. É a tradução específica da tese de que estão pendentes “tarefas burguesas”, mas que a burguesia não pode mais realizá-las, dados seus compromissos com o imperialismo e o latifúndio.

11. “Proposta da interpartidária desagrada comunistas”, in: *Folha de S. Paulo*, 16 de maio de 1985, p. 10.

Isso não significa negar a luta pela democracia, pelo contrário: é importante levá-la adiante, pois, como se trata de algo não absorvível pela burguesia, o seu prosseguimento decidido leva a uma ruptura do sistema de dominação. A luta democrática se articula, através de um passe de mágica, à luta pelo socialismo, desde que acompanhada de medidas concretas alternativas ao poder burguês. As lutas sociais, independentemente do nível real de organização e desenvolvimento, são transformadas em base concreta para a constituição de um *duplo poder*. As condições para que estas manifestações da sociedade se transformem na contrassociedade, que num mítico outubro disputará o poder à burguesia, estão dadas menos pelo concreto da luta de classes e mais pela etapa da crise do capitalismo brasileiro e mundial. A importância que, para alguns setores, apresenta a discussão, até certo ponto esotérica, sobre o crescimento ou não das forças produtivas está ligada, sem dúvida, a esta tendência de deduzir as possibilidades da revolução do nível de desenvolvimento da crise capitalista nacional e mundial.

As consequências práticas dessa postura aparecem no caráter altamente ideologizado com que se encaminha a luta pela democracia, em que a ênfase é dada mais na *forma* socialista a ser atingida (os “conselhos” etc.) do que na maneira concreta como aparece a democracia (ou a falta dela) para os trabalhadores no seu cotidiano.

Um terceiro segmento da esquerda, que, como o anterior, também tem presença no Partido dos Trabalhadores, simplesmente nega qualquer significação à luta pela democracia, advogando no máximo uma presença simbólica nas “iniciativas da burguesia”, tais como Constituinte, eleições etc. Para estes setores o terreno institucional é da burguesia e a sorte de todas as lutas nele travadas está de antemão dada: os trabalhadores serão derrotados, deixando de realizar o que verdadeiramente lhes compete, isto é, acumular forças nos movimentos sociais. Para estes “condenados da terra”, que são os trabalhadores brasileiros, pouco interessam os “penduricalhos democráticos”, uma bijuteria ao gosto da pequena burguesia.

Como todas as batalhas travadas “no terreno da burguesia”, a Constituinte representará mais uma derrota para os trabalhadores, pois “a correlação de forças é desfavorável”. Quando esta for favorável “a Constituinte não será mais necessária, pois aí os trabalhadores imporão sua vontade”¹².

Este discurso, que se alimenta sem dúvida do fato de que a democracia aparece, não sem razão, associada no Brasil a um regime excludente econômica, social e politicamente, realiza uma singular combinação de basismo e radicalismo doutrinário.

O abandono do campo institucional, ou uma presença nele apenas simbólica, sob o pretexto de que é necessário “acumular forças”, acaba por transformar a luta política numa guerra de posições, na qual as dispersas forças dos trabalhadores se retiram estrategicamente do campo de batalha traçado pelas classes dominantes a fim de se preparar para o assalto final, a *tomada do poder*. A dissociação do social e do institucional é levada às últimas consequências, na medida em que o social aparece como anti-institucionalidade absoluta, prefigurando uma nova institucionalidade que se construirá sobre os escombros da velha sem sofrer sua contaminação. As bases assumem um caráter mítico e se não correspondem às expectativas revolucionárias é porque “o” partido não está desempenhando sua missão histórica. E, se tal não ocorre é porque está perdido na luta institucional, em vez de se ocupar com os movimentos sociais fazendo-os amadurecer. A receita oferecida para esta situação é via de regra o revigoramento orgânico do partido, através do qual ele poderá conduzir a reorganização necessária dos movimentos sociais para os combates decisivos. Neste revigoramento, além da insistência no reforço de formas rígidas de estruturação, independentemente da sua aplicabilidade ou não, dá-se muita importância à *teoria*

12. Recolho aqui fragmentos de intervenções que escutei em dezenas de reuniões e debates realizados no PT e fora dele sobre o problema da Constituinte. Quem quer que tenha participado desses debates não terá dificuldade de constatar que realizei uma pequena colagem de opiniões que se expressam com uma frequência inquietante.

revolucionária, isto é, a um marxismo-leninismo unívoco capaz de propiciar às bases a “consciência de classe” necessária.

Tudo se passa como se estivéssemos dando um passeio circular: abandonando o terreno da ortodoxia organizacional da esquerda brasileira, enfiamos-nos no campo dos movimentos sociais, evitamos as armadilhas institucionais lançadas pela burguesia mas acabamos por voltar ao seguro terreno da doutrina e de seus desdobramentos partidários, longe, obviamente, da vergonhosa capitulação dos “falsos marxistas”, sejam os revisionistas e reformistas do PCB, PCdoB etc., sejam os social-democratas que perderam a fé no socialismo, sem falar nesses autonomistas que não se sabe bem o que são.

Enquanto isso, as classes dominantes fazem as leis, atraem, cooptando e fazendo concessões, setores importantes dos trabalhadores que, divididos, incapazes de compreender o discurso altissonante de seus “representantes” revolucionários, preferem o realismo das reformas outorgadas, que lhes permite sobreviver melhor. Com o que legitimam e viabilizam uma vez mais um procedimento secular das classes dominantes brasileiras de fazer “sua” revolução antes que o povo a faça...

VI

A experiência histórica dos movimentos sociais destes últimos anos está a exigir, no entanto, outro tipo de reflexão. O pensamento da esquerda não mais pode desenvolver-se a partir de seu ronronar internista. Ao invés de despejar toneladas de teorias mal-conhecidas e mal-assimiladas para encobrir a realidade, é chegada a hora de debruçar-se sobre a realidade para repensar a própria teoria.

Os anos 1970 e seu prolongamento na atual década têm uma singular importância para esse tipo de preocupação. As limitações impostas às formas clássicas de representação política, mesmo aquelas usadas historica-

mente pela esquerda brasileira, fizeram com que emergissem novos sujeitos políticos encarnados nos movimentos sociais que, ao expressarem suas reivindicações específicas, se chocavam com a institucionalidade existente, não só com a ditadura militar propriamente dita, como também com boa parte da oposição institucional a ela. Esta, aí incluindo os partidos clandestinos, sonhava com um novo pacto social e político que redistribuísse de forma distinta o poder, acabando com o arbítrio e instituindo um *Estado de direito*. A esses novos sujeitos sociais era negada a condição de sujeitos políticos, ou, quando muito, se lhes reservava o papel de força de apoio a um projeto de perfil neopopulista. Neste sentido, as lutas sociais acabam por se confinar (e se conformar) ao cenário social, hierarquicamente separado do cenário institucional.

A oposição consentida creditou para si todas as transformações no plano da institucionalidade. Na realidade, e a despeito do papel que teve na mudança institucional neste período todo, esta oposição deixava de reconhecer dois outros fatores fundamentais. No interior do próprio regime se desenvolviam projetos – contraditórios e tortuosos, por certo – de autotransformação que acabariam por embeber o próprio PMDB, modificando consideravelmente seu caráter original. Na sociedade, a ação de movimentos questionando a institucionalidade (lei de greve, política econômica etc.), ainda que este questionamento tivesse efeitos práticos intermitentes e que, apenas tardiamente, se traduzisse em modificações formais da lei, criava um novo padrão de relações entre o social e o institucional, assentando as bases para a renovação da reflexão sobre a democracia.

O combate à ditadura e à “democracia” da abertura ou, mais tarde, da transição conservadora, passa a ser menos um ato de propaganda genérica do que o enfrentamento no terreno concreto do social, e dos aspectos institucionais que imediatamente lhes correspondem, das questões que interessam ao cotidiano dos trabalhadores. A luta tende a superar a dicotomia conteúdo-forma e, com isso, escapa à dualidade interesses imediatos/

interesses estratégicos. Não é importante somente *o que* se reivindica, mas *o como* se reivindica. Este último aspecto é que vai permitir a criação de um espaço específico de militância social que, ao explorar a institucionalidade da ditadura e a fragilidade das soluções oposicionistas, dá um conteúdo político a esta atividade.

Se é certo que a constituição do PT se dá em cima deste espaço, não é menos certo que o partido não o esgota, o que fica evidente não só pelo fato de que muitos movimentos sociais não se expressam partidariamente através do PT como, igualmente, pelo fato, que não pode ser ocultado, de que muitos petistas têm essencialmente, quando não exclusivamente, sua militância nos movimentos sociais, privando o partido da riqueza de suas experiências; mais do que isso, deixando-o muitas vezes mergulhado em polêmicas doutrinárias, na medida em que suas bases mais significativas não fazem fluir para seu interior a riqueza destas novas experiências que estiveram na sua origem e fundação.

A fusão do social e do institucional, feita com certa frequência e sucesso na base da sociedade, torna-se mais complicada quando se trata de enfrentar a questão maior da transição, que põe no centro do debate a necessidade de uma nova institucionalidade. Não vale a pena insistir sobre a obrigatoriedade de participação neste terreno da luta política. A despeito das posições em contrário, antes resenhadas, está claro que a disjuntiva é participar, procurando influir num novo quadro institucional que abra mais espaço aos trabalhadores, ou abster-se desta participação e receber o prato feito das classes dominantes, cujas consequências se farão sentir nas lutas futuras, a menos que se pense que o país marcha inexoravelmente para uma insurreição.

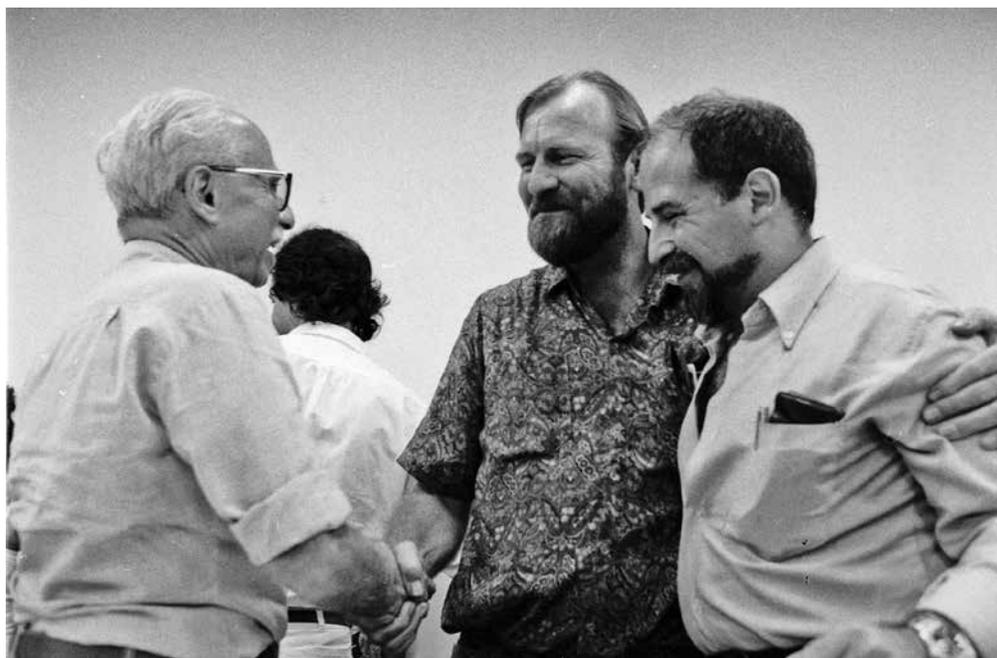
A massificação do debate constitucional pode ser um extraordinário instrumento não só de politização da sociedade brasileira, na medida em que tirará a questão da Constituinte dos gabinetes de Brasília, como de pressão efetiva sobre este organismo, pois fará desaguar sobre a Assembleia

Nacional as milhares de demandas que a sociedade formalizou desafiando o receituário conservador em preparação. O debate massivo da nova Constituição e a exigência de um processo constituinte, que assegurem o caráter mais democrático da Assembleia a vir a ser eleita, devem ser acompanhados, mas ao mesmo tempo preparados, de um intenso processo de participação social na definição das políticas públicas, em nível nacional, estadual e municipal e da institucionalidade em sentido mais lato, bem além do quadro especificamente constitucional.

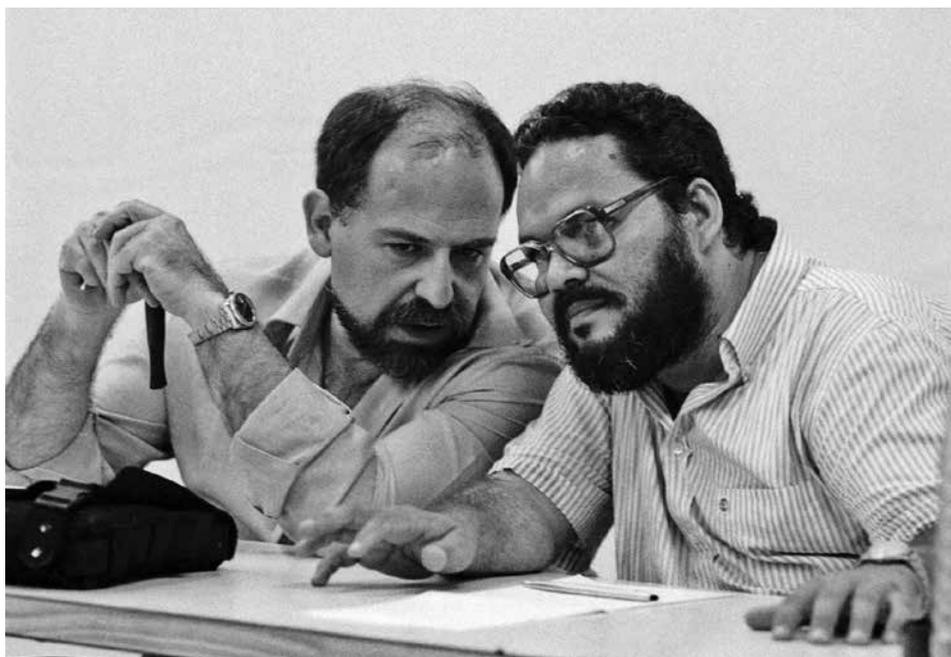
Esta pode ser a forma concreta através da qual comecem a se gestar novas formas de participação social, distintas do modelo burocrático com o qual o Estado quer hoje cooptar e neutralizar os movimentos sociais e dos utópicos projetos soviéticos, oriundos da esquerda doutrinária.

Quando se fala em amplo debate, não se está convidando o movimento social a uma simples “troca de ideias”. O debate não exclui, ao contrário, supõe o prosseguimento das ações dos movimentos sociais: das greves, das ações diretas, das iniciativas que mostram a fragilidade e o anacronismo das instituições, que desmascaram na prática o falacioso discurso democrático da burguesia.

Não é outro o sentido da construção de uma nova hegemonia na sociedade. As lutas pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores através do levantamento de políticas públicas alternativas em todos os níveis, o enfrentamento da institucionalidade autoritária existente, desmascarando no concreto os limites dos projetos de transição hoje dominantes, e o levantamento de uma alternativa constitucional que crie, pelo menos, um quadro de mobilidade democrática para os próximos anos – isto é, não cristalice a atual correlação de forças – são os grandes desafios com os quais se defrontam hoje as forças emergentes da sociedade brasileira. Desafio que se reproduz, igualmente, para o pensamento político da esquerda, necessitado de um revigoramento que somente a reflexão sobre essas novas realidades poderá produzir.



1987. JACOB GORENDER, AVELINO GANZER
E MARCO AURÉLIO GARCIA NO CICLO DE
DEBATES “70 ANOS DA EXPERIÊNCIA DE
CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO”, PROMOVIDO
PELO INSTITUTO CAJAMAR (CAJAMAR-SP).
FOTO: VERA JURSYS



MARCO AURÉLIO GARCIA E DAVID
CAPISTRANO FILHO NO CICLO DE DEBATES
"70 ANOS DA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO
DO SOCIALISMO", PROMOVIDO PELO
INSTITUTO CAJAMAR (CAJAMAR-SP).
FOTO: VERA JURSYS

ÉDER SADER: O FUTURO SEM ESTE HOMEM¹

Ainda que tenha sido penoso, quantas vezes fomos obrigados a conviver com a morte nesses últimos vinte anos? Perdemos amigos e companheiros aqui, no Brasil, depois no Chile, mais tarde na Argentina e – à força de ver nossos próximos morrerem nas mãos da repressão, na tortura ou em enfrentamentos armados – quantas vezes nos perguntamos se um dia esta sorte não nos seria reservada. Depois os tempos mudaram: uns saíram da clandestinidade ou dos cárceres, outros voltaram do exílio e os fantasmas que nos frequentaram por tanto tempo pareciam exorcizados. Mais maduros, ou talvez apenas mais velhos, abandonamos a ideia de que poderíamos um dia vir a ser heróis ou mártires da causa revolucionária.

Mas a morte voltou a rondar os nossos e me dou conta de que este prolongado convívio com ela não nos tornou mais capazes de suportá-la. É possível que isso reflita uma qualidade, pois o que se pode pensar daqueles que acabam por se conformar com a ideia de perder seus companheiros e amigos?

1. *Teoria e Debate* n. 4, setembro de 1988.

Éder Sader, nascido a 7 de agosto de 1941, nos deixou a 21 de maio de 1988. Ele foi um dos tantos que experimentaram essa dura convivência com a morte de pessoas próximas e queridas. Como hemofílico, desde criança enfrentara pessoalmente situações de risco extremado. Mais tarde, teve claro que, se caísse um dia nas mãos dos aparelhos repressivos, teria poucas chances de sobrevivência. Essa possibilidade se configurou como ameaça real pelo menos duas vezes em sua atividade de militante político: em 1970, quando, procurado pela polícia, foi obrigado a passar para a clandestinidade e buscar refúgio no exterior; e posteriormente, em 1973, quando foi preso pelos militares chilenos, no momento do golpe de Estado de Pinochet, sendo então confinado na Ilha Quiriquina.

Tendo superado tantas dificuldades em sua vida, é cruel pensar que viesse a sucumbir de Aids, adquirida provavelmente em 1985, em uma das transfusões de sangue que periodicamente era obrigado a fazer. Esse fato talvez forneça um argumento adicional para explicar nossa incomformidade com sua morte, resultante não da fúria contrarrevolucionária dos órgãos de repressão, mas da irresponsabilidade criminosa das autoridades sanitárias do país, absolutamente paralisadas diante de mais este flagelo que se abate sobre nossa sociedade.

No dia de seu enterro, seus amigos, colegas e companheiros expressaram seus sentimentos com um demorado e comovido silêncio, antes que seu corpo fosse retirado para ser sepultado. As palavras faltaram ou se tornaram incapazes de traduzir naquele momento o verdadeiro impacto que todos sentimos ao ver retirado de nós um pouco de nosso passado, mas, igualmente, de nos vermos amputados de parte de nosso futuro.

Hoje talvez já seja possível recobrar a fala e, retrazando a trajetória de Éder Sader, inventariar a dimensão de nossa perda. Mais do que isso: é chegado o momento de oferecer aos que com ele conviveram, mas dele tiveram uma percepção apenas fracionada, uma visão mais abrangente de

sua vida, na qual se confundem permanentemente a figura do intelectual e a do militante político.

PRIMEIROS PASSOS

Éder e seu irmão Emir começaram a atividade militante ainda na escola secundária. Nesse período, Éder sofreu a influência de seu tio, o sociólogo Azis Simão, autor de um clássico do pensamento social brasileiro, *Sindicato e Estado*. Azis, uma personalidade fascinante, aliava sua condição de arguto observador do movimento operário a uma indisfarçada simpatia pelas ideias libertárias, que abraçara desde a juventude.

Esse tipo de influência e, mais tarde, o contato com intelectuais e militantes de esquerda de várias tendências devem ter pesado para seu engajamento na Liga Socialista, um pequeno grupo influenciado pelas ideias de Rosa Luxemburgo. Um peso significativo na constituição de seu pensamento político deve ser creditado a Eric Sachs, um refugiado austríaco, que estivera próximo de Augusto Thalheimer, dirigente anti-stalinista do Partido Comunista Alemão, e do revolucionário russo Nicolai Bukharin, tendo militado durante a guerra civil espanhola no Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM).

Como Eric, Éder esteve presente na formação, em 1961, da Organização Marxista Revolucionária Política Operária, a POLOP, grupo que teve uma influência significativa nas esquerdas brasileiras durante os anos 1960 e parte da década seguinte, apesar de nunca ter constituído numa organização de grandes dimensões nem de implantação social nas classes trabalhadoras.

Na POLOP, ele se destacou como crítico severo das posições então hegemônicas na esquerda brasileira que tinham no Partido Comunista Brasileiro (PCB) o seu principal centro de irradiação. Em meio à agitação social do período que antecede ao golpe de Estado de 1964, Éder

denunciou as ilusões da maioria da esquerda sobre a possibilidade de que transformações “nacionalistas e democráticas” da sociedade e do Estado brasileiros pudessem vir a ser obtidas por meio de uma aliança do proletariado, do campesinato e da pequena-burguesia com uma burguesia nacional supostamente interessada na consecução de reformas “anti-imperialistas” e “antifeudais”.

Com o golpe, a audiência da POLOP cresceu enormemente na esquerda. Éder conheceu sua primeira experiência de clandestinidade quando teve seu nome indiciado em inquérito policial-militar, já em 1964.

Durante a crise do Partido Comunista e o início da formação de várias dissidências, a POLOP se fundiu com uma cisão do PCB no sul, gerando o Partido Operário Comunista, o POC, do qual Éder foi dirigente até 1970. Nessa época, já em meio a um refluxo importante do movimento de massas e com a derrota política e militar das esquerdas praticamente consumada, Éder foi obrigado a abandonar o país. Desse modo, o POC se dividiu e a POLOP se reconstituiu, mas um e outro grupo estavam reduzidos a um estado de fragilidade política e orgânica profundo.

Originalmente, a saída do país teve para Éder um sabor de derrota, política e pessoal, segundo ele revelaria em carta enviada a uma amiga que investiga o fenômeno do exílio. Mas, nesse mesmo depoimento, ele aponta a gradual mudança de seus sentimentos. Pouco a pouco seu exílio se transformou em um aprendizado, que duraria nove anos, e que o devolveu intelectual e politicamente transformado para o Brasil, em 1979.

TEMPOS SOMBRIOS

Nesses nove anos fora do Brasil, Éder viveu em três países – Uruguai, Chile e França – observando e por vezes participando de ricos processos políticos, sobre os quais realizou vários registros, seja na condição

de pesquisador universitário, seja como militante político, que nunca deixou de ser.

No Chile, onde foi professor e pesquisador, primeiro da Universidade Católica de Santiago e, posteriormente, da Universidade de Concepción, teve a oportunidade de iniciar pesquisas sobre os movimentos sociais urbanos que tanta importância ganharam durante o governo da Unidade Popular, entre 1970 e 1973. Lá ele se filiou ao Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR), sem perder, no entanto, seus vínculos com a POLOP e com a esquerda brasileira de uma maneira geral. Com o golpe de Estado, em setembro de 1973, foi expulso do país depois de ter sido preso pela Marinha.

Começou aí seu segundo exílio, na França, onde dividiu o tempo entre a atividade de professor dos Departamentos de Sociologia e Economia da Universidade de Paris VIII-Vincennes e a condição de um dos principais responsáveis pelo trabalho exterior do MIR chileno. Éder mostrou, então, toda sua capacidade de organizador, ajudando a estruturar um poderoso movimento de solidariedade material e política com a resistência chilena, ao mesmo tempo que desempenhou tarefas importantes no setor de formação política e no intenso debate que teve como eixo a análise da experiência fracassada da UP no Chile, suas causas e as perspectivas que se abriam para aquele país e para a América Latina.

Durante esses anos ele multiplicou contatos com a esquerda europeia e de outras partes do mundo, teve a possibilidade de acompanhar de perto e analisar as transformações políticas em nível internacional que jogavam por terra as esperanças revolucionárias gestadas nos anos 1960. Viu os impasses das esquerdas europeias, mesmo em Portugal, onde pôde observar a explosão social posterior à queda da ditadura. Acompanhou o debate sobre o socialismo real na URSS e na maioria dos países socialistas, constatando a incapacidade da maior parte da esquerda em dar respostas aos problemas que eram aflorados pelas denúncias das dissidências e pe-

los setores conservadores. Mas, sobretudo, viveu intensamente os tempos sombrios da América Latina: a repressão sem precedentes que se abateu sobre o Cone Sul do continente, que dizimou toda uma geração de militantes no Chile, na Argentina, na Bolívia, no Uruguai e também no Brasil. Em todos esses países perdeu companheiros, amigos e ex-alunos.

Sua reflexão sobre esses tempos sombrios nada teve de desesperada ou de derrotista. Ela não foi, porém, complacente, mas tampouco escoregou para os mesquinhos ajustes de contas comuns nos debates dos rarefeitos ambientes de exílio em momentos de derrota. Em um plano mais geral, procurou analisar as causas dos golpes militares no Brasil e no Chile, em textos publicados em revistas como *Les Temps Modernes*, *Critiques de L'Economie Politique* ou em outros periódicos latino-americanos. Parte desses estudos foi reunida em seu livro *Um Rumor de Botas: a Militarização do Estado na América Latina* (Editora Pólis, 1982). Mas ele contribuiu, igualmente, para a análise específica da esquerda, destacando-se o artigo que assinou com seu tradicional pseudônimo de Raul Villa, “Para um balanço da POLOP”, escrito em Paris, em 1976, e publicado na revista *Brasil Socialista*. Esta (auto)crítica transformou-se rapidamente em um texto de referência para a esquerda brasileira que recém começava a cicatrizar as feridas provocadas por uma derrota acachapante. Mais adiante passaria a ser uma fonte obrigatória para o estudo da política revolucionária no Brasil nos anos 1960.

Éder delineou uma nova reflexão, assumindo uma importância muito grande a crítica do vanguardismo das esquerdas e a valorização das experiências de luta autônoma das classes exploradas e oprimidas da sociedade. O que poderia ser apenas uma revolta ao luxemburguismo de sua juventude era mais do que uma substituição de referência doutrinária. Éder e alguns de seus companheiros começaram a analisar o significado da reanimação política do Brasil, preocupando-se menos com os aspectos institucionais da transição que começam a se insinuar a partir de

1974/1975, e mais com o aparecimento de uma nova classe operária, de combativos movimentos reivindicatórios nas periferias das cidades brasileiras ou de outros tipos de movimentação social em que detectava uma dinâmica cuja característica fundamental era a autonomia.

O CAMINHO DE VOLTA

Esse tipo de análise, somado à crítica do vanguardarismo, permitiu a rápida e natural inserção de Éder no Brasil, quando de sua volta em princípios de 1979. Ele vivia como um peixe n'água. Participava dos debates da esquerda, frequentava cursos e seminários nos meios sindicais e nas periferias. Também estava presente na constituição do Movimento pró-PT e, logo após, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores.

No início dos anos 1980, Éder foi o principal animador da revista *Desvios* que tinha como eixo de reflexão a análise dos novos movimentos sociais, de sua dinâmica autônoma e da necessidade de repensar os referenciais teórico-políticos que persistiam na esquerda e que se evidenciavam incapazes de dar conta de fenômenos como o novo sindicalismo, o PT etc.

Suas posições, expressas em textos e intervenções públicas, fizeram com que alguns setores de esquerda tentassem colar-lhe a etiqueta de autonomista, procurando identificá-lo como líder de mais uma organização dentro do PT. Éder sempre se divertiu sobretudo com a indignação do argumento daqueles que buscavam apontá-lo como suposto dirigente de uma organização que eles próprios diziam ser “contra as organizações”.

Não foi necessário muito tempo, no entanto, para que ficasse claro que as posições que defendia de forma transparente, por mais que se chocassem com o ponto de vista de alguns de seus interlocutores e companheiros, representavam uma decisiva contribuição para um partido que se autodefinira como em construção e que abrigava em seu interior distintas referências político-ideológicas e diferentes experiências sociais de luta.

A trajetória de Éder Sader como dirigente do PT, a partir de 1983, quando chegou inclusive à Comissão Executiva Estadual de São Paulo, foi marcada por uma extraordinária capacidade de diálogo, que se exerceu inclusive com aqueles que mais diferentemente dele pensavam. Esta possibilidade de diálogo advinha não só da força de seus argumentos como de sua disposição de escutar posições alheias, refletir sobre elas e, não raro, conceder-lhes razão.

Talvez disso resulte em grande parte a respeitabilidade que ganhou dentro do partido. Respeitabilidade tanto mais significativa porque jamais cercada de espetacularidade ou arrogância.

Com sólida cultura política, tendo desenvolvido uma intensa atividade de reflexão sobre temas teóricos que tinham ligação direta com o dia a dia do PT, e intensa experiência nas esquerdas, no Brasil e no exterior, Éder transformou-se em uma verdadeira ponte entre mais de uma geração de militantes, função fundamental quando se sabe com que frequência se perde a memória neste país.

Em 1982, Éder foi candidato a uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo. Obteve uma expressiva votação – em torno de 15 mil votos – que, no entanto, não foi suficiente para elegê-lo deputado. Candidato de novo em 1986, uma vez mais viu frustrada sua perspectiva de estender sua atividade ao campo parlamentar. Durante a campanha eleitoral já começaram a se manifestar sinais de uma particular fragilidade de sua saúde, que sempre foi bastante precária.

Éder decidiu afastar-se por alguns meses da atividade partidária para poder concluir sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, na qual reingressara como professor pouco após sua volta ao Brasil.

O resultado desse período de hibernação, consagrado exclusivamente à atividade intelectual, foi a conclusão de sua tese, defendida em fins de 1987, que recebeu nota dez e distinção por parte da banca examinadora.

Quando novos personagens entram em cena, cuja publicação pela Editora Paz e Terra ele não pôde presenciar, representa o resultado de muitos anos de reflexão sobre os movimentos sociais e suas implicações para a construção de uma política dos trabalhadores. Mas é, igualmente, o fruto de uma meditação sobre o marxismo e o pensamento das esquerdas de uma maneira geral, que ele havia desenvolvido em seminários acadêmicos, em artigos e debates com estudantes, sindicalistas e militantes do PT. Parte dessa reflexão havia sido exposta de forma didática e aguda em *Marxismo e Teoria Revolucionária*².

A leitura de seu livro póstumo mostrará aos militantes que os meses em que esteve retirado da atividade partidária acabariam por ser extremamente benéficos para o partido, pois permitiram que sistematizasse questões fundamentais para o debate dos trabalhadores nesta complexa conjuntura que atravessamos.

Nos últimos meses de sua vida, Éder Sader voltou a intervir no PT, na condição de membro do Conselho de Redação da revista *Teoria e Debate*. Sua saúde a partir de fins de 1987 se revelava, no entanto, cada vez mais inquietante.

Em março de 1988, o que todos temíamos se revelou certo: Éder era mais um dos hemofílicos contaminados pela AIDS no Brasil, o que todos os testes até então haviam negado.

A despeito do grande movimento de solidariedade, em todo o Brasil e mesmo no exterior, para arrecadar fundos e tentar salvar sua vida, todos os esforços foram em vão. Em poucas semanas, seu organismo foi dominado pelo vírus e uma pneumonia abateu-o na madrugada de 21 de maio.

Todos talvez conheçamos os famosos versos de Brecht sobre os militantes “imprescindíveis”, aqueles que “lutam o tempo todo”. Seria fácil, e até mesmo tentador, enquadrar poeticamente Éder Sader nessa cate-

2. Editora Ática, Coleção Princípios, 1976

goria, especialmente em um país onde a crise política dos últimos anos e uma certa frivolidade muito em curso afastaram tantos intelectuais da militância, para não dizer de uma ideia de responsabilidade social.

Não seria correto, porém, para contestar aos energúmenos da pós-modernidade na política, transformar Éder em um homem de bronze. Nada mais estranho à sua maneira simples de ser, à sua aversão a formalidades e honrarias.

Sua opção pelos trabalhadores e pelo socialismo não se confundia com demagógicas concessões populistas, como daqueles que chegam a falar errado para apresentar-se mais próximo do povão. Éder sempre considerou estas atitudes – adotadas de boa ou má-fé, não importa – como um profundo desrespeito aos trabalhadores, como uma forma disfarçada (às vezes nem tanto) de tentar exercer uma tutela sobre eles.

Sendo dotado de uma grande capacidade de comunicação, não hesitou em expor questões sofisticadas nas mais variadas assembleias, talvez na convicção iluminista de que, por mais complexos que fossem os problemas, a verdade acabaria por se impor. Isso só não lhe valeu mais dissabores porque ele se revelou sempre pronto a enfrentar incompreensões, pois colocava suas ideias acima de seus interesses pessoais.

A forma pela qual levou adiante dentro do partido e, das esquerdas de uma maneira geral, a discussão sobre as relações entre socialismo e democracia pode ser considerada como emblemática. Éder mostrou-se um crítico implacável de todas as concepções que procuraram dissociar estes dois termos, embora reconhecesse as dificuldades, tanto históricas quanto teóricas, de compatibilizá-los.

Ele atacou explicitamente as visões instrumentais que certas correntes socialistas tinham da democracia e, ao mesmo tempo, apontou para a pobreza e obsolência de suas pretensas reflexões positivas sobre o tema, mostrando como, ao fazer a crítica dos limites da democracia nas sociedades capitalistas, muitos acabam por abandonar a ideia mesma de

democracia, jogando fora a criança junto com a água do banho. Socialista e democrata, Éder não foi nunca um social-democrata no sentido que a expressão tem hoje no vocabulário político: de alguém convicto na capacidade de autorreforma do sistema capitalista, sem rupturas, como via de justiça social para os trabalhadores. Ainda que não considerasse a social-democracia um estigma, defendendo o debate franco e leal com ela, havia um abismo entre sua posição e as ilusões desta corrente, porque tinha suficiente conhecimento da realidade brasileira para dar-se conta da inviabilidade de um projeto social-democrata em um país onde mais de um terço da população vegea em condições infra-humanas e está desprovida realmente da cidadania.

Da mesma forma, defendeu uma concepção de partido ajustada a estas ideias de socialismo e de democracia com as quais (e sobre as quais) trabalhava. O PT com o qual sonhou e que ajudou a construir não seria o produto de uma teoria clarividente sobre a história e o Brasil, mas, fundamentalmente, o resultado de uma extraordinária experiência social e política de dezenas de milhares de operários e trabalhadores em geral. Os resultados dessa experiência exerceram sobre inúmeros setores da sociedade brasileira – os intelectuais entre eles – um poder de atração extraordinário. Criaram-se, então, as condições para um novo tipo de relações entre trabalhadores manuais e intelectuais, o que colocava novos problemas para articulação entre teoria e prática.

A reflexão de Éder a esse respeito foi extremamente moderna. Como Sartre – personagem que tanto marcou nossa geração –, Éder considerava que cabia ao intelectual esta função de porta-voz e de sistematizador das experiências dos trabalhadores. É claro que ele sempre teve presentes os riscos dessa forma de representação, como de resto toda representação. Mas ele esteve disposto a levar adiante, talvez porque projetasse sobre os demais os valores éticos que lhe eram próprios e a integridade de seu caráter. Talvez, é mais provável, porque compreen-

desse que os trabalhadores haviam demonstrado uma virtude política tal que seria difícil pensar que pudessem vir a se tornar prisioneiros de projetos políticos tutelares.

Mas os “imprescindíveis” de que nos fala Brecht têm a paradoxal particularidade de não serem “insubstituíveis”. A herança intelectual que nos deixou Éder Sader, como Hélio Pellegrino e tantos outros que partiram, é de tal maneira forte que exerce sobre seus companheiros um efeito multiplicador. O exemplo de homens e mulheres com essas características alimentará as reflexões e iniciativas de milhares de militantes que ocuparão os lugares deixados vazios.

Dizer que a luta continua, pode soar como vulgar e conformista retórica num momento como este. Mas que fazer, se ela continua mesmo?

Que nos reste, então, o consolo de que ela prosseguirá iluminada pelas ideias de Éder e de tantos outros e a tristeza de saber que quem conosco compartilhou derrotas não poderá estar conosco para festejar vitórias.

A SOCIAL-DEMOCRACIA E O PT¹

Um fantasma parece rondar o PT – o fantasma da social-democracia. Desde seu nascimento – e no curso de sua história – o partido foi intimado por seus atentos observadores a escolher entre o “revolucionarismo arcaico do modelo leninista” e a “moderna social-democracia”. Esse problema, porém, antecede a própria formação do Partido dos Trabalhadores.

Quando, nos últimos anos da década de 1970, surgiu o novo sindicalismo, muitos viram no fenômeno a base social e política para o nascimento de uma social-democracia brasileira.

Tão logo se frustraram tais previsões, esses analistas buscaram em cada momento de dificuldade que atravessou o novo e inesperado Partido dos Trabalhadores a oportunidade para voltar a essa quase obsessiva questão.

Assim foi depois da derrota eleitoral de 1982, ou quando o PT, no final de 1984 e início de 1985, recusou-se a ir ao Colégio Eleitoral. O mesmo ocorreu, em 1986, quando o partido colocou-se na contracorrente do Plano Cruzado e colheu magros dividendos eleitorais. Assim aconteceu após a derrota de Lula na eleição presidencial de 1989.

Os mais catastrofistas vaticinaram em cada uma dessas circunstâncias o fim do PT. Outros cominaram o partido a optar pela social-demo-

1. Publicado em *Teoria e Debate* n. 12, out/nov/dez. de 1990.

cracia como forma de sobrevivência. O tema não teria maior relevância se ficasse confinado às inquietações pós-modernas de editorialistas e jornalistas políticos ou ao exame da academia.

Passou a ter importância na medida em que se transformou em preocupação para grande parte da militância petista que vive um estado de relativa perplexidade com as aceleradas transformações em curso na URSS e no Leste europeu, e com as mudanças ocorridas no quadro social e político brasileiro após a posse de Collor, questões cujas respostas incidirão sobre o futuro do partido. A discussão sobre o tema da social-democracia no PT não pode, no entanto, continuar subordinada aos doutos conselhos que lhe são regularmente ministrados nas páginas da grande imprensa ou nos claustros acadêmicos. Não pode regular-se tampouco pelo doutrinarianismo de grupos e tendências que querem aprisionar o partido em conflitos e polêmicas que, rigorosamente, não fazem parte de sua história.

O que une aqueles que aconselham o PT a trilhar os caminhos da social-democracia e os que advertem para os “perigos” desta parece ser o desconhecimento da história do socialismo democrático, da história do PT e, o que é mais grave, da realidade brasileira.

Essas notas procuram discutir questões que permitem colocar o debate em um patamar distinto daquele em que até agora se travou. São observações sumárias e preliminares e seu objetivo é mais o de desencadear uma discussão do que o de encerrá-la. Partem, igualmente, da suposição que o documento “O socialismo petista”, aprovado pelo 7º Encontro Nacional, com todos seus limites, constitui-se uma eloquente manifestação do que já se pôde avançar a respeito no debate interno do PT.

OPOSIÇÕES

A oposição entre social-democratas e leninistas, ou bolchevistas, data do fim da Primeira Guerra Mundial, quando se consumou a divisão

do movimento operário e socialista, que mergulhara em grave crise a partir do desencadeamento do conflito.

Em 1914, o Partido Social-Democrata alemão (SPD) decidira apoiar o governo do Kaiser em sua aventura bélica. Todos os partidos socialistas da Europa – à exceção do russo e do italiano – se solidarizaram com seus respectivos governos, arrastando o proletariado de seus países a uma luta fratricida nos campos de batalha.

Uma profunda crise política e moral se instaurava no socialismo europeu com o desmoronamento da política antimilitarista que vinha sendo construída de forma sistemática pela II Internacional, particularmente a partir do Congresso de Stuttgart, em 1907.

No fim da guerra, o Partido Operário Social-Democrata Russo decidiu mudar seu nome para “comunista”. O POSDR não só incorporou na sua denominação aquilo que considerava seu objetivo estratégico, como tentava livrar-se de um rótulo indesejável. A expressão “social-democrata” havia sido conspurcada pelo “chauvinismo” e “capitulacionismo” de seus dirigentes. “Traição!”, bradavam os revolucionários para caracterizar a atitude dos dirigentes social-democratas. Estes, segundo Lênin, faziam parte de uma “aristocracia operária”² a serviço da burguesia e mantida com os resultados da exploração imperialista. Mas o que a compreensível indignação dos revolucionários não explicava era como a “traição” havia sido seguida pelas massas trabalhadoras de todos os países europeus³.

A guerra, segundo os revolucionários russos, mostrou até que ponto estavam criadas as condições para abater-se o regime capitalista. O conflito

2. As considerações de Lênin sobre a “aristocracia operária” e sua relação com a crise da social-democracia operária estão no capítulo oitavo de seu *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*.

3. Uma análise sobre as ambiguidades do conceito de “aristocracia operária” em Lênin, ainda que sem romper com a concepção leninista da relação classe-partido, está em “Lênin e a aristocracia operária”, ensaio de Eric Hobsbawm publicado em seu livro *Revolucionários*, editora Paz e Terra, p. 126-133. O tema da “traição” social-democrata é discutido por Adam Przeworski em *Capitalismo e Social-democracia*, Companhia das Letras, p. 15 e por Fernando Claudín em sua obra *La Crisis del Movimiento Comunista Internacional*, editorial Ruedo Ibérico, capítulo 2, p. 25-73.

era apresentado como expressão da impossibilidade das classes dominantes continuarem a governar como antes, sem lançar mão de seus exércitos para garantir o controle de novos mercados e fontes de matérias-primas. Sem uns e outros, dizia-se, o capitalismo se inviabilizaria.

Por considerar a social-democracia como “traidora” e “apodrecida”, os bolchevistas decretaram a “falência da II Internacional” e decidiram formar, em 1919, a Internacional Comunista ou III Internacional, da qual deveriam ser excluídos todos os social-democratas⁴.

RAÍZES COMUNS

Por trás dessa profunda divisão que marcou nas décadas seguintes o socialismo mundial, havia muito em comum entre social-democratas e comunistas. Suas origens eram as mesmas. Suas estratégias, táticas e formas de organização e de ação convergiram mais do que fazem supor as ácidas polêmicas que opuseram uns aos outros nesse século.

A social-democracia é o resultado histórico das profundas transformações pelas quais passou o capitalismo europeu, e, com ele, o movimento operário, nas últimas décadas do século XIX. A derrota da Comuna de Paris, em 1871, causou não só o massacre, prisão e exílio de dezenas de milhares de trabalhadores franceses, como uma onda mundial de histeria antioperária, superior àquela que havia sacudido a Europa em 1848.

A Alemanha passava a ser, no lugar da França, o centro do movimento operário. A este deslocamento na geografia política correspondia igualmente uma mudança no eixo de atuação dos trabalhadores. Ao invés das ações insurrecionais e dos grupos conspirativos de distintas inspirações doutrinárias, que marcaram o movimento operário francês, surgia o cada

4. Ver a este respeito as Condições para admissão na Internacional Comunista, aprovadas em seu segundo congresso, 1920. A tônica deste documento é criar uma fronteira muito nítida entre comunistas e social-democratas.

vez mais massivo proletariado alemão, disciplinadamente organizado em seus sindicatos, dirigidos pelo SPD. A via eleitoral vinha sendo seguida desde 1866 e, em 1895, pouco antes de sua morte, Engels saudava o “uso inteligente” do sufrágio universal pelo proletariado da Alemanha.

O Partido Operário Social-Democrata Russo – dividido, a partir de 1903, nos moderados mencheviques (minoritários) e nos revolucionários bolcheviques (majoritários) – via na social-democracia alemã uma fonte de inspiração permanente⁵.

O proletariado – dizia Lênin, necessitava de um partido, distinto da classe, formado por revolucionários profissionais, originários na sua maioria de fora dela, que dominasse a teoria da história para poder alterar seu curso e lançar-se à conquista do poder.

A teoria era o “marxismo”, isto é, a herança teórica de Marx e Engels que resultara na mais acabada análise crítica do capitalismo, e das possibilidades de sua transformação, que o movimento socialista mundial jamais conhecera.

O problema, que sempre ocorre quando a teoria se pretende onipotente para explicar (e transformar) a história⁶, é que os “fundadores” do marxismo haviam deixado explicações incompletas sobre o capitalismo. Pouco discutiram sua organização política e menos ainda uma teoria da ação do proletariado, para só citar alguns – vazios. Mais: o capitalismo avançado estava em acelerada mutação e novas realidades econômicas, sociais e políticas surgiam sem que para elas houvesse respostas e mesmo discussão consistentes.

A herança intelectual e política dos fundadores entrava em contato com essas novas realidades e “o marxismo” concretamente passou a ser

5. É o que demonstram historiadores do socialismo, como Georges Haupt, em seu livro *L'historien et le mouvement social*, ed. Maspero, particularmente no ensaio em que analisa a social-democracia alemã como “partido-guia” e sua influência na Europa (p. 151-197), ou WEILL, Claudine. *Marxistes russes et social-démocratie allemande 1898-1904*, edições Maspero.

6. Lembremos a frase de Lênin: “O Marxismo é todo-poderoso porque verdadeiro”.

o resultado de distintas leituras e das correspondentes aplicações da obra de Marx/Engels a essas realidades mutáveis. Deixava de existir, apesar dos esforços de manutenção da ortodoxia, um marxismo. O processo de mundialização do marxismo implicava o surgimento de marxismos.

Muitos conhecem a famosa polêmica que agitou, no final do século XIX, a social-democracia alemã (e, através dela, a de todo o mundo) entre Bernstein e Rosa Luxemburgo.

O primeiro fez um forte ataque às teses de Marx sobre a tendência à pauperização absoluta da classe operária e à desaparecimento das classes médias, ao mesmo tempo em que criticava a ideia de que a revolução seria o resultado das contradições insolúveis do modo de produção capitalista. Em decorrência, ele advogava uma estratégia operária fundada na conquista de reformas sucessivas nos marcos do capitalismo, que desembocasse em uma sociedade nova sem a necessidade de uma ruptura revolucionária.

Rosa criticou Bernstein, centrando seus ataques na ilusão deste sobre as possibilidades de autotransformação do capitalismo. O socialismo seria obra da classe trabalhadora, mas sua viabilidade estava inscrita na impossibilidade do capitalismo evitar sua própria bancarrota. Essa visão economicista do capitalismo e de suas possibilidades de transformação acabou por revelar-se uma matriz comum de toda a social-democracia. Era compartilhada pelos setores revolucionários, que advogavam a tomada violenta do poder, e pelos reformistas, que defendiam as conquistas por meios pacíficos e que não aceitavam explicitamente as teses de Bernstein.

Reformistas e revolucionários, fixando-se objetivos distintos, partiam, no entanto, do mesmo suposto: havia “leis científicas” do desenvolvimento capitalista. Uma “necessidade histórica” impelia o proletariado em determinada direção. O socialismo era uma ciência. O que diferenciava uns dos outros eram os métodos e os ritmos.

A partir da crise desencadeada com a posição assumida pela maioria social-democrata em 1914, desenvolveu-se entre os revolucionários,

sobretudo os russos, uma tendência a radicalizar a análise sobre o papel destes condicionantes históricos. Contra o evolucionismo moderado que dominava a social-democracia, depois de 1914, desenvolveu-se uma corrente voluntarista a partir da ideia de que o capitalismo vivia sua crise geral e terminal.

Já que as condições objetivas para a revolução estavam reunidas, restava apenas possuir uma direção política capaz de potencializá-las. Bastava criar as condições subjetivas: novos partidos políticos e uma nova Internacional. Mas o argumento aqui gira em torno de si mesmo. Como separar de forma tão radical as condições objetivas das subjetivas?

O elemento subjetivo – a social-democracia – era o resultado da expansão do capitalismo (elemento objetivo). O próprio Lênin abraçou esta tese quando formulou sua teoria sobre a “aristocracia operária”. Nela, como vimos, ele admitiu que a direção do movimento operário podia ser corrompida pelo próprio inimigo burguês, a ponto de fazer a política deste. Mas se somente o partido de vanguarda era capaz de operar no proletariado a transformação de sua consciência espontânea (reformista) em consciência de classe (revolucionária), pela fusão da teoria revolucionária com a dinâmica das lutas dos trabalhadores, como explicar que fora justamente o partido mais preparado intelectualmente (o SPD) que se deixara “corromper”?

DIVISOR DE ÁGUAS

Com a conquista do poder pelos bolchevistas, em outubro de 1917, consumou-se a divisão dos movimentos internacionais operário e socialista. A partir daí, a expressão social-democrata passou a ter, para parte das esquerdas, uma conotação pejorativa, um sinônimo de conciliação com a burguesia e de traição à causa operária.

A Internacional Comunista, fundada em 1919, afirmava que a revolução estava na ordem do dia. Faltava apenas um partido com vontade

política para dirigir as massas que se levantavam contra seus opressores. O capitalismo, dizia, agonizava e somente sobreviveria se direções traidoras lhe dessem trégua. A revolução passava pela constituição de organismos de duplo poder na sociedade, segundo a lição dos soviets russos, e devia desembocar na ditadura do proletariado, forma superior de democracia, radicalmente distinta das “democracias burguesas” existentes no Ocidente.

A derrota das breves experiências soviéticas na Hungria e na Finlândia, o fracasso das primeiras tentativas insurrecionais na Alemanha, a contenção do avanço das tropas do Exército Vermelho sobre Varsóvia e, principalmente, as enormes dificuldades internas que enfrentavam os soviéticos, determinaram o arquivamento dos planos de uma imediata e generalizada revolução na Europa. A vaga desencadeada pelo Outubro soviético havia passado. Produzia-se um refluxo (“temporário”) que aconselhava uma política moderada e uma aproximação com a social-democracia.

Mas a tática de Frente Única, como ficou conhecida esta nova orientação da Internacional Comunista, fracassou, sobretudo, naquele que seria o “laboratório” privilegiado de toda política operária e socialista: a Alemanha. Não cabe nesta reconstituição sumária e esquemática analisar em detalhe o período e apurar as responsabilidades dos principais atores desse verdadeiro drama histórico.

Aos bolchevistas vale a crítica por suas tentativas de generalizar a experiência soviética, a partir de uma apreciação discutível – teórica e empiricamente falando – da economia mundial, sem levar em conta a situação concreta e as tradições do movimento operário em outros países, sobretudo na Europa Ocidental.

É possível – ainda que discutível – que na Rússia os valores da democracia representativa, que muitos chamavam (impropriamente) de “burguesa”, não tivessem grande significação para as massas. Afinal, os trabalhadores haviam, por duas vezes (1905 e 1917), desenvolvido esta original experiência dos soviets, fora dos marcos institucionais vigentes no Oci-

dente. Mas a verdade é que a ditadura do proletariado, em nome da qual se dissolveu a Assembleia Nacional Constituinte eleita em 1917, e onde os bolchevistas ficaram em minoria, não teve existência real. Os soviets rapidamente deixaram de existir, os partidos foram sendo sucessivamente suprimidos e, a pouco andar, a Rússia se transformara em ditadura de um partido. A oposição que existiu não foi entre democracia representativa e ditadura do proletariado, mas entre aquela e a ditadura do partido.

Mesmo considerando as enormes limitações da democracia nos países capitalistas da Europa Ocidental, que não haviam chegado naquele momento sequer a realizar plenamente as reformas liberais, não se pode desconhecer as conquistas políticas que os trabalhadores haviam obtido no marco das instituições vigentes.

Na polêmica de Lênin com Kautsky sobre a democracia e a ditadura do proletariado se opõem duas avaliações distintas da significação da democracia para os trabalhadores. Aqueles valores que os bolchevistas e a Internacional Comunista consideravam como instrumentos para enganar os trabalhadores (o sufrágio universal, por exemplo), em realidade haviam sido conquistas duramente arrancadas às classes dominantes. Uma vez conseguidas, elas permitiram aos trabalhadores ocupar um lugar distinto na sociedade. Os direitos à sindicalização, à greve, à liberdade de imprensa e organização partidária, isto é, o acesso à cidadania, além de conquistas materiais (inexistentes na Rússia czarista), configuravam um conjunto de valores caros ao Ocidente e haviam sido fundamentais para a classe operária constituir sua identidade.

Contra a social-democracia pesavam, no entanto, duríssimas acusações. Em primeiro lugar, sua atitude frente à Guerra Mundial, cujo preço foi pago essencialmente pelos trabalhadores, a grande maioria dos que morreram ou foram mutilados nos campos de batalha. É claro que a política da maioria dos partidos social-democratas não pode ser sumariamente julgada através de categorias como “traição”, “capitulação diante da burguesia” etc. Ainda que tudo isso tenha existido e provocasse (e até hoje

possa provocar) indignação, o problema fundamental é o de saber por que uma força operária da importância do SPD (mas também outros partidos socialistas) não foi capaz de conduzir o proletariado em uma direção, mesmo que não necessariamente aquela seguida pelos bolchevistas na Rússia.

Trata-se, sobretudo, de examinar que antecedentes havia na política social-democrata que conduziram ao trágico desfecho de 1914. É evidente que esse problema não pode historicamente ser capitulado como um simples “erro político”, um acidente de percurso.

Da mesma forma, a política do SPD no imediato pós-Primeira Guerra parece ter sido mais dominada pelo temor que lhe inspiravam os revolucionários espartaquistas do que por um compromisso com as transformações sociais que se abriam para a Alemanha com a debacle do Império, em consequência da derrota militar. Vacilando, inclusive em seu compromisso com a República, a social-democracia mergulhou numa tortuosa política de colaboração com o conservadorismo. O episódio do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e, dias mais tarde, de Leo Jogisches é emblemático. Ele criou um litígio entre comunistas e socialistas que pesou de forma decisiva sobre as relações futuras de ambas as forças, como bem observou Hanna Arendt⁷.

QUESTÕES MAIS ATUAIS

Nos meses que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial subsistiu a ilusão de que o movimento operário e socialista ingressaria em uma nova etapa. Mas a bipolaridade do período da “guerra fria”, a partir de 1947, fez com que se rompessem as alianças constituídas pelo mundo afora nos marcos de governos reformistas de “união nacional”, nos quais predominava a união socialista-comunista.

7. Em seu ensaio sobre Rosa Luxemburgo que integra o livro *Homens em tempos sombrios*, Companhia das Letras.

Não foi a questão da “reforma” ou da “revolução” que produziu essa ruptura, mas antes a forma pela qual incidiram sobre os partidos operários os interesses das duas grandes potências vencedoras da guerra: URSS e Estados Unidos.

Os PCs do Ocidente entraram em um novo período de isolamento, marcado pelo sectarismo pró-soviético, enquanto nos partidos social-democratas começavam a acontecer dois movimentos: o abandono de qualquer veleidade doutrinária que pudesse ser associada à herança marxista e revolucionária e a definição de uma estratégia de governo a partir da qual viriam a ser aplicadas, sobretudo na Europa, políticas de welfare state, o Estado de bem-estar. Para a social-democracia alemã, esta dinâmica culminaria na adoção do Programa de Bad Godsberg, aprovado pelo SPD em 1959. O balanço deste período, no qual se dão os primeiros passos para a construção de uma Europa unida, tem sido até aqui dominado por discussões ideologizadas de ambos os lados.

Os social-democratas insistem em destacar seu papel na reconstrução econômica de uma Europa devastada pela guerra, na conquista de melhorias consideráveis para as classes trabalhadoras e na ampliação da democracia política.

Seus críticos denunciam os custos sociais e políticos da reconstrução: a subordinação aos interesses da grande burguesia monopólica, a integração política e militar com os Estados Unidos. A política de distribuição de renda – prosseguem – poderia ter-se implementado de forma mais radical. Não foram eliminados bolsões de pobreza como aqueles representados pelos trabalhadores imigrantes. Em alguns países – como a França, por exemplo –, a social-democracia aparece associada a aventuras coloniais. As reformas ocorreram, conclui-se, porque a própria burguesia europeia deu-se conta, desde o fim da Segunda Guerra, que teria de fazer “sacrifícios”, sob pena de que novas áreas do mundo fossem ganhas para o campo socialista.

Mais contemporaneamente, os social-democratas se referem ao desmoronamento do Leste Europeu e à crise da URSS como sinais da superioridade do modelo de economia, sociedade e Estado que construíram na Europa Ocidental sobre aquele do “socialismo real”.

Em apoio a suas teses mencionam o fracasso das economias estatal-burocráticas do Leste e o colapso dos regimes ditatoriais que foram derrubados e/ou estão sofrendo radicais transformações. Criticam a degradação ambiental provocada pelos governos destes países, o declínio da qualidade de vida e o sufocamento da vida cultural.

A social-democracia europeia, no entanto, não tem como ocultar suas dificuldades na atual conjuntura. Amarga um prolongado período de oposição em dois países importantes como a Inglaterra e a Alemanha Federal. No primeiro assistiu uma poderosa ofensiva liberal que corroeu as reformas econômicas e sociais que o Labour havia desenvolvido no pós-guerra.

Na Alemanha, seus planos de volta ao governo podem estar comprometidos pela maré conservadora que acompanha o processo de unificação do país.

Em países em que governa, como a França e a Espanha, vê-se muitas vezes na incômoda condição de promover políticas econômicas de combate à inflação que em nada se diferenciam do figurino neoliberal de elevado custo social: desemprego (particularmente na Espanha) e concentração da riqueza (que vem sendo registrada na França). Em muitos países – como na Suécia e na própria Espanha – bases sindicais próximas da social-democracia entram em choque com a orientação do governo. É particularmente agudo o conflito entre a UGT, central sindical próxima dos socialistas, e o governo de Felipe Gonzáles.

AMÉRICA LATINA

É significativo que toda a referência histórica à social-democracia tenha se circunscrito a exemplos europeus. Com efeito, não há registro de

experiência social-democrata consistente na América Latina e, particularmente, no Brasil.

O modelo soviético – tanto como projeto de tomada do poder, como via de desenvolvimento econômico e social – exerceu, durante um certo período, uma atração maior no continente. Isto se expressa menos na existência de Partidos Comunistas (salvo exceções, com pequena influência) do que na forte presença de uma ideologia difusa na esquerda, que enfatiza a conquista do poder por meios insurrecionais, numa visão instrumental da democracia e em um modelo de economia fortemente centralizado e estatal. É óbvio que os êxitos que a União Soviética teve – pelos menos no início de sua história – em superar o “subdesenvolvimento”, em realizar um complexo projeto de industrialização, acabariam por exercer um grande fascínio sobre a intelectualidade revolucionária de países que se sentiam muito mais identificados historicamente com a atrasada e autocrática Rússia czarista do que com as democracias capitalistas da Europa Ocidental.

Razões sociológicas e de cultura política acabaram por aproximar mais as vanguardas revolucionárias da América Latina do paradigma soviético (em suas versões maoísta, guevarista e outras) do que do modelo social-democrata.

Alguns poderão argumentar que a América Latina viveu importantes experiências social-democratas, como o peronismo na Argentina, o getulismo no Brasil, o battlismo no Uruguai, o aprismo no Peru etc. Enfim, todos os fenômenos que a sociologia política batizou de populismo não seriam outra coisa que experiências social-democratas *sui generis*.

Os próprios protagonistas desses movimentos parecem estar convencidos do argumento. Muitos são os peronistas que se consideram social-democratas e que buscam uma aproximação com a Internacional. O PDT, no Brasil, que reivindica a herança de Getúlio, qualifica o varguismo como experiência social-democrata e está filiado à Internacional Socialista. O mesmo ocorre com o Apra peruano, também filiado à IS.

Sem entrar em uma discussão conceitual, não parece haver evidências que permitam historicamente assimilar os fenômenos políticos anteriormente mencionados à social-democracia.

Esta supõe, na sua origem, uma forte presença operária industrial na sociedade, que se desdobra em um poderoso movimento sindical, provocando, depois, a formação de um partido. Estas condições não estavam reunidas em nenhum dos países latino-americanos nos anos em que as experiências citadas se desenvolveram, quando a classe operária era amplamente minoritária.

A expansão da industrialização não acarretou um incremento crescente e orgânico das correntes populistas, mas seu estancamento ou retração. O caso argentino, onde é indiscutível a vigência até hoje do peronismo, é a exceção que confirma a regra. Há que reconhecer, no entanto, que a força do peronismo se explica pelo fato desse movimento constituir uma verdadeira cultura de resistência das classes trabalhadoras argentinas diante das vicissitudes políticas que estas vivem desde os anos 1950.

A proposta social-democrata, em sua origem, e, ao menos, em sua retórica, durante décadas, foi um projeto classista. O discurso e a prática populistas sempre advogaram abertamente a colaboração de classes, fundamental para seu projeto nacionalista desenvolvimentista. O elemento chave desta colaboração foi o Estado. O populismo privilegia o conflito nação x imperialismo, negando a contradição capital x trabalho.

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

No Brasil não se pode falar de uma tradição social-democrata. Multiplicaram-se partidos socialistas de vida curtíssima durante a Primeira República sem que se tenha constituído uma organização nacional expressiva como ocorreu na Argentina, Uruguai ou Chile, para só citar três casos.

O Partido Socialista Brasileiro, surgido na “redemocratização”, em 1945, apesar de ter abrigado intelectuais expressivos da esquerda brasileira, teve pequena significação social e política e jamais poderia ser confundido com os PS europeus. O mesmo se pode dizer em relação ao PSB, resultante da reforma partidária dos anos 1980.

A formação do Partido Comunista – contrariamente ao que ocorreu em quase todo o mundo, inclusive nos três países antes citados – não resultou de cisão do Partido Socialista. A maioria esmagadora dos que ajudaram a formar o PCB vinha do anarco-sindicalismo, especialmente seu primeiro grupo dirigente. Nos anos 1930, o PC recebeu um importante contingente de civis e militares influenciados por visões reformistas e autoritárias da sociedade brasileira.

Competindo com o PC, além dos anarquistas, existiam correntes reformistas, muito dependentes dos favores do Estado, que dificilmente poderiam ser assimilados à social-democracia.

Essas ganharam importância depois de 1930, quando ocorreu o enquadramento do movimento sindical autônomo que existia até então. É importante sublinhar que as novas formas de organização sindical das classes trabalhadoras, a partir dos anos 1930, longe de serem a expressão de lutas vitoriosas do movimento operário, foram, antes, a consequência de importantes derrotas que ele sofreu no limiar do Estado Novo e logo depois de 1937. A política seguida pelo Partido Comunista no imediato pós-Segunda Guerra e, posteriormente, em fins dos anos 1950, até o Golpe de Estado, ao invés de constituir uma nova alternativa operária e popular no Brasil, somente reforçou o projeto varguista, tornando-o mais vulnerável, como se pôde constatar em 1964.

Não se pretende negar as reformas que o getulismo proporcionou ao movimento operário, embora a contrapartida fosse o enquadramento dos sindicatos no modelo corporativo de inspiração fascista e, logo, sua perda de autonomia. O que se está ressaltando aqui é o abismo existente entre o

varguismo e a social-democracia. Essa, como forma de consciência de classe dos trabalhadores, permitiu-lhes não só o acesso a importantes vantagens materiais como uma presença relativamente autônoma na sociedade e a conquista da cidadania a partir de suas próprias lutas e de suas formas de organização sindical e partidária.

O varguismo foi uma operação de cooptação do movimento operário – construída a partir da derrota de seus setores mais combativos – seguida de seu enquadramento nas estruturas do Estado e da outorga de algumas benesses próprias de um welfare state.

As experiências da social-democracia têm como cenário a democracia representativa, que se amplia e radicaliza com a intervenção do movimento operário. O varguismo se desenvolveu em períodos democráticos (1934-35 e 1951-54), mas a maior parte do tempo sob regime ditatorial aberto (1930-34 e 1937-45) ou disfarçado (1935-37).

No Brasil, é possível que a conjuntura mais semelhante à do surgimento da social-democracia europeia seja aquela de fins dos anos 1970, quando emerge o fenômeno do novo sindicalismo e, na esteira dele, o Partido dos Trabalhadores.

PT SOCIAL-DEMOCRATA?

A tentação de associar o nascimento do PT à formação da social-democracia europeia tem sido, como se viu, frequente. Resultado da constituição de um movimento sindical autônomo, classista, instalado nos setores mais modernos da indústria brasileira, o PT foi capaz, igualmente, de atrair para suas fileiras, como a social-democracia o fizera décadas antes, amplos segmentos de assalariados, intelectuais e setores populares. Em seu programa – onde o socialismo é reivindicado – dá-se ênfase especial às conquistas das classes trabalhadoras, explicitadas em um conjunto de reformas econômicas e sociais a serem desenvolvidas nos marcos de uma efetiva democratização da sociedade brasileira.

Distintamente da social-democracia, no entanto, o PT não reivindica uma filiação doutrinária, marxista ou de qualquer outro tipo. Ao contrário, afirma seu pluralismo ideológico, ou o seu caráter “laico”. Ainda em suas formulações iniciais, o partido assumiu claramente sua distância em relação tanto ao “socialismo burocrático”, dos partidos comunistas, como em relação à social-democracia. Esta posição é reiterada no documento *O socialismo petista*.

Desta recusa de filiação doutrinária e de ligação com as correntes históricas da esquerda neste século surge a tese de que o socialismo petista é processual, isto é, define seu conteúdo a partir da própria dinâmica das lutas dos trabalhadores e da consciência que eles ganham em suas experiências cotidianas. Mas estas declarações seriam suficientes? Por trás dessa preocupação de independência não haveria um esforço retórico de encobrir uma filiação a uma das duas correntes negadas em seus documentos? O PT não seria um partido social-democrata envergonhado? Ou um PC enrustido? “O último partido comunista”, sem sabê-lo, como afirmam muitos de seus críticos?

Os argumentos, mesmo sendo superficialmente defendidos, têm de ser enfrentados.

O fato de ter surgido em um país cujo campo cultural da esquerda era dominado pelo PC (em concubinato com o populismo); de abrigar em suas fileiras, e mesmo nas direções, muitos ex-militantes formados na escola das organizações comunistas; e de conviver em seu interior com grupos e tendências de inspiração leninista e/ou trotskista, contribuiu para que o PT pensasse muitos de seus problemas por meio dessa cultura política até então hegemônica e da qual ele procurou dissociar-se já em sua fundação.⁸

8. Os trotskistas do PT repelirão indignados sua inclusão neste bloco hegemônico pelos comunistas “tradicionais”. É evidente que uma diferença enorme separa estes últimos dos trotskistas. Ambos defendem, no entanto, pelo menos no papel, uma mesma concepção de partido – a “leninista” – e não é objetivo destas notas (nem seu autor teria investidura e competência para tanto) distribuir certificados de bom ou mau leninismo a quem quer que seja. O foro para dirimir este problema é outro. Talvez o “tribunal da história”...

Essa impressão se reforça cada vez que a voz ruidosa de alguns grupos e tenências existentes no PT se faz ouvir mais do que a do próprio partido, produzindo uma cacofonia comprometedora. Reforça-se, também, sempre que o discurso petista aparece excessivamente estatista ou complacente com algumas experiências do socialismo real.

A contrario sensu, cada vez que os dirigentes do PT (ou da CUT) admitiram sua disposição de participar de negociações com o patronato ou com o governo, ou foram confrontados com responsabilidades governamentais, ou se manifestaram sobre problemas do socialismo e da democracia com maior liberdade (ver a recente entrevista de Francisco Weffort à Folha de S.Paulo), não faltou quem prognosticasse uma “virada social-democrata” do partido.

Não é o caso de analisar esmiuçadamente cada um desses argumentos e subargumentos. Mais importante é expor algumas circunstâncias que cercam a formação do PT e ver em que medida elas podem ajudar na compreensão do problema. Não se trata de saber se o PT é (ou será) social-democrata ou comunista, porém de avançar na definição da natureza desse partido cuja originalidade pode escapar a muitos brasileiros, mas seguramente não a observadores estrangeiros.

De tanto ler e ouvir, todos sabem que a história só se repete como farsa. Como esperar, assim, que, quase um século após, uma força social e política como o PT tivesse de refazer o caminho da social-democracia ou do bolchevismo?

Não é o caso, aqui, de exigir dos analistas do PT um pouco da “modernidade” que os fascina tanto. Ao assumir o socialismo, rejeitando o comunismo e a social-democracia, o PT enfrentou desde o início uma dificuldade que até hoje não está resolvida: com qual socialismo se identifica?

Quando, em uma de suas mais famosas boutades, ao ser perguntado se era comunista ou social-democrata, Lula respondeu que era “torneiro

mecânico”, ele expressou de forma jocosa, mas ao mesmo tempo significativa, as dificuldades e as virtudes da definição socialista petista.

Em primeiro lugar, reiterava a distância em relação às alternativas que representavam um passado com o qual o PT não queria se comprometer. Em segundo lugar, sublinhava metaforicamente que importava menos sua definição ideológico-doutrinária e mais sua condição operária, o que é relevante em um país sem tradição proletária de esquerda. E, por último, apontava para o fato de que as definições políticas do partido estavam grandemente condicionadas por sua base social e que esta noção procesual de socialismo se vinculava às experiências de luta dos trabalhadores.

Desde seus documentos iniciais, o PT afirmou que o socialismo não é apenas um horizonte longínquo a ser buscado e atingido, mas algo a ser construído e que se incorpora na dimensão cotidiana das lutas.

O movimento operário, que foi e é o principal componente social do partido, forjou-se desenvolvendo articuladamente três tipos de lutas que apresentavam conteúdos anticapitalistas: contra o arrocho; pela autonomia e liberdade sindical; e contra a organização do processo de trabalho e a disciplina patronal nas empresas.

Os componentes sociais que aderiram ao PT e participaram de sua construção – operários fabris e trabalhadores de áreas de serviços, camponeses e trabalhadores rurais, profissionais liberais e técnicos assalariados, pobres das periferias urbanas – garantiram um programa que transcendia as reivindicações operárias.

Os componentes políticos – ex-militantes de organizações de esquerda, grupos e partidos de extrema esquerda, católicos ligados às igrejas progressistas, personalidades vinculadas à luta pelos direitos humanos, setores mais radicalizados da oposição democrática – permitiram que o partido ampliasse seu conceito de democracia mais além de uma simples volta ao Estado de direito. Eles incorporaram temas fundamentais para a renovação da cultura política de esquerda, que apontam para uma compreensão

maior dos processos de exploração e dominação e, por consequência, ampliam o espectro das lutas pela democracia.

Há, no entanto, outro elemento fundamental para sublinhar a especificidade do projeto subjacente à formação do Partido dos Trabalhadores: a crise do socialismo como projeto e como realidade.

Nacionalmente, as esquerdas brasileiras estavam exauridas. As forças mais tradicionais, sobretudo os partidos comunistas e o nacional-populismo, tinham pequena expressão social e diminuta presença nos setores fundamentais da sociedade, além de demonstrar escassa capacidade de elaboração teórico-política.

A esquerda revolucionária, como a outra, fora muito golpeada pela repressão nos anos 1970 e se encontrava atomizada. Encontrava-se mergulhada em um debate estéril com a velha esquerda e digladiava-se em infundáveis polêmicas doutrinárias.

Internacionalmente, sobretudo a partir da evolução política na Polônia, desencadeava-se uma nova etapa da crise do socialismo real que culminaria com as profundas transformações que marcaram a URSS e o Leste Europeu neste final de década.

A contemporaneidade das experiências do PT no Brasil e do Solidariedade na Polônia permitiu aos militantes do partido, sobretudo aos de origem operária, desenvolver uma crítica radical do sistema político vigente nos países do chamado socialismo real. Chamou a atenção, principalmente, para o problema das relações socialismo-democracia e para a existência de valores democráticos que transcendiam formas específicas de organização política da sociedade, como a liberdade e a autonomia sindicais, o pluralismo político, a liberdade de imprensa e de manifestação, o respeito aos direitos humanos etc. Em contextos históricos distintos, os trabalhadores poloneses e brasileiros enfrentavam o mesmo tipo de problemas com suas respectivas ditaduras.

Com isso, associavam-se definitivamente no discurso petista as noções de socialismo e democracia.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Essa é uma problemática familiar para o PT, pois o partido constituiu seu espaço de intervenção social e política lutando pela democracia e nesta luta foi tecendo uma teia de relações entre ela e o socialismo, o que nem sempre ficou visível até porque muitas vezes não foi suficientemente refletido.

Ao definir sua intervenção na vida política brasileira como de “acumulação de forças” e ao definir um programa de reformas qualificado de “democrático-popular”, o PT resolveu um problema e deixou em aberto outros.

A acumulação de forças e o programa democrático-popular chamavam a atenção para o fato de que o socialismo não era o objetivo imediato do partido. Isto é óbvio, pois somente cabeças muito acaloradas poderiam imaginar que o socialismo se colocava como questão de atualidade imediata. Até aí, porém, o PT não se diferenciava dos partidos comunistas, por exemplo.

A questão mais de fundo está na forma pela qual se articulam a luta por este programa democrático-popular com os objetivos socialistas. Aqui a discussão com a social-democracia e a pergunta sobre as perspectivas de sua vigência em países como o Brasil assumem uma considerável importância.

Desde sua matriz bernsteniana, a social-democracia associou a mudança social e política às reformas parciais do capitalismo. Sobre este ponto, registram-se duas posições.

Uma, mais “à esquerda”, segundo a qual as reformas teriam um caráter cumulativo e terminariam levando ao socialismo, pensado como regime qualitativamente distinto. A política de nacionalizações desempenharia um papel fundamental neste modelo. Esta posição social-democrata foi em grande medida também assumida pelos partidos comunistas, tanto nos países capitalistas avançados, como, e sobretudo, nos países subdesenvolvidos.

Outra, mais “à direita” e, talvez, mais fiel a Bernstein, para qual não havia uma diferença qualitativa entre capitalismo e socialismo. O socialis-

mo passava a ser o próprio movimento pelas reformas. Com a crise teórica e prática do “socialismo real”, esta tese ganhou muitos adeptos.

A questão é fundamental para a discussão estratégica da esquerda, para ficar fiel à linguagem de inspiração militar do leninismo. A melhor maneira de abordá-la não é discutindo a tese geral, em abstrato, mas examinando-a no contexto brasileiro. A pergunta, central para a social-democracia, sobre se as reformas têm efeito cumulativo e abrem o caminho para mudanças qualitativas (“revolucionárias”) na sociedade merece uma resposta cuidadosa.

Lula muitas vezes escandalizou a esquerda petista quando disse que, para ele, revolução no Brasil era toda a população tomar café da manhã, almoçar e jantar. Ou ir à escola. Ou ter uma moradia minimamente decente. Ou poder ser atendida com eficiência e dignidade em um hospital público. Ou, finalmente, ter uma parcela de terra para poder plantar e viver em seu estado. “Revolução? Mas isso são só reformas!”, bradará um indignado guardião da doutrina. *È vero*. Mas o que significa consegui-las?

Basicamente um agudo processo de lutas sociais: o simples desenho de uma estratégia que permita viabilizar cada uma destas “pequenezas” mostra os obstáculos existentes na sociedade brasileira, constituídos por sólidos interesses que se ramificam pelo conjunto das classes dominantes e que extravasam em muito qualquer “racionalidade” econômica.

A questão propõe uma rearticulação da luta pela democracia política com a democracia social e destas duas com o socialismo. Há muitos anos esta é uma discussão importante para setores da social-democracia e passa a sê-lo igualmente para as esquerdas engajadas nos processos de transformação nos países do “socialismo real”.

O “formalismo” da democracia é justamente criticado quando ele se revela incapaz de dar-se uma dimensão social. Isto ocorre sempre que o princípio abstrato da liberdade se sobrepõe à necessidade de uma igualdade concreta e, é bom não esquecer, ao da fraternidade.

Mas esta reivindicação da democracia social não se pode fazer à margem da democracia política, ou, como pretendem alguns, contra ela, ainda que os conflitos sejam previsíveis neste terreno.

A democracia política não pode ser entendida apenas como um meio de chegar-se à democracia social, ou a uma posição melhor de luta por ela. A democracia política é um fim em si. Um valor estratégico e permanente. Se esta tese é social-democrata, paciência: sejamos social-democratas.

Mas não é um problema doutrinário que está em jogo e sim questões políticas fundamentais. A luta pelo socialismo – para conduzir ao socialismo e não a estes monstros que desabaram no Leste Europeu, nem a sociedades desiguais governadas por partidos socialistas – tem de levar em conta o potencial político-revolucionário das reformas sociais e tirar as consequências disso no plano da luta pelo poder.

Um dos avanços do PT foi abandonar a ideia do poder como um lugar a ser tomado e reformado (proposta social-democrata) ou tomado, destruído e reconstruído (proposta revolucionária clássica). Esta inovação, pelo menos para o debate político brasileiro, tem de ser aprofundada, sob pena de, aí sim, o PT sucumbir a uma das teses mencionadas e das quais se distanciou.

O poder é algo a ser construído e é fundamental captar a complexidade das tarefas que decorrem desse propósito. Não se pode reduzir essa frase a sua leitura reformista: construir o novo gradualmente dentro do velho até que, *clac*... Não se pode, tampouco, transformar essa tese em uma versão da estratégia de “duplo poder”. Construir agora o poder popular e levá-lo a um enfrentamento com o “poder burguês”.

Nem mesmo o Governo Paralelo, criado pelo PT em 1990, escapou da interpretação bolchevista. A julgar por algumas leituras que foram feitas dessa iniciativa, ela se transformou em uma espécie de Estado Maior alternativo que sinalizaria a ilegitimidade do poder atual e estaria pronto para substituí-lo tão logo a “correlação de forças permita”...

Articulando a luta pela democracia política com a luta pela democracia social, o PT busca dar atualidade ao socialismo e tirá-lo do campo da pura utopia. Esta articulação se desdobra em uma intervenção que recobre múltiplos espaços no plano social e no plano institucional, sabendo que estes dois domínios não são estanques e se interpenetram todo o tempo.

No plano social, o grande desafio que se coloca para o PT é o da organização dos explorados e oprimidos e do combate, onde a organização já existe, das tendências corporativas que atingem o movimento sindical.

A questão da organização da sociedade é vital, sobretudo se tendo em conta que vastos setores de trabalhadores e desocupados – os “descamisados” de Collor – têm sido a base social, e não só eleitoral, de projetos autoritários de todos os tipos.

Organizar exige mais do que voluntarismo e supõe um trabalho de invenção política, que renove radicalmente os métodos de intervenção social e a linguagem da esquerda. Exige igualmente um conhecimento mais profundo da sociedade, particularmente das representações que estes milhões de brasileiros têm de sua condição social e de suas perspectivas de mudança.

No plano institucional, o PT deve assumir decididamente um projeto de reforma e democratização do Estado. Isso significa combater ação dos grupos privados, dos oligopólios, cartéis e cartórios que, a despeito da fraseologia liberal da burguesia brasileira, sugam o Estado e o colocam a reboque de seus interesses particulares.

Nesse sentido, o partido deve assumir sem medo uma postura republicana, de defesa da res publica, da coisa pública, buscando com esta luta uma eficácia imediata – a de colocar os recursos públicos a serviço do povo – dando a este movimento uma significação pedagógica. Nada melhor do que este tipo de ação para provar como o Estado está a serviço das classes dominantes e não é um instrumento de conciliação social, como pretende a ideologia dominante.

A reforma do Estado não passa por soluções tecnocráticas e gerenciais, que a tornem semelhante à “eficiente” empresa capitalista, tampouco se resume ao combate à burocracia, entendida apenas como uma camarilha de ociosos ou aproveitadores que se encastelaram na máquina administrativa. Ela é antes de tudo um processo político de democratização da coisa pública, o que supõe o desenvolvimento de múltiplos mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado e suas empresas por meio das organizações sociais, do Parlamento etc.

Para construir seu projeto de transformação socialista do Brasil, o PT precisa escapar do dilema bolchevismo x social-democracia. Para tanto, necessita despir-se de preconceitos que dominaram a esquerda durante décadas e que produzem hoje, em meio à crise pela qual passa a ideia de socialismo, efeitos opostos porém simétricos: de um lado, a defesa intransigente da ortodoxia, como se nada houvesse ocorrido; de outro, o abandono da noção de socialismo em proveito de um (neo)liberalismo que nem mesmo os (neo)liberais praticam.

A escolha de seus interlocutores nacionais e internacionais está vinculada a esta preocupação de construir um projeto socialista para o Brasil levando em conta as ricas, e às vezes dramáticas, experiências do socialismo internacional. Abre-se fundamentalmente para uma nova esquerda que se constitui (ou se reconstrói) politicamente na América Latina e que enfrenta vicissitudes semelhantes às nossas. Com ela, se dispõe a construir um novo caminho no continente, como ficou evidente no Encontro de São Paulo, em julho de 1990.

Dialoga, sem preconceitos, com a social-democracia, e com as expressões do comunismo renovado que se manifestam em países como a Itália ou mesmo no Leste Europeu.

Colabora, ainda, com forças alternativas, como os verdes alemães, o *SOS Racisme* da França e outros movimentos que buscam saídas originais para a crise da esquerda, a partir da luta por objetivos que têm a capacida-

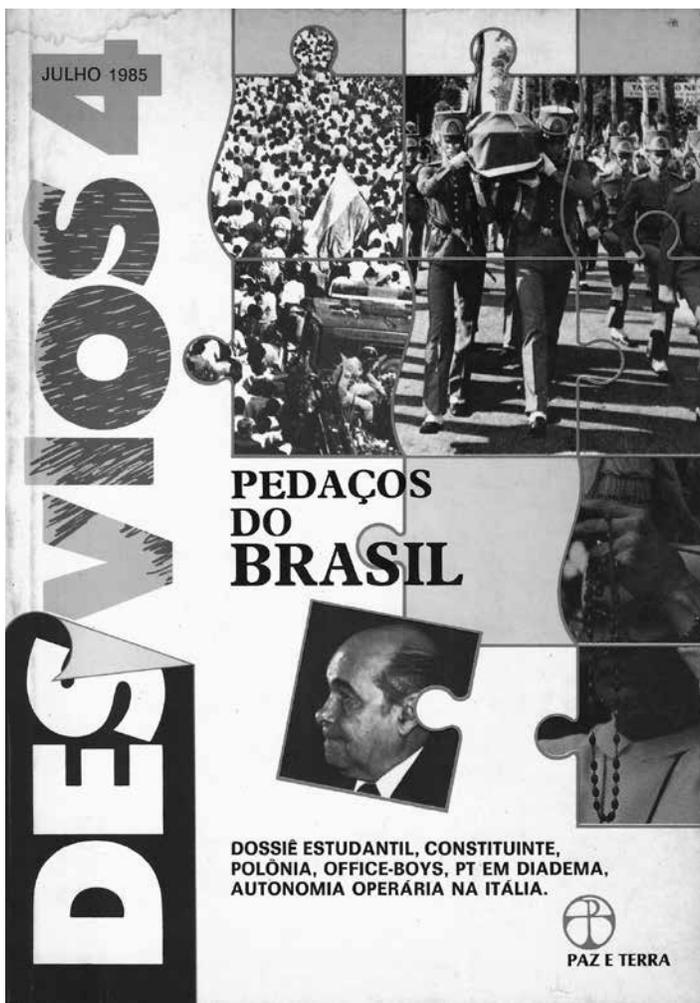
de de questionar modelos e propor novas formas de organização social e política.

A “reconstrução” do Leste Europeu se dará em meio a duros embates sociais e políticos, desmentindo a tese de que a luta de classes acabou. A social-democracia destes países (e, por extensão, a de toda a Europa) será confrontada com a necessidade de impulsionar lutas sociais e políticas nesta região ou perder o controle do processo para os conservadores, como já ocorreu.

Da mesma forma, a aplicação dos programas de ajuste em quase toda a América Latina colocará a esquerda mundial diante do desafio de oferecer um programa de reformas que compatibilize o combate a problemas emergenciais graves, como a inflação, com a necessidade inadiável de resolver questões estruturais com as quais não é mais possível conviver: a miséria, a fome, o analfabetismo etc.

É ilusório pensar que o PT é um fenômeno isolado no mundo. Ele faz parte deste processo de transição da esquerda mundial. Nesse sentido, é um partido pós-social-democrata e pós-comunista. Constrói sua identidade não combatendo estas correntes, mas dialogando criticamente com elas, voltado para novos (e velhos) desafios que seus ancestrais não puderam responder.

Radical, de esquerda, socialista e, por esta razão, moderno. Este é o PT. Sem medo de ser feliz.



DESVIOS, PUBLICAÇÃO
DO INÍCIO DOS AOS 1980.
MARCO AURÉLIO FAZIA
PARTE DE SUA EQUIPE
EDITORIAL.



1988. MARCO AURÉLIO GARCIA ACOMPANHA
O HISTORIADOR ERIC HOBSBAWN EM
PALESTRA NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA, SÃO PAULO.
FOTO: VERA JURSYS



1997. MARCO AURÉLIO GARCIA NO
11º ENCONTRO NACIONAL DO PT,
NO HOTEL GLÓRIA, RIO DE JANEIRO.
FOTO: ROBERTO PARIZOTTI

AUSÊNCIA E PRESENÇA¹

Nunca fomos de falar, ele e eu. Traficantes de palavras – ele por vocação e aprendizado consciente, eu por acidente – não acreditávamos na nossa mercadoria. As palavras servem para encher o vazio, são dispensáveis onde não há o vazio. Nunca foram necessárias ao nosso convívio. E se nunca precisei dizer a ele o que sentia, certamente não preciso dizer em público.

Essas palavras foram escritas pouco após a morte de Érico Veríssimo, por Luis Fernando, seu filho, em coluna que mantém na imprensa. Há muitos anos, ainda em nosso exílio em Vincennes, Elisabeth recortou o pedaço de jornal em que estavam impressas e prendeu-o nesses quadros que muitos de nós mantemos na parede.

Desde que voltamos ao Brasil, em 1979, o recorte continuou no quadro de seu escritório e lá continua. Poderia interpretar de muitas formas essa mensagem na parede. Elisabeth sucumbira a um belo e conciso texto, por exemplo, e o utilizava talvez para expressar os sentimentos que lhe provocaram a perda de seu pai durante nosso exílio. Mas, ao reler aquelas palavras, sob a aparente homenagem à discrição, creio haver encontrado a expressão de suas convicções mais profundas sobre as relações entre o público e o privado. Mostrava suas reservas para com aqueles que “todos os dias fazem publicamente a *toilette* de suas almas”, para repetir as mordazes palavras de Sartre em relação a Gide e Valéry.

1. Publicado em *Teoria e Debate* n. 14, abr/mai/jun. de 1991.

Espero ser fiel a esta indicação e por isto não vejo razão, nem interesse, para falar dos sentimentos de ausência e perda que me atravessam e, imagino, que a todos aqueles que estiveram muito próximos de Elisabeth, não apenas no plano intelectual e político. Não creio, no entanto, que esta fundada discricção me iniba de falar da Elisabeth que tantos conhecemos, a intelectual, a feminista e a militante. Ao fazê-lo, não quero empreender uma dolorosa volta ao passado, falando de sua ausência, mas situá-la no futuro. Quero falar de sua presença entre nós.

Muitos de seus amigos, colegas e companheiros mencionaram que Elisabeth nos deixou em um momento luminoso de sua vida, quando sua reflexão havia atingido maturidade.

Com efeito, suas pesquisas sobre as classes trabalhadoras, em especial sobre a condição da mulher trabalhadora, haviam transcendido o espaço de uma reflexão sobre um objeto específico de conhecimento e se transformado em olhar mais abrangente e profundo sobre a sociedade e a política. Este resultado – do qual temos algumas indicações em seus últimos escritos e reflexões – eram a consequência não só de uma extraordinária disciplina intelectual, que ela exercia cotidianamente com a obstinação de uma artesã, mas também da forma pela qual articulava o conhecimento e a política.

Por mais que o dia a dia da militância a irritasse, ela nunca foi capaz de dissociar sua atividade intelectual da política, o que se refletia não só na escolha de seus objetos de preocupação, como também, e principalmente, na forma de sua abordagem. Por esta razão, como intelectual, não teve dificuldades de aderir ao PT desde antes mesmo de sua fundação, participando em todos os momentos de sua construção.

Como intelectual, igualmente, mas sobretudo, como mulher, experimentou as dificuldades que estão reservadas para umas e outras na militância política. A tradição de esquerda não atribuiu sempre bons lugares para os intelectuais.

Antigas concepções, que começaram a desmoronar ruidosamente nos últimos anos, mas que ainda hoje persistem, conferiam aos intelectuais um papel superior na vida política ao considerá-los supostamente decifreadores das verdades históricas cujo “segredo” não era acessível ao mais comum dos mortais, especialmente aos trabalhadores. Essas concepções transformaram, muitas vezes, os intelectuais em arrogantes personagens que mais se pareciam com infalíveis oráculos.

A reação a essa postura foi com frequência simetricamente oposta. Passava-se a desqualificar totalmente os intelectuais, transformando-os em meros sistematizadores ou divulgadores de um “saber popular”, supostamente superior e que se encontrava depositado nas “massas”.

Na sua versão mais perversa, o intelectual se transformava em um adorno exposto na vitrine do partido, com o qual este pretendia legitimar-se na sociedade mostrando sua capacidade de atrair “belas cabeças”.

Preocupada em entender (e transformar) a sociedade, Elisabeth tratou praticamente de construir uma nova relação com os movimentos sociais, superando as posturas professorais ou o falso servilismo diante do “saber popular”, o que significava não renunciar a uma postura crítica, que é marca da atividade intelectual, nem arrogar-se em tutora e deixar de compreender os distintos lugares, desde onde se constroem as representações da realidade e os projetos de sua transformação.

Esta atitude, construída em anos de contato com o movimento social, sem mimetismos ou concessões demagógicas, permitiu-lhe entender os sentimentos de fascínio e rejeição que opõem tantas vezes intelectuais e trabalhadores, e que refletem o justo ressentimento que estes sentem por estarem excluídos do mundo da cultura e, ao mesmo tempo, o fascínio explicável que este mesmo mundo da cultura exerce.

A condição de feminista foi mais difícil de viver do que a de intelectual, pois, a despeito de todas as dificuldades, de resto historicamente explicáveis, o PT foi capaz de estabelecer com seus intelectuais uma relação até certo ponto inédita na trajetória da esquerda brasileira.

Os preconceitos para com as mulheres e para com o feminismo eram (e são) bastante mais profundos, até porque a reflexão feminista no Brasil tinha sido efêmera e fragmentada e, portanto, incapaz de oferecer-lhes uma resistência maior.

Os movimentos de mulheres, particularmente aqueles com maior implantação nos setores populares, que experimentaram um crescimento significativo no final dos anos 1970 e começo dos 1980, não cresceram com se supunha, assumindo e dando força social às reivindicações que um feminismo renovado pelos ventos de 1968 havia originalmente colocado na ordem do dia.

É interessante observar, no entanto, que se o feminismo e os movimentos organizados de mulheres não cresceram como pareciam que cresceriam, muitas das reivindicações que colocaram ganharam grande irradiação na sociedade. Isso apareceu claramente no debate da Constituinte, em 1987, e igualmente em lutas localizadas – mas nem por isso sem importância – contra a violência em relação às mulheres ou à discriminação destas no mundo do trabalho, para citar dois exemplos.

O feminismo foi vítima da fragilidade de suas formulações, somada às resistências que encontrou entre homens e também mulheres. Expressão disso foi sua segmentação em grupos de escassa influência social, às vezes, pequenas seitas onde se confundiam público e privado. Outros setores realizaram louváveis trabalhos na denúncia da violência contra as mulheres, ou conseguiram desenvolver, nas esferas institucionais do Estado – conselhos, coordenadorias etc. –, trabalhos que materializavam aspirações antes defendidas programaticamente. Algumas companheiras, finalmente, trataram de construir, dentro do próprio PT, instâncias que fossem capazes de manter viva as lutas das mulheres, incorporando-as às concepções e, sobretudo, às práticas partidárias. O debate e as concepções vigentes no partido sobre a questão não permitiram avanços substanciais e as comissões de mulheres, na maioria das vezes, se viram confinadas à

condição de “subseção” dos “setores discriminados”, ao lado dos deficientes, negros e outros.

Havia muitas formas de superar este isolamento, passando, sem dúvida, pela necessidade de dar uma nova densidade à reflexão sobre a condição da mulher. Esta reflexão era tão mais importante à medida que ao lado dos tradicionais preconceitos, mais ou menos explicitados, o feminismo sofria a ação de descrédito das(os) defensoras(es) do “pós-feminismo”, do “retorno à feminilidade” e de outras pós-modernidades...

Elisabeth dedicou-se particularmente a aprofundar sua reflexão sobre as mulheres trabalhadoras. Trabalho, dominação e resistência, seu livro póstumo,² é, em grande medida, um protocolo destas preocupações. Nelas está presente uma obsessão analítica com profundas implicações políticas. A discriminação das mulheres não é simplesmente um problema de “minorias”, até porque as mulheres são maioria. Ela não é tampouco um problema “específico” que deve se subordinar a um problema mais “geral”, “a” dominação capitalista.

Por trás da discussão aparentemente sofisticada da categoria gênero, Elisabeth colocava elementos teóricos para pensar a questão da dominação de forma mais complexa, e não segundo as hierarquias que um marxismo vulgar havia até então proposto, que faziam a dominação da mulher depender apenas da dominação capitalista.

Quando concentrou suas energias políticas na intervenção com os sindicatos e quando se orientou para a necessidade de recuperar a dimensão histórica das lutas das mulheres trabalhadoras, o que fez até a véspera de sua morte, participando de uma entrevista com Elisabete Teixeira – a fascinante personagem de *Cabra marcado para morrer* –, Elisabeth Souza Lobo revelava dois supostos intelectuais implícitos em sua estratégia política na questão das mulheres.

2. Originalmente lançado pela Brasiliense (SP, 1991), o livro *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência* foi relançado, em segunda edição pela Fundação Perseu Abramo (SP, 2011).

Em primeiro lugar, a luta das mulheres tinha de se afirmar dentro das classes trabalhadoras para que ganhasse a força, e até mesmo a legitimidade, necessárias a fim de transcender a dimensão de luta “específica”. É isso por várias razões.

Os(as) trabalhadores(as) haviam irrompido na cena política brasileira, e esta irrupção se constituía em um dos acontecimentos maiores da história contemporânea do país. Foi a partir daí que se criaram condições para repensar o tema da democracia e estabelecer entre ela e o socialismo uma relação distinta daquela que a esquerda havia até aqui proposto, pelo menos, entre nós.

Esta presença distinta dos trabalhadores na vida política brasileira, da qual o PT é a principal expressão, chamava a atenção para a complexidade das formas de sua dominação e exclusão, que não se reduziam à exploração, entendida como extração da mais-valia apenas. Havia que estudar as formas específicas em que se dava a exploração, desde a organização do processo de trabalho nas fábricas e serviços, onde se configura concretamente a subordinação, até os aspectos políticos e jurídicos na esfera mais ampla da sociedade que dão maior consistência à dominação

Elisabeth buscou incorporar a questão do gênero como fundamental para a análise da dominação e para definir uma estratégia democrática e socialista. Mais do que isto, tratou de situar a discriminação da mulher, em particular da mulher trabalhadora, como um componente essencial (e não apenas subproduto) da dominação. A luta das mulheres passava assim a ter uma dimensão mais ampla, transformava-se numa causa de mulheres e de homens, transcendia o domínio das lutas “específicas”.

Em segundo lugar, ao orientar-se para a recuperação da memória das mulheres trabalhadoras e militantes, Elisabeth enfatizava a importância de constituir uma identidade do movimento, situando-o numa

história dominada, até então, pelos homens e conferindo-lhe, assim, uma nova e necessária legitimidade.

Lembro-me de seu entusiasmo com o lançamento do 1º Congresso do PT e de sua disposição de multiplicar, junto com suas companheiras, iniciativas que (re)colocassem a questão das mulheres dentro do partido a partir destes enfoques. Ela já o havia feito antes em suas intervenções sobre a Constituinte ou na redação das “Propostas das mulheres para o governo Plínio/PT”, ou em textos como “Governar para e com homens e mulheres” e “A cidadania das mulheres e o compromisso dos e das parlamentares do PT”.

Se é certo que a atividade intelectual tem uma dimensão solitária ineludível, não é menos certo que, quando se trata de uma reflexão sobre a sociedade e a política, esta atividade tem uma dimensão coletiva indiscutível ainda que não sempre visível.

Como intelectual, Elisabeth não abandonou seus supostos e instrumentos teóricos de análise crítica da realidade. Como intelectual-militante, ela nutriu sua reflexão dos problemas colocados pelo movimento, mesmo quando os tratou de forma complexa.

Muitos dos amigos e amigas de Elisabeth expressaram após sua trágica e inesperada morte a certeza de que ela continuará entre nós. Celebrar sua presença é abraçar, defender e aprofundar aquelas ideias que ocuparam sua vida até o último minuto. Não se poderá prestar maior homenagem à sua memória do que assumir de forma radical a luta pela plena cidadania das mulheres. Primeiro dentro do PT, desatando os nós que fazem de nossas companheiras personagens fundamentais no cotidiano partidário sem uma correspondente presença nas instâncias de direção e de representação partidária.

Homenagear sua memória é, antes de tudo, fazer da condição das mulheres um tema central para pensar um projeto democrático e socialista para o Brasil e não apenas uma luta “específica” a mais.

“A sua morte nos separou, a minha não nos juntará”, escreveu Simone de Beauvoir na *Cérémonie des adieux*, quando do falecimento de Sartre. O realismo brutal dessas palavras relativiza toda e qualquer consideração sobre a sobrevivência política e intelectual de nossos mortos, especialmente daqueles que nos são muito queridos. Mas, se no plano das ideias eles nos deixam, na força de suas convicções e de seu exemplo, as marcas de sua presença mais além de sua morte; no plano afetivo, não raro nos deixam inesperadas e insuspeitadas mensagens que nos fazem melhor enfrentar a amargura de dias sombrios.

Volto ao quadro na parede do escritório hoje vazio e aí leio nos versos de Drummond que Elisabeth recortou de um jornal e deixou-me, talvez, como derradeiro bálsamo:

Por muito tempo achei que ausência é falta.
E lastimava, ignorante a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
Ausência é um estar em mim.
E sinto-a tão pegada, aconchegada em meus braços
Que rio e danço e invento exclamações alegres
Porque a ausência, esta ausência assimilada
Ninguém a rouba mais de mim.

REFORMA E REVOLUÇÃO/ REFORMA OU REVOLUÇÃO¹

(DISCUSSÃO DE UM PARADIGMA)

Em setembro de 1988, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) de São Paulo organizou seu encontro regional em torno dos temas da Reforma e da Revolução. Naquele ano se comemorava o tricentenário da Gloriosa Revolução inglesa e Christopher Hill nos chamara a atenção, em sua passagem pela UNICAMP, que o *establishment* havia preferido festejar em 1688 a vitória conservadora do “império da lei” ao invés de comemorar o movimento libertário de 1640.

Na introdução que preparei para minha comunicação, discuti este curioso diálogo que as revoluções mantêm entre si no curso da história, apontando para as incidências dele no plano historiográfico. Enfatizei ainda uma evidência às vezes esquecida, isto é, de que a historiografia sobre revoluções é duplamente tributária: do passado, que tenta reconstruir; e do presente, desde onde estabelece seu discurso.

Tratei, finalmente, de mostrar como se criaram os paradigmas *reforma e revolução*, apontando não só para suas oposições, mas, sobretudo, para as problemáticas comuns que estão na base destas duas noções que marcaram a história operária do socialismo no século XX.

1. Publicado em *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, mar/ago. 1991, p. 9-38.

Tudo isto estava dito de forma um pouco mais extensa do que conveniência e espaço permitiam e, por esta razão, foi aconselhável suprimir a introdução e ir direto ao assunto.

Quero agradecer, finalmente, a crítica inteligente e generosa de Marilena Chaui, quando da discussão pública do texto. (MAG)

|

A importância de uma revolução está dada não só pelas transformações econômicas, sociais e políticas que ela é capaz de produzir, mas também, e talvez principalmente, pela força de seu exemplo, por sua capacidade de ocupar o imaginário das gerações futuras e de se transformar, para elas, em paradigma intelectual e de ação. Como esquecer aqui as clássicas referências de Marx sobre a opressão que sofrem os cérebros dos vivos pelas gerações mortas?

E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nestes períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada.²

Se é verdade que a Revolução Francesa de 1789 “oprimiu” o cérebro dos revolucionários durante todo o século XIX e mesmo depois, não é menos verdade que a Revolução Russa de 1917 se constituiu em um marco de referência para todo o pensamento revolucionário no século XX.

2. MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte, Obras Escolhidas, Tomo I*. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1956, p. 224.

Mas o processo de transformação de um acontecimento histórico multifacetado, como é uma revolução, em um paradigma é algo sumamente complexo. *Isto porque a historiografia das revoluções (particularmente no caso soviético) acaba por fazer parte da história mesma destas revoluções, instaurando uma relação instável entre passado e presente.*

Essa advertência inicial não quer questionar a possibilidade de um olhar objetivo sobre os fenômenos revolucionários; busca, antes, sublinhar as dificuldades que cercam o trabalho do historiador neste campo. O paradigma revolucionário soviético é ele próprio um produto complexo.

Em primeiro lugar porque se constituiu em relação com outros paradigmas que o antecederam. Em segundo lugar porque, sendo resultado das vicissitudes históricas destes paradigmas que estiveram na sua raiz, sofreu o impacto das mutações por que passaram e a incidência de acontecimentos históricos relevantes como se evidencia no caso da guerra russo-japonesa, da revolução de 1905, da Primeira Guerra, para só citar alguns exemplos maiores.

Tudo isso afetou a história específica, tornando-a sumamente tortuosa. Por mais homogeneidade e coerência que se pretenda emprestar *ex post* ao bolchevismo é indiscutível que a história desta corrente política apresente momentos de ruptura e de descontinuidade tanto no plano intelectual como no plano político pragmático.

Em terceiro lugar, porque ele é uma construção intelectual de uma facção, politicamente vitoriosa, que, a partir de um certo momento, lançou mão da força das instituições revolucionárias para impor sua verdade. A “vitória” de uns e a “derrota” de outros se transformou nesta discutível “prática-critério-da-verdade”. O famoso “pudim que se conhece comendo” (Engels) revelou-se excessivamente indigesto para muitos. Trotsky parece ter tido uma premonição a respeito quando revelou temores de que “esse cozinheiro (referia-se a Stalin) nos prepara pratos muito apimentados”.

É fundamental, assim, tentar reconstituir o paradigma, explorando suas origens, examinando as condições históricas que incidiram em suas metamorfoses e analisando as distintas configurações que assumiu.

II

Um momento privilegiado para captar esta concepção de revolução que tanta gravitação teve no século XX é o período que vai de 1914 a 1919. Isto é, do desencadeamento ao fim da Primeira Guerra Mundial, passando pela Revolução Russa, pela crise que sacudiu a Internacional Socialista e pelo nascimento da Internacional Comunista.

Cada um destes acontecimentos assume uma importância simbólica que será amplamente explorada pelo pensamento revolucionário a partir de então.

A guerra aparece como *expressão* das contradições do capitalismo, uma espécie de *revelador* do estágio final de sua crise que confere à Revolução sua *atualidade*.

A crise da Segunda Internacional, visível em sua capacidade de cumprir o programa antibelicista reafirmado desde pelo menos 1907 (congresso de Stuttgart), *revela* a inadequação das estratégias, táticas e modelos organizacionais hegemônicos na social-democracia às exigências que o movimento operário supostamente coloca. O clima insurrecional ou semi-insurrecional de muitos países da Europa no imediato pós-guerra parece oferecer a evidência empírica desta inadequação. As “condições objetivas” estariam reunidas para a revolução, faltando apenas as “condições subjetivas”.

A vitória da Revolução Soviética, na contracorrente das tendências hegemônicas na social-democracia europeia, oferecia, *a contrario sensu*, argumentos em favor da importância de uma direção revolucionária para

tirar partido da crise do capitalismo que a guerra havia levado a seus últimos limites. Os bolchevistas apareciam como o oposto da inconstância social-democrata (a ponto de renunciarem a esta denominação substituindo-a pela expressão “comunista”) e apresentavam sua história nacional e internacional recentes – sobretudo a partir de 1914 – como a evidência do acerto de sua conduta.

A Revolução Russa de 1905 já havia tido uma repercussão muito grande sobre os movimentos operário e socialista internacionais. A de 1917, no entanto, permitiu constituir uma alternativa à social-democracia em escala mundial. Se o tema da fundação de uma nova Internacional começa a se colocar para setores do movimento operário internacional logo após agosto de 1914 de forma um pouco vaga e hesitante, a partir de 1917-1918 ele ganha um número de adeptos bastante significativo, ainda que longe de obter a unanimidade mesmo entre os que não escondem sua simpatia pela Revolução Russa e sua oposição às velhas direções da social-democracia europeia³.

3. A posição de Lênin a respeito da necessidade de formar uma nova Internacional vai num crescendo. Dois meses depois da deflagração do conflito, ele concluiu seu artigo: “A Guerra e a Social-democracia russa”, *Obras escogidas*, Tomo I. Moscú: Ediciones en Lenguas Etranjeras, 1960, p. 701-709; com um “Viva a Internacional proletária, livre do oportunismo!”. Mas em “A situação e tarefas da Internacional socialista”, datado de 1º de novembro de 1914, ele já fala da “morte” da II Internacional “vencida pelo oportunismo” e da necessidade de fundar a III Internacional para “organizar o proletariado para o assalto revolucionário dos governos capitalistas”. (Cf. ZINOIEV-LENINE. *Contre le courant*. Paris: Bureau d’Editions, de Diffusion & de Publicité, Reimpressão em fac-simile, François Maspero, 1970, p. 20). Uma reconstituição mais precisa da posição leninista pode ser feita em base à consulta dos tomos 21, 22, 23 e 24 das *Oeuvres Complètes*, de Lênin. Paris-Moscou: Ed. Sociales et de Langues Étrangères, 1960. O período foi analisado por historiadores de distintos horizontes políticos. Cf. BROUÉ, Pierre. “Les origines de l’Internationale Communiste”, in: *Premier Congrès de l’Internationale Communiste*. Paris: EDI, 1974, p. 27-38; DESANTI, Dominique. *L’Internationale Communiste*. Paris: Payot, 1969, p. 17-46. FRANK, Pierre. *Histoire de l’Internationale Communiste*. Paris: La Brèche, 1970, p. 15-40; COGNOIT, Georges. *L’Internationale Communiste*. Paris: Sociales, 1969, p. 18-47; KRIEGEL, Annie. *Las Internacionales Obreras*. Barcelona: Martinez Rocca, SD, p. 74-86. As divergências que Rosa Luxemburgo manifesta em relação ao curso da revolução russa no ano de 1918 estão na raiz das restrições da Liga Espartaquista à formação pelo menos imediata de uma nova Internacional. O Congresso que decidiria a formação da Internacional Comunista se realiza semanas após o assassinato de Rosa. O delegado alemão nesta reunião, Eberlein (Albert) foi o único a se abster na votação a este respeito. Seus argumentos estão em *Premier Congrès de l’Internationale Communiste*, Textes integraux publiés sous la direction de Pierre Broué. Paris: EDI, 1974, p. 118-124.

O bolchevismo, como paradigma revolucionário unívoco que se generalizará através da Terceira Internacional (a Internacional Comunista) é, assim, o resultado de um duplo e contraditório movimento: de uma derrota e de uma vitória. A derrota da social-democracia europeia e a vitória da Revolução Russa.

III

A nova Internacional, originária da revolução vitoriosa, constrói sua identidade acentuando as diferenças em relação à velha Internacional. Esta identidade é pensada em termos de *reforma x revolução*. Apesar da ênfase que os bolchevistas puseram na necessidade de uma ruptura radical com a social-democracia – exemplificada de forma lapidar nas famosas “21 Condições” para ingressar no Comintern⁴ –, Lênin vê certas linhas de continuidade histórica entre as três internacionais.

A II Internacional (1889-1914) – escreve o revolucionário russo depois de enaltecer o papel da Primeira (também conhecida como AIT) – foi a organização do movimento operário, cujo progresso se deu extensivamente, o que acarretou um rebaixamento provisório do nível revolucionário, uma intensificação provisória do oportunismo que desembocaria na falência vergonhosa desta Internacional.

Neste mesmo texto, porém, ela é apresentada como “uma fase de preparação do terreno para propagar amplamente o movimento entre as massas”⁵.

4. *Manifestes, Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923*. Paris: Librairie du Travail, 1934, p. 39-40.

5. LÉNINE, VI. *Oeuvres*, Tomo XXIX. Moscou-Paris: Editions en Langues Étrangères et Sociales, 1962, p. 309-310.

Estas observações são importantes pois, no curso dos anos 1920, sobretudo na parte final da década, foi-se afirmando uma tendência de reconstruir a história da Segunda Internacional a partir do desfecho de 1914. A historiografia soviética diretamente inspirada por Stalin não só detectava na trajetória da Internacional sinais premonitórios da “traição” de 1914, como localizava em todo o seu transcorrer os embriões da posição revolucionária que iria se afirmar a partir de 1917-19⁶.

Nas décadas que se seguiram, estes procedimentos remissivos tenderam a se ampliar. Não só a história da Segunda Internacional foi reescrita à luz dos critérios vencedores como a própria história da revolução russa e da Terceira Internacional foi sendo submetida a este processo de revisão permanente onde se alternavam a tergiversação ou o simples ocultamento. O paroxismo é alcançado quando a própria iconografia da revolução é adulterada⁷.

Com o choque provocado na União Soviética, nos partidos comunistas e nos historiadores de formação marxista no Ocidente pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, foi possível operar uma ampla revisão dessas visões historiográficas.

Para o tema em questão – a construção do paradigma revolucionário no século XX – essa abertura historiográfica foi extremamente proveitosa, permitindo estabelecer de forma mais nítida as linhas de continuidade e os pontos de ruptura entre o que se convencionou chamar de “marxismos” da Segunda e da Terceira Internacionais, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas com o destino do capitalismo e

6. Um texto fundamental para compreender as relações do stalinismo com a historiografia que se ocupava do estudo da Social-democracia na União Soviética é o artigo “Sobre algumas questões da história do bolchevismo (Carta à redação da revista *Proletarskaia Revolutsia*)”, in: STALIN, J., *Cuestiones del Leninismo*, Moscú, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1947, p. 439-452. A partir dele é possível entender melhor como a manipulação historiográfica se transformou em instrumento essencial de legitimação política para o movimento comunista. A manifestação mais acabada destes procedimentos é o manual de História do Partido Comunista bolchevista da União Soviética, na sua edição de 1938.

7. Cf. JAUBERT, Alain. *Le Comissariat aux Archives*. Paris: Barrault, 1986, 190 p.

com as perspectivas de revolução. Os elementos de continuidade se revelaram bem mais abundantes do que até então se supunha⁸.

IV

As visões remissivas da história da Segunda Internacional, a partir dos anos 1920 e, sobretudo, quando a política do chamado “Terceiro Período”, aprovada pelo Sexto Congresso do Comintern fez da social-democracia o “inimigo principal” dos comunistas, deram uma relevância muito grande às polêmicas que sacudiram o socialismo alemão na última década do século passado.

O *Bernstein Debatte*, como ficou conhecido o conflito maior deste período, desencadeou-se a partir de uma série de artigos publicados por Eduard Bernstein na *Neue Zeit*, revista do Partido Socialista Alemão (SPD) em 1897-98 e que seriam reunidos no livro *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (Os fundamentos do socialismo e as finalidades da social-democracia)⁹.

O autor, como se sabe, rejeitava as previsões de um colapso do capitalismo e, com elas, as perspectivas de uma revolução social, defendendo um caminho para o socialismo que seria atingido através de um programa de reformas.

O *Bernstein Debatte* se instauraria efetivamente a partir da resposta que *Os fundamentos ...* receberam da parte de Rosa Luxemburgo. O título de seu livro – *Reforma ou Revolução?* – como que instauraria um divisor

8. São exemplos significativos desta revisão historiográfica a *História do Marxismo*, coordenada por Eric J. Hobsbawm (até o presente já foram publicados dez volumes no Brasil pela Editora Paz e Terra), a *Storia del Marxismo Contemporaneo*, Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, Milano, 1973, em nove volumes, e toda a obra do historiador George Haupt, particularmente seu livro póstumo, *L'historien et le mouvement social*. Paris: François Maspero, 1980, 341 p.

9. Existe uma edição brasileira, vertida a partir da tradução norte-americana. Cf. BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, 171 p.

de águas no movimento socialista alemão e internacional, cuja vigência atravessaria décadas.

Para recuperar os aspectos principais da polêmica – uma vez que sua reconstituição detida foge às preocupações destas notas – é importante situá-la historicamente, apontando para alguns aspectos que cercavam o desenvolvimento do movimento operário e socialista alemão e internacional.

“A guerra de 1870-1871 e a derrota da Comuna tinham, como predissera Marx, transferido provisoriamente da França para a Alemanha o centro de gravidade do movimento europeu”. Neste mesmo texto¹⁰, Engels procurar captar as transformações em curso no movimento operário na Europa e observa que a “utilização inteligente”¹¹ do sufrágio universal do proletariado alemão permitira uma avassaladora expansão da social-democracia que atingira, em 1890, 1,4 milhão de votos. Ao mesmo tempo em que mencionava a desconfiança do proletariado revolucionário dos países latinos para com a via eleitoral, o companheiro de Marx desenvolvia uma série de considerações sobre a inviabilidade militar das estratégias insurrecionais operárias, tendo em vista os progressos técnicos que a contrainsurgência havia experimentado desde 1848.

O conjunto destas considerações, que integram a polêmica *Introdução* de 1895 às *Lutas de classe na França*, dá à afirmação de que a Comuna de Paris se constitui no fecho do período aberto com a insurreição de 1848, um alcance bem maior do que Engels pretende explicitamente no seu texto.

O deslocamento do *topos* da revolução encobre em realidade um deslocamento da problemática revolucionária com repercussões indiscutíveis se não de ordem “estratégica”, pelo menos de natureza “tática”¹².

10. Prefácio (de 1985) às *Lutas de classes na França* de 1848 a 1850, de Karl Marx, in: Marx-Engels. *Obras Escolhidas*, v. I. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956, p. 113.

11. *Idem*.

12. As expressões “estratégia” e “tática”, uma das muitas contaminações do marxismo pela linguagem militar, são utilizadas aqui em sua acepção corrente no discurso do movimento operário. É evidente que a questão da dissociação/compatibilização delas, recobrando as ideias em longo prazo/curto prazo merece um debate mais aprofundado, não sem consequências para os temas em discussão.

Afinal, as revoluções deixavam de ter como cenário privilegiado a França, país onde “eram levadas até às últimas consequências”. Mas Engels não abandonara a perspectiva revolucionária, como pretendeu fazer crer uma parte da social-democracia alemã, ao publicar trechos arbitrariamente escolhidos de sua “Introdução”, em apoio de posições gradualistas.

Ele não excluía nem mesmo o recurso à insurreição. Simplesmente considerou que as condições de possibilidade de vitória desta dependiam de outros fatores que a disposição do proletariado em enfrentar militarmente seus inimigos. É sintomática sua alusão às barricadas nas quais vê mais uma eficácia simbólica do que militar.

A avaliação mais ampla de Engels sobre os avatares da Revolução no século XIX coloca, no entanto, outros problemas. Se o fracasso da onda revolucionária europeia de 1848 é explicado pelo “estado de desenvolvimento econômico no continente (que) ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista”¹³ a derrota da Comuna é apresentada como fruto do isolamento de Paris em relação ao resto da França e da “querela estéril dos dois partidos em que se dividia: os blanquistas (maioria) e os prudhonistas (minoria), ambos sem saber o que fazer”¹⁴.

Sem questionar, para um e outros episódios, a incidência dos fatores econômicos e políticos arrolados, fica a pergunta sobre a capacidade analítica das explicações dadas. Este tipo de argumento reducionista não representará uma manifestação precoce da oscilação economismo/politicismo que tanto marcaria nos anos seguintes as teses das Segunda e Terceira Internacionais?

Foi dito que a Internacional Comunista, formada em 1919, era, ao mesmo tempo, filha da vitória do bolchevismo e da derrota da social-democracia. Da mesma forma, pode-se considerar que a constituição da Segunda Internacional reflete também esta relação dialética entre derrota

13. ENGELS, F. op.cit., p.110.

e vitória. A derrota da Comuna esteve na raiz da (auto) dissolução da Primeira Internacional, em 1875, marcando o fim de uma época do movimento operário mundial. As vitórias eleitorais e organizativas do proletariado alemão vão ser decisivas para a formação da nova Internacional, aquela que mais tarde seria numerada como “Segunda”.

Mas aqui também a relação é complexa, porque a experiência da derrota não é descartada. Pelo contrário, a Comuna de Paris vai ocupar um lugar importante não só no imaginário revolucionário de fins do século XIX e no século XX, como terá uma forte incidência na teoria revolucionária. Bastaria lembrar a invocação que dela faz Marx no debate no interior do socialismo alemão, para falar da sua presença nas obras de Lênin e de Trotsky¹⁵.

V

A coexistência entre um referencial estratégico revolucionário e um cotidiano político marcado por ações no campo institucional, na perspectiva de um longo processo de acumulação de força, como ocorria na Alemanha, supõe a existência de um denominador comum, capaz de compatibilizar estas realidades conflitantes.

A hipótese que se introduz aqui é que *este denominador comum foi dado pela análise das contradições do capitalismo, formulada pela social-democracia em termos catastrofistas, de onde ela deduzia concretamente as possibilidades da revolução.*

Mais ainda: o desenvolvimento acelerado do capitalismo a partir dos anos 1970 e o comportamento das burguesias europeias, evidenciado desde 1848, indicava claramente que o processo de transformações revo-

15. Cf. MARX, Karl. *Critique du Programme du Parti Ouvrier Allemand*, in: *Oeuvre I*. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1963, p.1409-1434; LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Ver igualmente, o ensaio “La commune comme symbole et come exemple”, in: HAUPT, Georges. *L'historien et le mouvement social*, op.cit. , p. 45-76.

lucionárias deveria se dar através da ação do proletariado, inclusive para a consecução das mudanças próprias da “revolução burguesa”, o que supunha a hegemonia da classe operária. Essa tese era aceita, ao menos retoricamente, pela imensa maioria da social-democracia alemã. Mais tarde, seria abandonada pelo menchevismo, na Rússia, para quem a “revolução burguesa” deveria ser hegemonizada pela burguesia, desembocando na formação de uma república parlamentar.

“Imperialismo ou socialismo” aparecia, porém como a grande disjuntiva para a maior parte do SPD e, através dele, para quase toda Internacional Socialista. É claro que sempre se poderá discutir se esta homogeneidade política era real ou aparente.

Ex post é possível afirmar que

mais além das aparências e dos enunciados verbais [...] a adoção do esquema ortodoxo (referente às perspectivas do colapso do capitalismo e da revolução socialista – MAG) possuía em Kautsky uma função oposta àquela que tinha em Rosa Luxemburgo. Trata-se, no entanto, de uma diferença que nem sempre se pode captar se nos determos ao nível da análise textual; e isto pelo simples, mas fundamental, motivo de que o centro do debate se havia deslocado do plano estritamente ideológico para o plano organizativo. Neste último se reformulava então os princípios e o próprio estatuto da teoria. Que nisso estivesse, por outra parte, a raiz das debilidades do movimento, desta subestimação das capacidades de resistência e de reorganização do adversário que delatava a insuficiência do marxismo ortodoxo para penetrar cientificamente a complexidade do processo histórico da formação social capitalista, é outro problema que discutiremos mais tarde. Mas é no âmbito da opção estratégica, no entanto, que podemos descobrir a clara divergência entre Rosa e Kautsky, o uso *profundamente diverso* que fazem da teoria do colapso. Enquanto Rosa Luxemburgo subordinava a análise do conjunto do destino catastrófico do capitalismo ao enraizamento de uma nova forma de organização e de ação (não é casual que tenha escrito a *Acumulação do Capital* seis anos depois do opúsculo sobre a *Massenstreik*),

Kautsky se esforçava para tirar dela uma visão da relação de força entre as classes compatível com uma tática gradualista¹⁶.

Esse encobrimento das divergências na social-democracia ou, pelo menos, no ocultamento de sua extensão e profundidade, pode ser medido pela forma que o SPD reagiu aos escritos de Bernstein. Mesmo aqueles que não compartilharam suas teses estão de acordo em afirmar que o autor de *Socialismo Revolucionário* havia colocado questões cruciais para o movimento operário e a social-democracia alemã. Mais ainda, registram o fato de que seus contraditores, Rosa Luxemburgo em especial, haviam desenvolvido contra ele um tipo de argumento “essencialmente negativo e não construtivo”¹⁷.

É Bologna que observa ainda como a polêmica contra Bernstein foi de certa maneira “resolvida” pela ocorrência de “um acontecimento político radical (*fatto di classe*)”, no caso, a revolução de 1905¹⁸. Este dado é significativo. *A atualidade da revolução*, que parecia soslaçada pela incidência prática das teses de Bernstein do movimento operário alemão, ainda que rebatidas pela “ortodoxia” da Segunda Internacional, foi colocada praticamente pela explosão social da Rússia, cujas repercussões ultrapassaram de muito suas fronteiras.

Em 1917 ocorreria algo semelhante. A revolução de fevereiro, e posteriormente a de outubro, dariam um súbito vigor às teses do bolchevismo. Fosse outro o desfecho dos acontecimentos, é evidente que seu confronto ulterior com Kautsky e tantos remanescentes da Segunda Internacional ocorreria em termos bastante distintos e desfavoráveis.

16. Cf. MARRAMAIO, Giacomo. “Teoría del derrumbe y capitalismo organizado en las discusiones del extremismo histórico” in: PANNEKOEK, Anton et alii. *Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario?*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1978, p. 13.

17. Cf. Bologna, Sergio. “A composição de classe e a teoria do partido de origem do movimento dos Conselhos de Trabalhadores”, in: Mario Tronti et al., *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 113-115.

18. *Idem*, p. 113.

Esses fatos instauram uma relação muito particular entre teoria e história. Caberá a essa a função de repor os problemas enunciados por aquela. Uma tal articulação é fundamental para compreender a dinâmica da formação do paradigma revolucionário no século XX.

Do ponto de vista teórico-metodológico supõe, por outro lado, que a história das ideias revolucionárias só seja possível de ser feita a partir do confronto permanente entre a revolução destas e o desenvolvimento das lutas políticas.

Mas essas lutas não podem ser entendidas como *dados*, julgados a partir de seus *resultados*. Cabe ao historiador detectar neles as virtualidades não realizadas, a “história que poderia ter ocorrido” tivessem sido outras as circunstâncias. Caso contrário, a história se reduz à revelação de uma razão histórica preexistente. A luta de classes se transforma num teatro de sombras onde seus protagonistas são meros reflexos de uma lógica que se impõe com uma “necessidade de ferro”. O discurso historiográfico é substituído pela versão dos vencedores e o historiador se vê na condição de um decifrador do segredo oculto depositado nas estruturas.

VI

O advento do “marxismo” e sua hegemonia crescente no movimento socialista internacional¹⁹, após a morte de Marx e Engels e até a segunda década do século XX, se dá em pelo menos quatro direções:

■ o início da edição das obras dos fundadores, em grande parte dispersas, incompletas ou deixadas sob a forma de rascunhos. Deste tra-

19. O processo de constituição do “marxismo” está analisado em HAUPT, Georges. “De Marx au marxismo”, in: *L'historien et le mouvement social*, op.cit., p. 77-108. Ver igualmente ANDREUCCI, Franco, “A difusão e a vulgarização do marxismo” e HOBSBAWN, Eric J. “A cultura europeia e o marxismo entre o século XIX e o século XX”, *História do Marxismo*, Volume 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 15-124 e ANDERSON, Perry. *Le marxisme occidental*. Paris: Petite Collection Maspero, 1977.

balho, essencialmente realizado por Kautsky, resultou a publicação da *História Crítica das Teorias sobre a Mais-valia*, também conhecida como o *Tomo IV do Capital, a Correspondência*, assim como a biografia de Marx escrita por Mehring;

■ a extensão da análise marxista a problemas que não haviam sido até então tratados por Marx-Engels, pelo menos em forma abrangente e sistemática. Daí resultam os primeiros estudos sobre a *religião* (Kautsky), *a arte e literatura* (Plekhánov e Mehring) ou a própria *concepção materialista da história* (Labriola e Plekhánov).

■ estudos que pretendem dar conta das transformações operadas na base econômica do capitalismo, que ingressa em uma fase de expansão e monopolização nas três últimas décadas do século XIX. O tema do *imperialismo*, como seria sucessivamente conhecido, passa a ser objeto das preocupações de Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bukhárin e Lênin, para citar as contribuições que mais marcaram o debate naquele período.

■ a “aplicação” do marxismo ao estudo de realidades nacionais, dentre as quais cabe destacar a russa. Este processo se dá em dupla direção:

- por uma parte, obras de caráter mais abrangente que buscam construir uma explicação estrutural da formação social russa, é o caso especialmente de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin (1896) e de *1905 e Balanço e Perspectivas* de Trotsky (1907);
- por outra parte, trabalhos suscitados pelo desenvolvimento da luta política e pela necessidade da social-democracia russa formular um projeto de intervenção buscando a transformação revolucionária da sociedade. Neste campo situa-se grande parte da produção de Lênin e Trotsky. É claro que fora da Rússia a produção da social-democracia também foi significativa, bastando lembrar os nomes de Rosa Luxemburgo e Kautsky²⁰. Uma das

20. Esta classificação segue, com algumas modificações, a caracterização feita por Perry Anderson (op.cit.).

consequências mais importantes desta série de “análises concretas de situações concretas”, para empregar a expressão de Lênin, é a constituição de uma teoria (“ciência”) política marxista, que tematiza questões como: o *caráter da revolução*, especialmente a articulação da “revolução burguesa” com a “revolução socialista”; *as alianças de classes*; a natureza do *partido revolucionário*; a questão do *Estado* e das formas intermediárias de poder; *as formas de luta* (greve geral, insurreição etc.); o *internacionalismo*; e, após 1917, os problemas da *transição* para o socialismo e para o comunismo.

Os pontos 3 e 4 são os que vão ter uma influência mais direta na constituição do projeto de revolução da social-democracia, especialmente do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR).

VII

Como já foi apontado anteriormente, é a análise da natureza das contradições do capitalismo de um ponto de vista essencialmente econômico que vai fundar teoricamente para a social-democracia a possibilidade da revolução. Essa será igualmente mais tarde a *démarche* da Internacional Comunista, já anunciada em um de seus textos-referência, *O Imperialismo*, de Lênin.

A questão aparece de forma cristalina no Bernstein Debate. A Rosa Luxemburgo não preocupava que Bernstein pudesse pensar que o desenvolvimento do capitalismo fosse mais lento do que se supunha. Isso quando muito, afetaria o ritmo da luta proletária.

Mas como Eduard Bernstein, segundo ela, coloca em causa a *marcha* e não a *rapidez* desse desenvolvimento é a própria tese da passagem para o socialismo que aparece questionada.

Se a teoria socialista – diz Rosa – afirmava até agora que o ponto de partida da transformação socialista seria uma crise geral catastrófica, é preciso, a nosso ver, distinguir, a respeito, duas coisas: a ideia fundamental que se contém nessa teoria e sua forma exterior.

A ideia – prossegue – consiste na afirmação de que o regime capitalista, devido às suas próprias contradições internas, prepara por si mesmo o momento em que tem de ser desmantelado, em que se tornará simplesmente impossível. Que se tenha considerado este momento sob a forma de uma crise comercial, geral e catastrófica, não deixa de ser de importância inteiramente secundária para a ideia fundamental, embora para isso houvesse muito boas razões.

Baseia-se o fundamento científico do socialismo, como é sabido, em três resultados principais do desenvolvimento capitalista: primeiro na *anarquia* crescente da economia capitalista, a qual conduz à sua ruína inevitável; segundo, a *socialização* crescente do processo de produção que cria germes do regime social futuro; e terceiro, no reforçamento crescente da *organização* e da *consciência* de classe do proletariado, que constitui o fator ativo da próxima revolução.

É o primeiro desses três pivôs fundamentais do socialismo científico que Bernstein suprime, pretendendo que o desenvolvimento capitalista não se encaminha para um craque econômico geral.

Mas, com isso, não é apenas uma determinada forma de desmoronamento do regime capitalista que ele rejeita, é o próprio desmoronamento. [...]

Do ponto de vista do socialismo científico, a necessidade histórica da revolução socialista manifesta-se antes de tudo na anarquia crescente do sistema capitalista, anarquia essa que o leva a um impasse²¹.

A citação relativamente longa de Rosa Luxemburgo se faz necessária tendo em vista a gravitação de seu pensamento e o lugar que viria a ocupar no movimento socialista contemporâneo. Chama a atenção, ini-

21. LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Editorial Elipse, s.d., p. 8-9.

cialmente, que uma intelectual-revolucionária cuja obra e ação frequentemente, e de forma compreensível, são associadas ao “espontaneísmo” e ao “voluntarismo” estabeleça como divisor de águas no interior do movimento operário a aceitação ou não da tese de que o socialismo é função do “impasse” econômico originário da crise do capitalismo resultante, por sua vez, da “anarquia” da produção.

Não se trata aqui de se julgar *ex post* Rosa, e os que como ela pensavam, lembrando que a história europeia das três primeiras décadas do Século XX infirmou estas previsões. O “impasse” do capitalismo conduziu também à contrarrevolução fascista e nazista. Quanto à aplicação de políticas autorreguladoras, das quais o *keynesianismo* é expressão emblemática, se não foi capaz de cancelar definitivamente a revolução, pelo menos diferiu-a por períodos significativos.

O lugar do catastrofismo na construção luxemburguiana do conceito de revolução é central. É interessante observar, no entanto, que, ainda no prefácio de seu livro, Rosa busca evitar uma oposição radical entre as reformas sociais e a revolução. Ela chega a dizer que a

luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a social-democracia, *o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido de sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado* (grifos meus, MAG).

Rosa é mais enfática ainda quando conclui pela existência de um “laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, *sendo as lutas pela reforma o meio, mas a revolução o fim*”²².

O que a separa de Bernstein são menos os caminhos a seguir e mais os supostos analíticos a partir dos quais ele define esses caminhos,

22. LUXEMBURGO, Rosa. Op.cit., p. 5.

isto é, a rejeição da teoria do colapso ou do “desmoronamento”. Rosa considera mesmo que Bernstein não chega a ser totalmente explícito na formulação estratégica que a via gradualista de acesso do proletariado ao poder aparece mais nos trabalhos de Conrad Schmidt. Mas a estratégia dos “revisionistas” a ser implementada através das *reformas sociais* (no que coincidem explicitamente com Rosa, como se viu acima), *pelos sindicatos e pela democratização política do Estado* também se funda numa previsão econômica do destino do capitalismo²³.

A diferença fundamental entre uma e outra corrente se situa basicamente no conteúdo da análise econômica e nas suas repercussões sobre a luta de classes. A inteligibilidade do processo histórico se encontra no funcionamento da economia e praticamente não há indicações de como essa poderia se modificar pela ação da luta de classes, apesar das referências de Rosa ao papel das lutas cotidianas do proletariado. A política é função da economia.

O folheto de Rosa, mantendo uma visão rupturista do socialismo (a ser conquistado pela tomada do aparelho de Estado pelo proletariado) não é capaz de estabelecer como o objetivo final se articula com a ação permanente da classe operária. É claro que o tema é complexo e viria a ter respostas mais precisas por parte de Luxemburgo anos após, sobretudo a partir dos acontecimentos de 1905 na Rússia. De qualquer maneira, as dificuldades em articular lutas cotidianas com objetivos estratégicos acabam por introduzir uma dissociação entre as lutas econômicas e as lutas políticas, o que se traduz numa tensão (e oscilação) entre determinismo econômico e voluntarismo político.

Castoriadis observa que a antinomia luta econômica/luta política, que, a seu ver é exacerbada por Lênin (*Que fazer?*), marca profundamen-

23. Op.cit., p. 19.

te as atitudes de todos os grupos, pessoas e correntes que, de perto e de longe, reivindicam o marxismo”, o que se demonstra

pelo exemplo de todos os que, desde Rosa Luxemburgo até os conselhistas contemporâneos, afirmam simultaneamente sua fé na espontaneidade das massas e querem demonstrar cientificamente a inevitabilidade de um colapso *econômico* do capitalismo que desencadearia a revolução²⁴.

É evidente que a fronteira reforma/revolução não existe. Ela não é uma “criação do espírito”, um efeito de luta ideológica, e pode ser *historicamente* detectada na trajetória do movimento operário e socialista contemporâneo. Mas, pensá-la a partir da aceitação ou não da teoria do colapso significa renunciar à possibilidade de construir uma interpretação histórica do destino do capitalismo fundada na luta de classes, a menos que se tome essa como mera projeção na “arena social” das mutações que se dão nas “estruturas econômicas”.

Criticando o caráter regressivamente ideológico das colocações que partem desta forma de focar as relações reforma/revolução, Marramao cita a declaração de Rudolf Hilferding, notório “reformista”, feita no congresso da social-democracia alemã em Kiel, em 1927. O autor de *O Capital Financeiro* afirmava enfaticamente que

sempre fomos da opinião que o colapso do capitalismo não se deve esperar de forma fatalista, uma vez que, longe de ser o produto de leis internas do sistema, deve ser resultado da ação consciente, da vontade da classe operária. O Marxismo nunca foi um fatalismo, mas ao contrário, o máximo de ativismo²⁵.

O colapso econômico como pré-condição do socialismo é de qualquer maneira mantido, ainda que resultante da iniciativa proletária.

24. CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 12.

25. MARRAMAIO, Giacomo. Op.cit., p.5.

VIII

A construção do paradigma revolucionário no movimento operário e socialista no século XX não se esgota evidentemente nesta fase, sumariamente analisada, do debate reforma/revolução. A polêmica prossegue, revestida também de características nacionais, referidas sobretudo ao contexto russo.

É o quarto tipo de desdobramento do marxismo pós-Marx-Engels, através de sua “aplicação” ao estudo de formações sociais e na “análise concreta de situações concretas”.

A obra de Lênin permite analisar mais detalhadamente a constituição do conceito contemporâneo de revolução a partir deste tipo de procedimento. Um primeiro momento significativo está justamente em sua caracterização da formação social russa feita centralmente, ainda que não exclusivamente, em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, cuja redação definitiva concluiu em 1899. Nesta etapa de sua obra, ele está preocupado fundamentalmente em afirmar o caráter capitalista da Rússia. A análise, essencialmente econômica, é feita com o auxílio de duas ferramentas: um considerável acúmulo de informações empíricas sobre a realidade socioeconômica do país e um extraordinário domínio da economia política marxista, sobretudo d'*O Capital*.

Esses anos de atividade intelectual vão ser decisivos para seu projeto revolucionário para a Rússia. A caracterização do capitalismo em Lênin gerou polêmica com duas correntes: de um lado, contra os *populistas*, que afirmavam a possibilidade de passar de uma sociedade pré-capitalista diretamente para o comunismo, explorando as características da comuna rural russa; de outro, contra os “marxistas legais” e menchevistas que colocavam a necessidade de desenvolver as forças produtivas sob a hegemonia da burguesia liberal.

Em 1889, quando *O Desenvolvimento* foi concluído, a ênfase de Lênin é contra os populistas, como se pode ler no prefácio à primeira edição e, particularmente, no capítulo I. Mas no prefácio à segunda edição, em 1907, o foco de seus ataques parece haver se deslocado para os menchevistas²⁶. As breves alusões a esse respeito contêm, evidentemente, o resultado de uma polêmica de vários anos e que havia assumido dimensões dramáticas, sobretudo em 1905, com a irrupção da revolução no país.

Lênin celebra em 1907 o acerto de sua “análise do regime econômico-social e, conseqüentemente, da estrutura de classes que apresentamos no presente trabalho” que ele vê “confirmada pela ação direta de todas as classes no curso da revolução”. Mais ainda, ele constata a comprovação de que a “força do proletariado no movimento histórico é incomensuravelmente maior que sua proporção numérica no conjunto da população” e afirma que o “fundamento econômico desses dois fenômenos encontra comprovação nesta obra”²⁷.

Como conclusão da análise que faz das tendências existentes no campesinato russo, e sobretudo de suas bases econômicas, ele define a revolução na Rússia como “inevitavelmente burguesa”. Mas essa tese que Lênin considera como “irrefutável” vem acompanhada de uma crítica àqueles que daí deduzem a hegemonia burguesa na revolução²⁸.

Ao analisar os desdobramentos possíveis da questão camponesa na Rússia, Lênin levanta a alternativa de uma saída revolucionária que implique a destruição “da grande propriedade fundiária e todos os principais pilares da antiga superestrutura que lhe corresponde”.

Daí advém a tese da aliança operário-camponesa, “classes dirigentes” da revolução. A elas caberia

26. Lênin, V.I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção *Os Economistas*, 1982.

27. Lênin, V.I., op.cit., p.9.

28. Lênin, V.I., op.cit., p.10.

assegurar-se o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista com a situação das massas operárias e camponesas sendo a melhor possível no limite do regime de produção mercantil; e tudo isso cria condições mais favoráveis para que a classe operária possa cumprir a sua autêntica e fundamental tarefa – a transformação socialista²⁹.

Apresentando *O Desenvolvimento* como uma análise da Rússia pré-revolucionária, Lênin chama a atenção para o fato de que em um “período revolucionário, a vida do país adquire um ritmo tão rápido e impetuoso que torna impossível determinar, no calor da luta política, os grandes resultados da evolução econômica”³⁰.

A observação *en passant* de Lênin propõe uma questão fundamental, qual seja a da possibilidade de fundar (ou não) uma política revolucionária a partir de uma análise essencialmente *socioeconômica*.

Intellectual agudo, com um extraordinário sentido da política, sobretudo, o dirigente bolchevista vê-se confrontado com novos e complexos problemas colocados pela insurgência de 1905. Esta revolução não fora prevista, menos ainda a forma que assumiria e os mecanismos que seria capaz de criar, principalmente os soviets.

A tensão existente entre o intelectual e o político está no fato de que aquele, se é efetivamente intelectual, vive tanto, ou mais, das perplexidades do que das certezas. O político, ao contrário, não pode sucumbir excessivamente às tentações do pensamento crítico com tanta frequência e, em determinadas circunstâncias, de maneira alguma.

Em Lênin – intelectual e político – predomina o último. Tanto é assim, que o marxismo é sintomaticamente por ele definido como um “guia para a ação”, isto é, de maneira essencialmente instrumental.

Esta postura não se confunde com o dogmatismo, ainda que se traduza frequentemente em atitudes duras e, sobretudo, numa retórica violenta.

29. Lênin, V.I., op.cit., p. 11.

30. Idem.

Mas ela pode em certas circunstâncias operar revisões radicais. Lênin protagonizou muitas delas, como a que se deu entre fevereiro e abril de 1917. Sob o impacto da revolução de fevereiro, ele revê suas teses sobre a Rússia. “Cinza é a teoria e verde a árvore da vida” afirma, repetindo Heine, para explicar o impacto da história sobre suas posições intelectuais e políticas.

Nos acontecimentos de 1905, no entanto, seu pensamento, e o de toda social-democracia russa se encontrava menos sedimentado.

Daí resultam fórmulas políticas – como as de *Duas táticas da social-democracia russa na revolução democrática* que, apesar de representarem passos importantes na construção de uma teoria política revolucionária, guardam ambiguidades que resultam da não articulação daquilo que se poderia chamar de níveis “estrutural” e “conjuntural” da análise, para utilizar uma dicotomia em curso na ciência política dos anos 1960.

Os textos de Trotsky produzidos à época, que já antecipam o grande estilista da *História da revolução russa*, têm a vantagem de ter sido escritos após os acontecimentos, em 1907, e, portanto, analisam o movimento já encerrado. Sem possuir o rigor de um Scholar que Lênin havia revelado em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, 1905 e *Balanço e Perspectivas*, constituem sugestivos ensaios de compreensão e, diferentemente de Lênin, privilegiam os aspectos sociopolíticos do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Além disso, Trotsky busca pensar a revolução russa como parte de um processo histórico mais amplo, internacional, o que ele faz, sobretudo, em um capítulo sintomaticamente intitulado *1789-1848-1905*. Nessas obras, e no texto antes referido, estão alinhadas as teses que vão fundar a teoria do “desenvolvimento desigual e combinado” e as teses sobre a “revolução permanente”³¹.

31. TROTSKY, Leon. *1905 suivi de Bilan et Perspectives*. Paris: Les Editions de Minuit, 1969. As teses sobre o desenvolvimento desigual e combinado sobre a revolução permanente na Rússia serão sucessivamente tratadas por Trotsky em sua *Histoire de la Révolution Russe*, Tomo I. Paris: Editions de Seuil, 1950, p. 39-53. *Les leçons d'Octobre*, in *Staline contre Trotsky, Textes réunis et présentés par G. Procacci*. Paris: François Maspero, 1965, p. 31-82 e *La Révolution Permanente - (1928-1931)*, in: *De la Révolution*. Paris: Minuit, 1963, p. 245-439.

Em 1848 se havia evidenciado a incapacidade da burguesia complementar a obra iniciada em 1789. Mas, analisa Trotsky, se cria então uma situação contraditória, pois se a burguesia *já não mais é revolucionária*, sendo incapaz de conduzir a própria revolução burguesa até suas últimas consequências, o proletariado *ainda não dispõe de condições para hegemônizar o processo revolucionário*, como ficara dramaticamente evidenciado pelos acontecimentos de 1848-52 na França. Ora, a particularidade de 1905 estaria no fato de o proletariado russo apresentar suas credenciais para dirigir a revolução. Por essa razão, aceitando que as transformações centralmente burguesas na Rússia estavam em jogo, ele defendia que somente o proletariado poderia dirigi-las e a fórmula de poder a ser alcançado era a *ditadura do proletariado*.

Mas, em oposição às ambiguidades da formulação tática de Lênin em 1905 (“ditadura democrática de operários e camponeses”), que Trotsky chamara de solução “algébrica”, o futuro criador do Exército Vermelho não vai mais além de uma proposta que simplifica enormemente os problemas políticos colocados e aparece muito mais como uma dedução sociologista do problema do caráter da revolução russa no contexto de 1905.

“Revolução permanente” ou “revolução ininterrupta por etapas”, como expressões estratégicas do trotskismo e do leninismo, respectivamente, têm sido associadas ou radicalmente opostas no curso da história do socialismo, sobretudo após 1923, quando o choque entre Trotsky e Stalin começou a dominar o debate na URSS e, pouco a pouco, todos os partidos comunistas.

Mais além dessas discussões, que não raro recobrem apenas esotéricas polêmicas de seitas, é impossível não detectar nelas problemáticas comuns. Isto é, mesmo que as respostas tenham sido diferentes e que tivesse havido (ou não) a “convergência teórica” entre Lênin e Trotsky em 1917, é evidente que os dois, como expressão de correntes significativas do movimento socialista na Rússia, *colocavam as mesmas questões*.

No centro de tudo está inicialmente em discussão a questão da possibilidade do socialismo em um país de desenvolvimento “tardio”, se se compara a Rússia com o que eram os Estados Unidos e alguns outros países da Europa Ocidental. Isto explica o porquê da eficácia simbólica e *gravitação da revolução* de 1917, nas regiões coloniais e semicoloniais, maiores do que aquelas que tiveram nas áreas capitalistas desenvolvidas.

Se nessas a tomada do poder pelo proletariado teve uma força simbólica muito grande, na periferia do mundo os acontecimentos de Petrogrado pareciam repetir a frase mais de uma vez utilizada por Marx: *De te fabula narratur* (É a tua história que estamos contando).

A importância desta problemática para o “materialismo histórico” ou para a “concepção materialista da história” foi significativa, ainda que a discussão tenha sido por décadas sumamente empobrecida como consequência, sobretudo, mas não exclusivamente, do período stalinista. Bastaria lembrar o sufocamento do debate sobre o Modo de Produção Asiático, como exemplo³².

Verdadeira metafísica histórica, esse marxismo foi transformado em um vulgar evolucionismo, com a sucessão necessária de modos de produção e uma visão de revolução pensada como consequência da contradição entre forças produtivas e as relações de produção. Uma leitura economicista do prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx, que certamente se prestava para isso, fornecia a legitimidade teórica necessária para tal tese. Da mesma forma, considerações como aquela d’*O Capital*, que estabelece que o “país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro”³³.

32. Cf. SOFRI, Gianni. *El Modo de producción asiático – historia de una controversia marxista*. Barcelona: Ed. Península, 1971; CHESNAUX, Jean y outros. *El Modo de Producción Asiático*. México: Ed. Grijalbo, 1969. Ver também a Introdução de WITTFOGEL, Karl, A., *Despotismo Oriental – estudio comparativo del poder totalitario*. Madrid, Ed. Guadarrama, 1966, p. 19-28.

33. Cf. MARX, Karl. *O Capital*, Vol.I. São Paulo: Abril Cultural, Coleção *Os Economistas*, 1983, p.12; e Marx, Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 130.

O curso mesmo da revolução russa nas décadas que se seguiram à vitória e outros processos que se desencadeariam no mundo colocaram as bases históricas para repensar esses problemas.

O trágico fracasso da política do chamado “Terceiro Período”, formulada em 1928 pelo sexto Congresso da Internacional Comunista, foi um elemento importante para que se tornasse possível a crítica do catastrofismo como fundante da possibilidade da revolução. É claro que este processo não foi linear. O catastrofismo sobreviveu como forma particular do economicismo e sua presença pode ser detectada uma vez mais, por exemplo, nas análises da IC às vésperas da Segunda Guerra Mundial³⁴.

Da mesma forma, as circunstâncias da coletivização forçada na URSS e o fracasso da agricultura naquele país permitiram que a discussão sobre os populistas se reabrisse e se fizesse com isenção³⁵.

IX

Mas o debate no interior da social-democracia russa, como se viu, não residia exclusivamente na análise da formação social e no correspondente diagnóstico das transformações socioeconômicas necessárias e na definição das classes sociais capazes de realizá-las. Ele tinha uma outra dimensão política que se expressava na discussão da questão do poder e dos instrumentos necessários para conquistá-lo. Em ambas as questões, a

34. CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista – tomo I: de Komintern al Kominform*, Barcelona, Ruedo Ibérico, 1977, p. 243-251.

35. Cf. WALICKI, Andrzej. *Populismo y marxismo en Rusia*. Barcelona: Editorial Estela, 1969; e “Socialismo Russo e Populismo”, in: HOBBSAWM, Eric. J (org.), *História do Marxismo*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 53-84; FERNANDES, Rubem Cesar (org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Na abertura do debate teve uma importância muito grande a difusão completa da correspondência entre Marx e Vera Zasulitch. Além do que se encontra transcrito na excelente coletânea organizada por Rubem C. Fernandes, ver Marx, *Oeuvres*, II. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1968, p. 1551-1573.

social-democracia russa iria criar referenciais de grande importância para o socialismo contemporâneo.

O problema do poder foi *concretamente* colocado pela revolução de 1905. A especificidade desta conjuntura está dada, no entanto, pela ênfase no debate tático.

Convergindo em torno da tese de que se colocava naquela ocasião centralmente a realização da “revolução burguesa” na Rússia, bolchevistas e menchevistas divergiam quanto à fórmula de poder específica pela qual deviam lutar. Já foi dito que, enquanto os primeiros apresentavam, por meio de Lênin, a fórmula pouco elaborada da “ditadura democrática de operários e camponeses” – espécie de governo de transição situado no limiar da ditadura do proletariado – os menchevistas advogavam pura e simplesmente a república parlamentar.

A tese leninista guarda uma fidelidade a seu esquema analítico, tratando de compatibilizar em torno de um programa os interesses das únicas classes que podem realizar a “revolução burguesa” das quais está excluída a burguesia. Mas a radicalidade dos fenômenos sociais que brotam em 1905, especialmente os soviets, colocam a exigência de ir mais além de uma tática que seja simples “tradução” para a conjuntura de um esquema analítico estrutural. O problema da compatibilização das duas esferas se põe. Este problema só se resolverá politicamente para os bolchevistas em 1917 (quando se dá a convergência entre eles e Trotsky).

Considerando que o *levante de fevereiro* é a “revolução burguesa” na Rússia, Lênin ganha os bolchevistas para a tese de que o socialismo e a revolução proletária estavam na ordem do dia.

As consequências são múltiplas. Em primeiro lugar, não colaboração com o governo provisório. Incapazes de resolver o problema da paz e da terra, as facções da burguesia liberal no poder só comprovam sua denunciada incapacidade de completar as transformações democrático-burguesas desencadeadas pela revolução de fevereiro.

Em segundo lugar, “todo o poder aos soviets”, isto é, uma diretriz clara de aprofundar a situação de “duplo poder” como forma de desestabilizar o governo provisório. Esta posição é tomada antes mesmo que os bolchevistas se transformem em força significativa nos soviets. Estes aparecem como alternativa *concreta* à precária institucionalidade do governo provisório. Em terceiro lugar, fortalecimento do partido bolchevista e preparação da insurreição que abaterá o Governo Provisório, pondo fim à situação de duplo poder.

Mas há um novo elemento na análise de Lênin em 1917, o internacional. Até a guerra, a visão de Lênin do problema da revolução na Rússia era essencialmente nacional. Mas ele vê, em 1916 – *O imperialismo, fase superior do capitalismo* – a guerra como manifestação na fase final da crise do capitalismo, e do “estado de decomposição” deste. Nesta mesma época ele formula a tese de que as possibilidades da revolução na Rússia estão dadas imediatamente. Não só porque o mundo do qual ele faz parte vive esta crise catastrófica, como porque a Rússia é o “elo mais fraco” da cadeia imperialista. A revolução russa é *parte da revolução mundial em marcha*; é seu “canto do galo”. É por isso que ao desembarcar do famoso “trem blindado” que o trouxe de volta à Rússia, ainda na estação Finlândia, ele pronuncia um discurso que termina com um “Viva a Revolução Mundial”, sublinhando a significação e o lugar que confere aos acontecimentos em curso naquele momento na Rússia.

Não é mistério que esse problema do internacionalismo, longe de se resolver nos meses e anos seguintes, tornou-se mais crítico. Basta lembrar os episódios relacionados com a Paz de Brest Litovski, a contraofensiva militar sobre Varsóvia em 1920 e todas as tentativas de mundialização da revolução através da Internacional Comunista, especialmente na Alemanha. Por fim, o debate sobre o “socialismo num só país” não faz mais do que sublinhar os impasses intelectuais e políticos a respeito.

O grande problema é que as perspectivas da revolução mundial haviam sido estabelecidas através de uma análise centralmente econômica das contradições do imperialismo, de onde deduziam suas possibilidades.

Essas perspectivas, exceção feita do caso russo, não se confirmaram e os velhos regimes, apesar de sacudidos por grandes convulsões, foram capazes de resistir às ofensivas revolucionárias.

A crise da maior parte da social-democracia em 1914, sua incapacidade de “transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária”, reabre em escala internacional a discussão sobre o *sujeito da revolução* para a qual o bolchevismo dera respostas desde 1902. Este problema aparece da mesma forma que havia sido colocado na Rússia, ainda que num contexto histórico totalmente diferente. Nacional e internacionalmente, Lênin parte de uma dissociação entre “condições objetivas” e “fatores subjetivos” para a revolução. As primeiras, em nível internacional, se encontram reunidas e apresentam a questão da *atualidade da revolução*; as seguintes estão comprometidas pela “traição da social-democracia”, que não é capaz de potencializar uma situação “objetivamente revolucionária”, pois gerou uma “aristocracia operária” que “corrompe” o movimento.

X

É aqui que intervém um outro elemento decisivo do paradigma revolucionário que a revolução russa acabaria por consagrar, mundializando-o. Trata-se da teoria do *partido revolucionário*.

Ligada a ela, ainda que esta ligação nem sempre apareça de todo visível, está a questão do *sujeito revolucionário* e das formas históricas que ele assumiria.

A fórmula leninista do partido que, mais tarde, através da Internacional Comunista se transformaria em modelo universal, consagrada em *Que fazer?*, publicado em 1902, no marco das discussões do Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) que se realizaria no ano seguinte e no qual se delinaria a cisão bolchevista/menchevista.

A tese leninista de um partido separado e diferente da classe, uma vez que esta não iria mais além das lutas econômicas, quando entregue a suas próprias forças, apresenta um duplo fundamento.

Doutrinariamente, como se sabe, essa separação é tomada de empréstimo de Kautsky, neste momento a figura mais significativa da social-democracia em escala internacional. Mas Lênin busca enraizar sua teoria na realidade russa. Não só porque polemiza com os economistas e, potencialmente, com todos os que se abrigariam no menchevismo, como porque busca, na especificidade do movimento operário e revolucionário, argumentos adicionais para suas posições. A hipertrofia da teoria e, em consequência, dos intelectuais no partido leninista, decorre de suas apreciações sobre o movimento operário russo, sua inserção na sociedade e no sistema político e suas relações com a cultura e as ideologias.

Diante das críticas que a noção de partido/vanguarda sofreu no curso da história, alguns têm procurado sublinhar o fato de se tratar de uma teorização *datada*, feita a partir de uma conjuntura precisa da história política do país, não lhe cabendo responsabilidade na utilização estreita e dogmática que dela se fez anos e décadas mais tarde. Os que insistem que a teoria do partido não deve ser separada do contexto histórico a partir do qual surgiu, observam que Lênin relativizava em seus escritos inclusive sua negação de que a consciência revolucionária possa brotar das lutas espontâneas do proletariado.

Johnstone cita a nota de rodapé de Lênin na qual ele afirma que a classe operária

dirige-se espontaneamente para o socialismo; mas a ideologia burguesa, que é a mais difundida (e que ressuscita constantemente nas mais variadas formas), continua sempre a ser a ideologia que, espontaneamente, impõe-se ao operário³⁶.

36. Citado por JOHNSTONE, Monty. "Lênin e a revolução", in: HOBBSAWN, Eric. J., *História do Marxismo*, v. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 117.

A combinação entre fatalismo histórico e voluntarismo, que recobre a oscilação economicismo/politicismo tão presente na II e III Internacionais, pode ser visível nessa afirmação.

Para Lênin, é claro que a classe operária “dirige-se espontaneamente para o socialismo” em função da tendência do capitalismo ao colapso, consequência de suas contradições internas. À medida que se avança na direção a 1917 isto vai-se tornando cada vez mais nítido no pensamento e, sobretudo, na prática de Lênin.

Se se pode detectar um ponto comum na Rosa Luxemburgo de *Reforma ou Revolução?* – o catastrofismo como suposto da marcha do proletariado em direção ao socialismo – o mesmo não se pode dizer em relação à Rosa da *Massenstreik*, posterior a 1905. Permanecendo catastrofista, ela vai enfatizando o aspecto *espontaneidade* na formação da consciência revolucionária do proletariado.

A explicação de Lênin se torna mais complicada quando ele relativiza a primeira parte de sua afirmação insistindo nas razões sócio-político-culturais pelas quais o proletariado se desviou do curso revolucionário e sofreu a ação da ideologia burguesa. Essa condiciona uma segunda espontaneidade – reformista – entre os trabalhadores. A teoria/partido passa, assim, a ser um instrumento essencial na passagem dessa forma de falsa consciência para a consciência revolucionária.

É sempre bom lembrar que entre 1914 e o fim da Primeira Guerra Mundial Lênin começa a utilizar a expressão “aristocracia operária” para designar a facção do proletariado responsável, segundo ele, pela capitulação de boa parte da Internacional Socialista frente às burguesias imperialistas europeias. Esta *démarche* estabelece uma linha de continuidade entre o “jovem Lênin” e o “Lênin maduro”, se é que esta distinção em algum momento existiu.

Nas duas conjunturas a consciência do proletariado aparece como falseada, o que impede este de cumprir sua “missão histórica”. A regene-

ração vem de fora, pelo partido portador-da-teoria que passa a ser *ultima ratio* o sujeito da história.

A expressão “sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária” supõe que sem partido revolucionário não existirá revolução. Este partido será, desde 1902 até 1917, o POSDR (bolchevista); a partir de 1919 ele será a Internacional Comunista e suas “secções” espalhadas pelo mundo.

Mas se a hegemonia bolchevista na revolução russa havia recebido a sanção da história, a “prática-critério-da-verdade” anteriormente referida, o papel do Comintern e de suas secções na luta revolucionária era uma construção teórico-política fundada na leitura que faziam da revolução russa seus vencedores.

Com isso, se eliminavam não só as versões dos que acabaram vencidos *no interior das forças revolucionárias*, como se atribuía uma univocidade à interpretação dominante, que já em 1923 ficava evidente não existir. A leitura unívoca está contida nas resoluções da IC sobre estratégia, a tática, partido etc., tal qual aparecem nos inúmeros documentos dos quatro congressos³⁷.

XI

Restaria uma última observação sobre a teoria do Estado leninista e o lugar que ela ocupa na construção do paradigma revolucionário bolchevista e o “cominterniano”. Esta teoria pode ser observada em dois textos de Lênin. *O Estado e a revolução* e *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, para só citar duas obras frequentemente invocadas pela IC na sua história.

O Estado e a revolução, como se sabe, foi escrito algumas semanas antes da tomada do poder e representa uma tentativa de sistematizar ele-

37. *Manifestes, Theses et Resolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste* – 1919-1922, op.cit.

mentos para uma teoria do Estado, quando os bolchevistas viam o poder já ao alcance da mão. O texto combina uma crítica às ilusões reformistas sobre o Estado com uma crítica às posições anarquistas que defendiam a passagem direta à sociedade sem classes (o comunismo) sem qualquer mediação estatal. Lênin vai defender a necessidade de uma fase intermediária, representada pela ditadura do proletariado, que corresponderia a um período contraditório no qual uma hipercentralização do poder em mãos do proletariado se combinaria com o lento enfraquecimento do Estado.

Tudo isso é conhecido, como também o fato de que Lênin encontra em Marx – particularmente na *Crítica ao Programa de Gotha* – a fonte de inspiração para a tese sobre a Ditadura do Proletariado. Da mesma forma, é importante destacar que o papel dos soviets como expressão concreta desta ditadura do proletariado apresenta uma dupla inspiração. Obviamente as experiências de 1905 na Rússia e as em curso em 1917 após fevereiro, e mais longinquamente a leitura que o marxismo fazia da Comuna de Paris.

Deixando de lado a pertinência da leitura leninista do episódio da Comuna³⁸ e os “deslizes” libertários do texto, restam duas outras questões:

A primeira inquire sobre a compatibilidade entre a teoria do Estado formulado por Lênin, parte integrante de sua teoria da revolução, e sua teoria do partido. A segunda aponta para o estatuto teórico de suas teses e, como consequência, para sua capacidade de resolver os problemas daquele momento na Rússia e, sobretudo, fora dela, na Europa Ocidental, especialmente.

Tem sido muitas vezes apontada uma contradição entre o Lênin de *O Estado e a revolução* e o Lênin de *Que fazer?* Esta contradição adviria do fato de o democratismo basista do Lênin impactado pelos acontecimentos em curso no pós-fevereiro de 1917 não deixa muito espaço teórico ao dirigismo centrista do Lênin de 1902. Observando mais de perto, a diferença, que alguns creditariam à defasagem em que foram, no tempo,

38. HAUPT, Georges. “La comune comme symbole et comme exemple”, op.cit.

formuladas ambas teorias, a partir de contextos bastantes diversos, não necessariamente desemboca em contradição, sobretudo se *O Estado e a Revolução* é lido juntamente com o *Renegado Kautsky*...

A teoria do Estado presente nos dois livros é consequência da visão leninista sobre o destino *imediato* do capitalismo e do viés catastrofista que a preside. A ditadura do proletariado é a única alternativa à falência da burguesia, que não é só econômica, mas também política. A democracia burguesa havia revelado toda sua face cruel ao conduzir o proletariado ao massacre da Primeira Guerra Mundial. O fracasso do Governo Provisório na Rússia apenas levava às últimas consequências o que se podia observar mais claramente no Ocidente.

É claro que Lênin, fino observador, mas ao mesmo tempo um político pragmático, não ficaria insensível às extraordinárias manifestações de autonomia popular que se evidenciaram em 1917. Não parece ter-se produzido nele, no entanto, a mesma inflexão que Rosa Luxemburgo sofrera com a revolução de 1905 na Rússia.

Lênin busca canalizar esta energia para sua fórmula política com ambiguidades que se evidenciaram desde o início, o que não escapou ao olhar crítico de Rosa Luxemburgo, cujas objeções não se restringiram ao episódio da dissolução da Assembleia Constituinte.

Poucos anos passados do assalto ao Palácio de Inverno, os sovietes haviam deixado praticamente de existir e a ditadura do proletariado se havia transformado na ditadura do Partido Bolchevista, rapidamente guindado à condição de partido único.

O Lênin de 1902 se reconciliava com o de 1917 ou, quem sabe, o de 1917 era subsumido pelo de 1902. A situação, apresentada como excepcional, motivada pelas vicissitudes de uma revolução cercada, não suscitou uma reflexão alternativa consistente, servindo apenas para justificar o abandono do projeto soviético original.

Não deve ser omitido que a Internacional, na qual Lênin e Trotsky tinham um papel preeminente até 1923, pelo menos, foi sensível aos

impasses da fórmula ditadura do proletariado para o Ocidente e que esta sensibilidade se traduziu na consigna do *Governo Operário* formulada pelo Quarto Congresso IC³⁹, fruto da análise da “estabilização relativa” do capitalismo que havia inspirado anteriormente a tática de Frente Única.

Na prática, isto significava um questionamento da visão catastrofista sobre o destino imediato do capitalismo. Mas, como a própria qualificação da estabilidade sugeria, este questionamento era “relativo”. Mais do que isso, ele vinha cercado de tais *mise en garde* políticas, que teve poucos efeitos na formulação de uma nova visão do problema que contribuisse para o questionamento do paradigma dominante. Um exemplo da timidez em repensar uma questão crucial pode ser observado no incidente que leva à expulsão do dirigente do Partido Comunista Alemão Paul Levi⁴⁰.

O ponto até aqui exposto antecipa a resposta à segunda questão sobre o estatuto teórico das formulações de Lênin sobre o Estado e a revolução. A teoria do Estado se transformou pouco a pouco em uma ditadura bolchevista, o que chegou ao paroxismo no período stalinista. De teoria, a ditadura do proletariado se transformou em doutrina de Estado com propósito claramente autojustificativos.

Bobbio observou a inconsistência de Lênin, neste terreno, mostrando como as indicações que ele retirou da Comuna de Paris “não são de grande utilidade para traçar as linhas de uma teoria alternativa do estado socialista e muito menos para compreender a realidade dos estados socialistas hoje”⁴¹.

39. “Résolution sur la tactique de l'IC”, in *Manifestes, Thèses...*, p. 158.

40. Cf. MENDES DE ALMEIDA, Angela. “Ocidente *versus* Oriente: uma problemática do movimento comunista”, trabalho apresentado no Grupo Partidos e Movimentos de esquerda, no Oitavo Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS – Águas de São Pedro, out. 1984.

41. BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo – discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 22.

A complexidade das sociedades e dos sistemas de dominação no Ocidente – e talvez na própria Rússia – exigiam uma visão mais sofisticada do problema da mudança política.

É certo que a IC, em mais de um momento, tentou responder às questões colocadas pelo desenvolvimento da luta política nos anos 1920 e 1930. Bastaria lembrar a já aludida tática de *Frente Única* e, nos anos 1930, a política de *Frente Popular* como expressões dessa sensibilidade.

Sem entrar no mérito das duas alternativas políticas – o que exigiria uma longa reconstituição histórica e uma detida reflexão teórica, vale apenas mencionar que em ambos os casos, especialmente no das Frentes Populares, a inflexão política não veio acompanhada de uma reflexão teórica sobre as políticas precedentemente adotadas; menos ainda de uma autocrítica. Ao contrário, era muito frequente que a própria linguagem ocultasse a mudança.

A institucionalização da teoria através do partido-Estado fazia com que as razões desse pesassem mais do que qualquer elemento. O exercício da crítica era incompatível com a necessidade de autopreservação dos responsáveis por orientações que tiveram efeitos destrutivos sobre o movimento operário, como as posições perante o nazismo na Alemanha.

A social-democracia, gradativamente reconstituída no pós-guerra, sobretudo na Alemanha, não foi capaz de oferecer opções teóricas e políticas. Estava mergulhada, inicialmente, em um furor anticomunista e, em seguida, numa paralisia que a tornou corresponsável pela ascensão de Hitler ao poder em 1933.

A teoria da revolução fundada na visão catastrófica do capitalismo, que se reiteraria em 1928, 1939 e no fim dos anos 1940, em nível mundial e numa sucessão interminável de conjunturas das situações nacionais, concebeu esta como uma operação de cerco e aniquilamento do Estado, concentrador de todo o poder, como condição de possibilidade da constituição da ditadura do proletariado.

Mais: estabeleceu uma linha demarcatória radical entre reformas e revolução, que encontrava sua expressão máxima na redução da democracia a um ardil da burguesia para melhor exercer sua dominação e em sua conseqüente oposição à ditadura do proletariado. Que essa tivesse assumido a forma de um monstro, reinstaurando de forma mais cruel – porque em nome de uma ideologia libertária – a exploração e a dominação, pouco importava. Ou se omitiu este fenômeno, realizando, em nome do marxismo, uma gigantesca operação de ocultação e mistificação histórica, ou se procurou justificá-lo pelas “condições objetivas” da Rússia, invocando-se a necessidade de pensar as transições como longos períodos e que, afinal, cinquenta anos não é nada para quem tem o sentido da história.

Foi preciso que algumas luzes se lançassem sobre esse território obscuro da história. Desse modo, ficou clara a incapacidade do socialismo burocrático, originário desse paradigma, de realizar plenamente as transformações anunciadas. Sem elas, a democracia não consegue ultrapassar as adjetivações que têm por objetivo antes a sua apropriação, do que seu resgate.

Da mesma forma, foi preciso que o estatismo burocrático atingisse dimensões inimagináveis e que os partidos, surgidos da revolução de outubro, chegassem a seu nível máximo de estiolamento para a temática da autonomia operária voltar a ter importância, iluminando de forma distinta a temática partidária.

O fato de o capitalismo não ter sucumbido às catástrofes, recorrentemente anunciadas pela Internacional e pelas centrais que a sucederam, não prova a superioridade deste regime econômico-social, como tentam fazer crer os entusiastas da economia de mercado.

As burguesias não foram capazes de realizar a tão anunciada democratização do Estado e da sociedade. Ao contrário, levaram a burocratização daquele a um ponto que faz da própria representação algo pro-

blemático. Transformaram a sociedade civil em sociedade de consumo, reduzindo cidadãos a consumidores e cultura a mercadoria, sujeitando sua produção, os artistas e os intelectuais, às leis da oferta e da procura.

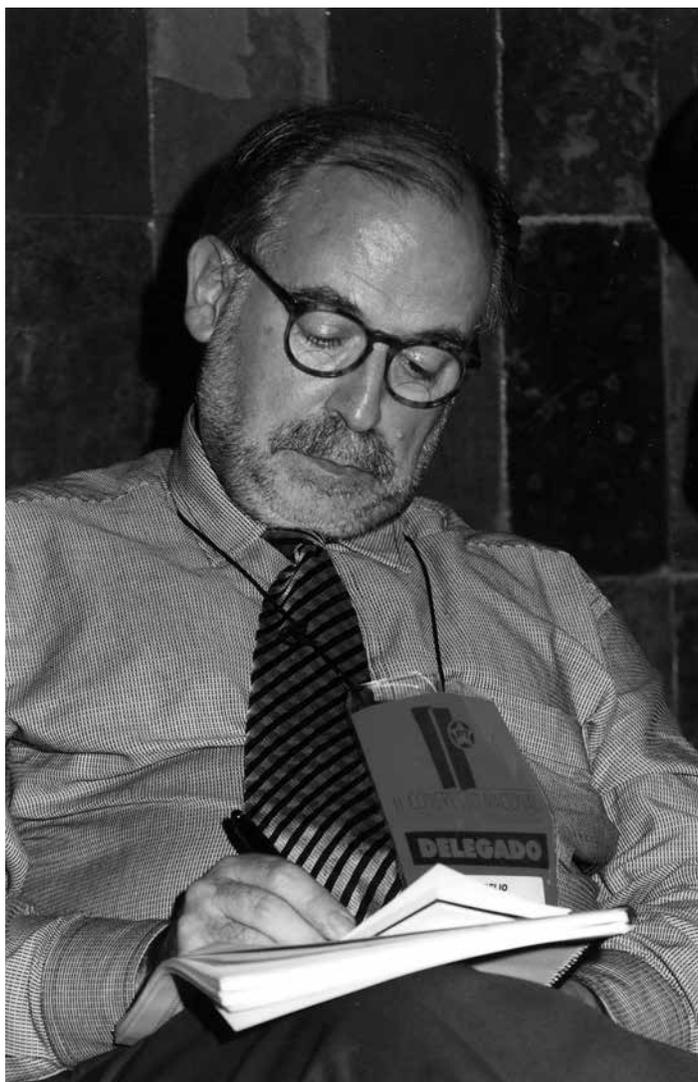
A polêmica reforma versus revolução é hoje peça de museu, o que não significa que seja irrelevante. A reconstrução historiográfica, por sua emergência e seu curso ulterior, e a compreensão teórica dos problemas apresentam uma atualidade muito grande. É evidente que esta atualidade interessa não apenas aos historiadores do movimento operário e do socialismo, interessa também às sociedades que, como a nossa, se veem defrontadas com dificuldades enormes para construir a democracia e, ao mesmo tempo, realizar reformas que acabem com as desigualdades.

Ao decidir realizar seu encontro regional sobre o tema Reforma e Revolução, a ANPUH não fez apenas uma escolha de uma área historiográfica qualquer. Ela optou por realizar uma reflexão crítica sobre temas cruciais de nosso tempo aos quais se vinculam os destinos coletivos.

O compromisso dos intelectuais, especialmente dos historiadores, é duplo. Por um lado, com o rigor e a imparcialidade que a pesquisa e a reflexão historiográfica exigem. Por outro, com a necessidade de colocar seu ofício a serviço da sociedade na perspectiva de sua transformação.



1998. LUIZ DULCI, MARIA DA CONCEIÇÃO
TAVARES E MARCO AURÉLIO NO SEMINÁRIO
1978-1998: O ABC DA DEMOCRACIA,
EM SÃO BERNARDO (SP).
FOTO: ACERVO CSBH DA FPA



1999. MARCO AURÉLIO GARCIA NO
2º CONGRESSO NACIONAL DO PT,
EM BELO HORIZONTE (MG).
FOTO: ROBERTO PARIZOTTI

O PT E A NOVA ORDEM¹

As notas que se seguem são parte de um texto mais amplo destinado a ser discutido no PT. Não só algumas questões aqui tratadas sumariamente merecerão um maior aprofundamento, como o texto definitivo deverá contar com uma extensa discussão sobre a América Latina, que dará relevo à nossa política externa nessa área prioritária. Por esta razão, discutirá com especial atenção o Foro de São Paulo, articulação para a qual muito concorremos, e que chega em Manágua (julho de 1992) à sua terceira reunião, depois dos encontros do Brasil (1990) e do México (1991), agrupando mais de setenta partidos do continente. Este texto, a despeito de ter sido elaborado pelo secretário de Relações Internacionais do PT, reflete discussões que vêm se desenvolvendo há longo tempo na secretaria. Muitas correções e sugestões foram incorporadas a esta versão. Mesmo assim, a responsabilidade integral do texto, sobretudo de suas debilidades, é do autor.

Durante muito tempo, a direção partidária subestimou a análise da situação internacional e a necessidade de definições mais abrangentes de política externa. Apesar dos esforços da Secretaria de Relações Inter-

1. Publicado em *Teoria e Debate* n. 18, mai/jun/jul. de 1992.

nacionais (SRI) e de seus sucessivos responsáveis, as questões relacionadas com a situação mundial e com a necessidade de uma política externa mais consistente sempre ocuparam um lugar secundário nos debates do Partido dos Trabalhadores.

Como consequência, houve uma condução empírica das relações internacionais. Na prática, deixava-se frequentemente que tendências ou grupos do PT implementassem uma política externa própria, conforme afinidades internacionais.

Essa subestimação veio muitas vezes acompanhada da ideia de que as relações internacionais representam atividade secundária, quando não supérflua, permitindo que alguns dirigentes viajem para outros países. Era necessário eliminar essas falsas representações e transformar as relações internacionais em um elemento fundamental para a atividade política do partido.

A partir de 1988, o Diretório Nacional começou a dar um novo tipo de atenção à política externa. O principal efeito desta virada se fez sentir em uma presença maior do PT internacionalmente, o que pôde ser constatado durante o 1º Congresso, ao qual compareceram 140 delegados internacionais, representando mais de oitenta partidos.

Essa transformação transcorreu com dificuldades e apresentou inúmeras deficiências. A maior de todas foi provocada pelo fato de que muitas de nossas iniciativas tiveram de ser adotadas sem uma reflexão política mais aprofundada e, sobretudo, sem que o partido como um todo participasse do debate.

Apesar de um saldo globalmente positivo, o momento não é para celebrações. Trata-se, fundamentalmente, de desencadear um processo de discussão sobre as grandes transformações em curso no mundo e suas implicações para a política do PT e, ao mesmo tempo, de realizar uma análise crítica da ação da SRI, permitindo as necessárias correções de rumo.

A formulação da política externa de um partido político está estreitamente ligada à análise que esta organização faz da evolução da situação internacional no curto e no longo prazo.

Um partido político como o PT não deduz sua política externa apenas da análise da situação mundial. A política externa não é, tampouco, a simples expressão na esfera internacional dos interesses nacionais do partido.

A orientação externa do PT deve ser uma construção política fundada em uma análise do cenário internacional, que considere o lugar que o Brasil e o partido ocupam nesse cenário, e expresse a vontade de alterar esse quadro conforme os objetivos. A política externa está marcada pelas incertezas que caracterizam a situação mundial e pela escolha de instrumentos que permitam agir com racionalidade e eficácia no cenário internacional.

Deve-se partir da premissa de que os conceitos de internacionalismo em que se basearam, até hoje, as distintas correntes socialistas e libertárias estão em crise, teórica e prática, agravada pelas radicais transformações pelas quais passou o mundo nas últimas décadas.

Isso não significa negar a possibilidade de elaborar um novo conceito e prática do internacionalismo. Ao contrário, um novo internacionalismo é possível, mais ainda, é necessário. Entretanto, apresenta uma complexidade enorme que não encontra resposta nas alternativas que todas as Internacionais até hoje existentes formularam. Trata-se, pois, de construí-lo.

Para tanto, a premissa básica é a existência de alternativas nacionais e regionais de esquerda fortes e, sobretudo, enraizadas em amplos setores das camadas exploradas e oprimidas da população.

Finalmente, um novo internacionalismo exige uma análise aprofundada da nova realidade mundial e uma revisão dos instrumentos teóricos dessa análise. Somente assim é possível resistir à tentação de opinar,

categoricamente, a partir de esquemas analíticos essencialmente ideológicos, sobre as realidades mais distintas.

MUDANÇAS NO QUADRO

Em 1991 encerrou-se um ciclo da crise que durante os anos 1980, particularmente nos meados, vinha afetando o Leste Europeu e a União Soviética. Consumou-se a anexação da ex-RDA (República Democrática Alemã, ou Alemanha Oriental) pela Alemanha Federal. A quase totalidade das ex-“democracias populares” são hoje governadas por coligações, na maioria conservadoras, todas empenhadas no restabelecimento do capitalismo.

Na Romênia, onde os comunistas detêm o poder, desenvolvem-se amplos movimentos de contestação. A Iugoslávia implodiu e, finalmente, a União Soviética desintegrou-se. Surgiram quase duas dezenas de novos Estados e não se pode dizer que as fronteiras europeias e asiáticas estejam plenamente definidas.

O ano 1991 representou não só o fim do ciclo histórico iniciado em 1917 com a Revolução Russa, como o colapso da ordem política internacional estabelecida nas conferências de Teerã, Ialta e Potsdam (1943-44-45, respectivamente) nas quais os “três grandes”, de então, definiram qual seria o perfil do mundo do pós-Guerra. Marcou o fim definitivo da bipolaridade política e militar consolidada com o início da Guerra Fria, em 1947. Ao mesmo tempo, entrou em declínio o movimento dos não alinhados, surgido em Bandung em 1955, que buscara constituir-se como “terceiro campo”.

A Guerra do Golfo – independentemente dos problemas que estiveram em jogo durante todo o período de crise – teve como resultado mais importante a afirmação da plena hegemonia política e militar dos Estados Unidos, autoerigidos à condição de polícia do mundo.

Há um lado paradoxal nesta hegemonia político-militar: ela se dá no marco de transformações econômicas muito importantes em escala internacional, que apontam para uma perda de dinamismo da economia norte-americana. Essa situação se evidencia na crise dos EUA e revela um processo mais amplo de lenta decadência daquela que foi a grande potência econômica mundial desde os anos 1940.

O declínio da economia norte-americana é acompanhado pela constituição de novos polos mundiais de desenvolvimento, especialmente a Comunidade Europeia e o Japão, agrupando os chamados “tigres asiáticos”.

Esses dois grandes blocos econômicos impulsionaram enormes processos de desenvolvimento das forças produtivas, acompanhados de mecanismos de inovação tecnológica sem precedentes. Não sem razão, fala-se de uma “terceira revolução industrial”.

A expansão do sistema produtivo capitalista, nessas regiões do mundo, chega acompanhada da necessidade de criação de megamercados e está estreitamente associada ao desenvolvimento de inúmeros fatores: novas técnicas de comunicação, gestão e comercialização, além de profundas inovações nas relações de trabalho.

Os padrões tayloristas, até então dominantes, cedem lugar a formas mais flexíveis, com a importância crescente da microeletrônica e da robótica. Consequentemente, diminui o número de trabalhadores diretos, o que implica a redução da classe operária industrial. Por outro lado, aumenta, embora em proporção menor, o número de técnicos que operam os equipamentos de controle numérico, supervisionam os processos de trabalho, ou dedicam-se a atividades de gerenciamento, marketing e outras com papéis decisivos na expansão do sistema produtivo hoje. Também reaparece o trabalho industrial doméstico e regiões “atrasadas”, até há bem pouco tempo fora da geografia industrial, são integradas aos grandes centros produtivos com a instalação de indústrias “maquiladoras”.

Esses grandes movimentos do capital em escala internacional – acompanhados da descoberta e utilização de novos materiais e tecnologias, resultado de grandes avanços científicos – reconfiguram a divisão internacional do trabalho. Consequência desses fenômenos são os grandes movimentos migratórios, já em curso e que devem se acelerar nos próximos anos.

Da mesma forma, assiste-se, em muitos países, especialmente na “periferia”, ao abandono de projetos complexos de industrialização nacional em proveito de programas de integração setorial e subordinada na economia mundial. Esse fenômeno é particularmente visível em escala crescente na América Latina se observamos os rumos seguidos inicialmente pela economia chilena e o caminho que hoje empreendem México e Argentina.

CONTROLE TOTAL

A constituição de um terceiro grande polo econômico em torno dos Estados Unidos, e que conta hoje com a adesão de Canadá e México, depende do êxito destas políticas econômicas que vêm sendo aplicadas na maioria dos países latino-americanos. Por trás das vagas definições da Iniciativa para as Américas, do presidente Bush, está a firme intenção de colocar a América Latina sob controle total da economia norte-americana.

Tal hipótese é reforçada quando se examina com cuidado a evolução recente do balanço de pagamentos e da balança comercial nos países da América Latina em suas relações com os Estados Unidos.

Nos últimos anos, como consequência do escorchante serviço da dívida externa, a América Latina transformou-se em um grande exportador de capitais. Da mesma forma, os Estados Unidos inverteram as relações comerciais com o continente, passando a obter consideráveis excedentes em sua balança comercial. As exportações dos EUA para a América Latina em 1991 alcançaram 63 bilhões de dólares, perdendo apenas

para as destinadas à Comunidade Europeia (100 bilhões de dólares) e para o Canadá (90 bilhões de dólares) e ficando à frente das destinadas ao Japão (50 bilhões de dólares).

Para materializar essa política, os Estados Unidos impulsionaram políticas visando estabelecer uma vasta zona de livre-comércio, com a eliminação de todas as barreiras alfandegárias e o abandono de qualquer medida protecionista.

No mesmo projeto figura um plano massivo de privatizações e de retirada do Estado de qualquer capacidade de iniciativa na definição e implementação de uma política de desenvolvimento. Este ficaria totalmente subordinado às “leis do mercado”, que se encarregariam de definir quais os setores competitivos em escala internacional.

O primeiro resultado dessa orientação global é um processo de desindustrialização do continente, agravado pelo quadro recessivo que atinge a maior parte das economias latino-americanas nos últimos doze anos. A desindustrialização apresenta uma dupla face. Não só significa a queda quantitativa da produção como a crescente obsolescência tecnológica do parque industrial dos países periféricos, cada vez mais distantes da “terceira revolução industrial” em curso nos centros avançados do mundo.

A crise do “campo socialista”, emblematicamente apresentada como crise das economias planificadas, reforçou a gravitação das ideias neoliberais em escala internacional.

Apesar da persistência de práticas abertas ou disfarçadas de protecionismo no Japão, na Comunidade Econômica Europeia e nos Estados Unidos, a propaganda liberal apresentou até agora uma vitalidade jamais vista neste século. As teses do livre comércio, o império do mercado e a retirada do Estado da economia e de outras responsabilidades sociais ganharam uma audiência cada vez maior, contaminando inclusive setores importantes da social-democracia que abandonaram, na prática, as políticas de *Welfare* em favor da busca de “ajustes macroeconômicos”.

Os efeitos concretos destas políticas não se fez tardar. Tanto nos Estados Unidos da era Reagan, como na Grã-Bretanha de Thatcher, produziu-se uma considerável concentração de renda, revertendo tendências anteriores. Ambos os países pagam hoje um preço elevado por mais de dez anos de receitas liberais: estagnação, perda da competitividade internacional, crescimento do desemprego, aumento das polarizações sociais internas. Os acontecimentos de Los Angeles chamaram dramaticamente a atenção da humanidade para esses dados.

É significativo que os países onde as políticas neoliberais foram aplicadas de forma mais persistente – EUA e Reino Unido – sejam coincidentemente aqueles que mais dificuldade têm revelado dentre os “grandes” para realizar transformações em seu aparelho produtivo. O conflito atual entre Japão e EUA é um exemplo vivo desta incapacidade.

Nos países do Primeiro Mundo os ajustes liberais não foram capazes de criar uma dinâmica consistente de crescimento. As fortes tendências recessivas que hoje se manifestam, somadas às transformações em curso no sistema produtivo capitalista, provocam um crescimento do desemprego e, em consequência, do polo de pobreza. Por outra parte, as vítimas do desemprego nos países industrializados estão cobertas por um conjunto de garantias sociais, conquistas da classe trabalhadora no passado, incomparavelmente maiores e mais eficientes do que no Terceiro Mundo.

Mas todas essas formas de proteção não são suficientes para contrabalançar os graves efeitos sociais e políticos do desemprego, que atinge principalmente jovens, mulheres e pessoas mais idosas, além, evidentemente, dos trabalhadores imigrantes. Estes, depois de haver cumprido um papel fundamental nas economias centrais, são hoje virtualmente expulsos para seus países de origem.

O desemprego acirra a concorrência entre trabalhadores, mina a unidade de classe, faz declinar a sindicalização e estimula, em muitos

casos, o nacionalismo e o racismo. Na França, Bélgica, Áustria, Alemanha e até mesmo na Itália desenvolvem-se movimentos de extrema direita que tendem a atribuir aos imigrantes a responsabilidade pelas perdas de emprego ou de fatias do orçamento destinadas à proteção social. É inquietante que em muitos destes países, contingentes importantes dos votos da extrema direita sejam originários de bases eleitorais de esquerda, comunista ou social-democrata.

A crise da URSS e da Europa do Leste, somada às crises da África, boa parte da Ásia e da América Latina, aumenta o fluxo migratório para os países centrais, intensificando as tensões sociais e políticas. Esta polarização interna que as políticas liberais provocam nas áreas mais desenvolvidas do mundo capitalista reproduz-se de forma ampliada em escala internacional.

A desindustrialização do Terceiro Mundo e sua descapitalização, em virtude da cobrança da dívida externa e da degradação crescente dos termos de intercâmbio, contribuem para o processo de marginalização de seus países do sistema produtivo e das esferas mundiais do consumo.

Cada vez mais o Terceiro Mundo produz e consome menos. O comércio mundial se faz crescentemente entre os países capitalistas avançados. Mais grave ainda: as transformações tecnológicas do processo produtivo eliminam progressivamente as “vantagens comparativas” que os países da periferia possuíam no passado para atrair capitais externos, dado que as matérias-primas do Terceiro Mundo perdem sua importância relativa em proveito de novos materiais produzidos nos países centrais; a força de trabalho barata hoje já não tem a mesma importância devido à sofisticação dos processos de trabalho que exigem mão de obra menos numerosa e mais qualificada; os países do Terceiro Mundo que dispunham de mercados importantes – reais ou potenciais – perdem este atrativo na medida em que o empobrecimento interno empurra milhões de pessoas para fora das esferas de consumo.

Esses fenômenos geram uma espiral diabólica. A desindustrialização não é somente um processo de redução quantitativa da indústria, pois afeta também o nível de qualidade tecnológica. Desse modo, cresce a obsolescência das indústrias da periferia que perdem capacidade de competitividade internacional.

É neste momento que o economista neoliberal aparece com a receita clássica: é preferível importar um produto industrial do estrangeiro, mais barato e de melhor qualidade, do que produzi-lo nacionalmente. Mas essa defasagem, tecnológica e de preço, é consequência de uma política sistematicamente aplicada de destruição da indústria.

Se essa tendência não for revertida, em pouco tempo economias industriais complexas como Brasil, México ou Argentina poderão enfrentar uma situação semelhante à da RDA quando incorporada pela Alemanha Federal: fechamento quase completo do parque industrial por se tratar de um setor “não competitivo”. Com o agravante de que não farão parte de um novo Estado Nacional, como a ex-RDA que foi anexada, constituindo-se apenas como apêndice econômico absolutamente secundário do sistema capitalista.

Como consequência da hegemonia das políticas neoliberais em escala mundial houve o aprofundamento do abismo entre o Norte e o Sul do planeta, ao qual se incorporou quase todo o Leste Europeu, inclusive a ex-URSS.

Os efeitos dessa nova ordem para o Sul incluem recessão (mais especificamente desindustrialização); agravamento da grave situação social interna, com processo de concentração da riqueza (como vem ocorrendo em toda a América Latina, cujo resultado visível são as distintas epidemias que reaparecem, o aumento do analfabetismo, a degradação das condições de vida etc); aprofundamento do *gap* tecnológico entre os países do Sul e os países capitalistas centrais; desengajamento de responsabilidades históricas na formulação e implementação de políti-

cas econômicas e sociais; renúncia a projeto industrial, quando não a projeto econômico como parte de um processo mais amplo de perda de soberania nacional (em alguns países da América Latina essa perda se traduz na presença ativa de tropas sob o pretexto de combater o narcotráfico).

Ao assumir um papel secundário em uma nova ordem econômica internacional, muitos países do continente são obrigados a revogar conquistas históricas do campesinato, impulsionando processos de verdadeira contrarreforma agrária, como ocorreu no Chile e vem ocorrendo no México e no Peru. No Brasil, tal fenômeno só não é visível pelo fato de ser um dos únicos países da América Latina onde nunca houve qualquer processo de reforma nas relações de propriedade no campo.

A mais recente manifestação do agravamento do contencioso Norte-Sul pôde ser observada na reunião da Rio-92, quando os Estados Unidos, abertamente, e outras grandes potências, de forma mais velada, recusaram-se a assumir suas responsabilidades na preservação do meio ambiente e esvaziaram (ou simplesmente recusaram-se a assinar) os tratados que poderiam representar uma clara inflexão na política de combinar desenvolvimento e ecologia. A intransigência dos Estados Unidos e a insensibilidade de outros países industrializados suscitou uma agressiva resposta de amplos setores da opinião pública mundial, que contaminou muitos governos do Sul, fazendo com que se falasse no surgimento de uma nova “guerra fria”, opondo o Norte ao Sul.

O item final do receituário neoliberal para a América Latina é a proposta de “integração” do continente. Além das vagas formulações da Iniciativa para as Américas, estão sendo desenvolvidos projetos regionais (MERCOSUL, Pacto Andino, Mercado Centro-americano e múltiplas negociações bilaterais entre países da América Latina e Estados Unidos).

O papel das forças de esquerda do continente não é rejeitar, em princípio, a tese da integração, mas situá-la dentro de novos parâmetros,

distintos daqueles propostos pelo neoliberalismo. Para tanto, é fundamental resgatar algumas ideias que devem estar na base de qualquer política de integração:

- respeito à autodeterminação e à soberania nacional;
- garantia de um papel para o Estado (democrático e socialmente controlado) nas políticas de desenvolvimento industrial e econômico;
- prioridade para políticas de crescimento econômico com redistribuição de renda;
- definição e implementação de programas de complementariedade econômica, articulando distintos países do continente;
- preservação e, sobretudo, ampliação das conquistas democráticas das classes trabalhadoras, permitindo que estas tenham um papel decisivo nas políticas econômicas e sociais nas esferas nacional e multinacional. Esta preocupação deve se refletir particularmente no que se refere às leis e dispositivos de proteção ao trabalho, conquistados em décadas de luta e que hoje se encontram ameaçados em todo o continente;
- políticas de preservação ambiental comuns.

“FIM DA HISTÓRIA”

Falar no fim de um período não significa dizer que se chegou ao “fim da história”. Pelo contrário, um simples olhar na situação da ex-URSS e do Leste Europeu permite prever situações de instabilidade e antecipar a ocorrência de grandes movimentos sociais nessa parte do mundo. A preocupação que EUA, Japão e Europa, dos 12, hoje manifestam com a situação do Leste é um claro indício.

A própria situação dos EUA e dos demais países capitalistas avançados indica que as graves contradições que atravessam as economias afetam suas sociedades e seus sistemas políticos, além de apontar para a persistência de fatores de instabilidade.

Essa constatação não pode induzir as esquerdas a diagnósticos catastrofistas – como ocorre frequentemente – prognosticando o colapso iminente dos EUA e do capitalismo.

O mundo está em movimento. A história não acabou. As condições de funcionamento do capitalismo se modificaram. É fundamental entendê-las para poder traçar melhores estratégias de intervenção nacional e internacional.

A construção de uma nova ordem mundial, nos marcos da democracia, de uma cooperação e integração internacionais com respeito à soberania nacional, à autodeterminação dos povos e com justiça social, está proposta como grande e difícil desafio para as forças democráticas e socialistas.

A preeminência político-militar dos Estados Unidos e a emergência de novos blocos econômicos se traduzem na recente concentração de poder nas mãos de uns poucos países que buscam reconfigurar o mundo segundo seus interesses particulares.

Em muitas circunstâncias, decisões fundamentais, que afetarão a vida de dezenas de milhões de pessoas, são tomadas no âmbito de grandes corporações econômicas multinacionais sem levar em conta a vontade dos Estados e, o que é mais grave, de suas populações.

Verifica-se uma mudança importante nas relações internacionais, com a crise das instituições mundiais e de muitos dos instrumentos clássicos da diplomacia. Na ONU, aumentou exorbitantemente o papel do Conselho de Segurança, no qual os cinco membros permanentes (com direito a veto) – EUA, Reino Unido, França, Rússia e China –, têm-se, invariavelmente, posto de acordo, como se viu durante a Guerra do Golfo, e, mais recentemente, no embargo contra a Líbia.

Mas, por outra parte, as Nações Unidas têm-se revelado absolutamente incapazes para fazer cumprir suas resoluções sobre a questão palestina e conter o terrorismo do Estado de Israel, ou determinar a

evacuação das tropas americanas do Panamá ou, ainda, impedir o bloqueio de Cuba.

O governo norte-americano tem exercido unilateralmente sua autoridade para bloquear toda e qualquer iniciativa internacional que entre em contradição com os interesses particulares dos círculos dominantes naquele país. A posição adotada por Washington antes e durante a Rio-92 é uma prova clara do papel conservador que os EUA desempenham e do que se pode esperar da “nova ordem internacional” propugnada por Bush.

Na configuração da ordem econômica mundial, além dos instrumentos clássicos controlados pelas grandes potências – FMI, Banco Mundial etc. – desenha-se, com a consolidação do Grupo dos Sete, um novo organismo que busca definir normas imperativas para o conjunto do mundo.

Estes poucos exemplos, que retratam a crescente concentração de poder no mundo, colocam na ordem do dia a luta pela democratização das relações internacionais, que passa por uma reforma radical da ONU e pelo estabelecimento de novos foros internacionais em que os problemas do planeta não fiquem exclusivamente submetidos à vontade das grandes potências.

HEGEMONIA E DECLÍNIO

É improvável que os Estados Unidos possam manter intacta sua hegemonia política e militar ao se acentuarem os traços de seu declínio econômico. Na medida que a sua crise se aprofunda e que começam a aparecer seus aspectos mais estruturais, o próprio discurso neoliberal entra em crise. Erguem-se vozes que começam a propor uma volta às práticas do New Deal, dos anos 1930, para recuperar a grandeza perdida. O discurso protecionista e o isolacionismo político começam a aparecer de novo na cena americana.

É positivo, por outra parte, que a crise econômica internacional force a aceleração da política de desarmamento, o que contribui para a paz mundial. Mas o declínio relativo dos EUA não significa o fim da agressividade da política externa norte-americana. Pode, em certas circunstâncias, produzir um resultado oposto.

A manutenção de uma posição intransigente em inúmeros aspectos da política internacional, o agravamento da guerra comercial entre as grandes potências e o aprofundamento do conflito Norte-Sul supõem a manutenção de mecanismos militares, ainda que não esteja totalmente claro qual será a nova doutrina militar norte-americana para este período de pós-Guerra Fria.

Os indícios até agora revelados apontam para uma estratégia intervencionista em conflitos locais, seja nos ditos de “baixa intensidade”, seja naqueles que possuem um potencial explosivo maior, como os dos Balcãs ou os situados no território da ex-União Soviética.

Na América Latina, intensifica-se a presença militar dos EUA em ações contra o narcotráfico, sobretudo na área andina, ao mesmo tempo que o Pentágono faz as primeiras sondagens para operar uma considerável redução das forças armadas nacionais, eliminando o risco de constituição de potências militares regionais de porte médio que pudessem transformar-se em um novo Iraque.

A política norte-americana é, no entanto, contraditória. Ao mesmo tempo que favorece a negociação política na resolução de conflitos regionais, como em El Salvador, Etiópia, África do Sul e, em certa medida, na questão palestina, mantém uma posição agressiva e intransigente em Cuba, no Panamá, no Iraque e na Líbia.

O fim da URSS – a despeito de nossa crítica radical ao Estado soviético – e a evolução pragmática da política externa da China – independentemente da condenação a seu regime político – contribuíram para a preeminência absoluta dos Estados Unidos. Esta situação é nova. Bastaria

lembrar o que significou no passado, a despeito de todas as ambiguidades da política soviética, ou da China, o apoio político e militar de um desses países (ou dos dois) à luta do Vietnã, aos processos de libertação nacional na África e Ásia, à Revolução Cubana etc.

Os povos em luta pela liberdade, autonomia, democracia e justiça social não possuem hoje “retaguardas” políticas nem militares (por mais problemáticas que fossem), como tiveram no passado, e somente uma complexa, nova e difícil política de reconstrução de laços de solidariedade internacional permitirá contrabalançar, em parte, o peso dos Estados Unidos e a capacidade que este país tem tido de arregimentar em torno de suas posições as principais potências capitalistas.

Os desequilíbrios econômicos mundiais, a emergência de novas potências econômicas – como o Japão e a Comunidade Econômica Europeia e, dentro dela, a Alemanha – poderão desencadear conflitos e alterar as relações de força internacionais, sobretudo se esses países reivindicarem o peso político e militar que consideram dever corresponder à sua importância econômica. Os debates entre a OTAN e o eixo França-Alemanha, tendo como pano de fundo a construção de uma força militar europeia, dão uma ideia dos complexos problemas que vão ocupar a agenda das grandes potências nos próximos anos.

ERA CONSERVADORA

A partir dos 12 anos de administração republicana nos EUA, da longa presença de Thatcher-Major à frente do governo britânico, do prolongado período CDU-CSU na Alemanha Federal, tem-se a impressão de que o mundo ingressou irreversivelmente em uma era conservadora.

Essa impressão é reforçada quando se constata os êxitos eleitorais dos conservadores no Leste Europeu e em boa parte da América Latina. Mesmo zonas do mundo de forte tradição social-democrata, como a Es-

candinávia, estão hoje sob controle de partidos de centro-direita, como ocorre na Suécia ou na Dinamarca.

A onda conservadora, que se traduziu em termos econômicos na hegemonia das propostas neoliberais, beneficiou-se ideologicamente da crise da URSS e do Leste Europeu e acabou por influenciar setores de esquerda, particularmente alguns governos social-democratas da Europa, mas igualmente partidos socialistas na oposição.

A esta realidade soma-se o colapso dos partidos comunistas em quase todo o mundo e se agrega o fato de que correntes críticas originárias dos PCs – PDS ou Refundazione Comunista, na Itália; Izquierda Unida, na Espanha; e PDS nas cinco províncias que formavam no passado a República Democrática Alemã – atravessam dificuldades decorrentes do período geral de defensiva, do esforço em dissociar-se de seu passado político e da necessidade de formular novas e credíveis propostas de esquerda.

Esta crise é parte de outra mais ampla que afeta os mais variados sistemas políticos e aparece como profunda crise de representação. Os processos eleitorais dos últimos anos, em quase todo o mundo, têm dado provas cabais de sua profundidade, o que compromete a democracia.

Intensifica-se o absentismo eleitoral. Em alguns países, como Estados Unidos, os governantes são escolhidos por um número cada vez menor de cidadãos, inferior a 50% do eleitorado.

Os partidos políticos, alguns com longa tradição, fortes bases sociais e arraigadas referências doutrinárias, perdem espaço para aventureiros que fazem da “luta contra a política” o essencial de sua pregação. Como alguns exemplos da presença crescente de *outsiders* na política, temos o milionário Timminski, que ameaçou Walesa nas eleições polonesas; Fujimori, no Peru; Collor, no Brasil; e, mais recentemente, a candidatura de Ross Perot nos Estados Unidos. Como indícios do processo de fragmentação eleitoral e crise dos partidos políticos tradicionais, temos

o bloqueio do crescimento dos Trabalhistas no Reino Unido, o declínio dos Democratas nos Estados Unidos mas, sobretudo, a multiplicação de pequenas formações de perfil indefinido – o fenômeno das Legas na Itália ou o bizarro Partido dos Cervejeiros na Polônia.

A crise das utopias socialistas e libertárias reforça a “crítica das ideologias”. Mas o anúncio de uma era em que as ideologias, quando não a história, chegaram ao seu “fim” encobre uma outra ideologia que busca submergir a política nas regras da eficiência gerencial e tecnocrática, confundindo as formas de organização dos Estados e das sociedades com as normas que presidem o funcionamento das empresas capitalistas.

A crise que a política atravessa em escala internacional é agravada pela multiplicação de escândalos de corrupção ou pelo desvendamento de aspectos da vida privada dos homens públicos.

A ineficácia dos políticos e a crise da noção de política, além de propiciar o advento de alternativas tecnocráticas que marginam a sociedade em nome de métodos gerenciais de governo, pode abrir espaço para “homens providenciais” ou alternativas autoritárias, ou mesmo totalitárias, de direita ou “de esquerda” (do tipo Sendero Luminoso). Elas exploram o desgaste da política tradicional, inclusive aquela praticada pelas esquerdas, com amplos setores da população, especialmente aqueles que enfrentam maiores dificuldades em seu cotidiano.

A luta contra a corrupção, contra a apropriação privada do Estado, pela transparência administrativa e política, é, pois, um componente fundamental de ação das esquerdas que tenham um claro e irreversível compromisso com a democracia.

A recomposição de um projeto socialista e democrático passa, entre outras coisas, pela reconstrução de um espaço público, com a consequente reabilitação da política como atividade transformadora e instrumento de libertação de homens e mulheres.

MOMENTO DE IMPASSES

Instalada no governo de importantes países europeus (França e Espanha, por exemplo) ou na condição de principal força de oposição em outros (Grã-Bretanha, Alemanha ou Suécia), a social-democracia vive hoje uma crise cuja explicação, em grande medida, está nas mudanças sofridas pelo capitalismo nos últimos 20 anos e nas opções político-ideológicas que os partidos socialistas adotaram diante dessas transformações.

A partir dos anos 1970 produziu-se, grosso modo, uma aceleração do processo de internacionalização da economia, que afetou o sistema e traduziu-se, igualmente, numa crescente internacionalização dos mercados. Uma nova divisão do trabalho começa a surgir com a correspondente concentração de capitais e necessária inovação tecnológica. Foi quando o padrão fordista de desenvolvimento começou a romper-se.

O declínio do fordismo significou para o capital não mais poder contar somente (e, em muitos casos, principalmente) com os mercados nacionais. Era preciso buscar a ampliação fora das fronteiras do país. Essa tendência é causa e consequência da formação dos megamercados (a Comunidade Europeia, por exemplo) e do extraordinário incremento do comércio mundial.

Na medida em que o capital não busca mais somente “realizar-se” no mercado nacional, cai a preocupação da burguesia em manter políticas nacionais de pleno emprego ou de aumento dos salários reais. Aumenta, por outra parte, a preocupação com a competitividade internacional da empresa, o que se obtém, sobretudo, através de um incremento da produtividade, isto é, da intensificação da exploração do trabalho.

O declínio do fordismo está ligado também ao esgotamento dos modelos de inspiração taylorista de organização do processo de trabalho, tendo em vista a queda relativa de produtividade provocada pelo desinteresse dos trabalhadores, o absentéismo, que eram favorecidos pelos altos

níveis de proteção que as classes trabalhadoras haviam atingido até então. A fábrica fordista era, igualmente, o local de grande concentração operária, controlada por sindicatos poderosos e com longa tradição de luta.

A nova resposta da burguesia a esta forma de organização da produção é a flexibilidade do trabalho, acompanhada (e ajudada) pelas grandes inovações tecnológicas, no plano da microeletrônica, e de novos processos de comunicação. Reaparece o trabalho doméstico, quebram-se os grandes conjuntos produtivos em proveito de pequenas unidades flexíveis que adotam formas cooperativas, menos hierárquicas, no processo de trabalho. Intensifica-se a qualificação do trabalhador.

Acompanhada do fechamento de setores industriais “obsoletos” (a siderurgia francesa, por exemplo), provoca uma mudança quantitativa e qualitativa na composição da classe operária industrial com profundos impactos sobre o pujante sindicalismo europeu e a base dos partidos operários, comunistas e social-democratas.

O trabalho desqualificado fica por conta da força de trabalho imigrante, estrangeira, com pequena capacidade de organização, pouca tradição de luta e colocada em uma situação de marginalização total. Estes trabalhadores não dispõem de direito de voto e de outros atributos de cidadania que lhes permitam interferir sobre os rumos da política nacional. São objeto de escassa atenção do sindicalismo tradicional e sofrem, hoje, adicionalmente, a discriminação étnica com o aprofundamento da crise de desemprego.

Em muitos países da Europa há uma forte tendência por parte de grandes contingentes de trabalhadores brancos, desempregados e de meia idade, de responsabilizar imigrantes pela perda de seus empregos ou por uma “exagerada” proteção dos órgãos de seguridade social do Estado para estes personagens “diferentes” na língua, na cor da pele, na religião etc.

O abandono pelos sindicatos e/ou partidos operários de uma perspectiva de solidariedade social e a posição defensiva que adotaram

diante da agressividade nacionalista da extrema direita, associada à incapacidade de resolver problemas, como o do desemprego, contribuem para que setores dos trabalhadores constituam hoje uma importante base para as forças de extrema direita, em cidades como Marselha, Antuérpia e Viena (para citar as três concentrações mais importantes de extrema direita na Europa).

Boa parte destes trabalhadores eram até bem pouco tempo eleitores comunistas ou social-democratas. Fenômeno semelhante começa a ocorrer no chamado “cinturão vermelho” de Paris.

Essa virada da social-democracia europeia, que se traduz na renúncia às políticas do *Welfare State* em proveito dos ajustes macroeconômicos com forte inspiração neoliberal, foi facilitada pelo abandono por parte dos partidos socialistas da crítica ao capitalismo.

Os impasses da crítica marxista ao capitalismo, evidentes a partir dos anos 1920, foram resolvidos no pós-guerra pelos partidos socialistas com a adoção de políticas econômicas autocíclicas de inspiração keynesiana, que representavam muito mais uma resposta de frações da burguesia diante da crise do sistema do que uma proposta operária de superação do capitalismo. A partir daí, o marxismo se transformou em um “entulho ideológico” para a social-democracia. Seu abandono, como ocorreu pioneiramente com o SPD (alemão) no congresso de Bad Godsberg, foi apenas uma consequência inevitável da aceitação desta lógica.

Esse fenômeno não impediu, no entanto, que parte da social-democracia se mantivesse como referência fundamental para as classes trabalhadoras de seus países já que funcionou, junto com os sindicatos a ela ligados, como principal canal de expressão de suas demandas. Tal é o caso da Alemanha e dos países escandinavos, por exemplo.

Por outro lado, a evolução dos partidos comunistas europeus não foi capaz, muito pelo contrário, de criar uma alternativa à claudicação so-

cialista. O reformismo dos PCs europeus, apesar dos esforços intelectuais de comunistas italianos e em escassa medida franceses, empurrava estes partidos para o mesmo terreno que a social-democracia.

Pesava sobre eles – em menor proporção sobre o PCI – a defesa intransigente do modelo soviético, que pouco tinha a dizer em termos econômicos e, sobretudo, políticos, para a Europa Ocidental. Os partidos comunistas não foram capazes de ir além de uma posição defensiva, que se enfraquecia à medida que as transformações do capitalismo minavam suas próprias bases sociais.

As sucessivas políticas comunistas do pós-guerra, da União Nacional, versão requintada das “Frentes Populares” ao “compromisso histórico” do eurocomunismo dos anos 1970, introduziam uma contradição insuperável para os PCs. Ao mesmo tempo que tendiam a manter uma pressão de caráter sindical (muitas vezes com fortes componentes corporativos), revelavam uma disposição de unidade com frações da burguesia que, na maioria das vezes, não a aceitava.

Se é verdade que a social-democracia abandonou rapidamente uma perspectiva nacional, não é menos verdade que os comunistas se aferraram a uma posição nacionalista retrógrada (“comprar produtos franceses”, como pregava o PCF), desconsiderando a dinâmica integracionista que o capitalismo revelava cada vez mais. Ambas as posições favoreceram a maré de extrema direita nacionalista que hoje ocorre na Europa.

Os social-democratas subestimaram a questão nacional e os comunistas desenvolveram um discurso nacionalista velho, que coincidia com boa parte da extrema direita e não aparecia credível, considerando os notórios laços internacionais.

A emergência de uma esquerda revolucionária a partir de 1968 não foi além dos primeiros anos da década de 1970. Para o declínio, contribuiu o refluxo da “revolução mundial” nos seus focos do Terceiro Mundo; o desprestígio da ideia do socialismo nos países onde “realmente existia”

– URSS, China, Cuba, Vietnã etc. – e a incapacidade de entender as transformações anteriormente descritas, bem como de formular alternativas.

O esfacelamento da esquerda revolucionária desembocou na cooperação de uma parte de seus quadros pela social-democracia, no direcionamento de pequenos grupos para projetos terroristas (sobretudo na Alemanha e Itália) ou na persistência de organizações de caráter extremamente minoritário, paralisadas em seu crescimento e que se limitam a preservar a doutrina.

O futuro dirá qual a influência que a esquerda organizada ou os grupos “alternativos” tiveram na formação dos distintos partidos “verdes” na Europa. Esta influência é real não só no plano de temas e ideias-força, como pode ser constatada em muitos casos pela análise da composição da base militante e dos grupos dirigentes dessas organizações.

O que se pode observar, no entanto, é que se chega ao final do século XX observando o esgotamento de um quadro da esquerda mundial (europeia, em particular) gestado entre as duas grandes guerras: a clássica divisão socialistas/comunistas, afetada em algumas conjunturas pelo surgimento de uma terceira força; a extrema esquerda ou esquerda revolucionária.

Voltando a uma fórmula já utilizada, o mundo ingressa em um período pós-comunista e pós-social-democrata e, para afirmar-se, uma nova esquerda deverá diferenciar-se tanto dessas alternativas como da extrema esquerda ou da esquerda revolucionária.

PERSPECTIVAS DO SOCIALISMO

É natural que a partir desse quadro venha de novo a pergunta sobre o futuro do socialismo. A resposta não pode ser consequência nem do ceticismo daqueles que “perderam a fé” a partir do fracasso das experiências “realmente existentes” – comunistas e social-democratas – nem dos

que se aferram dogmaticamente à ideia de que o “verdadeiro socialismo” não fracassou, mas sim suas “deturpações”, ou ainda, que ele permanece “preservado” em um Estado, partido ou pequeno grupo.

A atualidade do socialismo, ou de uma perspectiva anticapitalista ou pós-capitalista está dada pelos desdobramentos concretos do “capitalismo realmente existente” em escala mundial: concentração de riqueza em poucos países, aprofundando cada vez mais o abismo Norte-Sul e concentração de riqueza nas áreas centrais do capitalismo, estimulando os focos de pobreza, quando não de miséria, mesmo no “centro”.

Sem compartilhar análises catastrofistas, pode-se constatar que o capitalismo vive economicamente dificuldades importantes em meio a uma colossal transformação marcada pela constante inovação científica e tecnológica.

Essas dificuldades se traduzem de forma brutal no plano social: desemprego, aumento da pobreza, migrações incontrolláveis, marginalização de jovens, velhos e mulheres, destruição do meio ambiente, movimentos racistas, fundamentalismo religioso, nacionalismo exacerbado – estes dois últimos fenômenos são consequência das tentativas de globalização que o capitalismo realiza, violentando culturas e sistemas de valores particulares.

Pode-se estabelecer igualmente uma geografia da crise. A ex-URSS, incluindo toda Europa Central e do Leste, o Oriente Médio e a instabilidade latente ou explícita do Terceiro e Quarto Mundos, América Latina e África.

É claro que na Europa coloca-se para a social-democracia, como setor menos afetado pela crise do socialismo, o desafio de renovar ou desaparecer (ainda que não nominalmente), confundindo-se com o conservadorismo. Em situação semelhante estão os ex-partidos comunistas (associados a outras sensibilidades de esquerda) que, por vários e opostos caminhos, buscam um *aggiornamento*: PDS (ex-PCI), Refundazione Co-

munista, PDS (da ex-RDA), Izquierda Comunista, na Espanha etc. Os outros PCs deverão prosseguir seu processo de fracionamento e crise, a menos que consigam enfrentar o difícil desafio da renovação.

Atualmente a América Latina oferece ao mundo o espetáculo da emergência de alternativas de esquerda – com definições explícita ou implicitamente socialistas – num movimento que aparece na contramão da tendência histórica atual. Partidos e movimentos de esquerda são hoje opções de poder não só no Brasil como no Uruguai, Chile, Paraguai, Colômbia, Nicarágua, El Salvador e México e, em certa medida, na Venezuela.

O que unifica essas experiências políticas tão distintas, da mesma forma que outras significativas que se desenvolvem na Bolívia, no Peru, na Guatemala etc., é o fato de serem expressão de amplos setores sociais e de estarem preocupadas com um processo de renovação teórico-política capaz de abarcar complexos problemas de nosso continente.

Acima das diferenças sociais, programáticas e orgânicas, a esquerda latino-americana está unificada igualmente por sua preocupação de fundir socialismo e democracia, pensando esta última em suas complexas dimensões econômica, política e social.

A democracia latino-americana, depois de ter superado os regimes militares que infelicitaram quase todo o continente, enfrenta um novo desafio: aprofundar o processo de democratização política do Estado e da sociedade e, ao mesmo tempo, propor e implementar políticas de desenvolvimento econômico que sejam capazes de resolver as graves desigualdades sociais existentes no continente.

A experiência do “socialismo real”, particularmente na ex-URSS e no Leste Europeu, mostra que a ausência de democracia política acaba por comprometer a democracia econômica e social.

A esquerda latino-americana está hoje diante de um outro dilema: ou combina a construção de uma cada vez mais necessária democracia

política com uma indispensável democracia econômica e social, ou se vê ameaçada de perder a democracia tout court.

A democracia econômica e social tem um poderoso componente anticapitalista nas condições específicas da América Latina e a democracia política, por não restringir-se à esfera do Estado e das instituições, se realiza como distribuição de poder. Unir socialismo e democracia não significa adicionar oportunisticamente dois termos estranhos entre si, mas articular em um só movimento o que a realidade latino-americana e mundial tem colocado lado a lado. Afinal é chegada a hora de pensar o socialismo, também, e principalmente, como socialização da política.

O MANIFESTO E A REFUNDAÇÃO DO COMUNISMO¹

Foi no segundo congresso da Liga dos Comunistas, anteriormente chamada Liga dos Justos, em dezembro de 1847, que Karl Marx e Friedrich Engels receberam a incumbência de redigir um Manifesto que expressasse os ideais programáticos da organização e pudesse servir de guia para a ação do proletariado europeu.

Em fins de janeiro de 1848, o Comitê Central da Liga, com sede em Londres, dirigia enérgica mensagem ao Comitê Regional de Bruxelas exigindo que Marx não retardasse mais seu trabalho, sob pena de tirá-lo a responsabilidade da tarefa e de pedir de volta o material que lhe havia sido cedido para que escrevesse o texto².

A pressa da Liga dos Comunistas advinha provavelmente da convicção de que a grave crise econômica e social que sacudia a maioria dos países da Europa poderia brevemente transformar-se em crise política, previsão confirmada menos de um mês depois.

1. Publicado em *Teoria e Debate* n. 36, out/nov/dez. de 1997.

2. Cf. PONCE, Aníbal. “Elogio del Manifesto Comunista”, in: *Biografía del Manifesto Comunista*. Santiago: Quimantú, p. 5.

Com efeito, entre 22 e 24 de fevereiro, uma insurreição operária em Paris derrubava a monarquia de Luís Felipe e proclamava a República, constituindo um governo com participação de socialistas.

Os acontecimentos de fevereiro de 1848 na França se irradiariam para o conjunto da Europa, e países tão distintos como a Alemanha e a Espanha, a Hungria e a Itália, a Polônia e a Irlanda, a Áustria e a Bélgica foram sacudidos por fortes movimentos revolucionários.

A instabilidade da situação, pelo menos no caso francês, já havia sido assinalada pelo liberal Alexis de Tocqueville – um arguto observador da sociedade e da política de seu tempo – em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 29 de janeiro de 1848, menos de um mês antes da insurreição.

Tocqueville observava:

Diz-se que não há perigo, porque não há agitação; diz-se que, como não há desordem material na superfície da sociedade, as revoluções estão longe de nós. Senhores, permiti-me dizer-vos que creio que vos enganais [...] Olhai o que se passa no seio das classes operárias, que hoje – eu o reconheço – estão tranquilas. É verdade que não são atormentadas pelas paixões políticas propriamente ditas, no mesmo grau em que foram por elas atormentadas outrora; mas não vedes que suas paixões, de políticas, se tornaram sociais? [...] Dizia-vos ainda há pouco, que esse mal levará cedo ou tarde [...] a gravíssimas revoluções nesse país: podeis ficar disso convencidos³.

UMA OBRA PROGRAMÁTICA

O *Manifesto Comunista* foi publicado em fins de fevereiro, em alemão, por uma editora sediada em Londres.

3. Citado por BRAUDEL, Fernand, “Prefácio a Tocqueville” in: *Lembranças de 1848 - As Jornadas Revolucionárias de Paris*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p. 23.

É evidente que sua influência sobre os acontecimentos europeus de 1848 foi quase nula, sobretudo se se leva em conta que a anunciada tradução simultânea do folheto para outras línguas terminou não ocorrendo imediatamente. O Manifesto só seria vertido para o inglês em 1850, para o russo em 1859 e para o francês em 1872⁴.

A identificação do trabalho de Marx e Engels com a vaga revolucionária de 1848 é totalmente pertinente, no entanto, na medida em que esse texto, de indiscutível qualidade literária, aborda os grandes temas econômicos, sociais e políticos de seu tempo a partir do que seus autores consideravam, devesse ser a perspectiva do nascente proletariado europeu.

Não se trata, porém, de uma obra doutrinária, fora de lugar e de seu tempo, como boa parte da literatura socialista da época, mas de uma “plataforma programática e política dos comunistas com vistas a uma revolução específica, cuja eclosão consideravam iminente em uns países e próxima em outros”⁵.

O anunciado fantasma do comunismo que rondava a Europa em 1848 não significa, como a abertura do Manifesto pode sugerir, que o continente estivesse à beira de uma revolução anticapitalista.

Marx e Engels estavam mais preocupados com a dinâmica global dos movimentos sociais europeus que, para eles, tornava o comunismo uma questão atual, ainda que não exequível no curto prazo.

AS DIMENSÕES DA REVOLUÇÃO EUROPEIA

As revoluções europeias em 1848 têm três grandes dimensões, que se combinaram em cada país de forma distinta. Eram nacionais, na medida em que havia países sob dominação estrangeira – a Itália, a Polônia

4. Cf. nota de RUBEL, Maximilien, in: MARX, Karl, Oeuvres - Economie I. Paris: Gallimard - Bibliothèque de la Pléiade, 1963, p. 1574.

5. Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Marx, Engels y la Revolución de 1848*. Madrid: Siglo XXI De España Editores, 1975, p. 3.

ou a Irlanda, por exemplo – e povos que não haviam conseguido realizar, até então, sua unidade construindo um Estado nacional.

Além da mencionada Itália, o caso mais evidente era o da Alemanha. Ambas eram democráticas, como reação à restauração conservadora que a Santa Aliança havia promovido depois do Congresso de Viena que se seguiu à derrota dos exércitos napoleônicos e à exclusão dos trabalhadores do sistema político, mesmo em países onde o liberalismo imperava, como na Inglaterra. Também eram sociais, expressando as inquietações do nascente proletariado e de outras classes exploradas diante dos brutais efeitos da revolução industrial.

Essas três dimensões fundiram-se em um mesmo movimento, pois, como constataram Marx e Engels, as burguesias europeias de 1848 não possuíam mais a substância revolucionária da burguesia inglesa do século XVII e da francesa de 1789.

As burguesias europeias de 1848 viviam uma crise de dominação. Confrontadas com as tarefas da união nacional – sobretudo na Alemanha – e da construção democrática, em todas as partes, elas temiam que o movimento em torno dessas duas questões desbordasse seu leito original e se convertesse em uma revolução social anticapitalista.

A luta pela democracia política não podia mais separar-se da luta pela democracia econômica e social. Marx e Engels acreditavam que, processualmente, a plena realização da democracia se confundia com a consecução do comunismo.

ALCANCES E LIMITES DO *MANIFESTO*

Visto em perspectiva – 150 anos depois – o Manifesto Comunista revela toda genialidade premonitória de seus autores, bem como os limites indiscutíveis de suas ideias, alguns deles de pesadas consequências para o pensamento revolucionário no século e meio que se seguiu.

O fracasso generalizado das revoluções de 1848 e a perspectiva de um longo período de refluxo operário e de estabilização – que efetivamente ocorreu por 20 anos – parecem ter empurrado Marx a dedicar-se mais ao estudo do funcionamento da economia capitalista, tentando, quem sabe, descobrir na anatomia do modo de produção as condições materiais de possibilidade de um novo surto revolucionário.

É possível que estes dois contextos históricos distintos e consecutivos – o do ascenso revolucionário e o da estabilização capitalista – expliquem as diferenças na forma pela qual é tratada sucessivamente por Marx a problemática da mudança social.

No Manifesto ela aparece vinculada à ideia de luta de classes enquanto seus escritos posteriores permitem uma leitura economicista da teoria da revolução ao transformá-la em resultado do choque entre o desenvolvimento das

forças produtivas materiais da sociedade [...] com as relações sociais existentes, ou, o que não é mais do que expressão jurídica disso, com as relações de propriedade dentro das quais se haviam desenvolvido até então.⁶

A apontada inexistência, ou insuficiência, de uma reflexão de Marx sobre a política neste longo período⁷ – salvo o brilhante Dezoito Brumário de Luís Bonaparte e outros poucos textos –, somada a projeções econômicas e sociológicas equivocadas, empobreceu a reflexão sobre a revolução na Europa na segunda metade do século XIX. Somente no começo do século XX e na periferia europeia – na Rússia – é que os grandes temas presentes em 1848 voltaram a ocupar um lugar central no pensamento revolucionário, abrindo espaço para uma reflexão específica sobre a política.

6. Cf. MARX, Karl. *Crítica da Economia Política (1859)*. Prefácio. Utilizei como referência MARX, Karl. *Oeuvres-I*, op. cit., p. 273.

7. Idem.

As preocupações de Lênin sobre a articulação da revolução burguesa com a revolução proletária e as de Trotsky sobre a “revolução permanente” dão continuidade, em condições temporais e espaciais distintas, a uma reflexão quase totalmente interrompida no pós-48.

A “exportação” dessas teorias para os países do capitalismo desenvolvido, após a Revolução Russa, via Terceira Internacional, foi incapaz de resolver os problemas deixados por esse longo hiato e teve pesadas consequências políticas para o socialismo europeu no século XX.

A releitura do Manifesto 150 anos depois, sobretudo da análise que seus autores fazem da evolução do capitalismo, revela um texto de surpreendente vigor e atualidade. Na descrição da expansão capitalista pelo mundo e do profundo impacto econômico, social e até cultural desse processo, não é difícil encontrar a fenomenologia daquilo que, com certa imprecisão conceitual, é hoje chamado de globalização.

Se é certo que Marx e Engels captam os limites da burguesia, apesar de não esconderem seu fascínio pela capacidade do capitalismo revolucionar-se constantemente, é evidente que o Manifesto não tira todas as consequências dessa perda de dinamismo revolucionário da classe burguesa, já visível em 1848.

Tudo se passa como se o “filistinismo burguês”, tantas vezes denunciado, não fosse mais do que expressão do medo que essa classe passou a ter de um proletariado mais numeroso e organizado em 1848 do que aquele existente quando das precedentes revoluções inglesa e francesa.

É evidente que a ameaça operária em 1848 era bem maior do que a dos *diggers* no século XVII inglês ou dos *sans-culotte* na Revolução Francesa.

Mas também é evidente que um certo fascínio evolucionista, próprio do século XIX, fez com que os autores do Manifesto não captassem em toda sua extensão a promiscuidade entre a nova classe dominante – burguesa – e os elementos persistentes do Antigo Regime⁸, relação que

8. Esse tema está desenvolvido de forma instigante em MAYER, Arno. *A Força da Tradição - A Persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

explica em muito o atraso da modernização europeia ou o caráter autoritário de que se revestiu.

Uma burguesia provinciana e protonacional como aquela existente no século XIX já não mais se mostrava capaz de levar adiante a grande transformação que a Europa parecia exigir enquanto o proletariado ainda não tinha força e organização suficientes para conduzir o processo.

PROLETARIZAÇÃO, PAUPERIZAÇÃO E CATASTROFISMO

O otimismo revolucionário do Manifesto decorreu, dentre outros fatores, da conclusão de que o capitalismo vivia encerrado em uma teia de contradições à beira de um colapso. Vítima da própria modernização, pois tinha na grande indústria sua expressão maior, o capitalismo produzia as armas de sua destruição e aqueles que as empunhariam: os proletários. Mais ainda: o Manifesto anuncia a tendência a uma pauperização crescente da sociedade, que terá como corolário a “simplificação” da estrutura de classes.

A tendência das classes médias, a pequena burguesia, é de proletarizar-se. Ao sentir esse risco, diz Marx, elas podem se aproximar politicamente do proletariado. Ao mesmo tempo, a exclusão – que a própria modernização tecnológica do capitalismo dos anos 1840 produzia – acarretava o surgimento de um lumpemproletariado (“proletariado em farrapos”), um segmento da classe operária sem consciência de classe, sujeito à sedução por parte da burguesia ou por aventureiros, como fora o caso de Luís Bonaparte.

A evolução do capitalismo mostrou que a tendência geral não era a de uma “simplificação” sociológica, que pusesse frente a frente quase exclusivamente burguesia e proletariado, mas de uma enorme complexidade social, em que as classes médias se expandiam colocando enormes desafios analíticos, mas sobretudo políticos para os revolucionários.

A pauperização – e isso Marx tinha claro – não era uma tendência inevitável e puramente “objetiva”, mas estava regulada pela capacidade de resistência das classes trabalhadoras diante da exploração capitalista, isto é, pela luta de classes. A tendência à pauperização era resultado da incidência cíclica das crises (a cada sete ou dez anos). Mas como cada crise, ao resolver-se, preparava uma outra mais grave, a tendência era de se chegar a um impasse. Abrir-se-ia um período de “revolução social”⁹. Esse catastrofismo foi tonificado pela conclusão elementar da teoria da “simplificação” da sociedade.

A polarização social entre burguesia e proletariado implicava um crescimento deste, que se transformava em classe numericamente dominante, como já vinha acontecendo na Inglaterra.

É interessante que a perspectiva de o proletariado tornar-se classe majoritária alimentou não só os projetos insurrecionais (“revolução da maioria”) como a utopia social-democrata de transitar pela via parlamentar para o socialismo mediante a conquista da maior parte dos votos nas eleições e através de transformações moleculares.

Mas a identificação do proletariado como sujeito revolucionário por excelência não era resultado dessa presença – real ou potencial – majoritária nas sociedades capitalistas.

Ela decorria basicamente do fato dessa classe ser a única que – como explicam Marx e Engels no Manifesto – para se emancipar necessitava emancipar a sociedade inteira, sendo assim dotada de universalidade, tema fartamente glosado no Manifesto, como já o fora anteriormente na obra juvenil dos dois.

Esse proletariado-sujeito-revolucionário não é, no entanto, a classe trabalhadora realmente existente e sim aquela deduzida teoricamente a partir da análise das contradições do capitalismo.

9. Cf. MARX, Karl. *Crítica da Economia Política* (1859), op cit., p. 273.

Muitos argumentos foram dados para explicar porque os proletários por vezes não eram revolucionários e não “se comportavam segundo seu dever-ser”, para utilizar a fórmula do jovem Marx¹⁰.

Quando a imensa maioria da classe operária europeia apoiou seus governos nacionais – quase todos monarquias conservadoras e clericais – no desencadeamento da Grande Guerra de 1914, Lênin¹¹ tentou explicar esse fenômeno como resultado da “traição” da aristocracia operária, um segmento do proletariado corrompido e cevado com os excedentes que a burguesia imperialista extorquia de suas colônias. Esquecia de explicar porque o proletariado desses países seguiu suas direções “traidoras”.

Como esclareceu mais tarde Claudín, talvez faltasse ao dirigente bolchevique entender o peso do patriotismo na cultura operária em cada um dos países beligerantes do Ocidente europeu, cujo Estado nacional os trabalhadores haviam ajudado a construir.

Era difícil captar como esses elementos se combinavam com certos valores internacionalistas das classes trabalhadoras.

A perspectiva de derrotar o governo do Kaiser não era um argumento desprezível para os progressistas da França, da mesma forma que o fim do tzarismo – bastião do conservadorismo europeu – aparecia como ideia-força para justificar a adesão social-democrata alemã às posições belicosas do governo imperial¹².

O reducionismo economicista, combinado com a perda da dimensão histórica concreta dos movimentos – a luta de classes –, fez com que a trajetória das classes trabalhadoras fosse subsumida em nebulosos esquemas filosóficos, como os que tentam explicar os processos de passagem

10. *Que fazer?*, de Lênin é um exemplo clássico.

11. LÊNIN, V.I. “La Bancarrota de la Segunda Internacional”, in: *Obras Escogidas*, v. 1. Moscú: Editorial Progreso.

12. Cf. CLAUDÍN, Fernando. *La Crisis del Movimiento Comunista Internacional*. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1977, p.35-39. O tema da aristocracia operária também é analisado por HOBBSAWM, Eric J. *Revolucionários*. São Paulo: Paz e Terra. 2003.

do proletariado da condição de “classe em si” a “classe para si”, operação que muitas vezes só se realizava com a ajuda providencial do partido de vanguarda, depositário da teoria revolucionária que, ultima ratio, acaba por se transformar em motor da história.

Essa vertente idealista do pensamento revolucionário, que tenta salvar a qualquer custo a “missão histórica do proletariado”, iria complicar-se sobremaneira em fins do século XX, quando, por mais de uma razão, se faz evidente a crise do sujeito revolucionário, tal como este aparecera na tradição do pensamento revolucionário.

1848-1998

No início do Manifesto, Marx e Engels, ao comentar a histeria anticomunista que sacudia a Europa em 1848, tratavam de explicá-la como resultado do poderio do projeto comunista naquele momento. Ao mesmo tempo, eles defendiam a ideia de que competia aos comunistas expor “publicamente ao mundo inteiro suas concepções, seus objetivos e suas tendências”¹³.

Hoje, a produção de um novo Manifesto esbarraria em duas grandes dificuldades. Em primeiro lugar, o texto não seria o resultado de uma nova situação revolucionária. Ao contrário, ele refletiria um período de ofensiva capitalista – ainda que algumas rachaduras possam estar aparecendo na sua fortaleza. Em segundo, um pensamento revolucionário não exhibe hoje as certezas, o vigor e o otimismo que apresentava em 1848.

Cento e cinquenta anos depois do Manifesto, mais de cem anos após o nascimento da social-democracia e oitenta anos passados da vitória da Revolução Russa, não há como prescindir da realização de um severo ajuste de contas com esta gigantesca herança político-ideológica e

13. Cf. MARX, Karl. “O Manifesto Comunista”, in: *Oeuvres-I*, op. cit., p. 161.

sobretudo com as experiências de poder hegemônicas por comunistas e social-democratas. O pensamento de esquerda não pode hoje atribuir aos distintos “socialismos realmente existentes” a condição de meros desvios, perversões ou deformações de um projeto radical de mudança social e política, como se estas experiências nada tivessem que ver com as teorias que estiveram, ou pretendiam estar, em sua origem.

A crise teórica que a esquerda vive há décadas é profunda. A crítica do capitalismo, de enorme vigor no século XIX e no começo do XX, estiolou-se e a burguesia parece haver tirado mais lições das crises econômicas do que os revolucionários.

O marxismo soviético, para retomar a expressão de Marcuse, transformou o que havia sido um pensamento eminentemente crítico em uma ideologia conservadora de justificação de um regime de opressão.

O pensamento dissidente no campo do marxismo, independente de sua generosidade e de momentos de brilho, não foi capaz de produzir em forma consistente uma alternativa teórica capaz de fundir-se com os múltiplos movimentos sociais que fizeram a história avançar nas últimas décadas. O Brasil é um exemplo vivo de como o pensamento crítico esteve aquém da colossal dinâmica social dos últimos 20 anos, sobretudo na década de 1980.

A elaboração de um novo Manifesto esbarra finalmente em um conformismo defensivo praticado por segmentos das esquerdas e de seus intelectuais que, em nome de uma fundamentalista “defesa do marxismo”, se recusam a pensar as profundas transformações pelas quais o Brasil e o mundo passaram e se aferram ao que supõe “princípios” ao buscar um porto seguro em tempos de tempestades e incertezas.

Maria da Conceição Tavares, intelectual que alia rigor, paixão e inteireza de caráter, advertia há meses em uma reunião do partido que honra com sua militância, que corria-se o risco de propor um programa de governo para um Brasil que não mais existia. Palavras proféticas que atingiam o âmago da questão.

As esquerdas devem não só vencer a preguiça conformista do fundamentalismo pseudomarxista como a frivolidade de certos *aggiornamentos* teóricos que nada têm a ver com uma tradição intelectual e política de esquerda.

Pensar o país e o mundo existentes, ousar encarar de frente as profundas mudanças, ainda que abalem dogmas e convicções, colocar a reflexão à altura da generosidade dos que suportam a exploração e lutam contra ela. Este é o preâmbulo da agenda dos intelectuais de esquerda. As razões para ser de esquerda estão intocadas. Seguramente se aprofundaram.

A “modernidade” capitalista que tanto fascina basbaques assumiu em toda parte o caráter de barbárie. Desemprego e exclusão já não são resultado de crises, mas componentes da medíocre “expansão” do mundo. O trabalho escravo reaparece, os menores voltam a desempenhar um papel importante na produção, a renda se concentra como nunca. A política foi banida pela gestão “racional” de um mundo onde não parecem existir homens e mulheres reais. É o movimento de capitais que comanda a adoção de políticas macroeconômicas em quase todo o mundo, condicionando crescentemente governantes aos imperativos de uma globalização que aparece como “dado objetivo” e nunca como construção política.

Rompendo com o pensamento único, este mundo do fim de século aparece não só como um campo de constrangimentos econômicos, sociais e políticos, mas também como um espaço de enormes oportunidades para o progresso e bem-estar humanos, que não se realizarão nos marcos de uma sociedade capitalista, ainda que reformada.

Abre-se, assim, claramente a problemática de um mundo pós-capitalista. Mas, ao invés de construir a utopia de uma sociedade alternativa que os progressos materiais de hoje podem viabilizar facilmente, melhor é concentrar a reflexão sobre os meios de enfrentar a barbárie capitalista na sua versão neoliberal e de construir os instrumentos de sua superação.

A agenda é clara. Que modelos econômicos devem ser construídos para atender as exigências de um desenvolvimento ambientalmente sustentado, capaz de dar resposta, sobretudo, aos fenômenos da pobreza e da exclusão econômica, social e cultural que afeta bilhões de pessoas no mundo e milhões no Brasil. Como radicalizar a democracia, indo mais além do Estado de direito, construindo espaços públicos onde se gestem permanentemente novos direitos, fundindo as exigências de liberdade política com os imperativos da igualdade social e político.

Finalmente, como identificar os sujeitos agentes dessa transformação. Ao proletariado – em profunda mutação –, mesmo que despojado da missão histórica de ser a classe redentora que a teleologia marxista lhe havia atribuído no passado, cabe um papel central na retomada da mobilização pela construção de um novo mundo.

Um novo pensamento crítico não negará o passado, aprenderá com seus erros, mas sobretudo saberá resgatar nas experiências das revoluções desses últimos séculos, as esperanças, a generosidade e o brilho que iluminou mesmo as noites mais escuras. Se esse novo horizonte buscado ainda se chama comunismo, está na hora de sua refundação.



1999. MARCO AURÉLIO GARCIA NO
2º CONGRESSO NACIONAL DO PT,
EM BELO HORIZONTE (MG).
FOTO: ROBERTO PARIZOTTI



1999. MARCO AURÉLIO GARCIA E
VICENTE TREVAS NO 2º CONGRESSO
NACIONAL DO PT, EM BELO HORIZONTE (MG).
FOTO: ROBERTO PARIZOTTI

EM BUSCA DE 1968¹

À memória de Maurice Najman

“De onde vêm as ideias justas?”, pergunta Yvonne, personagem de *La Chinoise*, de Jean-Luc Godard, interpretada por Juliet Berto. A indagação está no *Pequeno Livro Vermelho* do presidente Mao Tse-Tung, cujo “pensamento” é cultivado por meia dúzia de jovens confinados por Godard no despojado apartamento parisiense que serve de cenário para o filme.

Às voltas com os Pequenos Livros Vermelhos do líder chinês, com os *Cahiers Marxistes-Leninistes* ou com os textos de Louis Althusser, os maoístas de *La Chinoise* vivem farsescamente uma revolução imaginária. Ao fim do filme anunciam que iniciarão “uma longa marcha”.

La Chinoise é de 1967, um ano antes dos “acontecimentos”, como os franceses eufemisticamente se referem à grande turbulência de 1968.

Considerado premonitório, o filme de Godard antecipava um certo clima 68 marcado pela emergência de uma geração que não havia vivido experiências politicamente significativas, como a da Segunda Guerra Mundial.

1. Publicado em GARCIA, M.A.; VIEIRA, M.A. (orgs.). *Rebeldes e Contestadores – 1968* Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Essa geração buscava novas referências político-ideológicas (o maoísmo da Grande Revolução Cultural Proletária tinha um irresistível sabor de novidade para os europeus), e, em decorrência, propunha-se a refundar o mundo, inclusive a noção mesma de revolução. O voluntarismo e a superpolitização do cotidiano completam o quadro das aparências de 1968.

Aparências? Sim, porque a complexidade do que ocorreu nesse enigmático ano é tal que dificilmente se pode-se reduzir o acontecido a essas ou outras imagens nas quais se pretendeu muitas vezes aprisionar a última grande explosão revolucionária do século.

O ano de 1968 representa um fenômeno histórico de vastas proporções e, em grande medida, de indecifrada significação.

Seria pobre explicá-lo pelos *états d'âme* de alguns de seus protagonistas, mais ainda reduzi-lo simplesmente a uma “revolução de costumes” fundada em sexo, drogas e *rock and roll*...

Situar historicamente 1968 no contexto de um período tão turbulento como o século XX é, no entanto, uma exigência intelectual para entender o próprio século². Muitos dos que viveram intensamente 1968 – sobretudo seus protagonistas – acreditavam estar assistindo ao início de um novo ciclo revolucionário mundial, mais radical do que os

2. Poucos acontecimentos da segunda metade do século XX terão sido de tal forma escrutinados como o Maio de 1968 francês. Intelectuais como Edgard Morin, Cornelius Castoriadis, Henri Lefebvre, Alain Touraine, Raymond Aron ofereceram, no calor dos acontecimentos, suas interpretações. Seguindo os rituais comemorativos, destaque-se, para os 10 anos, o número especial de *Politique Aujourd'hui* (68/78) (Paris, maio-junho de 1978), bem como o livro de Régis Debray, *Modeste contribution aux discours et cérémonies officielles du dixième anniversaire* (Paris, François Maspero, 1978). Com mais recuo, em 1988, Henri Weber procurou inventariar as interpretações sobre 1968 em seu *Vingt Ans Après, Que reste-t-il de 1968* (Paris, Seuil, 1988). Weber, um dos dirigentes do movimento estudantil em 1968, havia escrito com Daniel Bensaïd *Mai 68: une répétition générale* (Paris, François Maspero, 1968). O livro, como o título sugere, tenta fazer dos acontecimentos de maio na França e de suas conexões mundiais, a prefiguração de uma nova onda revolucionária. Os dois eram à época dirigentes da Juventude Comunista Revolucionária, de orientação trotskista. Weber, hoje senador pelo Partido Socialista, e que escreve neste livro, tomou distância de sua análise *à chaud* de 1968, como se pode ver já no seu *Vingt ans après*. Bensaïd, ainda que mantendo fidelidade a suas raízes trotskistas, provavelmente não endossaria seu texto de 1968. É sintomática sua decisão de não participar dos debates-comemorações de 1998.

anteriores, posto que naquele momento estaria sendo feita uma “revolução na revolução”³.

Posteriormente, surgiu a pergunta sobre se não seria exatamente o contrário que havia ocorrido⁴. Longe de constituir-se na abertura de um novo período revolucionário, o final dos anos 1960 teria anunciado o encerramento da era de revoluções, aberta em 1917 na Rússia, e revigorado no pós-Segunda Guerra com o triunfo comunista na China, Coreia e Indochina e com processo de descolonização na Ásia, África e Oceania ou mesmo com a Revolução Cubana.

A tese não pode ser desconsiderada, sobretudo quando se leva em conta o ocorrido nos trinta 30 últimos anos do século.

Excluída a vitória do Frente de Libertação Nacional (FLN) no Vietnã – uma espécie de manifestação tardia de 1968 –, os anos 1970 foram marcados pelas cruéis ditaduras que ensombreceram a América Latina, pelos descaminhos da descolonização, pela perda de dinamismo da Revolução Cubana e pela crescente deterioração da situação soviética, que prepararia sua queda final anos mais tarde.

Mais adiante – com exceção da revolução nicaraguense –, o que predominou foi a ofensiva neoliberal nos países capitalistas avançados, que acabou por contaminar até mesmo os experimentos social-democratas tardios do sul da Europa, como os da França e da Espanha, para não falar da América Latina.

3. Sintomaticamente, o título do livro de um jovem intelectual francês sobre as novas alternativas revolucionárias para a América Latina. *Revolution dans la révolution*, de Régis Debray foi publicado pela primeira vez em 1967, na coleção *Cahiers Libres*, da Editora François Maspero, exemplo típico do espírito 68. Debray não se encontrava na França em 1968. Estava preso na Bolívia, cumprindo longa pena por haver colaborado com a guerrilha comandada por Ernesto Che Guevara. Ele foi libertado e expulso da Bolívia no início dos anos 1970, durante o breve governo de esquerda do general Juan José Torres. No Brasil circularam inúmeras edições clandestinas dos escritos de Debray daquele período, inclusive do *Revolução na Revolução*.

4. É a tese do cineasta Chris Marker em *Le fond de l'air est Rouge*, documentário de quatro horas em que faz um balanço de dez anos de lutas revolucionárias no mundo. O roteiro do filme foi publicado com o mesmo título pelas edições François Maspero, em 1978.

Finalmente, veio o desmoronamento dos regimes da Europa do leste e o fim da União Soviética.

Por mais crítica que tenha sido a atitude de crescentes setores das esquerdas a partir de 1968 (e, em alguns casos, até mesmo antes desse ano) em relação ao que se chamou de “socialismo realmente existente”, é indiscutível que o colapso do paradigma soviético em 1989-91, agravado pela ofensiva neoliberal, atingiu o conjunto da esquerda, fosse ela ortodoxa ou não.

Os destroços do Muro de Berlim, contra o qual a esquerda de 1968 se insurgira, acabaram por soterrar parte das esperanças e da militância que haviam colocado o mundo à beira da revolução anos antes.

É revelador, no entanto, o interesse que os acontecimentos de 1968 no Brasil e no mundo continuaram a exercer sobre as novas gerações, cujo cotidiano hoje parece cinzento e em grande medida desprovido de maiores emoções, como lamentava uma estudante de mais ou menos 20 anos ao ouvir um *soixante-huitard* brasileiro contar, em debate na UNICAMP, suas peripécias de três décadas atrás.

No livro *Rebeldes e contestadores* estão reunidas análises e depoimentos sobre três experiências relevantes de 1968: França, Alemanha e Brasil. A leitura dos textos mostra as enormes diferenças dos três exemplos escolhidos para o seminário “1968 - trinta anos depois”. Se fosse ampliada a discussão, essas diferenças ficariam mais visíveis. Quase todo o mundo foi sacudido pela onda rebelde de 1968 (CAUTE, 1988). Não só França, Brasil e Alemanha, mas Japão e Bélgica, Espanha e Egito, Estados Unidos e Iugoslávia, Chile e Canadá, Tchecoslováquia e Senegal, México e Polônia, para reter alguns exemplos de uma lista maior.

Em nenhum momento da história – talvez nem mesmo em 1848, ou no período que seguiu ao triunfo bolchevista na Rússia, em 1917 – o mundo havia sido abalado por um movimento de tamanha abrangência.

A proximidade relativa dos acontecimentos – afinal, o que são 30 anos em uma perspectiva histórica? – talvez dificulte ainda hoje a plena compreensão do que esteve em jogo em 1968.

Não é a primeira vez que a história contemporânea põe seus analistas diante de enigmas. A onda revolucionária de 1848 é um exemplo.

As revoluções que abalaram a Europa em 1848 combinaram em forma desigual, conforme a conjuntura de cada país, três problemáticas: a nacional, a democrática e a social (GARCIA, 1997). Em países como a Alemanha, essas três dimensões articularam-se fortemente. A unidade nacional não fora realizada, a democracia parlamentar não conseguira sobrepor-se ao absolutismo e o crescimento das classes trabalhadoras introduzira uma dimensão anticapitalista nas lutas políticas, o que moderava o ímpeto revolucionário da burguesia liberal.

O fracasso da revolução de 1848 na Alemanha retrasou a unificação e a liberalização do país. A unificação fez-se *manu militare*, mais de vinte anos depois; o parlamentarismo de Bismarck ficou aquém do mitigado liberalismo alemão e as classes trabalhadoras construíram seu caminho em meio a enormes dificuldades.

Na França, as classes trabalhadoras, que derrubaram a monarquia em fevereiro de 1848, acabaram “empurradas para o fundo da cena”, para retomar a expressão de Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. A ausência de vocação hegemônica das distintas frações da burguesia abriu o caminho para a aventura bonapartista.

A coexistência e superposição das problemáticas nacional, social e democrática em 1848 pode dar pistas sugestivas para o entendimento dos processos de mudança política que sacudiram o “longo século XIX” que se estende desde a Revolução Francesa até a Grande Guerra de 1914⁵.

5. A expressão “longo século XIX” remete, em certa medida, à periodização de Eric Hobsbawm, em *A Era das Revoluções*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

Mas, embora essa análise torne mais inteligível aquela conjuntura, não chega a esclarecer plenamente o porquê da simultaneidade de tantos movimentos. Em 1968 acontece algo semelhante, ainda que mais complexo. A amplidão e diversidade de países abalados por movimentos sociais e políticos nesse ano suscita a pergunta sobre a existência de problemáticas comuns que estariam por trás desses acontecimentos, além da indiscutível e irredutível peculiaridade de cada uma das conjunturas nacionais. Que articulação de causas explicaria essa surpreendente coincidência histórica em um mundo mais vasto e complexo que o de 1848, ou mesmo do pós-1917?

Analistas contemporâneos buscaram mostrar que em 1968 combinaram-se três dimensões de um processo revolucionário mais amplo em desenvolvimento no mundo.

A primeira dimensão foi anti-imperialista. Apontava para a revolução em curso no então denominado “terceiro mundo”.

O exemplo vivo desse movimento foi a guerra do Vietnã, que opunha a FLN e o o governo de Hanói à maior potência mundial, os Estados Unidos. O Vietnã se transformou em referência obrigatória dos movimentos de contestação não só nos *campi* universitários dos Estados Unidos – país diretamente afetado pelo conflito – como nas grandes mobilizações estudantis europeias e ao redor do mundo.

O impacto do Vietnã foi maior após a “ofensiva do Tet”, em janeiro de 1968, quando os guerrilheiros da FLN e forças regulares do exército norte-vietnamita se lançaram ao assalto de dezenas de cidades e bases militares do sul, chegando a ocupar por algumas horas a própria embaixada dos Estados Unidos, em Saigon.

Ainda que derrotada semanas depois, a ofensiva teve um enorme impacto político-militar. Mostrou a fragilidade do regime de Saigon e da política dos Estados Unidos. Pouco depois desses ataques, e nos mesmos dias em que começavam as primeiras manifestações estudantis na França, Washington e Hanói anunciavam o início das conversações de paz em Paris.

Apesar do caráter tortuoso das negociações e dos sacrifícios que seriam ainda impostos por muitos anos às populações da Indochina, iniciava-se aí o caminho da vitória da FLN e do Vietnã do Norte.

Analistas do maio-francês destacam com frequência a importância que teve para grande parte da liderança jovem desse movimento a sua presença no Vietnã Kongress, algumas semanas antes, em Berlim Ocidental (a cidade ainda se encontrava dividida pelo muro), onde se reuniram cerca de 20 mil manifestantes provenientes de toda a Europa para protestar contra a agressão norte-americana na Indochina.

O caráter emblemático da luta no Vietnã já havia sido anunciado anteriormente por Ernesto Che Guevara na Mensagem à Conferência Tricontinental. Mesmo após sua morte nas montanhas da Bolívia, em outubro de 1967, continuou ecoando seu chamado a criar “dois, três, muitos Vietnãs” (GUEVARA, 1970).

As fotos de Che junto às de Ho Chi Min nas manifestações eram o sinal da presença dessa problemática anti-imperialista nas ruas das grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos.

No caso da França, há que mencionar ainda o fato de que uma boa parte da geração que conduziu o movimento estudantil em 1968 havia sido formada na luta contra a derradeira aventura colonial francesa, a Guerra da Argélia⁶.

A segunda dimensão de 1968 era anticapitalista e tinha como cenário os países industriais avançados.

O curso que havia tomado a reconstrução europeia no pós-Segunda Guerra, sobredeterminada pela polarização leste-oeste instituída pela Guerra Fria, reforçara em muitos intelectuais a convicção de que as classes

6. Cf. HAMON, Hervé e ROTMAN, Patrick. *Génération*. Paris: Seuil, 1987 e 1988, v. I e II. A participação da geração 68 no enfrentamento da extrema direita francesa por ocasião da Guerra da Argélia está também em GOLDMAN, Pierre. *Souvenirs obscurs d'un Juif polonais né en France*. Paris, Seuil, 1975; em DEBRAY, Régis, *Les Rendez-vous manqué* (Pour Pierre Goldman). Paris, Seuil, 1975; e em WINOCK, Michel. *Notre Génération Militante*. Paris: Seuil, 1978.

trabalhadoras dos países desenvolvidos haviam sido definitivamente integradas ao processo de desenvolvimento capitalista, perdendo qualquer dimensão revolucionária ou contestatária. Esse fenômeno correspondia à passagem de um *capitalismo de crise* para um *capitalismo de organização*⁷.

A sociedade industrial teria produzido uma sociedade “bloqueada”, impermeável à mudança, integradora de seus atores sociais, que perdiam capacidade de contestação⁸. Essa situação seria responsável pela transferência do protagonismo revolucionário da classe operária para uma série de setores excluídos: os jovens estudantes e os povos que no “terceiro mundo” enfrentavam aberta e frontalmente o imperialismo.

Mas justamente por incorporar outros sujeitos – jovens, mulheres e os “condenados da terra” da periferia do capitalismo – é que a nova onda revolucionária ganhava especificidade em relação aos seus precedentes clássicos. O suposto deslocamento da classe operária do centro dos acontecimentos era “compensado” pela emergência de novos sujeitos, ao mesmo tempo portadores de novas problemáticas, muitas delas até então consideradas como “pré-políticas”.

7. Essa diferenciação entre as duas formas de capitalismo é feita por Lucien Goldmann e está presente no prefácio à nova edição de *Sciences Humaines et Philosophie* (Paris, Gonthier-Médiations, 1964). O livro foi traduzido para o português com o título idêntico (*Ciências Humanas e Filosofia*) e publicado pela Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1967.

8. Figura emblemática dessa posição é Herbert Marcuse, filósofo ao qual se atribui – nem sempre com justeza – a paternidade das ideias de 1968. Em seu livro *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*, no Brasil traduzido com o título *Ideologia da Sociedade Industrial* (Rio: Zahar, 1969), ele diz: “Uma ligeira comparação entre a fase de formação da teoria da sociedade industrial e sua situação atual poderá ajudar a mostrar como as bases da crítica foram alteradas. Em suas origens, na primeira metade do século XIX, quando elaborou os primeiros conceitos das alternativas, a crítica da sociedade industrial alcançou concreção numa mediação histórica entre teoria e prática, valores e fatos, necessidades e objetivos. Essa mediação histórica ocorreu na consciência e na ação política das duas grandes classes que se defrontavam na sociedade: a burguesia e o proletariado. No mundo capitalista ainda são as classes básicas. Contudo, o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes de tal modo que elas não mais parecem ser agentes de transformação histórica. Um interesse predominante na preservação e no melhoramento do *status quo* institucional une os antigos antagonistas nos setores mais avançados da sociedade contemporânea. E a própria ideia de transformação qualitativa recua diante das noções realistas de uma evolução não explosiva proporcionalmente ao grau em que o progresso técnico garante o crescimento e a coesão da sociedade capitalista” (p. 16).

As relações de exploração deixavam de ser, para algumas interpretações, o elemento explicativo fundamental das contradições sociais. Elas cediam lugar a relações de dominação, não necessariamente fundadas em fatores econômicos, pelo menos de forma expressiva.

A insurgência estudantil era vista como uma revolta contra as instituições universitárias, a denúncia de como elas, como toda a escola, contribuem para a reprodução da sociedade capitalista. A partir daí as relações saber-poder passam a ser tematizadas⁹.

Mas em maio de 1968, como que para desmentir as teses sobre a integração e o acomodamento do proletariado, junto com as mobilizações estudantis, ocorreu a mais importante greve operária de toda a história contemporânea. A França ficou paralisada. As fábricas foram ocupadas e, então, reeditou-se a tradição da greve geral de 1936.

A crise social teve significativos desdobramentos políticos e ameaçou transformar-se em uma crise de poder. Apercebendo-se desse risco, De Gaulle iniciou sua contraofensiva, com o apoio dos militares. Dissolveu a Assembleia Nacional, retomou as rédeas do poder e obteve expressiva vitória eleitoral em junho.

Independentemente do movimento de maio não ter sido a “greve geral insurrecional”, que a extrema esquerda almejava, as classes trabalhadoras francesas obtiveram, no marco das negociações com o governo e com o patronato – o acordo de Grenelle – importantes conquistas sociais que duram até hoje.

No “maio larvar” italiano – em realidade desencadeado a partir de 1969 – houve também forte presença operária, reivindicações de novo tipo,

9. Exemplos da importância que essas problemáticas passam a ter depois de 1968 (em alguns casos antes) podem ser encontrados em ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et Appareils Idéologiques d'État* (notes pour une recherche). *La Pensée*, n. 151, juin 1970. Este artigo foi republicado em ALTHUSSER, Louis. *Positions*. Paris: Ed. Sociales, 1976, p. 67-125. Ver, igualmente, BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: ed. de Minuit, 1970. Na mesma direção pode ser mencionada a obra de Michel Foucault. Não é necessário insistir na diversidade teórica dos autores citados.

relacionadas não só à temática contratual clássica – salários e condições de trabalho. A emergência de reivindicações *qualitativas* iria marcar todo o movimento operário italiano e teria suas repercussões por toda Europa.

Assim, desfaz-se a imagem de integração das classes trabalhadoras, ainda que os anos seguintes não viessem a confirmar o ressurgimento de um proletariado “clássico” capaz de reinstaurar uma perspectiva revolucionária, como muitos setores da extrema esquerda esperaram que ocorresse.

As melhorias da condição operária e o reforço do *Welfare State* resultantes da negociação de 1968 foram apontadas mais tarde como responsáveis pela queda das taxas de lucro que comprometeram a competitividade europeia e marcaram o declínio da experiência dos “30 gloriosos” anos de expansão capitalista no continente.

A partir daí tornou-se imperioso para importantes setores da burguesia quebrar a resistência e a capacidade de mobilização adquirida em 1968 pelo movimento operário. O êxito dessa contraofensiva se expressa na contrarrevolução tatcheriana e nas demais experiências neoliberais dos 1980 e 1990 (ANDERSON, 1996).

A terceira dimensão, subjacente a 1968, é a crise das experiências socialistas no mundo e a (auto)crítica que ela suscitou na esquerda, sobretudo seu impacto em setores que tiveram destacado papel nos movimentos de 1968.

A crise das experiências socialistas engendraria movimentos importantes no Leste Europeu e na China. No começo destas notas adverti para a significação que os acontecimentos políticos da China – especialmente a chamada Grande Revolução Proletária – tiveram na constituição de novas referências para a esquerda europeia.

Este não é o lugar para discutir a correspondência existente entre o que realmente estava ocorrendo na China e a percepção que parte da intelectualidade de esquerda na Europa teve daquele processo político. O tema é absolutamente relevante, posto que envolve a questão da *recepção de ideias*, mas falta aqui o espaço necessário para aprofundá-lo.

Não parece haver dúvidas, no entanto, de que parte das esquerdas, sobretudo na França e na Itália, construíram teórica e politicamente uma “revolução cultural” na China que não correspondia necessariamente ao que estava ocorrendo de fato naquele país. Essa construção intelectual abstraía muitos dos problemas reais mais tarde revelados sobre esse movimento e enfatizava unilateralmente questões que contribuiriam para o estabelecimento de um novo paradigma socialista.

Dentre muitas problemáticas valorizadas pela intelectualidade europeia pode-se mencionar a necessidade de revolucionar as relações sociais de trabalho e romper com os processos de trabalho de inspiração taylorista que invadiram a União Soviética e o Leste Europeu. Da mesma forma, destacava-se a importância de repensar as relações trabalho manual/trabalho intelectual que recobriam a questão mais geral dos nexos saber/poder.

No âmbito político, as frequentes referências que os textos chineses da época faziam à Comuna de Paris como modelo de organização do Estado, por sua conotação libertária, reforçavam a intenção da esquerda ocidental de romper com a experiência estatista-burocrática da União Soviética e dos regimes do leste da Europa. É interessante observar que 1968 permitiu não só a emergência assinalada de um maoísmo ocidental, como determinou um renascimento do trotskismo e, em menor medida, das ideias libertárias.

As correntes libertárias – sem a base operária do fim do século XIX, ou a que teve na Espanha até a década de 1930 – enfatizaram mais os aspectos da mudança de vida, da politização do cotidiano do que os grandes temas sociais e políticos. Já o trotskismo, podia invocar favoravelmente a consistência das críticas que seu fundador havia feito ao modelo soviético, ainda nos anos 1930. Ao mesmo tempo, devido à perspectiva internacionalista, os discípulos de Leon Trotsky ofereciam interpretações abrangentes do processo em curso em 1968, integrando nele inclusive os

movimentos contestatários nos regimes da Europa do leste. Como elemento adicional, possuíam uma destacada plêiade de intelectuais, dentre os quais destacava-se o economista belga Ernest Mandel.

Em 1968, os estudantes iugoslavos manifestaram-se contra o regime. Ao ocupar as universidades, penduraram grandes retratos do marechal Tito quando jovem, querendo com isso sinalizar a necessidade de uma volta à política heterodoxa que o socialismo iugoslavo desenvolveu no passado e que havia conduzido a um forte enfrentamento com a União Soviética de Stalin, em fins dos 1940 e inícios dos 1950.

Na Polônia, o 1968 tardio (dezembro), ao mobilizar intelectuais, estudantes e setores operários, dava o sinal para um processo mais amplo de erosão do regime, que culminaria anos mais tarde com o nascimento do sindicato Solidarnosc.

Finalmente, a Tchecoslováquia viveu entre janeiro e agosto de 1968 um conturbado processo de crise do seu modelo socialista. Inicialmente resultante de uma pugna no interior da cúpula do Partido Comunista e do Estado, o movimento se alastrou para o conjunto da sociedade e abalou os fundamentos da ditadura instaurada naquele país em 1948. Mais ainda, a crise tcheca ameaçava, por um possível e previsível efeito de demonstração sobre a região, os fundamentos do modelo burocrático de socialismo que a União Soviética praticava e havia imposto do pós-Segunda Guerra a todas as chamadas democracias populares (GARCIA, 1998).

O impacto da Primavera de Praga e a frustração que a invasão soviética produziu nas esquerdas de todo o mundo tem de ser analisado no marco mais geral da evolução da crise do comunismo a partir de 1956. Naquele ano, as esquerdas em todo o mundo foram sacudidas pelas revelações do “Relatório Secreto” que Nikita Krushev lera diante do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, denunciando pequena parte dos desmandos do regime e centrando as responsabilidades na pessoa de Josef Stalin, morto três anos antes.

O impacto das revelações e certas medidas de *aggiornamento* do regime soviético foram frustradas meses depois, quando a União Soviética invadiu a Hungria e frustrou o processo de renovação do socialismo que lá estava nascendo. Krushev não conseguiu a autorreforma da União Soviética. O pouco que fez foi suficiente, no entanto, para provocar a reação da burocracia partidária que o destituiu em 1964, em um autêntico golpe de Estado.

A partir daí, com a subida de Brejnev, expressando os interesses conservadores dos grupos dominantes, a União Soviética mergulhou numa lenta crise econômica e política que a levaria ao colapso em 1991. Essa crise não foi de todo visível desde o início – especialmente a decadência econômica e social do regime, que conduziria ao, até certo ponto, surpreendente desfecho político em fins dos anos 1980. Vistos em perspectiva, os acontecimentos de 1968 da Tchecoslováquia permitem pensar o desdobramento da crise ulterior do socialismo soviético.

Com o fracasso da experiência da Primavera de Praga frustraram-se as possibilidades *reais* de uma autotransformação do socialismo que conduzisse a uma reforma política indispensável para uma correção dos rumos econômicos. Muito tem sido escrito sobre o fracasso econômico do modelo estatista-burocrático da União Soviética e de seus vizinhos. Talvez tenha chegado a hora de insistir na dimensão política do problema.

O que fracassou na experiência soviética – e em 1968 discutiu-se o fato muitas vezes – foi a ausência de uma efetiva *socialização da política*.

Posteriormente, a curta tentativa de Andropov e a de Gorbachov de autorreforma da União Soviética esbarraram em pesadas dificuldades políticas que foram se acumulando no curso do tempo. É possível que em 1968 tivesse sido mais fácil realizar aquilo que nos anos 1980 revelou-se impossível.

A breve reflexão sobre 1968 nos países socialistas traz duas derradeiras questões para concluir essa introdução. Essas indagações podem servir como fio condutor para novas incursões nesse apaixonante período.

O que sobrou de 1968? Seu impacto podia ser diferente sobre a história das três décadas que sobravam desse século? Trinta anos depois não parece haver dúvidas de que as esperanças de abertura de um novo e mais profundo ciclo revolucionário não se confirmaram.

É impossível, no entanto, não reconhecer o impacto do acontecido em 1968, especialmente a influência sobre o pensamento de esquerda. Em um balanço que fez da herança de 68, Herbert Marcuse escreveu algo que pode resumir em boa medida a questão quando afirma que

a originalidade do movimento é ter produzido uma nova definição de revolução colocando-a em relação com novas possibilidades de liberdade, novas potencialidades do desenvolvimento socialista, ao mesmo tempo produzidas e bloqueadas pelo capitalismo avançado. Novas dimensões abriram-se assim para a transformação da sociedade. De agora em diante, essa transformação não pode ser apenas uma subversão econômica e política, isto é, o estabelecimento de um outro modo de produção e de novas instituições; trata-se antes de tudo de subverter o sistema dominante de necessidades e suas possibilidades de satisfação (MARCUSE, 1976).

Menos por razões historiográficas ou teóricas em geral e mais por razões políticas, a questão sobre alternativas distintas de desdobramento da crise de 1968 vem sempre à tona. Era inevitável que De Gaulle controlasse a situação, como o fez em junho 1968? A Primavera de Praga poderia ter tido outro desfecho? Os fatos de 1968 no Brasil empurravam necessariamente para o Ato Institucional nº 5 e o longo período obscurantista que seguiu?

Antes de buscar responder a essas e outras perguntas para tentar construir uma história “no condicional”, interessa aqui resgatar as potencialidades embutidas nesse momento luminoso que foi o ano de 1968.

Não há como esquecer que milhões de homens e mulheres tiveram o sentimento de estar construindo a história e não se viram apenas como vítimas de forças do destino que não conseguem visualizar, quanto mais entender.

Para muitos, esse fazer a história significou entregar a própria vida ou submeter-se a enormes sacrifícios pessoais. Em 1968 não havia lugar para pensamentos únicos e interdições, até porque era “proibido proibir”.

Que tudo tenha tido o aspecto de uma grande quermesse, nada contra. A grande historiadora francesa Michelle Perrot já havia ensinado como a greve, ainda no século XIX, era vivida pelos operários como uma “festa” (PERROT, 1974).

A luminosidade de 1968 contrasta com a opacidade dos anos e décadas seguintes. As esperanças que suscitou nos que viveram aqueles tempos difere da desesperança dos tempos presentes que conduzem ao conformismo e à servidão voluntária.

Um livro sobre 1968 pode ser atual 30 anos depois, não só pela função historiográfica que possa cumprir, mas sobretudo pela capacidade que tenha de mostrar que a história pode ser diferente, que há momentos em que o futuro é construção e não fatalidade.

As “ideias justas”, supondo que elas existam, não caem do céu, como bem sabia a maoísta Yvonne de *La Chinoise*...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CAUTE, David. *1968 dans le monde*. Paris: Robert Laffont, 1998.

GARCIA, Marco Aurélio. O *Manifesto* e a refundação do comunismo. *Teoria e Debate*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, n° 36, p. 33-37, outubro-dezembro de 1997.

_____. Praga-1968, trinta anos depois. 1998. Sociedades em Transformação, São Paulo, *Boletim Trimestral do Centro de Estudos dos Países Socialistas em Transformação da USP (CEPST)*, ano IV, nº 4 abril-junho, p. 2-5.

GUEVARA, E. Che. “Mensaje a los pueblos de mundo a través de la Tricontinental”. In: _____. *Obras 1957-1967 – Il la transformación política, económica y social*. Paris, François Maspero/Casa de las Americas, 1970, p. 584-598.

MARCUSE, Herbert. *Actuels*. Paris: Gelilée, 1976, p. 14.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PERROT, Michelle. *Les ouvriers em grève: France 1871-1890*. Paris-La Haye: Mouton, 1974.

AGENDA PARA O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI¹

Por uma questão de deformação profissional, vou iniciar minha exposição com uma abordagem de caráter histórico. Parece-me essencial para tratar os problemas que estão propostos na origem do seminário “A luta pelo socialismo no século XXI”.

Na segunda parte, quando procuro dar um tratamento mais atual para as questões, não tenho nenhuma pretensão de oferecer qualquer receita ou resposta. Pareceu-me mais importante formular questões, colocar problemas, isto é, de uma certa maneira construir o que considero uma necessária agenda para o socialismo no século XXI.

O socialismo é herdeiro de duas grandes vertentes históricas que têm origem no século XIX. Os movimentos concretos das classes trabalhadoras contra os efeitos socialmente devastadores da Revolução Industrial e a tentativa de entender o capitalismo, na perspectiva de sua superação, em especial a crítica da economia política.

1. Este texto é uma reprodução da participação de Marco Aurélio Garcia no Seminário “A luta pelo socialismo no século XXI”, promovido pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores, ocorrido em outubro de 2001 e publicado no livro *Socialismo no Século XXI*, da série Socialismo em Discussão, pela Editora da Fundação Perseu Abramo, em 2005.

Os diversos movimentos operários tiveram em comum a reação à destruição da sociedade tradicional pelo capitalismo e a resistência às brutais condições de trabalho e de vida que a exploração fabril impunha às classes trabalhadoras. São movimentos que se desenvolveram em realidades econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais distintas. Os processos de emergência do capitalismo em vários países – Inglaterra, França, Alemanha, por exemplo – são profundamente distintos. Da mesma forma, há que considerar as especificidades das revoluções Inglesa de 1640-1688 e Francesa de 1789 e a Unificação Alemã de 1870 no que se refere às classes em presença, às transformações realizadas ou às origens intelectuais.

Junto com o movimento das classes trabalhadoras contra o capitalismo nascente surgiram inúmeras teorias críticas à nova sociedade em construção. Essas teorias tinham variados pressupostos éticos, filosóficos, religiosos e econômicos. Na sua diversidade, possuíam em comum a ideia de que a sociedade capitalista era desigual e transitória, devendo ser substituída por outra igualitária, a partir da eliminação da propriedade privada dos meios de produção.

A emergência da classe operária coincidiu com as tentativas de afirmação política da burguesia no marco conservador que a Restauração havia instaurado. Na medida em que as classes trabalhadoras se transformavam em ameaça – o fantasma que percorria a Europa em 1848, aludido por Marx e Engels, no *Manifesto comunista* –, a burguesia perdia seu conteúdo revolucionário. Revelava-se incapaz de afirmar a democracia que o liberalismo político pregava e por isso sucumbiu diante de um aventureiro como Luís Bonaparte. Viu frustrada sua aspiração monárquico-parlamentar democrática, como na Alemanha, e desenvolveu uma simbiose ativa, segundo a expressão de Arnold Mayer, tomada de empréstimo de Schumpeter, com o persistente Antigo Regime na Inglaterra.

Essa incapacidade histórica da burguesia assumir o ideário democrático que retoricamente pregara na primeira metade do século XIX

lançou sobre a ideia de democracia as suspeitas de que os valores de liberdade e igualdade políticas não passavam de um álibi para esconder a opressão e a desigualdade econômica e social.

Essa democracia seria apenas formal e estava exigindo uma outra, substantiva. O problema que se colocava, então, para o movimento operário era complexo e teria profundas consequências para o socialismo no futuro.

No século XIX, durante décadas o movimento operário careceu de uma teoria política mais consistente. Nas lutas concretas, no entanto, ele desenvolvia ações das quais resultaram inúmeras conquistas políticas democráticas, inclusive, a maior de todas, a que concedeu efetiva cidadania aos trabalhadores, principalmente nos países de capitalismo mais avançado.

Aquilo que mais tarde, e a meu juízo, incorretamente, viria a ser chamado pelos setores de esquerda de democracia burguesa, isto é, República, sufrágio universal, liberdades civis e direitos humanos, para citar alguns exemplos, foi em realidade o resultado da ação das classes trabalhadoras, portanto, conquistas suas, e não outorga das classes dominantes.

Está aí um aparente paradoxo histórico. A “democracia burguesa” foi consequência mais da ação das classes trabalhadoras do que da própria burguesia. Esse paradoxo é apenas aparente se considerarmos que os grandes movimentos que puseram fim ao Antigo Regime – as revoluções Inglesa e Francesa, por exemplo – foram considerados revoluções burguesas, pelo simples fato de viabilizar as condições de possibilidade de dominação da burguesia.

Tal reducionismo deixa de analisar a natureza mais complexa dessas revoluções e as circunstâncias históricas em que se deu efetivamente a hegemonia burguesa nas sociedades contemporâneas.

Essa orfandade de referências teórico-políticas das classes trabalhadoras viria a ser em certa medida sanada com a Comuna de Paris. A revolução, diferentemente dos movimentos anteriores, teria finalmente se

vestido com trajes proletários, segundo a expressão de Jules Vales. Apesar de ser um movimento hegemônico por correntes operárias distintas das de Marx, seja na França, seja no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores, o movimento de 1870-1871 foi não só saudado por ele, Marx, mas adotado como referência teórico-política.

A partir da Comuna ganhou força o conceito de ditadura do proletariado, retomado por Lênin em *Estado e revolução*, livro no qual o dirigente russo estabeleceu um paradigma político para o novo regime a ser implantado em 1917.

O conceito de ditadura do proletariado exercia um compreensível fascínio na medida em que aparecia como um modelo de dominação dotado da universalidade que o governo da burguesia dizia ter, mas não possuía. A isso se somava o atrativo que justamente provocam os movimentos políticos de baixo para cima, capazes de derrubar o conservadorismo e instaurar uma nova ordem social.

Mas ações diretas das massas no caso russo e em seu precedente francês se explicavam não pelos limites da democracia representativa, mas exatamente pela ausência desta. A Comuna foi alternativa popular ao despotismo do Segundo Império e à incapacidade das classes dominantes de garantir sequer a defesa nacional durante a guerra franco-prussiana.

Da mesma forma, os soviets em sua primeira aparição, em 1905, e em sua ressurreição, em 1917, não são uma resposta aos limites da democracia representativa, uma vez que na Rússia essa simplesmente não existia. A burguesia russa não fora capaz de dissociar-se do Antigo Regime e, por essa razão, não revelara aptidão para conduzir o processo de transformação democrática do país.

Essa foi a percepção histórica que, por caminhos distintos, tiveram Lênin e Trotsky, e que os levou a fazer oposição a Plekhanov e aos mencheviques, que defendiam a necessidade de uma etapa burguesa antecedendo a socialista e hegemônica pela burguesia no caminho da trans-

formação revolucionária do país. Tanto Lênin quanto Trotsky defendiam que as transformações burguesas não realizadas na sociedade russa não poderiam ser conduzidas pela burguesia, cabendo ao proletariado, em aliança com o campesinato, impulsioná-las.

Mas, apesar das diferenças marcantes que historicamente separaram bolcheviques e mencheviques, ambos partilhavam a convicção evolucionista de que as formações sociais deveriam passar inevitavelmente por etapas historicamente necessárias como a capitalista, ainda quando admitisse que ela fosse hegemônica por forças sociais opostas à burguesia.

Aqui, em realidade, eu me veria um pouco tentado a lembrar a polêmica que os populistas russos mantiveram com a nascente social-democracia, que se nutria, entre outras coisas, de uma correspondência que Vera Zassulitch e outros populistas haviam mantido com Marx nos anos 1880. Marx, no final da vida, começou a se preocupar incessantemente com os temas da Rússia, e justamente nesta correspondência discutia se havia possibilidade de a Rússia transitar diretamente para uma sociedade sem classes sem que fosse necessária a passagem pelo capitalismo.

As vicissitudes do período inicial pós-1917 podem explicar o endurecimento do regime soviético, inclusive a substituição da ditadura do proletariado pela ditadura do partido. O fracasso do comunismo de guerra, resposta compreensível ao cerco imperialista que a jovem Rússia soviética sofria nos primeiros anos da revolução, ensejou um pragmatismo econômico, representado pela nova política econômica, a Nova Política Econômica (NEP).

Nos anos 1920, a direção bolchevique realizou importante debate sobre os caminhos que deveria seguir a economia russa. As posições em presença apontavam basicamente para o enfrentamento da tarefa burguesa, como se dizia, não realizada, até mesmo nas posições de Bukharin, que, no entanto, mantinha uma postura mais flexível em relação à importância da economia camponesa.

Penso que aí poderia até haver uma certa conexão dos temas que Bukharin suscita nesse momento com outros que haviam sido levantados pelos populistas no final dos anos 1890 e mesmo depois.

O sistema político não se flexibilizou em 1920. A abertura que a NEP representou no plano econômico não encontrou correspondência no plano político. Lênin afirmava que poderiam ser feitas concessões à burguesia na esfera econômica, como o restabelecimento dos mecanismos de mercado, uma vez que o poder estivesse em mãos do proletariado. A economia política no socialismo se transformaria em política econômica.

O problema é que não mais havia ditadura do proletariado nos anos 1920, mas ditadura do partido; e o próprio Partido Comunista (PC) estava sujeito internamente a crescentes constrangimentos que impediam o livre debate de ideias.

Não se trata aqui de reconstruir a história da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mas de dar indicações gerais sobre as vicissitudes enfrentadas pelo socialismo em uma experiência que, por razões compreensíveis, assumiu um papel paradigmático para grande parte do movimento operário no século XX.

A URSS abandonou, no fim dos anos 1920, a NEP. Realizou a coletivização forçada da agricultura e, mediante sucessivos planos quinquenais, empreendeu a mais radical e sangrenta revolução industrial da história da humanidade. O despotismo político que acompanhou boa parte desse período corresponde à natureza despótica das alternativas econômicas adotadas, em que convivia um teorismo radical, expresso fundamentalmente nos projetos de Stakhanov com o uso maciço do trabalho escravo para produzir aquilo que Eugeny Preobrajensky havia antes chamado de acumulação socialista originária.

Os dois principais teóricos da Revolução Russa, Lênin e Trotsky, concebiam-na como parte de um processo de transformações mundiais

em um período em que o capitalismo parecia haver chegado a seu limite. A tese catastrofista sobre o eminente colapso do capitalismo era tema central do movimento socialista desde finais do século XIX. Ela aparece na polêmica que opôs Bernstein a Rosa Luxemburgo. Contra o evolucionismo gradualista do primeiro, Luxemburgo invocava a inviabilidade estrutural do capitalismo, tema que ela trabalhou teoricamente mais tarde na *Acumulação do capital*.

Posteriormente, a Primeira Guerra Mundial aparece como a comprovação de que o capitalismo havia chegado a sua crise final. A Revolução Russa, por sua vez, aparecia como a resposta necessária a ser dada a essa crise. Nesse momento, insinua-se a tese, que mais tarde Trotsky retomaria com a formulação que segue, segundo a qual a crise revolucionária era centralmente uma crise de direção revolucionária. A revolução teria vencido na Rússia não só porque esse país era, na expressão de Lênin, o elo mais fraco da cadeia imperialista, mas porque, diferentemente da social-democracia ocidental, os bolcheviques haviam optado por uma política revolucionária nos planos nacional e internacional.

É evidente que a hegemonia do liberalismo econômico e político havia sido profundamente abalada e que o capitalismo passaria por um prolongado e intenso período de instabilidade que se estendeu até o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo em 1929 seu momento mais crítico. Se neste momento a revolução e o socialismo não podiam ser considerados como inevitabilidade, eles deviam ser entendidos, no entanto, como possibilidade. Pouco a pouco, em meio a circunstâncias históricas dramáticas como a dos anos 1930 e 1940, a burguesia foi construindo mecanismos de regulação econômica, que abriram inicialmente saídas tópicas para a crise e, mais tarde, estarão na origem da grande expansão do capitalismo mundial entre 1945 e metade dos anos 1970, os “30 anos gloriosos”, como esse período é conhecido.

Em uma conjuntura diagnosticada como revolucionária, tornava-se necessário explicar – estou me referindo evidentemente ao período pós-1917 – por que a revolução não se consumava, ou, pior ainda, por que ela era frustrada inclusive por aqueles que deveriam ser os seus protagonistas: o proletariado.

Para explicar a capitulação da social-democracia diante da burguesia na Guerra Mundial, constrói-se a teoria da formação de uma aristocracia operária, espécie de quinta-coluna burguesa no interior dos trabalhadores, sem que se explique por que esses mesmos trabalhadores se submetiam aos “traidores”. Era difícil reconhecer que, a despeito da tradição internacionalista das vanguardas do movimento operário europeu, este ainda estava muito preso aos valores nacionalistas, monárquicos e religiosos que o arrastaram para a guerra.

Da mesma forma, o desgaste e os limites da democracia representativa no Ocidente não eram suficientemente fortes para provocar a adesão dos trabalhadores ao modelo e, sobretudo, à prática da ditadura do proletariado de inspiração bolchevique. O movimento operário sabia que a chamada democracia burguesa era também, em alguns casos, principalmente uma construção sua.

A insistência da exposição nesse período inicial da experiência do socialismo está, sem dúvida nenhuma, ligada ao fato de que é entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX que se constrói boa parte dos paradigmas políticos que vão nortear a ação do movimento operário até os anos 1980, quando o socialismo enfrentou a maior crise da sua história.

Pode-se ver no período aludido como compareceram os grandes temas que hoje ainda se colocam como desafios para o socialismo: o diagnóstico das formações sociais, o caráter da revolução, as etapas, as tarefas, a natureza do contexto internacional e sua incidência nos quadros nacionais; os sujeitos e instrumentos da ação revolucionária, classes, movimentos, partidos; a natureza do Estado e do poder revolucionário

e a relação entre socialismo e democracia; a questão da propriedade e do novo modelo econômico, para citar alguns tópicos mais importantes.

Em meados dos anos 1970 começam a insinuar-se novas tendências que viriam a afetar fortemente as duas grandes experiências socialistas do século XX – a experiência social-democrata e a dos partidos comunistas. Aqueles partidos comunistas, sobretudo, que estavam no poder dos países que viriam a ser eufemisticamente chamados de socialismo real. E os partidos socialistas que haviam renunciado anos antes ao que chamaram de dogma marxista – estou pensando fundamentalmente no famoso Congresso de Bad Godsberg da social-democracia alemã, que abandona o marxismo como referência.

Esses partidos haviam assumido um keynesianismo de esquerda e assistiram à erosão das bases do Estado de bem-estar social. O crescimento das demandas sociais ligadas aos movimentos de 1968, somado a eventos como a crise do petróleo e a crise monetária internacional, precipita a crise fiscal do Estado. Com ela, o temor de surtos inflacionários.

Estava aberto o caminho para o neoliberalismo, que leva os conservadores ao poder em vários países e acaba por contaminar a política de partidos socialistas recém-chegados ao governo. Estou pensando aqui basicamente no caso espanhol e, em certa medida, na França.

Ao mesmo tempo, as transformações tecnológicas por que passa o capitalismo e sua incidência sobre a composição das classes trabalhadoras incidiam sobre a combatividade do movimento operário, já afetada negativamente pelas políticas dos partidos comunistas e socialistas. Os pactos que a social-democracia havia engendrado entre burguesia e proletariado, partidos e sindicatos eram eminentemente nacionais. A economia se internacionalizava, no entanto. Se globalizava, como passou a dizer-se, em termos de produção, mercado e, sobretudo, finanças.

A geografia econômica do mundo se reconfigura aceleradamente, varrendo do mapa regiões industriais, construindo outras e com isso al-

terando radicalmente o mundo do trabalho. As bases materiais de um movimento operário quase centenário começam a ser fortemente afetadas. O mundo do socialismo real explode em contradições que vinham amadurecendo havia décadas. Esse não é o lugar para analisar o complexo processo da crise que arrastou o socialismo realmente existente ao colapso, emblematicamente revelado pela queda do Muro de Berlim, em 1989, e pela autodissolução da União Soviética em 1991.

Sinalize-se, no entanto, que se trata não só de um colapso econômico resultante da obsolescência do sistema produtivo industrial, agrícola e de serviços, incapaz de competir tecnológica e gerencialmente com o capitalismo, como se observa trivialmente. Trata-se, sobretudo, de um processo de ruptura interna mais radical que afeta basicamente as sociedades de quase todos esses países. Essas mazelas não eram novas, elas haviam sido denunciadas a partir de distintas perspectivas, anos ou até mesmo décadas antes, por homens como Victor Serge, Leon Trotsky, Boris Suvarin, Charles Bettelheim e tantos outros.

O ato final dessa crise é o fracasso do mais audacioso projeto de autorreforma do sistema empreendido por Gorbatchev, que se propunha a articular uma reforma econômica, a Perestroika, com uma mudança política, a Glasnost. Demasiado radical para os conservadores da Nomenclatura e excessivamente tímido para os dissidentes da burocracia que exploravam o desconforto popular em seu favor, o projeto gorbatcheviano naufraga e abre passo não para a tão sonhada revolução política que regeneraria o socialismo, mas para uma contrarrevolução silenciosa que mergulharia regiões inteiras na miséria, no atraso, na barbárie e na vulgaridade cultural-ideológica.

O impacto político do colapso da experiência socialista na URSS e na Europa do Leste, somado às metamorfoses dos processos em curso na China, no Vietnã e em Cuba, para citar apenas três casos, não pode suscitar indiferença. Nem a afetada superioridade dos que vinham ha-

via décadas chamando a atenção, pela esquerda, para os problemas que explodiram nos anos 1980, nem a aparente tranquilidade dos que não veem no colapso do campo socialista nenhuma ligação com a crise do socialismo. Nessa posição, tudo se passa como se o colapso do socialismo real não tivesse nada a ver com o socialismo enquanto projeto, que se manteria intocado, bastando analisar onde o paradigma havia sido tergi-versado para propor-se uma volta às origens.

O mesmo problema se verifica em relação à crise da social-democracia, que, apesar de ser menos estrepitosa do que a do comunismo, não deixa de ser profunda também.

A crise do socialismo foi acompanhada, como todas as crises políticas o são, por uma crise intelectual e ética. A queda do Muro, o fim da URSS, foram um pretexto para a adesão descontrolada de muitos às aguadas teorias emergentes, o que na maioria dos casos veio acompanhado por posturas éticas marcadas pelo oportunismo e pela pusilanimidade.

O desprezo que essas atitudes suscitam não exime ninguém de um esforço de reconstrução teórica e política, menos ainda de uma atitude ética correspondente e oposta. Mudar, sem mudar de lado, como tantas vezes foi dito. A tarefa que corresponde aos socialistas é maior do que aquela que se espera dos historiadores. Desses se cobrará a reconstrução histórica e o entendimento do que ocorreu. Dos socialistas se espera o esforço crítico, que pode ser dilacerante pelas conclusões a que pode chegar e pela iluminação que produza sobre o passado e o futuro. Mas os socialistas, diferentemente dos analistas, têm um compromisso com a teoria e outro com a política. Não deduzem esta daquela. Não condicionam a teoria aos avatares da política. Articulam um processo de iluminações recíprocas entre uma e outra.

A chamada crise do socialismo, cuja profundidade foi maior na medida em que o capitalismo celebrava a sua vitória, pode ter chegado a um ponto de inflexão. A proposta liberal começou a encontrar seus

limites, e o capitalismo hoje se encontra, no mínimo, diante de inúmeras incertezas. A fragilidade de um mundo hegemônico unipolarmente pelos Estados Unidos diante da crueldade do terrorismo só acentua esse sentimento de perplexidade.

Os movimentos antiglobalização, na sua heterogeneidade, vocalizam novas teorias, sinalizam novas práticas, perfilam novos sujeitos, apontam para novas problemáticas. Partidos e movimentos de esquerda se renovam e mantêm em alguns países, como é o caso no Brasil com o Partido dos Trabalhadores (PT), um considerável poder de atração popular.

É possível visualizar uma agenda para o socialismo. Para fazê-lo, além da crítica de um passado que, queiramos ou não, é nosso, há que realizar um esforço de pensar um novo mundo em construção. Tão importantes quanto as respostas a serem dadas à pergunta “como será o socialismo no século XXI” são as questões que se faz para balizar o debate.

Um programa socialista para o século XXI, diferentemente de outros no passado, não parte de uma meta construída a partir da qual se desenhará um caminho para atingi-la. Não se trata de um movimento teleológico. Sua única premissa: o capitalismo não é o fim da história e, portanto, coloca-se no horizonte, ainda que em forma imprecisa, uma sociedade pós-capitalista. A diferença está em que o processo que conduz a essa sociedade é tão importante quanto o resultado. Este não pode ser separado daquele. Movimento (meios) e fins se articulam mutuamente. Vou, então, alinhar alguns temas que me parecem importantes para essa agenda do socialismo no século XXI.

INTERNACIONALISMO E NAÇÃO

Um dos desafios para o socialismo no século XXI é a articulação entre o internacionalismo e a nação. A construção nacional em muitos países, sobretudo na periferia do capitalismo, é um processo inconcluso,

principalmente em função da dominação imperialista e, mais recentemente, da globalização sob hegemonia neoliberal.

O socialismo do século XXI não pode renunciar à construção de uma comunidade universal de povos, articulados em forma democrática, pacífica e igualitária. Essa comunidade, longe de abortar a construção nacional, deve dela partir. Um Estado-nação pode abrir mão de cotas de soberania em favor de instâncias multinacionais, quando essa decisão contribuir decisivamente para alcançar objetivos superiores e democraticamente definidos.

As associações regionais só podem existir se forem capazes de evitar as assimetrias nacionais ou criar mecanismos sólidos de compensação para elas. Isso implica intrincadas redes de proteção de sistemas produtivos, ambientais, garantias sociais, tradições políticas, étnicas e culturais. O internacionalismo não se reduz a acordos multilaterais de Estados-nação. Implica o intercâmbio entre cidades e regiões de distintos países e envolve igualmente a aproximação e a articulação de partidos, sindicatos e movimentos.

Os movimentos antiglobalização liberal que se expandiram com força nos últimos anos, como as correntes pacifistas no passado, para citar dois exemplos importantes, podem ser embriões de uma sociedade universal e de uma nova opinião pública internacional necessárias para um novo socialismo.

A complexidade das relações econômicas atuais já produziu uma articulação de produção, mercados e finanças. Essa forma de globalização econômica em muitos casos escapa inclusive ao controle dos Estados-nação, ainda que sobre ela tenha grande importância o controle exercido pelos Estados Unidos e pelas grandes potências por meio de organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras.

A reforma ou a construção dessas e de outras instituições é o imperativo de uma ordem mundial equilibrada e democrática. Iniciativas

(para citar um exemplo, como a Taxa Tobbin) por mais que tenham um alcance limitado, simbolicamente apontam para a necessidade de mecanismos que busquem introduzir uma racionalidade distinta nas relações internacionais.

PROPRIEDADE, MERCADO, PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO

Não basta reiterar a forma clássica, segundo a qual o socialismo é a socialização dos meios de produção. A experiência histórica mostra que se trata de um processo complexo, tortuoso e prolongado. O mais importante é definir a lógica que vai imperar na organização da nova economia. O socialismo do século XXI deve aprofundar a questão da coexistência de formas de propriedade estatal, pública não estatal, cooperativas; múltiplos mecanismos de economia solidária e de propriedade privada, cujas dimensões desta última serão função dos desafios estratégicos do projeto econômico.

No caso brasileiro, a implementação de uma consistente reforma agrária, acompanhada de sólida política agrícola, constitui-se em elemento fundamental para resolver uma questão secular que tem dimensão não só econômica como social e política. Sobre todas as formas de propriedade devem exercer-se múltiplas maneiras de controle, dos trabalhadores, dos consumidores e de outras esferas sociais, além das diretrizes emanadas dos mecanismos de planejamento estratégico democrático do Estado.

Mesmo os países que afetam o mais absoluto liberalismo têm e sempre tiveram formas de planejamento por meio de complexas políticas agrícolas, industriais e de ciência e tecnologia. Trata-se de saber quais serão os mecanismos de decisão dessa planificação, se democráticos, a serviço dos interesses da maioria, ou se tecnocráticos, a serviço do capital.

Esses e outros instrumentos de regulação constituem mecanismos eficientes para atenuar ou até mesmo quebrar a lógica do capital.

A IGUALDADE SOCIAL

Nos países do capitalismo periférico, mas também em alguns avançados, o socialismo se verá confrontado não só com o desafio da socialização da riqueza, mas com o enfrentamento específico de gigantescos bolsões de pobreza. A resolução desse problema envolve soluções estruturais, muitas das quais têm resultado no médio e longo prazo.

Daí a necessidade de lançar mão de instrumentos emergenciais, as chamadas políticas compensatórias, que acelerem a resolução de graves situações de desigualdade social. Cabe ao poder público um papel decisivo nesse campo, por intermédio da reabilitação e sofisticação dos instrumentos de bem-estar social. Tributação progressiva que permita consistentes políticas sociais que beneficiarão os trabalhadores – educação, saúde, habitação, transporte, saneamento, cultura e lazer. Mais que políticas salariais justas, cabe ao Estado impulsionar uma nova política de rendas.

O MUNDO DO TRABALHO

O socialismo do século XXI deve enfrentar a questão da alienação do trabalho. A despeito do crescimento da produtividade ancorado nas prodigiosas inovações tecnológicas, a jornada de trabalho está, com algumas exceções, estancada há quase 40 anos. Reduções drásticas da jornada de trabalho se impõem, não só para absorver cerca de 1 bilhão de desempregados no mundo inteiro, como para propiciar a homens e mulheres mais tempo livre a ser utilizado para o descanso, a educação, a cultura e a participação cidadã.

As experiências do mundo fabril no socialismo real contribuíram para a persistência da alienação do trabalho, na medida em que homens e mulheres viviam sob um regime trabalhista tão ou mais despótico do que

aquele da fábrica taylorista. É sintomático que o capitalista tenha compreendido antes que os socialistas, digo compreendido praticamente, que isto contribuía negativamente para a produtividade, e tenha proposto novas formas de sociabilidade fabril para estimular a criatividade e uma visão de conjunto dos trabalhadores sobre os processos produtivos.

NOVOS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO

A queda do Muro de Berlim permitiu descobrir, dentre tantas outras, a tragédia ambiental que o modelo de desenvolvimento econômico havia provocado na URSS e na Europa do Leste. A opção por uma industrialização acelerada e que reproduzia tardiamente e com idênticas perversões as clássicas revoluções industriais capitalistas, só que aqui conduzida pelo Estado, produziu um considerável dano ao meio ambiente. Por conseguinte, o socialismo do século XXI incorporará em sua agenda a perspectiva de um crescimento sustentado da economia, em que a preservação do meio ambiente assume uma dimensão estratégica.

A SOCIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A razão maior do fracasso do socialismo real, aparentemente localizado nas dificuldades de construção de uma nova economia, situa-se em realidade na sua incapacidade de haver socializado a política. As experiências do socialismo real criaram regimes autoritários, quando não despóticos e totalitários, estruturados em torno do par partido–Estado, ambos submetidos a mecanismos internos antidemocráticos. O controle do Estado pelo partido único institui dupla cidadania, pois aos não filiados ao partido está reservado papel absolutamente secundário na sociedade.

A reivindicação do monopólio da representação da classe pelo partido–Estado conflita com a ausência de liberdade sindical, de organização

partidária, de imprensa e de expressão de uma maneira geral. As instituições políticas copiavam o parlamentarismo burguês sem o vigor deste e faziam dos mecanismos de participação popular um mero simulacro democrático.

O socialismo do século XXI está diante do desafio de fortalecer simultaneamente a democracia representativa, hoje sumamente debilitada nos países capitalistas, e combiná-la com novos mecanismos de democracia direta. Nesse sentido, é possível desde agora, por meio de um processo de invenção política, estabelecer mecanismos de controle social do Estado que antecipam o socialismo e educam os cidadãos para ele. Aí se enquadram todas as formas de controle social das políticas públicas por conselhos e outros organismos, bem como, e sobretudo, os orçamentos participativos em esferas setoriais, municipais, regionais e nacionais. Essas experiências não podem ser encaradas como panaceias nem devem ser entendidas como autoaplicáveis. Elas exigem uma sociedade de alta mobilização social, sob pena de criarem novas instâncias vazias de conteúdo.

EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO

A experiência do socialismo no século XX mostrou que o fim ou a atenuação da exploração não elimina os múltiplos mecanismos de opressão herdados da sociedade anterior, em alguns casos reproduzidos no novo regime. O combate a todas as formas de discriminação (gênero, orientação sexual, etnia, religião e deficiência física e mental) antecede ao socialismo. Se este é entendido também como um processo de radicalização da democracia, construída a duras penas nos últimos dois séculos, é de supor que ele tenha como meta a eliminação de todas as formas de constrangimento social que se exercem contra grupos minoritários ou não.

O socialismo do século XXI deve ser um choque de liberdade não só através do respeito ao Estado de direito, mas igualmente pela criação

de um espaço público que será a fonte ininterrupta de criação de novos direitos. É isso que dará à democracia um sentido dinâmico, diferente da perspectiva democrática propugnada por um liberalismo que, com frequência, desliza para o conservadorismo.

SOCIALISMO, CULTURA E CONHECIMENTO

O socialismo do século XXI implica a desconcentração do saber, o que ganha particular importância, tendo em vista que o mundo cada vez mais ingressa em uma sociedade do conhecimento. Deverá impulsionar uma ampla socialização dos bens culturais. Esses dois aspectos foram, sem dúvida, um dos pontos positivos de muitas experiências do socialismo do século XX, na medida em que promoveram, nesses países, massivos processos de educação e acesso de setores sociais aos tesouros da cultura produzidos pela humanidade.

Diferentemente dessas experiências, no entanto, e sublinhando o seu limite, a socialização do conhecimento e dos bens culturais deverá se dar em um marco de mais absoluta liberdade de criação, de expressão e de crítica, sem o que não existe produção artística ou científica. A abertura para o mundo no plano da criação artística e da pesquisa científica não impede processos de valorização e exposição da produção cultural nacional e regional, especialmente aquela que permanece oculta por não se enquadrar nos cânones da indústria cultural ou do chamado mercado cultural.

SUJEITOS SOCIAIS

O socialismo do século XXI exigirá finalmente uma profunda reflexão sobre os sujeitos sociais que estarão presentes em sua construção. O mundo do trabalho passou por profundas modificações quantitativas e qualitativas nos dois últimos séculos. Os mais de 150 anos decorridos

depois do *Manifesto comunista* mostraram que a universalidade abstratamente atribuída à classe operária nem sempre coincidia concretamente com o papel histórico que ela desempenhava em distintas conjunturas, como ficou claro na Primeira Guerra Mundial.

A substituição da classe pelo partido, que Lênin propugna já em 1902, expressa, ainda que distorcidamente, a percepção desses desencontros do proletariado com a história. A despeito disso, as grandes transformações progressistas que a humanidade viveu foram, no essencial, resultantes da ação das classes trabalhadoras. Resta saber se a noção de trabalhadores no século XXI não se amplia, se a eles não se pode somar outros setores, excluídos e incluídos, que objetiva e subjetivamente se sintam representados por um programa de mudanças de direção socialista.

PARTIDO E MOVIMENTO

Da mesma forma coloca-se o problema dos instrumentos políticos de transformação social. O que antes se resumia exclusivamente à questão da existência de um partido dotado de identidade política e doutrínaria próprias, homogêneo, quando não monolítico, ideologicamente centralizado militarmente, pois feito como indicavam as 21 condições para ingresso na Internacional Comunista em 1920, para enfrentar um período de guerra civil generalizado.

Ao lado desses partidos conviverão sindicatos, centrais operárias e movimentos sociais que não só não serão correia de transmissão deles, como deverão possuir uma visão abrangente dos problemas nacionais e internacionais, refletindo a racionalidade própria aos interesses dos seus integrantes. Essa diversidade de atores e de instrumentos dará necessariamente ao socialismo uma dimensão ampla, democrática e pluralista, e se constituirá em um poderoso antídoto às tentações totalitárias.

O PROCESSO

A luta pelo socialismo envolve, em muitos países, e este é o caso brasileiro, uma curiosa relação com o capitalismo *realmente existente* no país. Um programa de transformações centrado em reformas econômicas de cunho fortemente redistributivista, que exija uma reorientação importante do modelo de desenvolvimento, associadas a um processo de radicalização da democracia e de defesa da soberania nacional com a correspondente designação de um novo lugar para o Brasil no mundo, pode ter pouco a ver com o socialismo e ser até entendido como um projeto de fortalecimento do capitalismo brasileiro. Essas reformas, consolidando abstratamente o capitalismo no Brasil, desestabilizam-no concretamente, sempre e quando as mudanças forem resultado de intensa mobilização social.

Abre-se, então, um processo continuado de transformações em que as conquistas parciais preparam novas conquistas e sinalizam que as possibilidades de reformas profundas deixam o terreno das possibilidades para transformar-se em viabilidades.

Para tanto, e especialmente no plano das transformações internacionais, deve-se estabelecer uma dialética entre a consciência dos constrangimentos e a vontade política de vencê-los. Política é ação, e por maiores que sejam suas exigências de racionalidade há uma margem para decisão e ação transformadoras da vontade humana.

As enormes vicissitudes pelas quais passou o socialismo no século XX não significam que lhe esteja reservada uma perspectiva sombria para o futuro. Antes que o socialismo chegasse ao ponto crítico do período 1989-1991, Eric Hobsbawm escreveu:

A função da busca de uma sociedade perfeita não é pôr um ponto final na História, mas abrir suas possibilidades desconhecidas e incognoscíveis a todos

os homens e mulheres. Nesse sentido, a estrada que leva à utopia não está interrompida, felizmente, para a espécie humana. (HOBSBAWM, 1992, p. 468)²

Há mais tempo, referindo-se a seus poemas dos anos 1940, impregnados do sentimento do mundo, que o levou bem mais próximo do socialismo, Carlos Drummond de Andrade disse que “algumas ilusões feneceram, mas o sentido moral é o mesmo”. E como concluiu o poeta, “aqui está dito tudo”.

2. HOBSBAUM, Eric. *A era dos impérios* (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 1992, 3ª ed.



1999. LUIZ DULCI, JOSÉ DIRCEU E MARCO AURÉLIO GARCIA EM ENTREVISTA COLETIVA, NO 2º CONGRESSO NACIONAL DO PT, EM BELO HORIZONTE (MG). FOTO: ROBERTO PARIZOTTI



1999. MARCO AURÉLIO GARCIA AUTOGRAFA
REBELDES E CONTESTADORES: 1968
BRASIL, FRANÇA E ALEMANHA, LIVRO QUE
ORGANIZOU COM MARIA ALICE VIEIRA,
NO SESC VILA MARIANA, SÃO PAULO.
FOTO: ACERVO CSBH DA FPA

BALANÇO DA ERA FHC¹

Quando passar a faixa presidencial para seu sucessor, o professor Fernando Henrique Cardoso terá sido o presidente que mais tempo ficou no governo da República, à exceção de Getúlio Vargas. Dez anos menos do que Getúlio talvez não tenham sido suficientes para FHC pôr fim à “era Vargas” e construir um projeto alternativo para o país.

Os meses que antecedem o fim de um mandato presidencial são marcados não só pelo café requentado servido ao mandatário – segundo a lenda – como pela tentação de realizar antecipadamente balanços da gestão que se encerra. A tarefa não é fácil. As análises pecam por estarem demasiado próximas dos acontecimentos e das paixões que as sucessões presidenciais suscitam, sobretudo quando o presidente que sai tem candidato próprio, como é o caso atual.

Apesar de haver recuperado parte de seu prestígio em relação a pesquisas de opinião anteriores, Fernando Henrique dificilmente chegará ao fim de seu mandato com altos índices de aceitação popular. Mesmo que seu candidato vença, isso não representaria a sua consagração, pois José Serra tem se diferenciado da atual administração, sobretudo em questões

1. Publicado em *Teoria e Debate* n. 51, jun/jul/ago. de 2002.

da política econômica. O lema “continuidade sem continuísmo” ilustra a relação ambígua que mantém com o governo.

Em 1960, o festejado Juscelino Kubitschek não fez seu sucessor, talvez por estar demasiadamente preocupado em reeleger-se em 1965. Mas JK deixou herança. Não só – nem tanto – a construção de Brasília como, sobretudo, a abertura de um novo ciclo de industrialização que provocou crescimento significativo da economia e mudanças na sociedade. O Brasil viveu à época um período relativamente tranquilo do ponto de vista político e foi cenário de efervescência cultural ímpar.

É certo que, ao final do seu mandato, começaram a avolumar-se sinais premonitórios do que viria a ser a crise dos anos 1960/1964, que desembocou no golpe militar. Desnudavam-se contradições do modelo de desenvolvimento vigente e revelavam-se novos ou renovados movimentos sociais que propunham questões candentes para repensar o futuro do país.

Fernando Henrique não terá condições de exibir obra tangível como a de JK. Talvez por essa razão tenha celebrado uma “revolução silenciosa” em curso, cujo eixo seria o programa de estabilização dos preços iniciado em 1994. Mas, independentemente dos humores que a sucessão presidencial provoque nos mercados, essa herança está questionada. A vulnerabilidade externa da economia permanecerá, ou se agravará, até que sejam feitas mudanças de fundo no atual modelo.

“O homem que acabou com a inflação, acabará com o desemprego”, prometia a propaganda eleitoral de FHC em 1998. O desemprego aumentou. Os métodos de combate adotados para lograr a estabilidade determinaram a formação de volumosa dívida pública, mergulhando o país na incerteza. Para atingir suas “metas de inflação”, invariavelmente não cumpridas, o governo cortou gastos, restringiu investimentos, aumentou impostos e manteve juros elevadíssimos.

Essas medidas já não têm hoje sequer a capacidade de atrair capitais estrangeiros especulativos para tapar os buracos do balanço de paga-

mentos, nem tranquilizar os meios financeiros internacionais. Com isso, agravou-se nossa vulnerabilidade externa.

A recessão, ou o pífio crescimento decorrente dessa política, aumentou o desemprego. Decaiu a participação dos salários na renda nacional. Aprofundou-se a crise social e, na sua esteira, cresceu a insegurança da sociedade. A “revolução silenciosa” arrisca tornar-se inaudível, imperceptível para a sociedade brasileira. FHC talvez confie que o futuro lhe reservará julgamento favorável no país e que no plano internacional ele poderá ter um reconhecimento mais imediato, decorrência de suas performances no exercício da “diplomacia presidencial”.

O que se pode chamar *latu sensu* de “era Vargas” abrange um vasto período histórico que vai dos anos 1930 até sua crise nos 1980, quando o Brasil exibiu excepcionais taxas de crescimento, beneficiando-se do encadeamento de três conjunturas internacionais bem aproveitadas. Getúlio chegou à Presidência em 1930 investido de amplos poderes. O país e o mundo viviam os efeitos da crise de 1929. O Brasil, diferentemente de alguns de seus vizinhos, tirou proveito da crise mundial. Voltou-se para dentro e criou condições institucionais e materiais para o início da industrialização substitutiva de importações.

A Segunda Guerra e o período posterior ao conflito – os “trinta anos gloriosos” – favoreceram, com pequenas interrupções, a continuidade e expansão do ciclo de crescimento, como se viu sobretudo no período JK.

No Brasil, passado o breve intervalo dos primeiros anos que se seguiram ao golpe de 1964, a tendência de expansão econômica manteve-se, impulsionada no plano internacional pela disponibilidade de capitais, consecutiva às crises do petróleo dos anos 1970, a despeito dos estrangimentos que essa mesma crise havia criado para a economia mundial. Os impasses políticos do governo militar, que coincidem com o esgotamento do seu modelo econômico, tiveram como moldura o início

do fim do ciclo expansivo do pós-guerra no mundo, a crise do *Welfare State* e os primeiros ajustes neoliberais a partir da experiência de Margaret Thatcher na Inglaterra. A tudo isso veio somar-se o colapso do socialismo estatal na URSS e nos países do Leste europeu, que produziu mudanças na cultura política do fim de século XX.

Em relação aos demais países da América Latina, o ajuste de inspiração neoliberal chegou tardiamente ao Brasil. Não se legitimou plenamente durante o breve período Collor de Mello, patinou no interregno Itamar Franco e, finalmente, se fez na dupla Presidência de Fernando Henrique. A resistência popular e as reticências do empresariado nos anos 1980 contribuíram em muito para que esse atraso ocorresse.

É oportuno observar, no entanto, que quando FHC chegou à presidência, aplicando tardiamente o ideário do Consenso de Washington, já apareciam no mundo as primeiras fissuras na proposta neoliberal. Basta lembrar o desencadeamento, dias antes do início do governo FHC, da crise mexicana cujas consequências (o “efeito tequila”) se fariam sentir fortemente aqui.

A opção de FHC pelo conservadorismo econômico, já contida em seu programa de governo, não pode ser explicada apenas como expressão de um realismo diante dos constrangimentos internacionais e/ou nacionais. Ela parece refletir um pensamento mais profundo.

O mundo vive um “novo Renascimento”, proclamou o presidente. O Brasil, acreditava FHC, como acreditara antes Collor, ainda que com menos visão estratégica, poderia tirar proveito do contexto internacional para garantir inserção competitiva na economia globalizada. Teria apenas de “fazer o dever de casa”, especialmente aquele codificado pelo FMI. O ajuste devolver-lhe-ia a credibilidade, contribuindo para atrair capitais produtivos e especulativos, permitindo seu modelo funcionar.

O “dever de casa” brasileiro, como antes dele o argentino, não foi capaz de tirar o país da zona de vulnerabilidade. Ao contrário, aumen-

tou sua instabilidade e dependência externa. Haver chegado, após tantos anos de sacrifícios para lograr a estabilidade, a uma situação de vulnerabilidade econômica como a atual explica em grande medida a frustração que a sociedade vive hoje e o crescimento da oposição.

Collor frustrou os milhões que haviam sido seduzidos por suas propostas de “levar o Brasil ao primeiro mundo” e desmoralizou outros tantos que, por conservadorismo, nele votaram para impedir a eleição de Lula.

Na sucessão de 1994, Fernando Henrique pôde beneficiar-se não somente dos êxitos do Plano Real, como de sua própria biografia. Quando Jorge Amado – eleitor de FHC – afirmou que era um privilégio poder escolher entre dois candidatos como Fernando Henrique e Lula, ele estava expressando um sentimento de parte das classes médias ilustradas. Esse sentimento refletia não só a incompreensão de que FHC se havia transformado na grande alternativa da direita brasileira e internacional. Ele expressava igualmente a ilusão de que o ex-professor cassado, mesmo aliado com a direita clientelista, cevada na ditadura que o perseguira, seria capaz de realizar a sonhada (e imprecisa) modernização que o fim do regime militar colocara na ordem do dia.

A conversão de amplos setores das classes médias, e mesmo populares, às teses liberais não decorreu somente de uma bem urdida propaganda, reforçada pelo colapso do socialismo lá fora. Ela refletia igualmente o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo aqui. A crise da “década perdida” havia acentuado as distorções do Estado brasileiro e posto mais em evidência as desigualdades sociais.

Fernando Henrique, no seu ataque ao estatismo e ao nacionalismo, fez a crítica da era Vargas pela direita, no entanto. Minimizou o fato de que a presença do Estado na economia no Brasil não decorreu de um pacto, como na Europa, mas serviu para preservar os interesses das elites econômicas e políticas que acabariam por o eleger. Não disse tampouco que o nacionalismo servira fundamentalmente para ocultar

o caráter excludente do desenvolvimento brasileiro e para combater os conflitos sociais daí resultantes.

A exclusão social aparece em seu discurso como mera anomalia. “O Brasil não é um país subdesenvolvido, mas injusto”, sentencia o presidente. Ora é exatamente o tipo de crescimento que o país teve (o “subdesenvolvimento”) que deu origem à desigualdade, à injustiça. Logo ele é injusto em razão desse (sub)desenvolvimento.

Diferentemente da Europa, no Brasil não havia uma crise do *Welfare State*. Nunca o havíamos experimentado. Na Europa, a crise do Estado Providência – a grande obra da social-democracia – provocou nesta um terremoto político-ideológico que inclinou grande parte de seus dirigentes para uma opção liberal-conservadora. No Brasil não havia uma social-democracia. O PSDB só se encontrou com o ideário social-democrata no dia da agonia deste.

A única diretriz que o governo acabou por seguir sem hesitações foi a de lograr a qualquer preço a estabilidade, na esperança de que o mercado se encarregasse de sentar as bases para um novo ciclo (e tipo) de desenvolvimento. Os quatro primeiros anos do governo, dominados pela sobrevalorização cambial, provocaram um ilusório sentimento de bem-estar social e, com isso, garantiram a aprovação da emenda que autorizava a reeleição e, posteriormente, o segundo mandato.

Para evitar que o ataque especulativo contra o real, de agosto/setembro de 1998, derrubasse a candidatura de FHC, o governo não vacilou em despendar 40 bilhões de dólares de reservas cambiais. A desvalorização foi postergada e o presidente foi reeleito.

Tardia, a desvalorização de janeiro de 1999 não produziu os efeitos que poderia ter provocado se houvesse sido adotada antes. O sistema produtivo fora duramente golpeado pela abertura comercial, os juros altos e o câmbio sobrevalorizado. Recuperar posições perdidas no comércio mundial é tarefa árdua. Com a deterioração das contas externas, a balança

comercial tornou-se problema crítico. O crescimento da dívida pública acabou por exigir superávits primários elevados, inibiu os investimentos, sobretudo os sociais, e colocou o país no limiar da recessão.

Malan, o candidato dos sonhos de FHC para sua sucessão, foi inflexível, contribuindo para que o ciclo vicioso da economia fosse acentuado. Aí começa o declínio do governo. Nos quatro primeiros anos, animados pelo êxito do populismo cambial, o governo pôde desqualificar seus críticos com relativa tranquilidade, na medida que estes apareciam como vozes isoladas, supostamente brigando com os fatos. Quando o encanto do modelo acabou, no entanto, o poder de resposta do governo restringiu-se.

Já antes dessa conjuntura, setores do próprio PSDB advertiam para as consequências que teriam para a biografia de FHC a aceitação sem restrições da hipoteca liberal. Quando, de seu leito de morte, Sérgio Motta pede a FHC que “não se apequene”, ele está advertindo que o fundamentalismo da política econômica ameaça o projeto de 20 anos de poder que o próprio ex-ministro havia anunciado.

O governo aparece então como sempre fora, mas que as circunstâncias (e as esperanças nele depositadas) impediam de ver. Um governo de uma só jogada – e ela mesma problemática, pois não evitava a fragilidade externa –, incapaz de enfrentar o problema do crescimento e de dar as respostas necessárias às cruciais desigualdades resultantes da concentração de renda.

Um governante de tal forma tributário da “racionalidade econômica” imposta pelos mercados é um contrassenso político. Para que presidente, se não há alternativas em matéria de política econômica? O chefe do governo passa a ser uma espécie de mestre de cerimônias do poder, que apenas vocaliza um script produzido alhures. Mesmo essa função ele não chega a cumprir bem, salvo na esfera internacional. O presidente não mobiliza a sociedade, talvez porque não tenha mais como explicar convincentemente para onde o país vai.

O governo perde a batalha de ideias, o que vem agravar o déficit de hegemonia que a ausência de política cultural e o abandono da universidade durante oito anos já havia revelado.

Sem crescimento, após 20 anos de marasmo econômico, torna-se impossível enfrentar o grave desafio social, a não ser por medidas compensatórias ou políticas tóxicas que não modificam o problema crucial da concentração de renda. Sem reformas estruturais e diante dos percalços do modelo econômico, a tendência da base de sustentação do governo foi de esfacelar-se, como ilustram as crises com o PFL e parte do PMDB, para não citar as dificuldades que a candidatura Serra encontrou inicialmente no PSDB.

O compromisso histórico conservador estabelecido por FHC, sob pretexto de que era necessária forte dose de realismo para conduzir o país – longe dos extremismos – a um novo patamar, transformou-se em uma vulgar negociação de varejo político.

A incapacidade de implementar as reformas tributária, previdenciária e política são emblemáticas desse apequenamento da agenda nacional. São questões de dimensão estratégica e que só poderiam ser equacionadas com amplitude de visão, ainda que o governo dispusesse teoricamente de votos para implementá-las.

A reforma tributária envolve um amplo reequilíbrio de interesses sociais e regionais para enfrentar os conflitos distributivos e a readequação do pacto federativo. Nada foi feito. Falaram mais alto as exigências imediatistas de “fazer caixa” do Tesouro para permitir que um modelo inviável e imposto desde fora pudesse funcionar (até quando?).

A reforma previdenciária, central na agenda neoliberal, era deslegitimada desde o início. Apesar das distorções do sistema atual, os problemas centrais da Previdência se localizam nas mediócras performances da economia que condenam o sistema à anemia atual. Uma reforma como essa supõe ampla negociação social, difícil de ser conduzida por um governo que pouco tinha a oferecer às classes subalternas.

Finalmente, a reforma política chocava-se com as forças que haviam conduzido FHC à Presidência – integrantes do compromisso histórico conservador – e que não estavam dispostas a perder posições.

Alguns intelectuais tucanos tentaram apresentar as renúncias de Antonio Carlos Magalhães ou Jader Barbalho ou a defenestração da candidatura de Roseana Sarney como sinais de “crise das oligarquias” e indícios de um processo de “modernização” política do país. Falso. São apenas episódios menores, lutas intestinas no bloco de sustentação do governo. Quando os interesses nada modernos dessa gente foram ameaçados, como por exemplo nos pedidos de CPI para investigar a corrupção, o bloco se manteve unido.

As incertezas sobre os rumos da economia mundial e sobre a extensão e profundidade da crise do capitalismo, aliadas à inflexão que a eleição de Bush provocou na política dos EUA, sobretudo posteriormente ao 11 de setembro, desfazem as ilusões de FHC sobre o novo Renascimento em escala mundial.

O Brasil que o sucessor de Fernando Henrique Cardoso encontrará tem contornos imprecisos e incertos. Será um país difícil de ser governado pela fragilidade de sua economia, sobretudo por sua vulnerabilidade externa. O contencioso social e as expectativas que normalmente as eleições provocam criarão uma avalanche de demandas represadas e que o estado em que se encontra o país tornará difícil atender, pelo menos em curto e médio prazos.

A sabedoria dos novos governantes, sobretudo se Lula vencer, estará em sinalizar o novo rumo para onde o país se encaminhará, mostrar com clareza as dificuldades existentes e particularmente definir os instrumentos, os atores e os métodos que vão presidir a transição para um novo Brasil.

O realismo que se imporá aos novos governantes não pode frustrar a esperança, menos ainda conduzir à paralisia e à mesmice.

Se Lula suceder FHC, a política será restabelecida em toda sua integridade. Os constrangimentos objetivos, sobretudo aqueles herdados do governo anterior, não serão desconhecidos ou desconsiderados, mas o exercício continuado da mobilização e da negociação políticas recolocarão a vontade como fator de mudança histórica.

25 ANOS DEPOIS, O PT REVISITADO¹

Vinte e cinco anos após sua fundação, em fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores comemora seu aniversário atravessado por sentimentos diferenciados, quando não contraditórios.

De um lado, a euforia pela vitória eleitoral de 2002, que conduziu seu principal dirigente à Presidência da República, ou a celebração dos êxitos destes dois primeiros anos de governo Lula.

De outro, dúvidas e inquietações sobre os rumos desse mesmo governo, sobre o ritmo das transformações em curso no país e sobre o papel que nelas teve, tem e terá o partido.

Não faltam os que – dentro e fora do PT – vêm o atual governo renunciando suas origens petistas. No poder, ou “no governo”, como pretendem esses críticos, o PT teria perdido seu radicalismo original, aquele frescor que marcou sua fundação e seus primeiros anos e tanta atração exerceu sobre amplos setores da sociedade brasileira, que nele viam algo de absolutamente novo em nossa história política.

1. Publicado em *Teoria e Debate* n. 61, fev/mar. de 2005.

O PT teria seguido a trajetória clássica dos partidos social-democratas?

Para chegar ao poder, ou a ele chegando, a social-democracia acabara por abandonar suas propostas revolucionárias, ou mesmo reformistas, transformando-se em partido daquela ordem que tanto combatera.

Precedentes históricos são evocados. A virada do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) no Congresso de Bad Godsberg, na década de 1950, ou, mais recentemente, a inflexão do trabalhismo inglês – o “New Labour” –, que levou Toni Blair ao governo, antecipariam o que alguns ironicamente chamam de “New PT”.

As críticas às vezes são duras. Nada mais diferenciaria o PT dos demais partidos brasileiros. Ao invés da ruptura que tantos esperavam que ele realizasse, o que se estaria assistindo é à vitória da velha tendência conciliatória que sempre marcou a história brasileira.

Mais do que comemorações ou recriminações apressadas, baseadas em paixões ou percepções parciais da realidade, o momento convida à reflexão. Este é o momento para fazer um mergulho na história do PT, parte integrante da história do Brasil nas três últimas décadas, para ajudar a compreender o presente e a avançar hipóteses sobre futuro.

NOVA GERAÇÃO

Nunca é demais evocar as condições que marcaram a formação do PT, em 1980.

O projeto de transição “lenta, gradual e segura” com o qual os militares haviam tentado a autorreforma da ditadura se desenvolvia aos tropeços na segunda metade dos anos 1970, em meio à crise do “milagre econômico”, acelerada pelos dois choques do petróleo.

Preocupados em impedir o acesso, por via eleitoral, do MDB ao poder, os militares não contemplaram em sua estratégia a “variável social”, como força autônoma, que iria explodir, no final da década de 1970, com os grandes movimentos grevistas.

Seu epicentro no ABC paulista logo se estenderia por todo o país, além do sindicalismo operário, contaminando, inclusive, setores de classe média.

Essa “variável social” rapidamente ganharia dimensão política. Discutida em congressos sindicais, aprofundada em outubro de 1979 no encontro do movimento pró-PT, ela desembocaria na reunião do Colégio Sion, em fevereiro de 1980, quando o partido foi formalmente fundado.

A formação desse partido de composição eminentemente popular, hegemonizado por um núcleo de sindicalistas que no Manifesto de Fundação se proclamava socialista, tem sua especificidade em relação a outras tendências de esquerda no Brasil e na América Latina. Por essa razão qualifiquei o PT como pertencendo a uma “terceira geração” de partidos de esquerda no continente.

A primeira, a dos partidos comunistas, tinha como seu referencial básico a Revolução Russa de 1917 e a evolução posterior da União Soviética e do PCUS. A segunda, da chamada esquerda revolucionária, correspondia basicamente ao advento da Revolução Cubana, sobretudo quando esta apareceu aos olhos de muitos como alternativa crítica aos descaminhos do comunismo soviético. Nessa geração estão incluídos, ainda que com propostas diferenciadas, grupos maoístas, sobretudo depois da ruptura sino-soviética, cisões radicais de partidos populistas, a esquerda católica e grupos trotskistas que (re)emergiram nos anos 1960.

Diferentemente dessas duas gerações, o PT não possuía um paradigma revolucionário ou mesmo reformista. Situava-se como “esquerda social”, sem referência político-ideológica precisa.

Abrigava sindicalistas sem antecedentes partidários, como Lula, militantes de inúmeros movimentos sociais urbanos e rurais, remanescentes de organizações de esquerda, muitas das quais fortemente golpeadas pela ditadura, integrantes de movimentos católicos de base, políticos da oposição consentida, ativistas de grupos de defesa dos direitos humanos, novos movimentos sociais intelectuais e estudantes.

Por sua proclamada heterodoxia, o PT acolheu uma miríade de tendências político-ideológicas. Algumas lhe recusavam o papel de “partido estratégico”, conferindo-lhe apenas uma função “tática”.

A novidade que o partido representava, e que atraiu a tantos, não era por todos percebida, sobretudo por aqueles que permaneciam prisioneiros de seus velhos pressupostos revolucionários. Mas a experiência organizativa desses setores, sua capacidade de vocalização política, conferira-lhes peso importante, às vezes desproporcional, no aparelho partidário. Contribuíra, porém, para que o partido ganhasse estrutura e normas racionais de funcionamento.

O MUNDO EM TRANSE

O pertencimento a essa “terceira geração” não significava que ideias e práticas das “gerações” precedentes não tivessem tido seu peso na formação e no desenvolvimento do partido. A evolução do PT se deu em um quadro – não evidente para todos – de declínio dos dois grandes paradigmas de esquerda do século XX – o comunista e o social-democrata, ainda que a crise do comunismo se revelasse bastante mais aguda.

A década de 1980, que terminaria com o colapso do socialismo de Estado na Europa do Leste, a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, iniciava-se com o premonitório movimento dos operários poloneses, agrupados no sindicato Solidariedade, que muitos associavam ao PT.

A evolução do capitalismo em escala mundial produzira a crise do paradigma keynesiano-fordista, que afetou as bases da política social-democrata europeia do pós-Segunda Guerra, como ficou visível sobretudo nas experiências dos governos socialistas no sul da Europa.

A tudo isso, somava-se a ofensiva política e ideológica neoconservadora ilustrada pelas experiências de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e codificada para a América Latina no breviário do Consenso de

Washington. Não só o socialismo era posto em questão como também as experiências nacional-desenvolvimentistas, que haviam marcado a história da América Latina por quase 50 anos.

No caso brasileiro, o nacional-desenvolvimentismo, responsável pelo rápido crescimento econômico do país, aparecia associado ao autoritarismo, imperante durante mais da metade do período 1930-1980, e à concentração de renda, acelerada especialmente nos anos do “milagre econômico”.

Desconfiando, não sem razão, dos limites da agenda democrática da oposição consentida, o PT subestimava os aspectos institucionais da transição enfatizando antes a dimensão social da democracia, não raro impregnada de basismo.

O controle social do Estado, tema relevante para pensar a democracia hoje, que depois se sofisticaria na reflexão partidária, especialmente com as experiências dos orçamentos participativos, mereceu muitas vezes um enfoque simplista, próximo da problemática clássica do “duplo poder”, tal como esta aparecera na literatura da Internacional Comunista, décadas antes.

A polêmica entre os pré-candidatos à prefeitura de São Paulo, em 1988, é reveladora a esse respeito. Plínio de Arruda Sampaio, apresentado como candidato “moderado”, defendia a criação de conselhos populares com caráter “consultivo”, enquanto Luiza Erundina, apoiada por grupos mais à esquerda, advogava que os conselhos tivessem caráter “deliberativo”. Vitoriosa Erundina e após quatro anos de seu governo, nenhum conselho foi criado.

PRIMEIROS PASSOS

Essa ambiguidade *vis-à-vis* aos aspectos institucionais da transição democrática já se havia manifestado anteriormente na conjuntura pos-

terior à fundação do PT, quando setores do partido resistiram à ideia de legalizá-lo, posto que a lei orgânica dos partidos era expressão do autoritarismo militar.

O PT amargou pífio resultado nas primeiras eleições que disputou, em 1982. Despertou enorme curiosidade na sociedade, especialmente em São Paulo, o que em alguns casos foi confundido com adesão. Elegeu apenas oito deputados, seis dos quais concentrados em São Paulo. Seu *slogan* “Vota no 3, que o resto é burguês” refletia uma postura eminentemente ideológica, que encobria a precariedade de sua formulação programática.

Essas dificuldades não passaram despercebidas ao núcleo dirigente do partido, e em 1983 iniciava-se um processo de rearticulação interna que buscava sanar a questão de se o PT era uma “frente” de organizações ou propriamente um partido ou, para retomar o jargão de esquerda, se era organização “tática” ou “estratégica”.

Resolvida essa questão, em proveito da segunda hipótese, o partido ganhou condições para reorganizar-se e iniciar um processo de formulação política mais consistente. Essa construção política beneficiou-se em muito da experiência parlamentar e administrativa que o partido foi adquirindo à medida que colhia bons resultados eleitorais.

A campanha em prol das eleições diretas, abraçada pelo PT de São Paulo em outubro de 1983 e pelo conjunto do partido no ano seguinte, permitiu que a principal liderança partidária – Lula – ganhasse extraordinária tribuna, ao lado das grandes figuras da política tradicional do país. O resultado que Lula obteria nas eleições de 1989, passando ao segundo turno, seguramente teve muito que ver com o nível de exposição a que foi submetido no primeiro semestre de 1984.

A recusa do PT em votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral – até hoje discutida – teve o mérito de mostrar um partido que se opunha à transição pactuada e não temia o isolamento político a que ficou temporariamente submetido.

O PT denunciava o conluio de alguns políticos para esvaziar a transição insistindo, uma vez mais, nas soluções “pelo alto”. A despeito da correção desse argumento, é evidente que havia nele uma subestimação da vontade da maioria da sociedade brasileira de pôr fim a 20 anos de regime militar.

Já no tipo de oposição do partido ao Plano Cruzado, ficam visíveis as dificuldades do PT dos anos 1980 de construir uma alternativa econômica sólida para o país. Subestimava-se a importância do combate à inflação e, ao centrar a crítica no “arrocho” que o plano supostamente produziria para os trabalhadores, deixou-se de disputar na sociedade e dentro do governo uma alternativa econômica distinta do velho nacional-desenvolvimentismo e, ao mesmo tempo, capaz de barrar a ofensiva neoliberal que se desenhava intensamente no horizonte.

NOVOS DESAFIOS

O desarranjo macroeconômico no final do governo Sarney, ilustrado pelas altas taxas de inflação, no marco mais geral de um quadro de desagregação social, a “década perdida”, facilitou a ascensão do aventureiro ao governo nas eleições presidenciais de 1989. O surpreendente desempenho eleitoral de Lula expressava um raro fenômeno social e político, ocorrido nos anos 1980.

Historicamente, os ciclos recessivos são apontados como desfavoráveis à mobilização dos trabalhadores, pelos efeitos destruturantes que têm sobre as classes populares. Ora, a “década perdida” do ponto de vista econômico havia sido absolutamente “ganha” do ponto de vista político. A contrapelo do ciclo (descendente) do capital, os trabalhadores haviam desenvolvido lutas sociais e políticas maciças, que imprimiram aos primeiros anos da transição brasileira um ritmo bastante distinto do de outros processos em curso na América Latina.

Olhando retrospectivamente, no entanto, é possível que essa dinâmica social e política fosse, em parte, sobrevivência da década precedente e estivesse em curso uma mudança social, como consequência da recessão ou do crescimento medíocre nos anos 1980, que iria minar o peso dos trabalhadores mais adiante.

Mesmo assim, esse radicalismo social não influenciou significativamente a elaboração política do partido, que, é bom lembrar, fazia-se em condições difíceis, conforme anteriormente apontado.

Em primeiro lugar, pela ausência de um paradigma teórico na origem do PT que oferecesse uma outra “ideia de Nação” e uma percepção mais clara das transformações em curso no mundo. Essa ausência correspondia igualmente à fragilidade do pensamento de esquerda no Brasil.

Em segundo lugar, pela crise que enfrentavam tanto os projetos revolucionários como os reformistas.

Em terceiro lugar, pela ofensiva neoconservadora que se processava em escala global, dando cobertura ideológica às profundas transformações econômicas e financeiras em curso, responsáveis por drásticas mudanças na geografia econômica mundial e não menos importantes alterações na composição das classes trabalhadoras e das organizações que as haviam historicamente representado.

A chamada “globalização” comprometia a soberania dos Estados-Nação, alterava profundamente a sociedade, desestruturando as classes trabalhadoras nas suas formas clássicas de aparição na sociedade, e enfraquecia a noção mesma de “política”, entendida como ação por meio da qual homens e mulheres constroem a história.

A passagem da primeira para a segunda década perdida não foi amplamente percebida porque o curto governo Collor e, sobretudo, sua queda por pressão popular fizeram acreditar que, centralmente, era seu programa neoliberal que havia sido derrotado.

O interregno do governo Itamar, que o PT equivocadamente decidiu não integrar, preservou a ilusão de que o Brasil voltara ao pré-1989 e a eleição de 1994 seria a da revanche, “o terceiro turno” da precedente. O eleitorado repararia a injustiça cometida contra Lula.

O NEOCONSERVADORISMO

Esse é um momento-chave da história do Brasil contemporâneo e do PT. Confrontado com a necessidade de mudança, o eleitorado inclinou-se pelo projeto que parecia resolver aquele problema que lhe parecia ser o mais importante – a inflação.

A esquerda tradicionalmente tratara o fenômeno inflacionário mais como consequência do que como causa das distorções por que pode passar a economia de um país. Não dava a devida importância ao efeito desorganizador que a inflação tem sobre a economia e, em particular, sobre o cotidiano dos trabalhadores e parte das classes médias.

Não se trata de fazer agora uma (auto)crítica da posição adotada pelo PT na campanha eleitoral de 1994 quando do anúncio do Plano Real. É evidente que ela estava dominada por razões eleitorais, assim como também é claro que antecipou problemas que apareceriam mais tarde e levariam o plano à perdição.

O Plano Real e o governo FHC não eram um plano/governo “de direita”, mas se transformaram na alternativa “da direita”.

O combate à inflação baseado na abertura comercial e financeira indiscriminada, a sobrevalorização artificial do real, as taxas de juros elevadíssimas, além da entrega de ativos públicos, no valor de cerca de 100 bilhões de dólares no programa de privatizações, produziram a tão esperada mudança com a qual os conservadores sonhavam.

O Brasil “integrou-se” ao mundo como se antes não o estivesse. Acentuou-se sua vulnerabilidade externa. Aquele que havia no passado

teorizado sobre a dependência levou-a a consequências práticas inimagináveis, como ficou evidente no impacto das crises mundiais sobre o país.

Findos os oito anos de FHC e evitada sua derrota eleitoral em 1998, à custa da perda de quase 40 bilhões de dólares, o Brasil caiu na real. Estava mais vulnerável internacionalmente. A inflação, que havia sido varrida para debaixo do tapete e se transformado em gigantesca dívida pública, surgia uma vez mais como ameaça. A carga tributária aumentara exponencialmente, como instrumento para fazer frente à crise fiscal do Estado. A infraestrutura, como se viu na crise dos apagões, se encontrava sucateada.

O país, em 2002, estava à beira do abismo não só (nem tanto) pelo temor que pudesse inspirar aos “mercados” a vitória de Lula. Estava estruturalmente desarrumado, e o pânico que os meios financeiros sentiram, ou afetaram sentir, advinha também da campanha de terror econômico que o governo e seu candidato propulsavam quando, por exemplo, anunciaram que o Brasil se transformaria em um misto de Argentina com Venezuela caso Lula vencesse.

VELHOS PROJETOS, NOVAS ALTERNATIVAS?

Grande parte dos presidentes sofre a tentação de transformar seu governo em marco zero da história.

Fernando Henrique proclamou o “fim da era Vargas”. Buscava uma certidão de óbito do nacional-desenvolvimentismo. Atestado tardio, pois as condições históricas, sobretudo internacionais, que viabilizaram durante décadas aquele projeto não mais existiam.

Duas questões ficavam pendentes, no entanto. Os problemas que o nacional-desenvolvimentismo tentara resolver continuavam presentes, mais atuais do que nunca, e o governo FHC não oferecia uma alternativa

econômica, além de um programa (falho, como se viu depois) de estabilização macroeconômica.

Francisco de Oliveira, crítico acerbo (e muitas vezes injusto) do PT, tem apontado, com razão, para um dos dilemas que o partido enfrentou (como muitos outros enfrentaram) ao vencer as eleições. O Brasil que o partido programaticamente se preparara para governar estava sensivelmente modificado. A reflexão do PT – a despeito de importantes esforços de atualização em 1994, 1998 e no documento de Olinda, em 2001 – não acompanhara plenamente essas mutações da economia e da sociedade brasileira, especialmente as da última década.

É certo que em junho de 2002, na Carta ao Povo Brasileiro, Lula assumia compromissos de governo que introduziam temas ausentes publicamente nas preocupações partidárias até então, sobretudo no que se refere à estabilidade macroeconômica. O documento foi lido como um “calmante para os mercados”, o que, em parte, é verdadeiro. Mas o texto também advertia os eleitores tradicionais do PT e os milhões que a eles se somavam naquela conjuntura sobre as enormes dificuldades que o exercício futuro do poder acarretaria.

A Carta, porém, não dava conta plenamente das reais dificuldades que o novo governo enfrentaria antes mesmo de iniciar-se. Aprecie-se ou não a expressão “herança maldita”, a verdade é que o espólio deixado pelos oito anos de tucanato não foi dos melhores. Aconselhava extrema prudência no enfrentamento dos problemas macroeconômicos. Essa prudência se chocava, como ficou logo claro, com a pressa que grande parte da sociedade brasileira, inclusive de muitos que não votaram em Lula, tinha de realizar reformas econômicas e sociais. Esse sentimento explica os desencontros que se estabeleceram entre o governo e parte da base social histórica do PT.

Ter evitado a catástrofe econômica pode parecer pouco. Não o é. O inconformismo de parte da base tradicional de esquerda decorre da

subestimação do trabalho realizado pelo governo, mas também da incapacidade deste (e do PT) de explicar e debater suas opções.

O discurso sobre a política econômica apresentou dois graves problemas. Primeiro, coincide com o dos conservadores, quando celebra unilateralmente alguns aspectos – metas de inflação, superávit primário, risco país – e silencia ou é parcimonioso sobre questões-chave como a forte diminuição de nossa vulnerabilidade externa. Segundo, não tem sido capaz de explicitar um projeto estratégico de desenvolvimento que aponte mais além do nacional-desenvolvimentismo e do receituário do Consenso de Washington.

O presidente tem enunciado em seus pronunciamentos mais recentes elementos que constituem eixos para a definição mais precisa desse projeto. O país precisa crescer, e muito, o que conflita com as teses sobre um crescimento moderado para evitar pressões inflacionárias. O déficit social e em matéria de infraestrutura impõe dinamismo forte e responsável à economia.

Esse crescimento não é a única condição para a necessária distribuição de renda, que corrija o maior de nossos males – a desigualdade social. A distribuição não será apenas “função do crescimento”, mas estará “na origem de uma expansão econômica de tipo novo”. Na direção oposta, é sintomática a fúria, cada vez mais indisfarçada, dos conservadores em relação a medidas distributivistas como o aumento do salário mínimo e os programas sociais, sobretudo o Fome Zero e o Bolsa-Família. Um discurso mais consistente sobre essas políticas mostraria que não se trata de “assistencialismo” compensatório, mas de medidas estruturantes que se complementam com os programas de apoio à agricultura familiar, à economia solidária, ao microcrédito.

O novo ciclo de desenvolvimento que o governo está instaurando, para ser duradouro, deve zelar pelo equilíbrio dos fatores macroeconômicos, o que significa combate à inflação e às formas de endividamento

externo e interno. Nesse ponto seria conveniente um maior arejamento da discussão. Afinal, o debate sobre a política monetária, cambial e tributária é normal e pode permitir maior sofisticação e eficácia de soluções. Há forte resistência nas bases petistas e em amplos setores da sociedade a uma retórica excessivamente impregnada de conservadorismo e da qual está ausente uma visão estratégica progressista de desenvolvimento.

Um novo modelo de desenvolvimento deve também dar continuidade e aprofundar os exitosos esforços do governo Lula para diminuir a vulnerabilidade externa de nossa economia. Aqui se inserem as medidas para eliminar nossos déficits de conta corrente, a desdolarização da dívida interna, as preocupações com movimentos erráticos de capitais financeiros. Obviamente, nesse ponto é importante destacar os grandes êxitos do comércio exterior, que tiveram, igualmente, impacto no reaquecimento da economia, mostrando quão falha era a oposição entre mercado interno e mercado externo.

A política externa tem contribuído não só para o alargamento da presença econômica e comercial do país – parte do que Lula tem chamado de “nova geografia econômica e comercial mundial” – como também para uma reconfiguração das relações de força do mundo. Ela contém uma série de iniciativas de caráter multilateral: o Grupo dos 20 na OMC, as propostas de mudança do FMI, a iniciativa para criar um Fundo de combate à fome e à pobreza em âmbito mundial e a própria reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança. Mas também supõe um forte processo de regionalização – MERCOSUL e a recente Comunidade Sul-Americana de Nações – como forma de garantir uma presença mais soberana do continente e do Brasil no mundo, especialmente nas grandes negociações internacionais, como aquelas na OMC, com a União Europeia e para a formação da ALCA.

Os movimentos em direção à África, ao mundo árabe, ao Caribe, e a países como China, Índia, Rússia e África do Sul fazem parte de um

esforço para construir um mundo menos assimétrico, multilateral, pacífico e democrático.

Não faltam aos petistas razões para comemorar seus 25 anos. Não faltarão igualmente motivos para examinar criticamente a trajetória do partido e sobretudo sua experiência na condução do país.

Depois de um 2003 difícil, que beirou a estagnação, o país pôde exibir no ano seguinte um crescimento que há muito não se via e capaz de produzir forte redução do desemprego, o qual antecipa, nos próximos meses, considerável distribuição de renda, que se acentuará com os programas de inclusão social.

A democracia consolidou-se. Os ataques que o governo sofre por supostas tentações autoritárias não resiste ao exame sério dos fatos. Correspondem a uma tentativa de setores de oposição de deconstituir um patrimônio histórico do partido.

Um abismo separa as políticas sociais do atual governo em relação a experiências precedentes, por sua abrangência e por sua qualidade.

A política externa garantiu um lugar único ao Brasil no debate sobre reordenamento de um mundo ainda dominado por assimetrias econômicas, desigualdades sociais, ameaças à paz e à democracia provenientes de grupos fundamentalistas ou de Estados que querem impor sua vontade à margem do direito internacional.

No passado, o partido pagou caro pela persistência em seu interior de ambiguidades políticas e programáticas que não podem ser creditadas a tal ou qual tendência, pois decorreram muito mais de uma dificuldade coletiva de elaborar alternativas que correspondessem à novidade que o PT expressava socialmente e às vertiginosas transformações pelas quais passaram a realidade brasileira e a mundial.

Por mais rigoroso que tenha sido o julgamento que estas notas fazem do processo de elaboração política do PT – que inclui obviamente a autocrítica do autor –, não há nelas desconsideração do enorme acervo

teórico-político acumulado nestes 25 anos. Ele oferece a base para um necessário movimento de reconstrução de uma estratégia reformadora radical da sociedade brasileira em sintonia com os ideais e sonhos que estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1970-1980, quando se desenhava a possibilidade de uma alternativa nacional, democrática, popular e socialista para o Brasil.

Nenhum dos que chegaram ao governo em 2002, e sobretudo Lula, perdeu de vista aqueles dias luminosos de 25 anos atrás, mas, sobretudo, ninguém se esqueceu dos compromissos e dos sonhos que estão na origem do Partido dos Trabalhadores.



2000. PAUL SINGER E MARCO AURÉLIO
GARCIA NO SEMINÁRIO MARIO PEDROSA:
100 ANOS DE ARTE E POLÍTICA,
EM SÃO PAULO.
FOTO: SERGIO MEKLER



2000. CELSO DANIEL, EX-PREFEITO DE SANTO ANDRÉ (SP), E MARCO AURÉLIO GARCIA, EM REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, EM SÃO PAULO. FOTO: ROBERTO PARIZOTTI

CONSTRUIR O AMANHÃ¹

O golpe parlamentar que pôs fim ao governo Dilma Rousseff colocou na ordem do dia a necessidade de realizar um amplo balanço, que busca: (1) analisar as causas do insucesso; (2) contribuir para a derrota do governo atual e da coalizão reacionária, que lhe tem dado sustentação; e (3) definir as linhas gerais de um novo projeto para o Brasil, que permita construir um novo amanhã.

A reflexão e as propostas que seguem, apontam para esse amanhã *não devem ser entendidas como um exercício de futurologia nem, tampouco, como uma proposta de programa de governo.*

Elas têm, necessariamente, de nutrir-se de uma reflexão crítica sobre o que esteve em jogo nos governos Lula e Dilma e sobre as circunstâncias históricas que cercaram essas duas experiências.

Devem, igualmente, considerar o impacto que terá no futuro a contrarreforma em curso nos dias de hoje. A atual reconfiguração do capitalismo brasileiro anula conquistas populares de muitas décadas e nos impõe um programa autoritário e excludente que o povo rejeitou em quatro eleições presidenciais sucessivas e que continua a rejeitar. A herança que

1. Texto apresentado em encontro das fundações Maurício Grabois (PCdoB), Perseu Abramo (PT) e Leonel Brizola – Alberto Pasqualini (PDT), em São Paulo, no dia 14 de julho de 2017.

deixarão os que hoje detêm o poder no Brasil terá consequências extremamente negativas para os que tivermos de reconstruir o país.

Ao invés de propor um conjunto de medidas econômicas, sociais e políticas que permitam ao povo brasileiro superar a grave crise atual e retomar o ciclo progressista interrompido, estas notas tratarão apenas de *definir grandes eixos, capazes de apontar para um novo programa democrático e popular*. Esse programa é hoje objeto de discussão em inúmeros segmentos da sociedade brasileira.

O Brasil que queremos deve contemplar: (1) profundas mudanças nas esferas econômica e social; (2) a vigência plena da democracia, pelo exercício efetivo da soberania popular; e (3) a garantia de nossa inserção soberana e solidária no mundo.

O conteúdo e o ritmo dessa mudança está diretamente ligado à capacidade das forças progressistas de reunirem amplos setores da sociedade brasileira em torno de um ambicioso e credível programa de reformas.

Para tanto, é fundamental construir uma correlação de forças sociais e políticas capaz de superar a conjuntura atual e de conduzir, no futuro, de forma politicamente sustentável, as mudanças que o país necessita. Dito de outra maneira: é necessário que as reformas propostas sejam capazes, dentro de um marco democrático, de assegurar sua continuidade no tempo, abrindo espaço para outras reformas mais profundas.

Queremos avançar na democracia. Mas a democracia não se congela ou coagula na versão que os liberais brasileiros tradicionalmente têm do Estado democrático de direito, visão que falsifica ou tergiversa os valores que proclama.

Distinto do conservadorismo que pretende apresentar-se como democrático, defendemos uma democracia que associa indissolúvelmente as dimensões econômica, social e política. Uma democracia que cultua a liberdade, a igualdade e a solidariedade e que entende a sociedade como um espaço de permanente criação de novos direitos.

É fundamental dar seguimento e profundidade aos processos de democratização da sociedade brasileira, desencadeados nos últimos anos, como os que promovem a igualdade de gênero, de raça e etnia, seja pela implementação de políticas inclusivas na educação, saúde, na cultura, no campo e no espaço urbano, seja por meio de ações afirmativas (as cotas, por exemplo). O combate a todas as formas de discriminação – sobretudo as violentas – contra mulheres, negros, índios, jovens, LGBT e, em particular, contra os pobres é central para a afirmação da democracia.

A convivência democrática no espaço público supõe que sejam respeitadas as distintas orientações políticas, ideológicas, religiosas, assim como as múltiplas expressões culturais da sociedade, todas elas garantidas por um Estado laico.

A soberania popular se exercerá por meio de processos eleitorais livres, capazes de garantir condições igualitárias de competitividade, mas também pelo exercício de múltiplos mecanismos de consulta que garantam o controle social do Estado e de suas políticas públicas. A soberania do povo não pode ser fraudada pelas interferências do poder econômico e da corrupção. Da mesma forma, a formação da opinião pública não pode sujeitar-se à intromissão, não raro totalitária, dos monopólios da comunicação.

Para superar a atual crise – a maior das últimas décadas – é necessário, além de uma nova política econômica, realizar previamente uma reforma político-institucional capaz de abrir novas perspectivas para a democracia e para o desenvolvimento do Brasil.

A judicialização da política, uma das expressões dos choques institucionais que hoje assistimos, tem como consequência a politização da Justiça, instância que, em alguns de seus segmentos, se considera acima dos demais poderes e isenta de qualquer mecanismo de controle democrático.

Assiste-se não somente um choque entre os poderes da República, mas conflitos no interior de cada um deles. Esses conflitos provocam acentuada

erosão do regime democrático e nos colocam com frequência no limiar de um Estado de exceção. Eis os problemas a corrigir no amanhã.

A crise econômica e seu impacto na esfera fiscal, somada à desordem política e institucional afetam duramente o pacto federativo. Importantes estados da Federação se encontram quebrados financeiramente e se revelam incapazes de prover políticas públicas elementares. Não haverá futuro para o país enquanto não se estabelecer um novo equilíbrio regional.

As experiências brasileira e mundial têm nos ensinado que políticas econômicas liberais, fundadas exclusiva, ou centralmente, em ajustes fiscais não têm capacidade de resolver situações agudas de recessão. Ao contrário, provocam seu agravamento, deixando um rastro de degradação social, como são os elevados níveis de desemprego, a queda da renda dos trabalhadores, o endividamento das famílias e das empresas, a liquidação de políticas sociais que beneficiam centralmente aos pobres. Reatar com uma política que articule, como foi possível fazê-lo no passado, crescimento com equilíbrio macroeconômico é, assim, fundamental para um novo ciclo de desenvolvimento.

Um país cuja economia necessita de elevadas taxas de crescimento para enfrentar os complexos desafios que possui não pode ser condenado à desindustrialização e à reprimarização de seu sistema produtivo. Não pode abrir mão do controle nacional de sua terra, nem concentrá-la de forma absurda, ambientalmente predatória e socialmente excludente em grandes monopólios.

Os enormes déficits sociais, que ainda possuímos, estão se ampliando, e se ampliarão mais ainda, com o teto imposto, por 20 anos, aos gastos públicos. Os pobres e o mundo do trabalho têm de voltar a integrar o orçamento da República. Educação, saúde, ciência, tecnologia e inovação, assim como as muitas iniciativas que buscam o bem-estar da população devem ser entendidos como “investimento”, nunca como “gasto”.

A democracia política, econômica e social não pode se ver avassalada por uma coalizão empresarial, hegemônica pelo capital financeiro, que busca impor ao país, contra a maioria da sociedade, legislações trabalhistas e previdenciárias regressivas, ao mesmo tempo em que fragiliza – quando não destrói – os componentes mais dinâmicos de seu sistema produtivo.

A recessão, a debacle social e a desordem institucional, somadas a uma equivocada e submissa visão da cena internacional, têm como consequência a degradação de nossa política externa, o que compromete a soberania nacional. O Brasil está isolado no mundo e até mesmo na América Latina. Se essa situação não for prontamente revertida a Nação estará condenada à mais absoluta irrelevância na cena global.

Mas a soberania nacional é igualmente golpeada quando a política econômica compromete a realização dos objetivos da Estratégia Nacional de Defesa e seu correlato plano de reaparelhamento das Forças Armadas, impedindo que essas instituições possam cumprir suas obrigações constitucionais e legais.

O até agora exposto, mais do que um diagnóstico da situação nacional, aponta, como que em um espelho, para aquilo que as forças progressistas e democráticas devem construir, tão logo seja superada a difícil e amarga situação que atravessa o povo brasileiro e suas instituições.

A democracia brasileira foi duramente atingida pelo golpe parlamentar de 2016. Agravou-se crise econômica e social que os golpistas diziam poder resolver. A gigantesca sombra que ofuscou o futuro da Nação – e que semeia a perplexidade e a desesperança da sociedade – só poderá ser revertida quando o povo brasileiro tomar em suas mãos a tarefa de reconstruir um país distinto. Para tanto, será fundamental a realização de eleições livres em todos os níveis e o desencadeamento de um processo de refundação institucional do país, o que, no momento azado, exigirá uma nova Constituição. Esse processo é incerto na conjuntura atual e depende

centralmente de nossa acumulação de forças social e política e da clareza de nossa análise de nossas propostas.

O novo desenho político institucional do Brasil, assentado em um verdadeiro Estado democrático de direito, será resultado da retomada, pela cidadania, da formulação do destino nacional.

A reforma política deve buscar dotar o país de instituições políticas independentes e harmônicas, assim como de mecanismos de representação, aí incluindo um novo sistema de partidos que seja efetiva expressão das distintas sensibilidades nacionais e não arranjos a serviço de interesses subalternos. A preeminência que o Judiciário apresenta hoje não corresponde a preeminência do Direito, mas à judicialização da política, que expressa sua crise.

O Estado democrático de direito a ser construído será laico, defensor dos Direitos Humanos, especialmente quando sua violação, pela violência estatal (nas prisões, pelas polícias), atinge aos mais desassistidos: negros, mulheres, jovens, LGBT e pobres.

A multiplicidade dos mecanismos de controle social do Estado diminuirá a distância deste em relação aos cidadãos e será poderoso antídoto no combate à corrupção e à burocracia, que inferniza a vida de homens e mulheres comuns. Serão combatidas as corporações burocráticas no interior do aparelho de Estado, que buscam autonomizar-se para implementar políticas próprias e/ou fraudar decisões governamentais, quando não defender interesses particulares. Ao mesmo tempo que combate a corrupção, o Estado democrático de direito levará adiante um amplo movimento de eliminação de privilégios de todo o tipo, que deformam os poderes da República.

A economia brasileira deve reatar com uma tradição passada de lograr altas taxas de crescimento, sem o que nossos graves problemas conjunturais e estruturais não serão jamais resolvidos. Distinto de outros

momentos de nossa história, deveremos perseguir, no entanto, uma expansão de novo tipo: um prolongado período de desenvolvimento, o que significa um crescimento sustentável do ponto de vista social – capaz de produzir a redução constante da pobreza e da desigualdade – assim como capaz de lograr equilíbrio do ponto de vista macroeconômico.

Para que ambas condições se materializem é necessário que o Estado tenha forte presença em setores estratégicos da economia. Da mesma forma, deve exercer plenamente sua função como agente regulador. Especial destaque tem o setor de petróleo (e a PETROBRAS dentro dele), não só por seu papel na produção de energia, como por sua irradiação em todo o setor industrial.

Caberá ao Estado propor e coordenar a execução de políticas que assegurem a reindustrialização do país, em sintonia com as grandes e aceleradas transformações produtivas em curso no mundo, procurando regionalmente estabelecer cadeias de valor que permitam à América do Sul, integrada com o Brasil, uma presença mais sólida no mundo e capaz de estabelecer alianças internacionais com parceiros importantes.

Todo o setor produtivo deverá ser beneficiado pela expansão da ciência, da tecnologia e da inovação, que irão colocá-lo em equiparação com as grandes potências mundiais. Esse imperativo econômico tem igualmente grande projeção social, pois garante e expande internamente o bem-estar da sociedade.

O processo de retomada, em novas bases, de nosso desenvolvimento passa pela resolução dos gargalos em matéria de infraestrutura: energética, logística, de comunicações, da mesma forma que aqueles relacionados a questões urbanas, nos âmbitos habitacional, de transporte e saneamento. São questões que pedem enormes investimentos e, em muitos casos, exigem iniciativas coordenadas e solidárias com países vizinhos. Aí, uma vez mais, o papel do Estado é fundamental.

O Brasil expandirá sua política de proteção ambiental passada, nos campos e na cidade, visando a sustentabilidade do meio ambiente, mas também melhores condições de vida para as populações, sobretudo as mais desassistidas. Além disso, manterá e expandirá seus compromissos internacionais sobre a matéria.

Seja nas questões relacionadas à industrialização, à expansão da agricultura, à melhoria dos serviços, como no incremento de infraestruturas, terão papel preponderante os bancos e agências financeiras estatais. A retomada do crédito será fundamental também para a expansão da agricultura familiar e para os pequenos, micros e médios empreendimentos urbanos. O crédito ocupará lugar igualmente relevante na consolidação de nosso mercado interno, um dos grandes trunfos de que dispomos.

Do ponto de vista macroeconômico será fundamental a redução das atuais taxas de juros – entre a mais altas do mundo – assim como uma política cambial que não penalize o sistema produtivo e dê competitividade às exportações. O equilíbrio fiscal não pode ser logrado por meio de cortes indefinidos de gastos, como estabelece a PEC 95, que tem de ser revogada. Exige uma reforma tributária que garanta a solvência das contas públicas e preserve a renda dos trabalhadores. Ela deve incidir sobre as grandes fortunas, a especulação e todas formas pelas quais são constituídos os grandes patrimônios. Isenções fiscais deverão ser sujeitas a rígidos critérios. Idêntico rigor deve ser aplicado no combate à fraude e à sonegação.

Uma política econômica que privilegie o desenvolvimento e preserve parâmetros macroeconômicos sadios tem de ser complementada pelo aprofundamento de uma ampla rede de proteção social, com políticas de transferência de renda via Estado e com todo um arsenal de políticas públicas que buscam proteger setores desvalidos da sociedade. Políticas públicas nas áreas de saúde e educação terão indiscutível preferência, considerando o lugar estratégico que ocupam em um Estado de bem-estar.

A revolução produtiva pela qual o Brasil tem de passar não pode ser pretexto para a introdução de normas que degradem o mundo do trabalho. Ao contrário, impõem-se cada vez mais medidas que garantam a redução da jornada do trabalho e mecanismos de formação profissional constante que não façam recair sobre os trabalhadores o ônus da inovação tecnológica.

A educação em todos seus níveis ocupará lugar central no futuro. Não só – e nem tanto – pelo papel que tem no desenvolvimento econômico nacional, mas, sobretudo, enquanto instrumento essencial na formação da cidadania e da democracia.

A presença ativa e altiva de um país no cenário internacional decorre de dois fatores. Em primeiro lugar, da força de sua economia, do vigor de sua sociedade e da consistência de sua democracia. Em segundo lugar, pelos valores que seu governo defende globalmente e por sua capacidade de entendimento da situação internacional.

O Brasil retomará e aprofundará a política externa que defendeu no início deste novo milênio. Lutará pela paz e pelo desarmamento, pelo respeito à autodeterminação dos povos e pela solução pacífica de conflitos, por uma ordem econômica e social global livre das assimetrias atuais, por um mundo multilateral, multipolar e solidário. Enfatizará a aliança com os países latino-americanos e caribenhos. Por essa razão, buscará refundar o MERCOSUL e dar todo apoio à UNASUL e à CELAC. Estará cada vez mais próximo da África, parte integrante de sua política Sul-Sul. Fortalecerá o BRICS e nas instâncias multilaterais, como na ONU ou no G-20, fará sempre sentir a voz dos que não têm capacidade ou força para expressar-se.

Da mesma forma que condena a violência no mundo, um novo governo terá de fazer enorme esforço para combatê-la internamente, produzindo uma reforma profunda do arcabouço policial, do sistema prisional e usando de todos os meios disponíveis para difundir uma cultura

de paz. As Forças Armadas tiveram seu reaparelhamento interrompido. Para cumprir suas determinações constitucionais e sua vocação dissuasiva, conforme estabeleceu a Estratégia Nacional de Defesa, é fundamental que elas sejam tratadas com o respeito que merecem.

O grave retrocesso que o Brasil está vivendo desconstrói a economia, desagrega a sociedade e provoca profunda erosão em seu sistema político. Estamos diante de uma enorme tarefa de reconstrução. Passados os primeiros momentos de desalento e de perplexidade, a sociedade começa a dar sinais de inconformismo com o *status quo* e mostra disposição em reverter o difícil quadro que estamos vivendo.

As forças progressistas aqui reunidas sabem que têm um caminho complexo e árduo a percorrer. Que exige derrotar os atuais donos do poder e que supõe entender criticamente as razões da grande derrota que sofremos. Mas que depende, também, e essencialmente, de nossa capacidade de formar uma grande coalizão social e política capaz de construir um novo amanhã para o Brasil. Essa coalizão tem de ser mais ampla que o espaço das esquerdas. Aos setores progressistas, representados por partidos de esquerda e movimentos sociais hoje agrupados em Frentes de intervenção política, compete conduzir um movimento, que se faz cada vez maior e mais combativo. Compete fundamentalmente atrair amplos setores democráticos em todas as esferas da sociedade brasileira, inclusive aqueles que, equivocados, participaram da aventura golpista.

Um programa mais avançado, que nos permita superar a situação atual e nos proteger no futuro de retrocessos, como o que sofremos, será consequência de nossa capacidade de formular alternativas programáticas inovadoras mas, sobretudo, de construir uma nova correlação de forças no país.

A profunda brecha que vivemos nos dias atuais, bem como outros países na América Latina, expressa a amplitude da crise que atravessamos e aponta para a magnitude dos desafios que temos pela frente. O

Brasil não pode seguir, diante das dificuldades atuais, um caminho que as isole em um canto de nosso tabuleiro político. Não pode, menos ainda, reeditar – em nome da unidade nacional – velhas políticas de conciliação que comprometeram a identidade do progressismo sem dar-lhe a eficácia que anunciavam.



2001. LULA, CHICO ALENCAR E MARCO AURÉLIO GARCIA NA INAUGURAÇÃO DO CENTRO SÉRGIO BUARQUE E HOLANDA DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA POLÍTICA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, EM SÃO PAULO. FOTO: SERGIO MEKLER



2002. CLARA CHARF, LULA E MARCO AURÉLIO EM ATIVIDADE DA CAMPANHA "LULA PRESIDENTE", EM SÃO PAULO. FOTO: ACERVO CSBH DA FPA

SOBRE OS ORGANIZADORES

Bruno Gaspar é servidor público federal. Formado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi aluno e assessor de Marco Aurélio Garcia.

Rose Spina é jornalista, editora de *Teoria e Debate*, revista da Fundação Perseu Abramo.

Coleção
MAG

A Fundação Perseu Abramo lançou, em 2018, a Coleção MAG em homenagem ao intelectual, professor, militante, dirigente político e internacionalista Marco Aurélio Garcia. Neste segundo volume, você encontra uma seleção de textos sobre a esquerda brasileira após o retorno de MAG do exílio (1979), intensa produção de 1983 a 2017.

Escritos importantes para compreender as reflexões da época e as valorosas contribuições oferecidas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e seus desafios na luta por transformação.

